

HELOÍZA CHAVES RIOS

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CIENTÍFICO:
PRÁTICAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV
(2013-2020)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Jonas Marçal de Queiroz

Coorientador: Thomás Valente de Oliveira

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2022**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

R856h
2022

Rios, Heloíza Chaves, 1968-
História, memória e patrimônio científico: práticas de
acompanhamento de egressos dos programas de pós-graduação da
Universidade Federal de Viçosa - UFV (2013-2020) / Heloíza Chaves
Rios. - Viçosa, MG, 2022.
1 dissertação eletrônica (221 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.
Orientador: Jonas Marçal de Queiroz.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de História, 2022.
Inclui bibliografia.
DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.415>
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Universidade Federal de Viçosa - Ex-alunos. 2. Patrimônio
cultural. 3. Arquivos científicos - Administração. 4. Memória coletiva.
I. Queiroz, Jonas Marçal de, 1961-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de História. Mestrado Profissional em Patrimônio
Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 378.8151

Bibliotecário(a) responsável: Alice Regina Pinto CRB6 2523


HELOÍZA CHAVES RIOS

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CIENTÍFICO:
PRÁTICAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV
(2013-2020)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

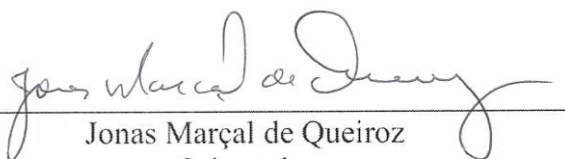
APROVADA: 05 de julho de 2022.

Assentimento:



Heloiza Chaves Rios

Autora



Jonas Marçal de Queiroz

Orientador

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, sem Ele eu nada alcançaria.

Ao meu esposo Edson Martinho Ramos e minhas filhas Bruna Chaves Ramos e Luíza Chaves Ramos, meus pinguinhos de luz, pelo amor, confiança, parceria, compreensão e por estimularem a realização deste trabalho.

Aos meus pais Luiz Gonçalves Rios (*in memoriam*) e Maria das Dores Chaves Rios, pelo exemplo de vida, carinho, confiança, força, fé e amor ao próximo.

Ao professor Jonas Marçal de Queiroz, pela orientação, ensinamentos e pela oportunidade. Obrigada por acreditar neste trabalho.

Ao Thomás Valente de Oliveira, coorientador, amigo e parceiro de serviço, pelo incentivo, colaboração, conselhos e muito *blá, blá, blá*. Obrigada pela paciência sem limites.

Ao professor Gustavo de Souza Oliveira e professora Vanessa Lana, membros desta banca, e grandes colaboradores na execução do trabalho. Gratidão por compartilhar os conhecimentos.

Ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Raul Guedes, e aos assessores, Prof^a Karla Damiano e Prof. Murilo Zerbini, pelo incentivo, apoio, confiança e por permitirem a realização deste sonho.

À Solange Ramos, Nanci e Patrícia, amigas e parceiras de curso, pela convivência e colaboração.

Ao Benício Ramalho e Margareth Duarte, pelas dicas, conselhos, contribuições e amizade.

Ao servidor Eduardo Luiz dos Santos, do Arquivo Central, pela disponibilidade e colaboração.

À Maria da Conceição Santana Lelis, meu sempre anjo da guarda, pela amizade, carinho e disponibilidade.

Aos colegas de serviço e de curso, amigos e familiares, por entenderem e respeitarem minha ausência. E a todos que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho. *Thanks* Enedina.

Ao amigo Jorge (*in memoriam*) que tanto programou comemorar comigo essa etapa. Saudades!

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Sabe acaso alguém o que é certo ou justo? Quantas coisas, que temos por belas, não são mais do que o uso da época, a ficção do lugar e da hora?

[...]

Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com o outro. Cada um me contou a narrativa de porque se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Ambos tinham toda a razão. Não era um que via uma coisa e outro outra, ou que um via um lado das coisas e outro um lado diferente. Não: cada uma via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um as via com um critério idêntico ao do outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão. Fiquei confuso desta dupla existência da verdade.

Fernando Pessoa

RESUMO

RIOS, Heloiza Chaves, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2022. **História, memória e patrimônio científico: práticas de acompanhamento de egressos dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa - UFV (2013-2020).** Orientador: Jonas Marçal de Queiroz. Coorientador: Thomás Valente de Oliveira.

O presente trabalho desenvolve uma ferramenta de acompanhamento dos egressos da pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa, com o objetivo de possibilitar o acompanhamento e análise da trajetória profissional deles ao longo dos anos. Assim, será possível suscitar indicadores que assegurem o aprimoramento das ações institucionais, avaliar se os objetivos e metas dos programas de pós-graduação estão sendo cumpridos e, potencialmente, favorecer a melhoria na conceituação deles perante a CAPES. A partir da manutenção do vínculo egresso-instituição e instituição-egresso, se estabelece um processo de troca de experiências, mecanismos de retroalimentação de informações, conhecimentos científicos e sociais. Assim, também será possível entender melhor os indivíduos que circulam dos corredores às salas de aula, nos laboratórios, nos espaços físicos da instituição, construindo soluções que tornem perceptível para os estudantes sua importância para a instituição. O patrimônio cultural não se limita à materialidade, mas também às experiências e memórias, coletivas ou individuais, e à recuperação de histórias de vida. Nesse sentido, foi necessário pesquisar a evolução do conceito de patrimônio cultural, patrimônio da ciência e tecnologia, patrimônio afetivo e entender como inserir novos atores no processo de patrimonialização no sentido de reforçar o vínculo profissional e afetivo entre o egresso e sua instituição de formação.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Patrimônio da ciência e tecnologia. Patrimônio afetivo. Gestão de documento. Egresso.

ABSTRACT

RIOS, Heloiza Chaves, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2022. **History, memory and scientific heritage: follow-up practices for alumni from graduate programs of the Universidade Federal de Viçosa - UFV (2013-2020)**. Advisor: Jonas Marçal de Queiroz. Co-advisor: Thomás Valente de Oliveira.

The present work develops a follow-up tool for alumni from the Universidade Federal de Viçosa, in order to monitor and analyze their professional trajectory over the years. Therefore, it will be possible to collect data that will ensure the improvement of institutional decisions, assess whether the objectives and goals of graduate programs are being met and, potentially, enhance the institution ranking made by CAPES. The maintenance of the bond between alumni and the institution can establish the exchange of experiences, besides information and scientific and social knowledge feedback mechanisms. Thus, it will also be possible to better understand the individuals who walk through the institution halls, enter its classrooms and use the laboratories and physical spaces of the institution, in a such a way to allow the implementation of solutions to make students perceive that they are valuable to the institution. Cultural heritage is not limited to material things, but rather includes experiences and memories, either collective or individual, and the recovery of life stories. In this sense, it was necessary to investigate the evolution of the concept of cultural heritage, science and technology heritage and affective heritage, and understand how to insert new actors in the heritage process in order to strengthen the professional and affective bond between alumni and their training institution

Keywords: Cultural heritage. Science and technology heritage. Affective heritage. Document management. Alumni.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cópia da folha de registro do histórico escolar do Sr. José de Almeida Soares.	69
Figura 2 – Foto do arquivo da Diretoria de Registro Escolar – UFV, local de acondicionamento dos documentos dos estudantes.	87
Figura 3 – Modelo padronizado de apresentação dos sites utilizados pela maioria dos PPGs da UFV.....	96
Figura 4 - Distribuição da amostra em relação ao (A) ano de nascimento do egresso e (B) ano de conclusão do curso.....	98
Figura 5 - Distribuição da amostra em relação à (A) formação, (B) gênero, (C) cor e (D) programa de pós-graduação.....	99
Figura 6 - Distribuição de respostas para a pergunta: Em uma escala de 0 a 10, o quanto você recomendaria o Programa em que realizou sua pós-graduação na UFV?	102
Figura 7 - Distribuição das respostas acerca da satisfação dos egressos com a (A) infraestrutura dos Programas de Pós-Graduação, (B) o relacionamento com os colegas, (C) a gestão do programa e (D) com o trabalho realizado.	103
Figura 8 - Distribuição das respostas acerca da visão dos egressos em relação à (A) relevância da pesquisa realizada e (B) às características da pesquisa realizada.	104
Figura 9 – Distribuição das respostas acerca de: (A) objetivo dos programas em relação à produção científica e tecnológica, (B) objetivo das linhas de pesquisa em relação à produção científica e tecnológica, (C) depósito de patente por projeto, (D) objetivo dos programas em desenvolver tecnologias de aplicação social e (E) desenvolvimento de tecnologias de aplicação social durante o projeto.....	106
Figura 10 – Disponibilidade de recursos e infraestrutura para a realização da pesquisa (A) e recebimento de bolsa (B).....	107
Figura 11 – Apresentação de trabalhos (A) para a sociedade e (B) em eventos científicos. .	108
Figura 12 - Distribuição dos egressos de acordo com (A) sua colocação profissional e a pós-graduação realizada na UFV; (B) dificuldade para conseguir o primeiro emprego; (C) faixa salarial e (D) sua colocação profissional.	110
Figura 13 - Correlação entre o nível de satisfação dos egressos e sua faixa salarial no mercado de trabalho.	111
Figura 14 – Proposta do modelo de mensagem a ser encaminhada na titulação do estudante.	116
Figura 15 - Interface de acesso ao sistema.	117
Figura 16 – Questionário pós-titulação.	119

Figura 17 - Início do preenchimento do sistema.	120
Figura 18 - Formulário de lançamento de trajetória profissional a partir do primeiro lançamento.....	121
Figura 19 - Interface do sistema após primeira adição de informações.	122
Figura 20 - Linha do tempo da trajetória profissional do egresso.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de egressos titulados nos PPGs –*campi* Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba 75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de Cursos de Pós-Graduação –*.campi* Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba 75

Tabela 2 - Total de egressos titulados nos PPGs –*.campi* Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba.. 75

LISTA DE SIGLAS

ACADEMICOPG	Sistema de Controle Acadêmico da Pós-Graduação
AEA	Associação de Ex-Alunos
APG	Associação de Pós-Graduação
CAF	<i>campus</i> Florestal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
CAV	<i>campus</i> Viçosa
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCE	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCH	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CES	Câmara de Educação Superior
CI	Ciência da Informação
CONAC	Sistema de Controle Acadêmico
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSU	Conselho Universitário
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRP	<i>campus</i> Rio Paranaíba
CTP	Conselho Técnico de Pós-Graduação
C&T	Ciência e Tecnologia
DOU	Diário Oficial da União
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária
GTA	Grupo de Trabalho de Autoavaliação
IAF	Instituto de Ciências Agrárias – <i>campus</i> Florestal
IBF	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde – <i>campus</i> Florestal
IEF	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas - <i>campus</i> Florestal
IHF	Instituto de Ciências Humanas e Sociais - <i>campus</i> Florestal
IAP	Instituto de Ciências Agrárias - <i>campus</i> Rio Paranaíba
IBP	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde - <i>campus</i> Rio Paranaíba

IEP	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas – <i>campus</i> Rio Paranaíba
IES	Instituição de Ensino Superior
IHP	Instituto de Ciências Humanas e Sociais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação
NPS	Net Promoter Score
PCC&T	Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia
PDI	Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
PPGs	Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i>
PRE	Pró-Reitoria de Ensino
RES	Diretoria de Registro Escolar
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Tecnologia da Informação
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE I	22
CAPÍTULO I - EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA IMPORTÂNCIA À GESTÃO DOS DOCUMENTOS	23
1.1. Reflexões sobre o conceito de patrimônio cultural, patrimônio da ciência e tecnologia e patrimônio afetivo	24
1.2. Relação entre cultura, memória e identidade na construção da cultura institucional.....	32
1.3. A importância dos arquivos nos suportes digitais como lugares de memória	40
1.4. Gestão de documentos na era dos avanços digitais: sistematização do conhecimento ...	50
CAPÍTULO II - A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – DOS PRIMÓRDIOS À ATUALIDADE	61
2.1. Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais 1926-1948)...	62
2.2. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (1948-1969).....	66
2.3. Universidade Federal de Viçosa (1969 à atualidade)	72
2.4. CAPES: processos norteadores e avaliativos da Pós-Graduação	76
PARTE II	82
CAPÍTULO III - ELABORAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DAS PRÁTICAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	83
3.1. Reflexões sobre o contexto da necessidade do acompanhamento de egressos: desafios e perspectivas	83
3.2. Apontamentos conceituais sobre as metodologias e ações empreendidas na realização da pesquisa	90
3.3. Uma contextualização atual: busca por vestígios dos egressos nos sites e sistemas da UFV	93
3.4. A percepção dos egressos dos Programas de Pós-Graduação da UFV.....	97
3.5. Proposta de um Sistema de Acompanhamento de Egressos.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	130
FONTES DOCUMENTAIS	143
ANEXOS	148

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Viçosa (UFV), reconhecida nacional e internacionalmente, é uma instituição de prestígio no que tange ao ensino, pesquisa e extensão. A UFV está entre as 69 universidades federais do país e é uma das 538 instituições¹ que oferecem Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* (PPGs). Está vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), órgão que fomenta, avalia a pós-graduação e “desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *Stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação”.² No Brasil, sob avaliação e reconhecimento da CAPES, existem 4.648 programas de pós-graduação totalizando 7.069 cursos (mestrados e doutorados).³

Os cursos de pós-graduação exercem um papel estratégico na formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento do conhecimento científico nas mais diversas áreas. A educação, componente transformador da sociedade, é vista como intermediador das práticas globais sociais, e os cursos de pós-graduação vislumbram profundas transformações nos quadros educacionais, sociais e econômicos, além de impulsionar os avanços em ciência e tecnologia. A busca por qualificação e uma melhor ocupação no mercado de trabalho têm impulsionado a ampliação na oferta dos cursos de mestrado e doutorado, o que significa um aumento expressivo no total de matriculados e, conseqüentemente, de titulados.

Na UFV foram titulados até 2020, aproximadamente 18.500 estudantes de pós-graduação, em seus 3 *campi* (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba). Esse número é mais expressivo se considerado a nível nacional. No entanto, é por vezes desconhecido o destino dos egressos após sua titulação sobretudo em relação à sua empregabilidade e inserção no mercado de trabalho.⁴ Caso o egresso de pós-graduação não atue profissionalmente na sua área de formação acadêmica, estaria caracterizado como um desperdício de tempo e de recursos públicos?

¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. 2020. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>. Acesso em: 18 out. 2020.

² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e missão**. 2020. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 30 out. 2020.

³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. 2020. op. cit.

⁴ MACHADO, Ana Maria Neto; ENNAFAA, Ridha; LORENZINI, Vanir Peixer. Observatório de egressos(as) de pós-graduação para fomentar impactos dos resultados de pesquisas. **Linhas Críticas**, Brasília, v.22, n.49, p.623- 641, 2017. p.626. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4955/4503>. Acesso em: 30 out. 2020.

Considerando que os egressos representam o “termômetro” que mede o alcance dos objetivos dos programas ou, ainda, considerando-os como os “produtos” gerados pelos PPGs, é importante conhecer o que ocorre após sua saída da instituição?

Maria do Socorro Costa Coelho⁵ evidencia que está implícito que o cordão umbilical do estudante e da universidade é cortado após emissão do diploma. Talvez por isso, após a titulação, as instituições ainda têm pouco conhecimento sobre o sucesso e/ou fracasso e sobre as dificuldades e conquistas dos seus egressos relacionadas à sua área de formação; e talvez haja poucos, ou nenhum registro dessas informações. Outra premissa para essa falta de acompanhamento após a titulação dos estudantes é porque as universidades são instituições complexas, pois atuam com diversidade de objetivos e elevado grau de especialização, porém com pouca coordenação, o que torna a realização do acompanhamento dos egressos uma tarefa complexa.⁶ Parece uma tarefa fácil, mas não é.

Os representantes dos PPGs normalmente estão preocupados com o processo de avaliação da CAPES, pretendendo aumentar sua nota, serem reconhecidos nacional e internacionalmente, além de titularem um maior número de mestres e doutores.⁷ Será que após cumpridos esses pré-requisitos e, conseqüentemente, após a titulação de mestres e doutores, a instituição pode ‘*lavar as mãos*’ e se sentir com dever cumprido? Qual a responsabilidade das instituições com seus egressos? Como buscar e registrar informações dos egressos para atendimento aos pré-requisitos exigidos pela CAPES?

Enquanto servidora da instituição e sempre envolvida com a área acadêmica, principalmente com a pós-graduação e, pensando na manutenção dos vínculos, egressos-PPGs-instituição e na importância dos egressos para a universidade, surgiu a proposta deste trabalho que foi o desenvolvimento de uma ferramenta de acompanhamento de egressos da pós-graduação da UFV com o objetivo de acompanhar e analisar a trajetória profissional deles ao longo dos anos. Acredita-se, ainda, que o sistema proposto possa contribuir no aprimoramento

⁵ COELHO, Maria do Socorro Costa. Opinião: Egresso e Universidade. Beira do Rio - **Jornal da Universidade Federal do Pará**. Pará, ano 24, n.72, maio 2009. Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2009/3-edicao-72/27-egresso-euniversidade>. Acesso em: 18 out. 2020.

⁶ CORRÊA, Cláudia Prim; RODRIGUES, Luci Mari Aparecida; BEUTER, Lucia Gomes; MARTINS, Cibele Barsalini Martins. O Acompanhamento de Egressos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* como Ação Estratégica nas Universidades. **XVI Colóquio Internacional de Gestión Universitaria** – CIGU. Arequipa – Perú. Nov. 2016. p.4.

⁷ MACHADO, Ana Maria Neto; ENNAFAA, Ridha; LORENZINI, Vanir Peixer. Observatório de egressos(as) de pós-graduação para fomentar impactos dos resultados de pesquisas. **Linhas Críticas**, Brasília, v.22, n.49, p.623- 641, 2017. p.629. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4955/4503>. Acesso em: 30 out. 2020.

das ações institucionais dos PPGs, com a criação de um banco de dados que a longo prazo forneça informações e indicadores complementares e que suportem as tomadas de decisões desses programas e da UFV.

Para a realização deste trabalho foram encaminhados questionários, por e-mail, utilizando-se a plataforma *Google*, para 7064 egressos da pós-graduação da UFV (mestrado e doutorado), cujo retorno foi de 7,3%, ou seja, 516 questionários respondidos. Para a construção desta amostra, foram utilizadas informações constantes no banco de dados do Sistema de Controle Acadêmico da Pós-Graduação da UFV (ACADEMICOPG). O termo egresso utilizado para este estudo refere-se aos estudantes titulados nos programas de pós-graduação da UFV, ou seja, aqueles que concluíram o curso. Foram encaminhados também questionários para os 50 coordenadores dos PPGs, cujo retorno foi de 84% (42 respondentes) e para os 50 secretários dos PPGs, retornando 38% (19 respostas). O recorte temporal para essa pesquisa compreendeu o período entre 2013 e 2020, correspondente aos dois últimos períodos avaliativos dos programas de pós-graduação pela CAPES (2013-2016 e 2017-2020).

Para identificar as possíveis ações existentes entre a instituição e seus egressos, além dos questionários encaminhados para os coordenadores e secretários dos PPGs, foi feito um levantamento no site dos programas de pós-graduação da UFV, cujas consultas se estenderam às resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), do Conselho Universitário (CONSU), Estatuto e Regimento da UFV e da Pós-Graduação *Stricto sensu*, Plano de Desenvolvimento Institucional da UFV (PDI/UFV) 2018 – 2023. Foram realizadas visitas ao Arquivo Central e Museu Histórico, da Pinacoteca da UFV e entrevistas/conversas com representantes dos setores acadêmicos, Diretoria de Registro Escolar (RES), Pró-Reitoria de Ensino (PRE), da Diretoria de Tecnologia de Informação (DTI) da UFV, Associação de Ex-Alunos (AEP) e Associação de Pós-Graduação (APG).

Na instituição, inexistente uma política sistematizada de acompanhamento de egressos. Algumas dessas ações são realizadas apenas para cumprimento das exigências de preenchimento da Plataforma Sucupira e a maioria dos programas buscam informações de egressos através de redes sociais e Plataforma *Lattes*.⁸ O acompanhamento de egressos é uma das ferramentas principais para identificar a trajetória profissional, indicadores e políticas que assegurem o aprimoramento das ações institucionais, sejam elas acadêmicas ou ligadas à comunidade. Além disso, o acompanhamento constitui uma ação de (re)conhecer a opinião

⁸ Plataforma *Lattes* é um sistema de informações virtuais que agrega os dados de currículos, de grupos de pesquisa e de instituições, gerenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

sobre o curso, as dificuldades enfrentadas na instituição, no mercado de trabalho e agregar sugestões. A literatura sobre o acompanhamento de egressos ainda é restrita,⁹ pois esse tema é pouco internalizado nas instituições de ensino,¹⁰ fator desafiador para esse estudo.

Durante a busca de referências para a realização desse trabalho, percebeu-se que muitas informações relevantes, também sobre os PPGs da UFV, se perdem ao longo dos anos, por isso, propôs-se ainda o mapeamento dos conceitos obtidos nos processos avaliativos da CAPES (1981 a 2020). Foram realizadas consultas e buscas no Diário Oficial da União (D.O.U.), na Plataforma Sucupira e nos Pareceres do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES), com o intuito de recuperar tanto os pareceres e portarias referentes aos resultados dos processos avaliativos, quanto as de credenciamento/reconhecimento dos Programas de Pós-Graduação da UFV e disponibilizá-las para consultas no site da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFV.

A instituição, ao reconhecer sua responsabilidade para com os egressos e a importância de uma política de acompanhá-los após a titulação, possibilita o desenvolvimento de mecanismos e estratégias que garantam a promoção, por meio de ações vinculadas ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/UFV 2018 – 2023, o avanço das ciências promove “a excelência, a inovação, o desenvolvimento institucional, a formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade, e a inclusão social”.¹¹

Com essa ferramenta de acompanhamento de egressos, pretende-se ainda estreitar os laços e manter vínculos entre os egressos e a instituição após a titulação e criar mecanismos que possam contribuir com a melhoria da qualidade dos cursos e, conseqüentemente, um possível *upgrade* na conceituação perante a CAPES. Além de possibilitar uma análise diagnóstica dos PPGs da UFV, busca-se também possibilitar a elaboração de metas e ações de melhorias ou de intervenções, e ainda, à identificação de indicadores quantitativos e, principalmente, qualitativos que instiguem discussões sobre o ensino oferecido.

⁹ COELHO, Maria Carlota de Rezende; SILVA, Janine Pereira. Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.470-478, ago./dez. 2017. p.474. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29514/16425>. Acesso em: 18 out. 2020.

¹⁰ SANTOS, Thiago de Sousa; TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves; PEREIRA, Raquel da Silva; ROMEIRO, Maria do Carmo. Gestão de Egressos de *Stricto Sensu* em Administração: Um Estudo em Universidade Municipal. **Pensamento & Realidade**, PUCSP, São Paulo, v.32, n.2, p.16-33, 2017. p.17.

¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2018 – 2023**. p.65. Disponível em: <https://www.planejar.ufv.br/wp-content/uploads/2018/06/PDI-UFV-2018-2023-VERSAO-FINAL-SITE.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

A criação de práticas de acompanhamento de egressos não está associada a uma prestação de contas, mas “à legitimação de saberes, chancelado por um reconhecimento oficial e institucional (CAPES/MEC) e é essencial para auxiliar nas decisões de políticas públicas que visam a manutenção da qualidade de formação na pós-graduação”.¹² Ao projetar um olhar para e sobre o passado, é possível pensar uma nova perspectiva que talvez nunca tenha sido observada. A reconstrução de um passado tal como ele foi, seria impossível, mas é possível uma representação que nos faça perceber a importância do egresso para a instituição; além de alavancar discussões e ações que possam aprimorar a formação de quem inicia na instituição. O vínculo com a instituição não pode encerrar com a titulação, ele vai muito além disso.

Espera-se que as reflexões que este trabalho produziu contribuam, também, para se entender melhor os “afetos” que circulam dos corredores às salas de aula, nos laboratórios..., enfim, em todos os espaços físicos da instituição, construindo soluções que tornem perceptível aos estudantes sua importância para a instituição. Afinal, o patrimônio não se limita à materialidade, mas também às experiências e memórias, coletivas ou individuais, e à recuperação de histórias de vida. Nesse sentido, foi necessário pesquisar a evolução do conceito de patrimônio cultural e entender a inserção de novos atores no processo de patrimonialização. Mas, para que essas informações “cumpram sua função social, administrativa, técnica, jurídica, cultural, entre outras”,¹³ é necessário que sejam organizadas, preservadas e acessíveis, assegurando a transparência dos dados.

As discussões entre memória, identidade e patrimônio, levam a pensar que a valorização do passado também pode ser entendida como reconhecimento dos recursos acadêmicos produzidos nas universidades. A construção de uma fonte de dados e a elaboração de uma ferramenta que suscite novos dados e informações sobre os egressos dos cursos de pós-graduação da UFV, garantirá a conservação e a utilização desses dados para fins de planejamento e organização interna. Além disto, essa fonte de dados atenderia às novas exigências da CAPES que, em seu planejamento, inseriu ações de acompanhamento de egressos nos processos de autoavaliação dos programas de pós-graduação.¹⁴

¹² SCHANAIDER, Alberto. Sistema de Mapeamento de Egressos. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, [S.L.], v. 42, n. 6, p.413-417, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). p.413. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rcbc/v42n6/pt_0100-6991-rcbc-42-06-00413.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

¹³ CALDERON, Wilmara Rodrigues; CORNELSEN, Julce Mary, PAVEZI, Neiva; LOPES, Maria Aparecida. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Relatos de experiências. Ciência da Informação**. [S.I.], v. 33, n. 3, 2005. p.97. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1037>. Acesso em: 17 nov. 2020.

¹⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação** – Grupo de Trabalho. Brasília, 2019. p.17. Disponível em:

Para isso, o intuito com a proposta do sistema, é buscar informações em relação aos egressos sobre a escolha do curso e da instituição; idade; gênero; trajetória profissional; atuação em instituições internacionais; empregabilidade, em órgãos públicos federais, estaduais, municipais; em universidades públicas e privadas; em empresas, entidades e organizações sociais; a inserção nos sistemas educacionais, de ciência, tecnologia e inovação; impacto de sua formação acadêmica na profissionalização, salários, satisfação pessoal, contribuição da UFV na sua formação, participação em programas de iniciação científica durante o curso; sugestões de melhorias ao programa no qual foi titulado, se houve recebimentos de bolsas durante o curso, oportunidades internacionais, dentre outros dados essenciais para entender o impacto da titulação na vida do egresso. O egresso será ainda incentivado a registrar, por meio de depoimentos, histórias, fatos e relatos, um pouco de sua trajetória acadêmica na instituição e, também de suas experiências no *campus* universitário, as quais definiremos como “memórias de vivências”.

Rastrear informações, manter contato e entender onde seus egressos chegaram é importante para os PPGs, para a UFV, enfim, para a sociedade como um todo. Além disso, essa iniciativa contribuirá diretamente para a identificação do impacto social, educacional, tecnológico, econômico e cultural dos PPGs na formação dos estudantes e contribuirá para aprimorar a autoavaliação dos programas na CAPES. Mas, para que essa estratégia seja eficiente, serão necessárias ações institucionais que acompanhem o estudante a partir de sua admissão no curso, ou seja, bem antes de se tornar um egresso, e que se estenda a longo prazo. A CAPES entende, como já mencionado, que fazer o acompanhamento dos egressos é fundamental no processo avaliativo dos programas e seu reconhecimento.¹⁵

A literatura científica afirma que um curso é eficiente a partir de seus egressos.¹⁶ Os egressos são vitais para as instituições, segundo Tatiana Pereira Queiroz, eles “levam muito das suas IES para a vida profissional, retornando, por sua vez, com insumos e demandas da sua vida profissional para a Academia”.¹⁷ Assim, é essencial para as instituições de ensino que

<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

¹⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação** – Grupo de Trabalho. Brasília, 2019. p.25. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

¹⁶ Universidade para o Mundo - **Estratégias e avanços no caminho da internacionalização**. British Council. 2019. p.54. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/universidades_para_o_mundo_2019.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

¹⁷ QUEIROZ, Tatiana Pereira. **O bom filho a casa sempre torna: Análise do relacionamento entre a Universidade Federal de Minas Gerais e seus egressos por meio da informação**.2014 (Mestrado em Ciência

vislumbrem uma continuidade em seu desenvolvimento, uma contínua relação com os egressos. A busca de dados e informações sobre os egressos é fundamental para avaliar a qualidade dos cursos ofertados. Reforça-se a importância da inserção desses novos atores nas estratégias da instituição e de seus PPGs, a partir da criação de práticas que promovam a guarda, preservação, gerenciamento e utilização dessas informações para acompanhamento e melhorias dos PPGs e da instituição.

A estrutura do trabalho foi conduzida em duas partes. Na primeira, explorou-se os conceitos de patrimônio cultural e patrimônio da ciência e tecnologia, a relação entre cultura, memória e identidade na construção da cultura institucional e a importância dos arquivos e da gestão de documentos na era dos avanços digitais. Abordou-se sobre a pesquisa e a pós-graduação na UFV, dos primórdios à atualidade, com recorte aos 3 marcos temporais da instituição: ESAV, UREMG e UFV. E, também, sobre a CAPES: seus processos norteadores e avaliativos da pós-graduação. Na segunda parte, consta a metodologia do trabalho e as análises das questões encaminhadas no questionário para os egressos e em seguida, a apresentação do protótipo do Sistema de Acompanhamento de Egressos da Pós-Graduação da UFV.

PARTE I

CAPÍTULO I

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA IMPORTÂNCIA À GESTÃO DOS DOCUMENTOS

Esse capítulo visa discutir a evolução histórica do conceito de patrimônio cultural e sua transformação ao longo dos tempos. Entender a complexidade inserida ao conceito de patrimônio cultural é valorizar, cuidar e resgatar comportamentos de diferentes grupos sociais e permitir sua transposição às gerações futuras. Destaca-se, para esse estudo, o conceito do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia (PCC&T) permeando entre os bens materiais utilizados nas pesquisas e laboratórios das instituições de ensino e entre seus pesquisadores, dentre os quais destacam-se os estudantes da pós-graduação, cujas ações na instituição inserem-se no seu patrimônio cultural, mas têm se perdido pela falta de uma ferramenta que as registre.

Uma política de registros das ações e histórias desses estudantes está associada, pois, à preservação da memória, identidade e cultura da própria UFV. Dorival Aparecido de Santana retrata que:

A categoria “memória da escola” é estabelecida a partir do entendimento que cada instituição escolar, ao longo dos seus anos de funcionamento, desenvolve características que lhes são próprias, por meio de um legado cultural que é acumulado através das sucessivas gerações de alunos, professores, educadores, entre outros profissionais, que deixam suas marcas, tanto nos aspectos da cultura material escolar, quanto nos aspectos menos tangíveis desta cultura.¹⁸

A memória da instituição está associada ao avivamento de diversas memórias, coletivas e individuais, que foram se formando ao longo dos anos. É importante (re)pensar e registrar a visão do egresso sobre a instituição, cada momento percebido na instituição é concebido de maneira muito particular, conforme destaca Lídia Maria Brandão Toutain, “quando se deseja o registro da memória de uma Instituição pensa-se em imortalizar a passagem de grande parte do tempo, valorizando o trabalho, as conquistas e, particularmente, a pesquisa, quando se trata de uma instituição acadêmica”.¹⁹

¹⁸ SANTANA, Dorival Aparecido de. **A escola como lugar de memórias e de identidades**: um estudo a partir de escritos de alunos do ensino médio do colégio de. N. S. de Lourdes - Londrina/PR.2013-2014. 2016 (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. p.68. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/dissertacao_dorival_aparecido_santana.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

¹⁹ TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da Pedra Fundamental do ICI-UFBA. *In*: SILVA, RRG., org. **Preservação documental: uma mensagem para o**

Registrar documentos e informações sobre os egressos dos programas de pós-graduação por uma gestão de documentos eficiente é garantir o controle da massa documental para uso devido da informação e reflexões sobre a atuação dos programas. O acesso a documentos e informações deve ser disponível à sociedade como um todo, não apenas a um órgão específico, salvo raras exceções. Nesse sentido, foi necessária também uma contextualização dos conceitos de cultura, memória e identidade e a consciência da importância dos arquivos e da gestão de documentos no meio digital.

1.1. Reflexões sobre o conceito de patrimônio cultural, patrimônio da ciência e tecnologia e patrimônio afetivo

De origem latina (*patrimonium*), a palavra patrimônio, entre os antigos romanos, referia-se a ideia herança paterna - tudo que pertencia ao pai e era repassado às gerações posteriores. Conforme destaca Mariana Gonzalez Leandro Novaes “tudo o que estava sob o domínio do senhor – ou seja, sob sua propriedade -, desde seus bens materiais até aos seus animais e pessoas (mulher, filhos e escravos), era seu *patrimonium*, podendo ser legado em testamento”.²⁰ À época, esse *patrimonium* estava sempre ligado aos grupos de elite, podendo ser considerado um bem individual e aristocrático.

A ideia de pertencimento coletivo do patrimônio, surgiu com a formação dos Estados nacionais na Europa, quando os monumentos passaram a simbolizar o que se desejava preservar. Conforme destacam os estudos de Márcia Chuva,²¹ Maria Cecília Londres,²² Françoise Choay²³ e Dominique Poulot,²⁴ foram propostas ações para determinar os bens considerados de interesse coletivo, conferindo-lhes valores artístico e histórico. Esses bens

futuro [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p.15- 21. p.16. Disponível em <https://books.scielo.org/id/m5yr9/pdf/silva-9788523212216-03.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2021.

²⁰ NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro. **Patrimônio Científico nas Universidades Brasileiras: Políticas de Preservação e Gestão das Coleções não Vinculadas a Museus**. 2018 (Doutorado em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, UNIRIO/MAST/MCT, Rio de Janeiro, 2018. p.14. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12728/mariana_novaes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 nov. 2020.

²¹ CHUVA, Márcia. História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* - Iphan. v.34. 2021. p.147-165.

²² FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

²³ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Unesp, 2006. Tradução: Luciano Vieira Machado.

²⁴ POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII - XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

patrimonializados, “tornavam um conjunto de grande alcance político, a memória da nação, criando simbolicamente a ideia de herança comum a todos, o que fortalecia a unidade nacional”.²⁵

O patrimônio é o reconhecimento de valores e significados dos bens e práticas culturais que determinam o limite da Nação. Nesse reconhecimento está inserida a construção do Estado e do poder. Além do seu caráter legal, ou seja, que pode ser transmitido aos herdeiros, pode ser atribuído ao patrimônio o valor emocional, como exemplo, uma tradicional receita de bolo da família, uma maneira de bordar, um modo de fazer e de aprender, que passa de geração em geração.

Françoise Choay complementa que a palavra patrimônio foi se transformando ao longo do tempo, mas sempre atrelada aos objetos e bens que são repassados de uma geração a outra, indo desde os bens materiais aos saberes e costumes. Assim, surge para a autora a definição de patrimônio histórico:

Um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos. Na nossa sociedade errante, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do seu presente, «patrimônio histórico» tornou-se numa das palavras-chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade.²⁶

Conforme destaca José Reginaldo Santos Gonçalves²⁷ compreender o conceito de patrimônio histórico é entender seus múltiplos adjetivos, pois, o autor considera que não há limites nas definições da palavra. Existem várias definições de patrimônio cultural, bem como de cultura, e ambas trazem a ideia de algo compartilhado e resguardado. Nesse contexto José Reginaldo Feijão Parente²⁸ considera o conceito de patrimônio cultural polissêmico e complexo.

²⁵ RODRIGUES, Marly. Políticas públicas e patrimônio cultural. In: **Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos**. E-book Kindle. Campinas. Editora UNICAMP. 2020. p.77.

²⁶ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Unesp, 2006. Tradução: Luciano Vieira Machado. p.11.

²⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os Limites do Patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. 239-248. p.242. Disponível em: <http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%203%20-%20GON-ALVES.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2015.

²⁸ PARENTE, José Reginaldo Feijão. **Patrimônio Afetivo e Cultural no Contexto do Sítio Histórico de Sobral – CE**. 2020 (Doutorado em Psicologia), Universidade do Ceará, Sobral, 2020. p.25. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57527/3/2020_tese_jrfparente.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

Márcia Chuva também traz em suas discussões que “a noção de patrimônio cultural tornou-se maleável e ampla, capaz de agregar valores, visões do mundo e ações políticas”,²⁹ embora essas ações nem sempre sejam harmoniosas ou coerentes. Acrescentamos nossa compreensão de que as palavras-chave na ampliação desse conceito estão vinculadas à diversidade e à complexidade.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),³⁰ patrimônio cultural é formado pelo conjunto de saberes, práticas, expressões e modos de fazer, que respeitam e remetem à história, à memória e à identidade de um grupo social. Esse patrimônio é fruto de uma escolha, com a participação da sociedade, de políticas públicas e do Estado, por meio de legislação específica e deve ser considerado como algo importante para a sociedade ou para um grupo, representativo de sua história, sua cultura, seus valores e significados, embora, quase sempre, essas escolhas possam representar lutas de classes e de poder. Mesmo a tantos avanços, mudanças e possibilidades, algumas dificuldades permanecem.

Cabe ao IPHAN, no Brasil, a guarda e motivação dos bens culturais nacionais, garantindo sua permanência e usufruto para as gerações vindouras. De acordo com Luiz Philippe Torelly:

O Iphan tem uma trajetória que se confunde com a formação cultural do Brasil. Seu trabalho – compartilhado por uma sociedade complexa e em veloz transformação – além de preservar, salvaguardar e acautelar bens e manifestações culturais da nossa gente, é aquilo que não percebemos, ou melhor, que sentimos como inato: colaborar para a constituição das diferentes identidades que compõem a diversidade cultural do País, do nosso sentido de nação, do que é ser brasileiro.³¹

²⁹ CHUVA, Márcia. História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* - Iphan. v.34. 2021. 147-165. p.252.

³⁰ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia do Governo Federal, criada em 1937 e está vinculada ao Ministério do Turismo. O IPHAN tem como visão: “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.” E sua visão: “ser instituição coordenadora da política e do sistema nacional do patrimônio cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade.” A missão e visão do IPHAN estão vinculados à manutenção de valores que compreendam: “a qualidade de vida; as memórias e identidades; o acesso ao patrimônio cultural; a valorização da diversidade; ao desenvolvimento sustentável; a cidadania cultural; a descentralização, regionalização e desconcentração; e a inclusão social”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/314#:~:text=A%20Miss%C3%A3o%20do%20Instituto%20%C3%A9,o%20desenvolvimento%20socioecon%C3%B4mico%20do%20pa%C3%A3o%20e%20a%20inclus%C3%A3o%20social>. Acesso em: 05 abr. 2022.

³¹ TORELLY, Luiz Philippe. Patrimônio cultural. Notas sobre a evolução do conceito. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 149.04, Vitruvius, out. 2012. p.1. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4539>. Acesso em: 15 out. 2021.

É importante reforçar que esse patrimônio é formador da memória coletiva de determinado grupo social, pois produz “lembranças que conferem sentimentos de apropriação e de identidade, elementos que estimulam os valores sociais ligados à nação, à solidariedade, à cidadania, à ética e à moral deste”³² e os remetem a determinado lugar. No entanto, conforme afirma Dionis Blank, a sociedade é quase sempre “atingida em relação aos seus valores intangíveis, em face, em especial, do estado coletivo de menosprezo”,³³ por isso o patrimônio precisa sempre ser (re)pensado como agregador de cultura, identidade e memória, garantido sua preservação, mesmo em campo de batalha e de conflitos. Pedro Louvain complementa essa colocação, ao destacar que é importante:

Buscar compreender holisticamente o objeto passivo de preservação, sua importância e seu contexto, para, em caso de lesão, intervir para que a conduta inapropriada seja cessada, revertida, e se for o caso, responsabilizada, dificultando as ocorrências danosas ao patrimônio ou reparando o dano provocado pela ausência do bem cultural na memória coletiva.³⁴

Esta pesquisa busca compreender um objeto passivo de preservação no contexto de uma instituição de ensino superior, cujos resultados poderão servir a outras instituições e à elaboração de políticas públicas para preservação de patrimônios culturais na Nação. Ao contextualizar e tratar da preservação do patrimônio cultural torna-se indispensável abranger conceitos relativos ao uso dos espaços e sua relevância como *lugares da memória*, expressão utilizada por Pierre Nora³⁵ para pormenorizar certos espaços e temporalidades que acabam sendo consagrados em determinados grupos nas sociedades urbanas. Assim sendo, a preservação do patrimônio cultural visa, sobretudo, promover, por meio da preservação de práticas culturais e de processos de produção, o exercício da cidadania e uma melhor qualidade de vida para as pessoas no presente, práticas que deveriam ser propostas por políticas públicas.

³² SILVA NETO, Walber Angeline da; MARTINS, Tiago Leal Catunda. Trajetória do Conceito de Patrimônio Cultural: História e Reflexão. *Revista Ciência e Saberes – Série Científica*. v.3, n^o4, 2017. p.761. Disponível em: <https://www.facema.edu.br/ojs/index.php/ReOnFacema/article/view/262>. Acesso em: 15 set. 2021.

³³ BLANK, Dionis Mauri Penning, **Possibilidade Jurídica de Dano Moral Coletivo pela Destruição de Bens Culturais: Exame da Jurisprudência Estadual Brasileira**. 2012. (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. p.8. Disponível em http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1056/1/Dionis%20Mauri%20Penning%20Blank_Dissertacao.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

³⁴ LOUVAIN, Pedro. **Preservação do Patrimônio Cultural Científico e Tecnológico Brasileiro - Identificação, Análise, Avaliação e Estudo de Bens Tombados**. 2015 (Mestrado em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2015. p.3. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/copy_of_pedro_louvain.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

³⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. *Revista do Programa de Estudos em Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC*, São Paulo, n.10, 1993, p.7-28.

Em função das novas formas de comunicação e do universo virtual, o patrimônio cultural pode ser considerado “não mais como um conjunto de valores atribuídos ao espaço geográfico e aos produtos do fazer humano, mas como um valor plural, ao qual estão sendo atribuídas novas significações”.³⁶ É nesse sentido que alguns autores trazem em suas discussões a importância das práticas de preservação do PCC&T,³⁷ afinal ao preservar, conservar e divulgar os bens institucionais, contribui-se com a compreensão da história da ciência, da construção intelectual e material das instituições, onde a ciência é quimerizada.

As reflexões sobre o PCC&T vem sendo discutidas ao longo dos anos³⁸ e seu conceito foi discutido e incorporado na Carta do Rio de Janeiro³⁹ com a seguinte contextualização:

O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva lhe são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural.⁴⁰

Os avanços nos estudos do conceito de PCC&T trazem consigo discussões sobre a importância da conservação dos materiais utilizados nas mais diversas formas de pesquisas desenvolvidas, ou seja, aqueles materiais “que participaram do cotidiano dos laboratórios de pesquisa do país e contribuíram para o desenvolvimento da ciência e tecnologia”.⁴¹ O que

³⁶ SCHEINER, Teresa. **Políticas e diretrizes da museologia e do patrimônio na atualidade**. In: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa (org.). *Museus, Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p.31-48. p.36.

³⁷ GRANATO, Marcus; CAMARA, Roberta Nobre; MAIA, Elias da Silva. Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: concepção e resultados preliminares. **XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação**, 2010. In: *Anais*. Brasília: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2010. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1365/Valoriza%C3%A7%C3%A3o%20-%20Granato.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14/11/2020.

³⁸ GRANATO, Marcus; ABALADA, Victor Emmanuel Teixeira Mendes. Patrimônio cultural luso-brasileiro de ciência e tecnologia: resultados e perspectivas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência, da Informação**, v.10, n.2, 2017. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/410/409>. Acesso em: 05 abr. 2022.

³⁹ A Carta do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia foi um documento elaborado no IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de Cultural de Ciência e Tecnologia que foi realizado no Museu de Astronomia e Ciências Afins, em 2015, por decisão de seus participantes. A construção desse documento partiu de uma minuta elaborada por Bruno Melo de Araújo, Emanuela Sousa Ribeiro e Marcus Granato. Disponível em: <http://www.mast.br/images/pdf/Carta-do-Rio-de-Janeiro-sobre-Patrimnio-Cultural-da-Cincia-e-Tecnologia.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; SANTOS, Fernanda Pires. **Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: descobrindo conjuntos de objetos de C&T pelo Brasil**. *Anais do Museu Paulista: São Paulo*, v.22, n.2, p.11- 34. 2018. p.12. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/3xtW4wdMDcL8YtZX8>

ocorre, é que parte desse material, normalmente, não tem seu valor reconhecido e, muitas vezes, estão mal acondicionados e se deteriorando. Vários são os fatores que dificultam essas práticas de preservação:

A falta de recursos financeiros e humanos; a falta de espaço adequado; a falta de prioridade da instituição a qual estão vinculados; e, inclusive, a falta de interesse em praticar todas as ações que deveriam ser primordiais em museus, limitando-se a salvar do descarte peças consideradas importantes e promover seu acesso ao público.⁴²

É nesta perspectiva que todo material científico, idealizado e produzido nas instituições de ensino, expõe tanto as ações dos pesquisadores quanto de suas pesquisas à construção do conhecimento, norteando as ações do desenvolvimento científico e tecnológico ao longo de várias gerações. O conceito de patrimônio cultural não se restringe apenas à produção material humana, mas está ligado também à produção emocional e intelectual. Para isso, pretende-se disponibilizar, na ferramenta de acompanhamento de egressos, um espaço onde o estudante possa deixar registrados seus sentimentos e percepções enquanto estudante da pós-graduação.

A valorização e preservação dos bens vinculados à ciência ainda é uma tarefa complexa, isso ocorre porque as organizações ainda desconhecem a real dimensão do seu patrimônio cultural/científico.⁴³ Marta Catarino Lourenço⁴⁴ reforça que a complexidade da compreensão do patrimônio cultural da ciência e tecnologia está vinculada à dificuldade em se compreender o próprio conceito da ciência. Preservar os bens vinculados à ciência é preservar o patrimônio científico existente nas instituições de ensino. Mas como se preocupar com a preservação do material da ciência e tecnologia (C&T), sem se preocupar com os pesquisadores que estiveram por trás dessas práticas?

Nesse contexto, reconhece-se a importância do envolvimento do egresso no desenvolvimento das pesquisas realizadas nas instituições de ensino. Seu aprendizado e

ynzSFp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 mai. 2021.

⁴²GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; SANTOS, Fernanda Pires. **Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: descobrindo conjuntos de objetos de C&T pelo Brasil**. Anais do Museu Paulista: São Paulo, v.22. n.2. p.11- 34. 2018. p.29. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/3xtW4wdMDcL8YtZX8ynzSFp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2021.

⁴³NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro. **Patrimônio Científico nas Universidades Brasileiras: Políticas de Preservação e Gestão das Coleções não Vinculadas a Museus**. 2018 (Doutorado em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, UNIRIO/MAST/MCT, Rio de Janeiro, 2018. p.29. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12728/mariana_novaes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 nov. 2020.

⁴⁴LOURENÇO, Marta Catarino. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v.2, n.1. p.47-53, 2009. p.47.

conhecimento acadêmico-científico auxiliam, encorajam e podem ser determinantes para a expansão da ciência do país. Além do mais, o egresso pode prestar importantes contribuições institucionais, opinando e avaliando o programa e a instituição que o titulou e, assim, estabelecer critérios de mudanças e fortalecimento nos processos de ensino, pesquisa e extensão da pós-graduação.

O reconhecimento das práticas estudantis⁴⁵ de que trata esta pesquisa pode garantir a continuidade da instituição e de seus cursos, além de agregar valores à história institucional. Percebe-se que fazer o acompanhamento de egressos não é tarefa fácil para as instituições, a própria CAPES reconhece que um dos desafios do acompanhamento dos egressos é a operacionalização da coleta de dados e a grande quantidade de dados isolados e desatualizados.⁴⁶ Por isso, a avaliação de impacto ainda é um desafio para as instituições de ensino e para as agências de fomento e regulação. Acredita-se, porém, que pode haver um progresso importante para vencer os desafios no acompanhamento dos egressos a partir da conclusão desta pesquisa.

Este trabalho reforça que o patrimônio científico ou da ciência e tecnologia está atrelado ao (re)conhecimento também de quem está envolvido com as pesquisas. A diversidade acadêmica que envolve a instituição, a pouca valorização e a falta de conhecimento sobre esse patrimônio dificulta esse entendimento. O conceito de patrimônio, como visto, traz a noção de hereditariedade, valorização, reconhecimento, apoderamento e pertencimento, e está relacionado às questões de memória, identidade, tradição e políticas públicas. O valor afetivo também está inserido no conceito de patrimônio e indica quão importante é um bem na memória de um grupo social.

O termo patrimônio cultural é complexo e seu contexto é passível de transformações, assim, está apto a narrar culturas e tipologias ainda não observadas. Conforme bem define Teresa Paes, “é à nossa interpretação rigorosa que cabe o papel de elucidar a importância da ação cultural nas teias de significados que mantêm estruturas sociais”.⁴⁷ Por vezes, as definições de patrimônio se sobrepõem e se misturam, talvez de propósito, mas é isso que desperta uma

⁴⁵ Refere-se às “memórias de vivências”, ou seja, as percepções mantidas pelos estudantes durante as atividades de pesquisas, ensino e extensão, trabalhos realizados nas salas de aulas, nos laboratórios e trabalho de campo, e ainda, às participações em movimentos e práticas no espaço universitário enquanto estudante da instituição.

⁴⁶ MACCARI, Emerson Antonio; TEIXEIRA, Gislaiane Cristina dos Santos. Estratégia e Planejamento de Projeto para Acompanhamentos de Alunos Egressos de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v.7, n.1, março, 2014, 101-116. Universidade de Santa Maria. Santa Maria.

⁴⁷ PAES, Tereza. Políticas públicas e patrimônio cultural. *In: Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos*. E-book Kindle. Campinas. Editora UNICAMP. 2020. p.13.

forma de olhar diferenciada para cada fato social, muitas vezes ainda a ser descoberto.

Devido à impossibilidade de conservação de todas as memórias, é importante considerar o registro das “memórias” (lembranças e recordações), aludidas neste trabalho como ‘*patrimônio emocional ou afetivo*’, resgatado a partir das experiências dos egressos dos cursos de pós-graduação, enquanto estudantes na instituição. Esses registros, segundo José Reginaldo Feijão Parente, evidenciam que o “afeto é a base para ressignificar o patrimônio cultural emprestando a este a qualidade de se constituírem enquanto patrimônio afetivo”.⁴⁸ A interação entre os egressos e a instituição, os modos de ir e vir, as lembranças e recordações daqueles, o agir e fazer da instituição, essas ações não são neutras, os egressos vão construindo vínculos, valores e sentimentos, identificando-se cada vez mais com a instituição cujas ações, igualmente, devem ser influenciadas também pelos egressos.

Como lugar de memória, as instituições de ensino trazem consigo a possibilidade de um conjunto de artefatos cheio de significações e de pertencimentos para os estudantes, os PPGs e a instituição. Há muitas memórias ainda despercebidas e que devem ser desveladas e narradas. A história precisa estar associada também a quem faz a história, não apenas aos registros deixados. Preservar é cuidar e proteger,⁴⁹ manter dados, registros e informações dos egressos é preservar a própria história da UFV, é promover a longevidade da instituição.

Pensar no patrimônio cultural e na C&T das instituições de ensino é também construir a história dos egressos, identificar seus sucessos e/ou fracassos. O patrimônio não se limita às heranças, mas resulta também das experiências e memórias constituídas pelo valor afetivo. Essa construção afetiva e social da memória está atrelada às pessoas e seus grupos sociais, suas coisas e seus espaços. A memória é afetiva, traduz-se em um elo sempre vinculado ao eterno presente. Entender o patrimônio cultural das instituições de ensino não se restringe ao reconhecimento dos seus bens materiais, mas abarca, igualmente, a cultura institucional nelas existentes e à abordagem entre cultura, memória e identidade traços inerentes à sua história. A seguir, uma abordagem sobre esses temas importantes do patrimônio cultural.

⁴⁸ PARENTE, José Reginaldo Feijão. **Patrimônio Afetivo e Cultural no Contexto do Sítio Histórico de Sobral – CE**. 2020 (Doutorado em Psicologia), Universidade do Ceará, Sobral, 2020. p.24. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57527/3/2020_tese_jrfparente.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

⁴⁹ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Coord. Weber Sutti. Brasília, DF: Iphan, 2012, 25-39.

1.2. Relação entre cultura, memória e identidade na construção da cultura institucional

É característica do ser humano se atrelar aos costumes, crenças, valores, pensamentos e práticas de determinados povos e nações.⁵⁰ A cultura pode ser associada à maneira de falar do ser humano sob determinada perspectiva, Sami Sanchez Júnior explica que, para a antropologia, a cultura é a palavra empregada para “explicar ou compreender o modo de vida da humanidade”,⁵¹ ou seja, a maneira de agir de cada grupo social. A ideia de cultura “faz alusão às características socialmente herdadas e aprendidas que os indivíduos adquirem a partir de seu convívio social. Entre essas características, estão a língua, a culinária, o jeito de se vestir, as crenças religiosas, normas e valores”.⁵²

A cultura é “sempre pública [...] compartilhada e coletivamente instituída em seu caráter simbólico. Ela requer o consenso interpessoal”,⁵³ complementa André Pires do Prado, “para que uma cultura se sustente, sua teia de significados precisa ser interiorizada e consumida pelos indivíduos por ela abarcados”,⁵⁴ oportunizando a existência de um laço afetivo com o ambiente. Esse laço afetivo se aproxima do conceito de *topofilia* que é o elo afetivo entre o indivíduo e o espaço físico, e está relacionado à percepção do indivíduo sobre o ambiente como espaço de vida, de memória, de sentimentos e de interação. Milton Santos registra que o conceito de cultura “está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. Ela, a cultura, é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado”.⁵⁵

Numa instituição, a cultura representa seus valores e crenças que determinam os caminhos a serem percorridos, é fruto de uma história construída e constituída num determinado espaço de tempo. Falar dos egressos, especificar sua vivência pós titulação é também necessário

⁵⁰ SANCHEZ JÚNIOR, Sami. **Um olhar antropológico sobre o patrimônio cultura: sentidos, significados e ressignificações do Museu Mariano Procópio (MMP)**. 2007 (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. p.17. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2900/1/samirsanchesjunior.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

⁵¹ *Ibid.*

⁵² RODRIGUES, Lucas de Oliveira. Identidade cultural. **Brasil Escola**. p.1. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/identidade-cultural.htm>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.

⁵³ PRADO, André Pires do. **O patrimônio na encruzilhada do sentido: dispositivos de memória entre a chancela e o afeto**. 2017 (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2017. p.164. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151222/prado_a_p_dr_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 20 set. 2021.

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ SANTOS, Milton. Da cultura à indústria cultural. **Folha online**. 2000. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_3_10.htm. Folha online. 2000. Acesso em: 15 out. 2021.

para entender a cultura organizacional da instituição de ensino, resgatar a história dos egressos é compreender seus valores, suas crenças, suas ações, e suas expectativas futuras. Conforme coloca Icléia Thiesen Magalhães Costa “pertencemos e agimos em dispositivos que são criações sociais”,⁵⁶ processo no qual somos influenciados e influenciados, cujas mudanças se impõem ao longo dos tempos. O estudante, membro de uma instituição de ensino superior, tem a possibilidade de contribuir para o processo de crescimento/desenvolvimento dela, uma vez que é influenciado e tem a capacidade de influenciar nos processos acadêmicos dos PPGs.

Nesse contexto, como falar do passado, como rememorar fatos, sem fazer referência à memória? Paul Ricoeur retrata que conceituar memória é tentar ser fiel ao passado, pois nos liga aos fatos acontecidos antes de serem transformados em memória, ou seja, “para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela”.⁵⁷ A memória é vista não apenas como uma maneira de guardar fatos e manter lembranças, mas também a habilidade de atribuir novo valor aos fatos já consagrados, ou seja, é a capacidade de ressignificá-los.

A memória está vinculada à capacidade do ser humano de guardar determinados conhecimentos adquiridos ou algumas experiências passadas e trazê-los à mente, esse processo é necessário para a “constituição das experiências e do conhecimento científico”.⁵⁸ Todo conhecimento está vinculado às memórias do passado e é consolidado no presente, complementa Marieta de Moraes Ferreira “a memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”.⁵⁹ O conceito de memória pode ainda ser entendido como o resultado “dos entrelaçamentos das experiências de um tempo vivido”⁶⁰ e que “[...] transmitimos para que o que vivemos, cremos e pensamos não venha a morrer

⁵⁶ COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p.137.

⁵⁷ RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Trad: Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p.41.

⁵⁸ PEREIRA, Maria Juvanete Ferreira da Cunha. **O Arquivo Público enquanto lugar de memória**. Em tempo de Histórias, nº 10. UnB. 3 fev. 2011. p.97. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20089/18485>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁵⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, Tempo presente e história oral**. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro, 2002. p.21.

⁶⁰ TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da Pedra Fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, RRG., org. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p.15- 21. p.17. Disponível em <https://books.scielo.org/id/m5yr9/pdf/silva-9788523212216-03.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2021.

conosco”.⁶¹

Grande contribuição sobre o tema está nas obras de David Lowenthal⁶² que retrata que a importância atribuída à memória está vinculada a sua capacidade de continuidade do tempo e resistência às grandes mudanças. O autor considera que a memória da experiência presente é inata e percebível e que a “distinção entre o passado histórico e o presente não é inata, mas adquirida, e com frequência incerta ou ausente”,⁶³ pois as experiências passadas são transmitidas oralmente e quando não se têm registros, o passado é apreendido completamente em função de relatos do presente.

A memória, seja a pessoal ou coletiva, está sempre voltada à lembrança ou recordação. Assim, a memória é de suma importância para os registros, testemunhos e documentos, ela permite uma visão do passado em função da experiência e da vivência, conservando no presente fatos do passado. David Lowenthal⁶⁴ define o passado como um “país estrangeiro”, por mais que se acredita conhecer o passado, fala-se de um “lugar” sem nunca ter estado lá, sem conhecê-lo em sua totalidade. Mesmo assim, o passado não está morto, tem-se conhecimento também de ações e pensamentos anteriores de outros fatos e pessoas.

A essência da memória é a necessidade de narrar acontecimentos que perpassam várias gerações, com o intuito de não favorecer a amnésia e manter vivos os acontecimentos que já existiram. Assim, a memória “constrói, conserva e renova identidades, domesticando o fluxo do tempo num presente que dura”,⁶⁵ afirma Fernando Catroga. Recordar é indispensável, tanto para lembrar de fatos quanto para situá-los no espaço temporal dos acontecimentos e compreender o passado. A memória social “não é uma simples rememoração coletiva de fatos passados, mas uma seleção das representações de fatos passados, compartilhados de maneira a estabelecer vínculos afetivos de pertencimento e solidariedade”.⁶⁶ Régis Debray acrescenta que:

Independente, porém, dos variados suportes que registram a memória social, é possível reconhecer o quão importante ela é, vista a continuidade da experiência humana. Quando se deseja o registro da memória de uma Instituição pensa-se em imortalizar a

⁶¹ DEBRAY, Régis. **Transmitir: o segredo e a força das idéias**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.16.

⁶² LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. Tradução Lúcia Haddad. **Projeto História**, São Paulo, v.17, nov. 1998.

⁶³ *Ibid.*, p.138.

⁶⁴ LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. Tradução Lúcia Haddad. **Projeto História**, São Paulo, v.17, nov. 1998.

⁶⁵ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. p.13-35. p.25.

⁶⁶ IPHAN - **56ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural** – IPHAN – 15 de maio de 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2008__01__56a_reunio_ordinria__15_de_maio.pdf. Acesso em: 20 set. 2021. p.40.

passagem de grande parte do tempo, valorizando o trabalho, as conquistas e, particularmente, a pesquisa, quando se trata de uma instituição acadêmica.⁶⁷

Adauto Novaes⁶⁸ frisa que a história foi construída no esquecimento, no passado e futuro. Sem passado e sem futuro nossos pensamentos e a própria história se tornam vazios. O autor acrescenta que “narrar a história de um povo, a partir apenas do tempo presente, tempo fragmentado, direcionado, “instante fugidio” tido como único tempo real, é negar a articulação de épocas e situações diferentes. O simultâneo tempo da história e o pensamento do tempo”.⁶⁹

Nas instituições de ensino, compreender seu funcionamento, entender suas relações, funções e objetivos ao longo dos anos pode ser uma referência e um aprendizado para o futuro. Nesse sentido, a relação entre passado/presente/futuro pode ser compreendida como uma perspectiva de que conhecer o passado pode ser importante para evitar os mesmos erros no futuro, através de comportamentos, mudanças ou percepções diferentes e atentas no presente. Embora, o que “seremos amanhã depende do projeto e compromisso de história que, hoje, queiramos construir e assumir”.⁷⁰

A ciência histórica não é construída nem observada, mas é traçada sob a perspectiva de uma realidade sobre a qual se indaga, se testemunha e se evidencia, coloca Jacques Le Goff.⁷¹ Acrescenta ainda este autor, que o início da história teria sido um relato, uma narrativa que foi se evoluindo em diferentes desdobramentos na história das representações, das ideologias, das mentalidades, dos imaginários e dos simbólicos.

A memória, inerente aos seres humanos, representa sua capacidade de conservar certas informações. A memória não é um local onde se acumulam todos os acontecimentos vividos pelo indivíduo, mas, sim, “retenção afetiva e ‘quente’ do passado fica dentro da tenção tridimensional do tempo”.⁷² Segundo Michael Pollak,⁷³ a memória é seletiva e seu avivamento ou esquecimento estão relacionados aos grupos dos quais fazem parte.

⁶⁷ DEBRAY, Régis. **Transmitir: o segredo e a força das idéias**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.16.

⁶⁸ NOVAES, Adauto (org). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.9.

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da Pedra Fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, RRG., org. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p.15- 21. p.20. Disponível em <https://books.scielo.org/id/m5yr9/pdf/silva-9788523212216-03.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2021.

⁷¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p.106.

⁷² CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. 13-35. p.20.

⁷³ POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p.3 - 15. p.9. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Foram nos trabalhos de Maurice Halbwachs⁷⁴ que importantes mudanças sobre o conceito de memória surgiram. Acreditava-se, até então, que o indivíduo era o único responsável por resgatar seu próprio passado, ou seja, que a memória era orientada exclusivamente por leis biológicas. Os trabalhos deste autor sobre o estudo da memória, do fator social, mostram a existência de uma relação íntima entre o individual e o coletivo.

Maurice Halbwachs⁷⁵ afirma ainda que é imprescindível explorar o confronto de testemunhos, de lembranças, para confirmar ou aprimorar o que se sabe sobre o passado, ou seja, a validação de uma determinada imagem sobre o passado enquanto lembrança efetiva. Existem duas maneiras desse confronto: a primeira é entre as lembranças de um mesmo indivíduo; a outra, por meio do confronto de lembranças de indivíduos distintos.

Ao registrar a memória de grupos que viveram determinada experiência, tem-se o intuito de reunir a experiência comum compartilhada e, segundo Pierre Nora, lugares de memória são “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos idênticos”.⁷⁶ Assim, os indivíduos só lembram a partir do ponto de vista de um grupo social específico, ao qual de alguma forma se vinculam. Ana Paula Goulart Ribeiro acrescenta que “a memória está interligada diretamente às identidades sociais”,⁷⁷ enquanto Joel Candau⁷⁸ coloca que, mesmo quando as lembranças são compartilhadas entre seus membros, as evocações dessas lembranças podem ser expressas e percebidas de maneira diferenciada, pois cada cérebro comporta de maneira única e diferenciada.

Neste sentido, todo testemunho é produto de um trabalho coletivo. Uma pessoa, mesmo que sozinha, produz suas memórias de acordo com o que os amigos escreveram, nos livros lidos e de acordo com as diferentes ideias que compõem os grupos sociais dos quais faz parte. Ainda, segundo Pierre Nora, há uma aceleração da história, um passado que parece morto e desaparecido, “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais [...] há locais de memória

⁷⁴ HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2005. p.25-52.

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. **Revista do Programa de Estudos em Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**, São Paulo, n.10, 1993, p.7-28. p.13.

⁷⁷ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 1950. In: **Estudos de Comunicação**. XI Encontro Anual da Compós. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003. p.3.

⁷⁸ CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p.199.

porque não há mais meios de memória”.⁷⁹

A velocidade do tempo é atroz, do passado restam apenas vestígios, daí a importância de arquivar e manter registros para manter a memória “viva”. Pierre Nora coloca que esse lugar de memória acaba sendo uma linha tênue entre história e memória. O autor considera opostos esses conceitos e faz a seguinte distinção entre eles: a memória é dinâmica e viva, emerge de um grupo e, “nesse sentido, ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repetitivas revitalizações”.⁸⁰ Já a história é a reconstrução sempre controversa do que não mais existe.

Não se pode confundir a evocação, isto é, a verbalização das lembranças manifestadas com as lembranças em si, “nesse sentido, toda tentativa de descrever a memória comum a todos os membros de um grupo a partir de suas lembranças, em um dado momento de suas vidas, é reducionista, pois ela deixa na sombra aquilo que não é compartilhado”.⁸¹ Portanto, não se deve confundir metamemória coletiva com memória coletiva propriamente dita. Quando indivíduos afirmam que lembram da mesma maneira que outras pessoas lembram, eles fazem referência à metamemória coletiva.

Lembrar é recordar, é reviver. A memória é importante para a própria constituição do patrimônio, principalmente quando se trata da memória coletiva que faz parte da visão de mundo de uma sociedade. Quando um fato importante é transmitido de geração em geração como testemunho de acontecimentos vividos, as novas gerações também se tornam testemunhas e participantes desse fato. A afetividade também nos reporta no tempo, no espaço, nas memórias e nas lembranças.

A memória faz conservar através de imagens, fotos, desenhos, documentos, objetos, a lembrança de fatos que são considerados importantes sobre a constituição de uma instituição de ensino, no caso específico deste estudo, os egressos da pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa. Daí, a função social da instituição em re(construir) sua memória institucional, através do registro de informações até então desconsideradas. É através da memória que nos orientamos para compreender o passado e o comportamento de um grupo

⁷⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. **Revista do Programa de Estudos em Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**, São Paulo, n.10, 1993, p.7-28. p.7.

⁸⁰ *Ibid.*, p.9.

⁸¹ CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p.34.

social, de uma instituição, cidade ou nação. Esse avivamento ou resgate da memória contribui para a formação de identidade, resgate das raízes e está diretamente relacionada à formação cultural.

A identidade é construída socialmente, pois no processo de sua construção os elementos históricos, geográficos, econômicos, dentre outros, são herdados e determinados pelos próprios atores. À medida que esses atores tomam consciência de suas memórias individuais e coletivas, suas identidades são fortalecidas e surgem vínculos de pertencimento aos grupos sociais. A identidade é, pois, construída a partir do *patrimônio* dos grupos sociais, suas expressões, manifestações populares, sua linguagem, ou seja, de sua cultura.

A compreensão da história e da memória é parte de uma construção que se fixa ao longo dos tempos e que dá identidade a um grupo social ou indivíduo, assim, pode-se dizer que a história é construída. O resgate da memória é envolto por um sentimento que estimula e nutre a necessidade desse grupo ou indivíduo saber sobre si, sobre seu passado, sobre suas conquistas, esta necessidade é considerada um combustível da história. A memória é, pois, lembrança, reconhecimento e reconstrução, é perpetuação da história.

A memória exerce importante papel na construção da identidade de determinado grupo social e tem função integradora, uma vez que ela conta com “elementos simbólicos comuns no qual o grupo se identifica ou que se reúna em torno dos mesmos”.⁸² A construção da identidade é dinâmica e está em constante transformação, “já que a sua construção faz parte de um processo de negociação e de disputa, pois depende de como o grupo se vê, como os outros os vê e como ele quer ser visto”.⁸³ A atribuição de uma ou mais identidade a um grupo social está sempre ligada a conflitos de interesses.

É indissociável a relação entre patrimônio cultural, memória e identidade, segundo Pierre Nora eles fazem parte de uma mesma “constelação passional”.⁸⁴ Essa constelação está representada nas crenças, saberes, mitos e representações sociais, que “sustentam o registro que cria e mantém a memória e identidade que têm no patrimônio cultural sua expressão”.⁸⁵ A

⁸² SANCHEZ JÚNIOR, Sami. **Um olhar antropológico sobre o patrimônio cultura: sentidos, significados e ressignificações do Museu Mariano Procópio (MMP)**. 2007 (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. p.26. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2900/1/samirsanchesjunior.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

⁸³ *Ibid.*

⁸⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. **Revista do Programa de Estudos em Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**, São Paulo, n.10, 1993, p 7-28.

⁸⁵ OLIVEIRA, Lenora Azevedo de. **Patrimônio Cultural, Memória e Identidade: Um estudo etnográfico sobre processos de interação de atores humanos com monumentos cívicos**. 2018 (Doutorado em Ciências Sociais), Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande

construção da memória e da identidade está vinculada à maneira como os lugares e as diferentes experiências são percebidos.

A ideia de cultura, bem como a de memória e identidade, não estão relacionadas a algo palpável ou concreto, mas são percebidas como uma construção simbólica e imaginável. Cultura, memória e identidade são maneiras de explicar e interpretar o mundo ao qual estamos inseridos e que formam em decorrência de um contexto histórico. Por isso, compreender a relação entre memória, identidade está vinculada ao olhar para as mais diferentes culturas e à capacidade de aludir significado à resignificação.

A importância desse trabalho está vinculada à manutenção, guarda e (re)construção da história da UFV. A memória de uma instituição de ensino não está apenas nos registros documentais como matrícula e titulação, mas também nas experiências e memórias de seus egressos. Desse modo, a memória como propriedade de conservar informações e “histórias” remete-se a impressões do passado, ou que assim o representam.

A UFV é um lugar de patrimônios, culturas, memórias e de identidades. Seu patrimônio refere-se às suas memórias, lembranças, materiais e registros. E sua identidade relaciona-se também aos demais conceitos, tendo em vista que ela se constrói a partir do patrimônio cultural da instituição, e sua memória constitui-se a partir dos fatos representados na construção de sua identidade e no legado de seus registros.

Assim como na construção histórica da era “pedra e cal” os monumentos, por si só, não têm significado, esse significado está implícito nas histórias e no resgate das memórias e mentalidades envolvidos nesse complexo universo. Preservar um patrimônio cultural é compreender as peculiaridades do coletivo, é preservar um bem comum. Conforme Marcus Tadeu Daniel Ribeiro preservar um patrimônio cultural é “a possibilidade de se compreenderem estruturas mais genéricas da história a partir da compreensão da articulação do indivíduo em seu contexto de época”.⁸⁶

Diante da impossibilidade de preservação de todas as memórias, várias lembranças são perdidas, não existe memória sem esquecimento.⁸⁷ Necessita-se que políticas públicas sejam emergentes com o intuito de preservar as memórias das universidades, não apenas documentais,

do Sul, Porto Alegre. .2018. p.18. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8198/4/TES_LENORA_AZEVEDO_DE_OLIVEIRA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 10. out 2021.

⁸⁶ RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.34. 2012. 223 a 247. p.244. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

⁸⁷ LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov. 1998. p.63-201.

arquivísticas e museológicas, mas também dos egressos. Cuidar da história das instituições hoje é garantir sua memória amanhã. “Os registros, sejam quais forem, permitem o desenvolvimento da cultura, guardam nossa memória coletiva, o que incide sobre a possibilidade de alterações culturais”,⁸⁸ registra Lídia Maria Brandão Toutain.

Ao planejar um sistema para o acompanhamento de egressos, propomos um olhar sobre o passado da UFV para entender seus procedimentos e sua cultura institucional. Este estudo visa também uma possibilidade de dar voz aos egressos da UFV e de dar luz a caminhos até então desconhecidos, manchados pelo tempo ou mesmo esquecidos. Essa busca por vestígios para a recomposição de um passado institucional só é possível com o reconhecimento da importância dos egressos para a instituição; além de ser possível implementar mudanças no caminho a ser percorrido pelos que iniciam sua formação na instituição.

1.3. A importância dos arquivos nos suportes digitais como lugares de memória

A cada tempo, de acordo como Lídia Maria Brandão Toutain, a “humanidade engendrou suas práticas sociais e conservou suas experiências para transmiti-las a gerações seguintes de maneiras diversas, de forma que se pode dizer de uma trajetória da memória como história das formas de significá-la, conservá-la e recuperá-la”.⁸⁹ Com as transformações do homem, seus processos de aperfeiçoamento e registros encontrados, foi possível conhecer e compreender as mais diversas culturas até então existentes.

Os documentos não escritos, pinturas rupestres gravadas em cavernas, abrigos, paredes e outras superfícies, esculturas, fósseis, sítios arqueológicos, dentre tantos outros “documentos” bem diferentes dos atuais, permitiram e permitem entender e estudar a ação dos homens no perpassar dos tempos. É através desses registros que torna-se possível entender o presente, conhecer quem somos e quem foram nossos antepassados. Assim, pode-se afirmar que esse processo não é diferente com as instituições de ensino contemporâneas. Para que uma instituição seja reconhecida, memorizada e entendida, sua evolução precisa estar guardada e registrada, seja através de documentos, fotografias, sites, depoimentos, dentre outros.⁹⁰

⁸⁸ TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da Pedra Fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, RRG., org. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p.15- 21. p.17. Disponível em <https://books.scielo.org/id/m5yr9/pdf/silva-9788523212216-03.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2021.

⁸⁹ *Ibid.*

⁹⁰ SANTANA, Dorival Aparecido de. **A escola como lugar de memórias e de identidades: um estudo a partir de escritos de alunos do ensino médio do colégio de. N. S. de Lourdes - Londrina/PR.2013-2014.** 2016 (Mestrado em

Conforme esclarece Marilena Leite Paes, foi após formas mais organizadas de vida social que os homens começaram a perceber a importância dos documentos e “começaram a reunir, conservar e sistematizar os materiais em que fixavam, por escrito, o resultado de suas atividades políticas, sociais, econômicas, religiosas e até mesmo de suas vidas particulares”,⁹¹ com o intuito de protegê-los e guardá-los. Com os avanços tecnológicos houve “crescimento dos documentos e da necessidade de conservá-los para perdurar na história”⁹² e para perdurar a história da humanidade. Assim, formas de organização e acesso eram cada vez mais necessárias.

Theodore Roosevelt Schellenberg retrata que “desde que se começou a registrar a história em documentos, surgiu para o homem o problema de organizá-los”.⁹³ A necessidade de organização e de mecanismos eficazes para aceder ao respectivo conteúdo é intrínseca ao ser humano. Wilmara Rodrigues Calderon ratifica essas colocações, ao frisar que o aparecimento do documento está relacionado às necessidades humanas “tanto para garantir que as experiências vividas pelos antepassados sirvam de orientação para as ações futuras como para regulamentar as relações interpessoais ou atender às aspirações de natureza espiritual, intelectual e de lazer”.⁹⁴

Em primeiro momento a história do documento está relacionada a “fatores religiosos, políticos, administrativo e literários”,⁹⁵ em outro momento “ao ensino de valores morais e éticos”⁹⁶ e em outros, “para conhecer fatos do passado”.⁹⁷ O crescimento da quantidade dos documentos está associado às mudanças da cultura oral para a cultura escrita que, com o transcorrer do tempo e o surgimento dos arquivos, tornou-se importante para a sociedade.

A história dos arquivos se consubstancia paralelamente ao aparecimento da escrita e, conseqüentemente, à proliferação dos documentos e pode ser considerada “o reflexo das relações existentes entre os homens, desde quando começaram a se reconhecer como “ser

História Social), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. p.91. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/dissertacao_dorival_aparecido_santana.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

⁹¹ PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.15.

⁹² PORTO, Daniela Miguéns. **História e evolução do Arquivo: A exemplaridade da Torre do Tombo**. 2013 (Mestrado em Ciências Documentais), Universidade Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2013. p.12. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1836>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁹³ SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**. Princípios e técnicas. 6. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.75.

⁹⁴ CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p.79.

⁹⁵ *Ibid.*

⁹⁶ *Ibid.*

⁹⁷ *Ibid.*

social” e tiveram a necessidade de exteriorizar suas ações”.⁹⁸ Sua institucionalização inicia-se entre os séculos IV e V e estava vinculada às classes dominantes. Os arquivos eram vistos como símbolo de poder “quem detinha acesso aos arquivos tinha poder de conhecimento sobre as ações administrativas, desde as questões de direito de propriedade até as de ordem de prisão”.⁹⁹ Os arquivos eram, pois, mantidos nos templos e palácios e já possuíam o “caráter de servir para a administração e, posteriormente, como prova para os homens”.¹⁰⁰

Com o impacto das novas tecnologias, da produção de grande massa documental, tornou-se fundamental a conservação e guarda de documentos existentes nas instituições, inclusive nas de ensino. O desafio que se coloca é como cuidar para que esses documentos não se percam, pois é a partir deles que se conhece a história institucional e seus grandes desafios. Sendo a produção de conhecimento científico umas das atividades da universidade, vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão, como definir o que guardar? Como guardar? Onde guardar? E por que guardar?

Assim pode-se pensar no patrimônio cultural como “preservador de uma memória, e do espaço [...] que gera o uso da categoria ‘lugares de memória’ que observa o espaço físico (material) como suporte para a formação de uma memória coletiva (imaterial)”.¹⁰¹ Vincula-se aqui a memória aos registros, sejam em forma de documentos ou outros, e o espaço físico dos arquivos, assim entende-se que o arquivo público é um lugar de memória. Esses arquivos devem ser vistos como fonte de informação e de conhecimento e que dependem das tecnologias da informação para uma gestão administrativa eficiente.

Nem todos os registros estão escritos e, obviamente, nem toda memória está registrada; assim, conforme Maria Juvanete Ferreira da Cunha Pereira, “não há vida sem expectativas, não é o passado que dá sentido ao presente. São as expectativas de futuro que dão sentido ao

⁹⁸ GERÔNIMO, Michele Brasileiro. **O Arquivo Universitário e suas diretrizes: um estudo de caso do sistema de arquivo da UNICAMP (SIARQ)**. 2014 (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Campus de Marília, Marília, 2014. p.25. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/geronimo_mb_me_mar.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁹⁹ PEREIRA, Francisca Martins. **Preservação da Informação em Instituições da Administração Pública Brasileira**. 2011 (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. p.18. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10700/1/2011_Francisca%20Martins%20Pereira.pdf. Acesso em: 20. out. 2020.

¹⁰⁰ GERÔNIMO, Michele Brasileiro. **O Arquivo Universitário e suas diretrizes: um estudo de caso do sistema de arquivo da UNICAMP (SIARQ)**. 2014 (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Campus de Marília, Marília, 2014. p.25. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/geronimo_mb_me_mar.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

¹⁰¹ ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. **Revista História Hoje** – Revista eletrônica de história. v.3. n.7. p.1.

passado. E por isso a memória é dinâmica, porque faz parte da vida”.¹⁰² Complementa Sandra Jatahy Pesavento, “a história e a memória são representações narrativas que se propõem uma reconstrução do passado e que se poderia chamar de registro de uma ausência no tempo”.¹⁰³ Como manter toda essa história com ausência de registros? Sem registros... muito provavelmente sem história.

Na contemporaneidade a transmissão de experiências individuais e coletivas se dissiparam. As sociedades primitivas não possuíam necessidades de lugares de memória porque, para elas, a memória permanecia viva e os conhecimentos eram transmitidos oralmente de geração em geração. Maria Juvanete Ferreira da Cunha Pereira registra que “cada gesto, cada fazer no cotidiano, possuía seu significado e seu ritual”.¹⁰⁴ Como consequência à aceleração da modernização perdeu-se essas características particulares e houve a necessidade de se criar “santuários da memória”, apresentados por Pierre Nora como “lugares da memória” o que representa a necessidade de identificação do indivíduo na sociedade contemporânea.

Pierre Nora afirma ainda que não existe memória espontânea, é necessário criar arquivos com significados materiais, funcionais e simbólicas, de maneiras variadas, contendo registros escritos, orais, coleções fotográficas, datas comemorativas, celebrações, obras de artes, dentre outras; “é importante manter aniversários, organizar celebrações e pronunciar elogios”.¹⁰⁵ Sobre essa colocação Lenora Azevedo de Oliveira considera que quando “não há mais transmissão de valores e a prática de rituais, os lugares de memória devem ser considerados ‘lugares de história’”.¹⁰⁶

A lembrança é uma reconstituição do passado, é uma “memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita”.¹⁰⁷ Pierre Nora trata de memória como uma “constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material

¹⁰² PEREIRA, Maria Juvanete Ferreira da Cunha. **O Arquivo Público enquanto lugar de memória**. Em tempo de Histórias, nº 10. UnB. 3 fev. 2011. p.95. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20089/18485>. Acesso em: 20 jan. 2021.

¹⁰³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.76.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p.99.

¹⁰⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. **Revista do Programa de Estudos em Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**, São Paulo, n.10, 1993, p 7-28. p.12.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Lenora Azevedo de. **Patrimônio Cultural, Memória e Identidade: Um estudo etnográfico sobre processos de interação de atores humanos com monumentos cívicos**. 2018 (Doutorado em Ciências Sociais), Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018. p.60. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8198/4/TES_LENORA_AZEVEDO_DE_OLIVEIRA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 10. Out 2021.

¹⁰⁷ NORA, Pierre. *Op.cit.* p.15.

daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter a necessidade de nos lembrar”¹⁰⁸ ou recordar. Há lugares para esta memória porque não há mais meios de memória, assim o arquivo constitui-se “como a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida, mas não o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida.”¹⁰⁹

Nesse contexto da necessidade de guarda e manutenção dos registros, em função do crescimento dos documentos e o aumento da burocracia, os arquivos tornaram-se necessários, muito embora suas características eram ligadas apenas à guarda desse material, sem quaisquer cuidados de manuseio com os documentos. Como lugar de retenção, detentores da informação e fundamentais para a sociedade destacam-se os arquivos, as bibliotecas e os museus. A princípio, a noção de arquivo, biblioteca e museu se confundiam, pois tinham semelhanças e os mesmos objetivos de preservação, mas com a evolução científica, cultural e tecnológica, destacando o advento da imprensa, cada um desses órgãos passou a ter uma delimitação específica, embora todos representem a função de guardar, seus objetivos não são os mesmos.¹¹⁰ As bibliotecas e os museus tem o caráter cultural e os arquivos tem o caráter funcional, embora pode-se dizer que todos contribuem para o conhecimento e manutenção da história.

Os documentos contribuem para a gestão do conhecimento, divulgação de informações e, principalmente, se vinculados às tecnologias de informação, agilizam o processo das informações registradas.¹¹¹ Em função da aceleração da massa documental, esses documentos precisam estar organizados e serem de fácil acesso. Não adianta ter os documentos, eles precisam ser selecionados, importantes e úteis, não basta apenas preservar a informação, mas, além de tudo, fazer com que elas circulem, afirma Le Coadic.¹¹² Stphanie Sá Leitão Grimaldi acrescenta que:

Desde o período *postbellum* da Segunda Grande Guerra, a informação passou a ser vista como um insumo estratégico que vem se multiplicando, sem limitações de espaço-tempo. Seu valor de mercado alcançou proporções inimagináveis em épocas passadas. Isso se deu graças à valorização do conhecimento, que despontou como importante ativo

¹⁰⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. **Revista do Programa de Estudos em Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**, São Paulo, n.10, 1993, p 7-28. p.15.

¹⁰⁹ JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**. v.25, n 2. 1995. p.2.

¹¹⁰ PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

¹¹¹ GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão. **Memória da Ciência e Tecnologia: preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro**. 2016 (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. p.19. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17609/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Stphanie%20Vers%C3%A3o%20Final_01-04.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

¹¹² LE COADIC, Yves-François. **A ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

informativa. Parte importante desse agregado pode ser creditada aos cientistas, graças a eles, o mundo está caminhando em um ritmo sem precedentes conforme a produção de novas informações, tecnologias e conhecimentos. Como em um ciclo perpétuo, este ritmo se retroalimenta de novas informações e conhecimentos que são produzidos e consumidos avidamente, abrindo espaço para novos saberes científicos e tecnológicos.¹¹³

A humanidade, de diversas maneiras e a cada tempo, busca meios para registrar e conservar suas experiências e práticas sociais para transmiti-las às gerações futuras.¹¹⁴ Até o final do século XX esses registros eram conhecidos como documentos de arquivos, que segundo Heloisa Liberalli Bellotto eles “são produzidos por uma entidade pública, ou privada por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal guardando esses documentos relações orgânicas entre si”.¹¹⁵ Salienta ainda, que “[...] surgem pois, os motivos funcionais administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa”.¹¹⁶ Entretanto, conforme coloca Francisca Martins Pereira, surgiu na mesma época o termo a informação arquivística que “baseado na abordagem informativa dos documentos, trazida aos arquivos pelas escolas norte-americanas e canadenses para caracterizar a dinâmica da contemporaneidade sobre a informação”.¹¹⁷

Para que os documentos sejam melhor ‘*aproveitados*’ é necessário um estudo mais detalhado e abrangente sobre suas características e diversidades, referenda-se aqui à importância dos arquivos, da arquivística/arquivologia e dos arquivistas. A arquivologia se “ocupa dos estudos referentes às funções do Arquivo em suas técnicas de produção, organização, guarda, preservação e utilização dos acervos documentais sob sua responsabilidade”.¹¹⁸ O arquivo compreende um conjunto de documentos produzidos ou

¹¹³ GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão. **Memória da Ciência e Tecnologia: preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro**. 2016 (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. p.19. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17609/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Stphanie%20Vers%C3%A3o%20Final_01-04.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

¹¹⁴ TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da Pedra Fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, RRG., org. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p.15- 21. Disponível em <https://books.scielo.org/id/m5yr9/pdf/silva-9788523212216-03.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2021.

¹¹⁵ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p.37.

¹¹⁶ *Ibid.*

¹¹⁷ PEREIRA, Francisca Martins. **Preservação da Informação em Instituições da Administração Pública Brasileira**. 2011 (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. p.19. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10700/1/2011_Francisca%20Martins%20Pereira.pdf. Acesso em: 20. out. 2020.

¹¹⁸ SANTOS, Hercules Pimenta dos. História e Arquivologia: Relação, Individualização e Mídias Contemporâneas. **VII Encontro Estadual de História. ANPUH BA – Feira de Santana**, 2016. p.2. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1473775054_ARQUIVO_ArquivologiaeHistoria_relacionamento_COMPLETO.pdf. Acesso em: 30/01/2021.

recolhidos por instituições de caráter público ou privado, podendo ser feito também por pessoas físicas, a partir do exercício de suas atividades, materializados em qualquer suporte. E o arquivista tem a responsabilidade de coordenar e controlar a produção, o fluxo e a difusão da informação em qualquer tempo e lugar em que ela seja produzida.

De maneira mais abrangente o “arquivo é um conjunto de informações, transpostas em documentos, que podem assumir diversos formatos, desde impressos até digitais, existindo entre estas espécies uma gama diversificada de suportes materiais”.¹¹⁹ Dependendo do objeto de estudo de cada área o documento é “posicionado ora como objeto de estudo, ora como uma fonte de informação. Isso irá definir, de fato, as formas de análise, tratamento e organização desses documentos, na ótica das atividades humanas que se modificam ao longo do tempo”.¹²⁰ Em alguns momentos o documento tem cunho cultural e antropológico, com a finalidade de relatar acontecimentos, informações, sentimentos, entre outros; em outros momentos, como prova de fatos históricos. Nos dois casos o documento é entendido como fonte de pesquisa e de informação.

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)¹²¹ define documento como “toda informação registrada em um suporte material, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprovam fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar”.¹²² O CONARQ traz ainda a seguinte definição sobre documentos de arquivo: “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte”¹²³ e sobre instituição arquivo: “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos”.¹²⁴

¹¹⁹ PEREIRA, Francisca Martins. **Preservação da Informação em Instituições da Administração Pública Brasileira**. 2011 (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. p.19. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10700/1/2011_Francisca%20Martins%20Pereira.pdf. Acesso em: 20. out. 2020.

¹²⁰ CALDERON, Wilmar Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p.81.

¹²¹ O CONARQ criado pela Lei nº 8.159/1991 e regulamentado pelo Decreto nº 4.073, de 3 janeiro de 2002, está vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça. Tem por objetivo definir a política dos arquivos públicos e privados e definir as gestões normativas da gestão de documentos e proteção especial aos documentos de arquivos.

¹²² CONARQ - ARQUIVO NACIONAL. **Gestão de documentos; conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro, 1995. (Publicações Técnicas, 47). p.11.

¹²³ CONARQ - ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas; 51). p.27.

¹²⁴ *Ibid.*

Pode-se afirmar ainda que documento é “toda unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, por comprovar fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar”.¹²⁵ Todo documento é tido como uma fonte de informações, nos mais diversos registros, como livros, jornais, revistas, cartas, fotos, filmes, dentre outros. Define-se por suporte “o material no qual são registradas as informações”,¹²⁶ e formato “é o conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura de informação e conteúdo de um documento”.¹²⁷

O tratamento desses documentos e a maneira como essas informações estão registradas são ferramentas da gestão pública, tanto de pesquisa quanto de garantir a perpetuação de sua memória e história. Esses registros vinculados à arquivologia, gestão de documentos e tecnologia da informação precisam garantir confiabilidade, autenticidade e acessibilidade, uma vez que têm valor de prova das atividades desenvolvidas por algum setor. A maneira como essas informações são registradas e utilizadas definem o tipo de arquivo, não o contrário.

A criação e organização dos arquivos são tarefas complexas, “que requerem a adoção de medidas que visem à otimização dos serviços”.¹²⁸ Logo, para que seja possível essa prática, as instituições precisam perceber a importância da preservação e manutenção dos arquivos, e do quanto “os arquivos organizados podem contribuir para a consecução dos objetivos institucionais, fornecendo informações ágeis, seguras e com qualidade, assegurando a eficiência e eficácia da organização de ensino, levando-a a cumprir seu papel na sociedade”.¹²⁹

Para isso, é primordial o apoio da administração pública tanto para institucionalização do arquivo, quando para a sua conservação e uso. Um bom desempenho no uso dos arquivos institucionais remete à qualidade das atividades técnicas, do programa de gestão de documentos, da aquisição de acervos e disseminação da informação. O desenvolvimento de um saber arquivístico no domínio e na esfera dos arquivos universitários a nível nacional é recente,

¹²⁵ ARQUIVO NACIONAL. **Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 98p. p.10. Disponível em: http://siga.arquivonacional.gov.br/images/cursos_capacitacao/Apostila_gestao_documentos_2015.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

¹²⁶ *Ibid.*

¹²⁷ *Ibid.*

¹²⁸ BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: sonho ou realidade? *In: Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. 3. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p.27.

¹²⁹ *Ibid.*, p.29.

ênfatisa Mariza Bottino¹³⁰. Conforme destaca Maria João Pires de Lima, “um país sem arquivos é um país sem memória, sem cultura, sem direitos”.¹³¹

Na UFV, em 1985, foi criado o Arquivo Central e Histórico da instituição, com a definição inicial de “Arquivo Central”, cujas atividades iniciais foram o “recolhimento, identificação e organização do acervo documental”¹³² da instituição. Mesmo assim, na UFV, poucos setores tem práticas organizadas e sistematizadas de tratamento de documentos e de sua classificação relacionada às atividades-fim ou à tabela de temporalidade e destinação de documentos.¹³³ Uma das hipóteses vai ao encontro das fundamentações teóricas expostas por Mariana Oliveira Moritz, Gilberto de Oliveira Moritz, Michelle Bianchini de Melo e Flora Moritz da Silva¹³⁴ e Luci Mari Aparecida Rodrigues, Lucia Gomes Beuter e Cibele Barsalini Martins,¹³⁵ pois, além dessas instituições apresentarem nível elevado de complexidade, há uma diversidade de objetivos que norteiam suas ações.

As universidades são consideradas “organizações complexas devido a sua multiplicidade de objetivos, alta especialização e baixo grau de coordenação, o acompanhamento de egressos de pós-graduação faz-se necessário no plano da gestão, como uma estratégia universitária”.¹³⁶ Esta complexidade das instituições universitárias enquanto sistemas sociais e seus conflitos, normalmente são geradas por divergências de grupos, que nelas atuam de acordo com seus próprios interesses.

Neste sentido, as universidades precisam (re)conhecer seus problemas e resolvê-los de maneira eficiente, visando o “compromisso ético com os valores acadêmicos e legitimidade diante dos vários segmentos da comunidade acadêmica”.¹³⁷ Cabe aos PPGs planejar e gerenciar suas atividades em busca de seus objetivos, considerando sua vocação, sua história e as

¹³⁰ BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: sonho ou realidade? *In: Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. 3. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p.29.

¹³¹ LIMA, Maria João Pires de. *Os Arquivistas, a Formação, a Profissão*. Cadernos de BAD. Lisboa, v.2, 1992. p.26.

¹³² UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Arquivo Central e Histórico. **História do Arquivo**. Disponível em: <https://arquivohistorico.ufv.br/apresentacao/>. Acesso em: 21 abr. 2021

¹³³ Os trabalhos de mestrado das servidoras Nanci Fernandes de Paula e Patrícia da Silva Fonseca retratam sobre essas questões. Suas dissertações defendidas em 2022 ainda não estão disponíveis no Locus UFV.

¹³⁴ MORITZ, Mariana Oliveira; MORITZ, Gilberto de Oliveira; MELO, Michelle Bianchini de; SILVA, Flora Moritz da. **A implantação do planejamento estratégico em organizações complexas: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina**. Revista GUAL. Florianópolis, v. 5, nº 1, p.228-249, jan/abr. 2012.

¹³⁵ CORRÊA, Cláudia Prim; RODRIGUES, Luci Mari Aparecida; BEUTER, Lucia Gomes; MARTINS, Cibele Barsalini. O Acompanhamento de Egressos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Como Ação Estratégica nas Universidades – XVI Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU, Arequipa – Perú. Novembro de 2016. p.2.

¹³⁶ *Ibid.*, p.1.

¹³⁷ *Ibid.*, p.237.

experiências das pessoas que fazem parte desse processo e que muito contribuem para construção de sua história, memória e identidade. Atualmente, a coleta de dados referentes aos egressos, normalmente, “visa apenas ao preenchimento da Plataforma Sucupira e à alimentação da aba egressos no site do programa”.¹³⁸

Com o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento de egressos, proposto nesta pesquisa, será possível armazenar, registrar dados e informações e emitir relatórios. Manter esses dados organizados e disponíveis para a gestão universitária é fundamental para o processo ensino-aprendizagem. Esse processo não é estático e busca subsidiar os PPGs em suas propostas, objetivos, possibilitando tomadas de decisões para melhorias contínuas no processo ensino-aprendizagem. Será ainda possível perceber e acompanhar as novas demandas da sociedade, de modo a inserir no mercado de trabalho profissionais e cidadãos cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Hoje, a disponibilidade de informações on-line é crescente e a preocupação com os usuários da informação também, conforme colocam José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca, “um serviço de informação orientado ao usuário implica em se considerar o usuário e o impacto da informação sobre sua vida, inclusive fora dos espaços físicos dos serviços de informação”.¹³⁹ Acrescenta Maria de Fátima Tálamo, “a informação é inseparável do sujeito, tanto daquele que a gera, como daquele que a transforma e a trata, como daquele que a recebe e a aplica, transformando-a ou não em outros conteúdos”.¹⁴⁰

A disponibilidade de informações aos usuários e os desafios e as perspectivas na implementação dos sistemas de arquivos nas universidades permanecem, uma vez que, conforme coloca José Maria Jardim,¹⁴¹ os arquivos quase sempre estão voltados apenas para a guarda aleatória de documentos, ignorando a gestão de documentos, e suas fases, tema a ser abordado no item seguinte.

¹³⁸ SOARES, Flaviana Polisseni. **Instituição de um sistema eficaz para o acompanhamento de egressos de programas de pós-graduação: O egresso como referência para a autoavaliação do PPGACL**. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. p.8. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10951>. Acesso em: 30 out. 2020.

¹³⁹ JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**, v.5, n.5, 2004. p.2. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7650>. Acesso em: 28 fev. 2021.

¹⁴⁰ TÁLAMO, Maria de Fátima. Informação: organização e comunicação. *IN: Seminário de Estudos de Informação*, 1, 1996. p.12. Anais. Niterói: Eduff, 1996.

¹⁴¹ JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**. v.25, n 2. 1995. p.6.

1.4. Gestão de documentos na era dos avanços digitais: sistematização do conhecimento

Com o caminhar acelerado da humanidade e todo amadurecimento da ciência e tecnologia e da ciência da informação, tornou-se impossível pensar que os documentos escritos sejam a única fonte de estudo para a História; os documentos ultrapassaram as fronteiras e abrangeram novas significações, abarcando, por exemplo, palavras e gestos. Lugares de memória passaram a ser um testemunho de um tempo e não somente uma “cristalização física do passado”,¹⁴² mas inerente “apenas da realidade que os habita: uma realidade de que os mesmos são, então, depositários, enquanto condensações simultâneas do trabalho da História (sedimentações) e afloramentos da perpetuação da Memória (reminiscências)”.¹⁴³

Nas últimas décadas, houve uma aceleração no aumento de informações em formato digital. Assim, é cada vez mais comum o registro de atividades no meio eletrônico. No entanto, permanecem os desafios e as dificuldades quanto ao registro e organização dos documentos produzidos no meio digital. José Maria Jardim considera que a humanidade está vivenciando uma “Segunda Revolução Industrial”,¹⁴⁴ ou seja, a “era da informação”, conceito criado a partir das mudanças radicais impostas pelo avanço da informática e das novas tecnologias.

O mundo contemporâneo parece acelerado, existe um ‘frisson’ pela busca de patrimonialização, ampliação do conceito de patrimônio e inserção de novos grupos ao processo, à produção de massa documental no meio digital e, conseqüentemente, a necessidade de uma organização. José Maria Jardim reconhece ainda que a sociedade está sob o “choque informático”, pois suas estruturas econômicas, sociais e culturais “estão sendo profundamente alteradas com as novas tecnologias da informação. A crescente utilização desses recursos vem afetando hábitos, conhecimentos, competências, o universo cultural e mesmo a razão de ser dos indivíduos”.¹⁴⁵ E a garantia mais representativa da permanência dessas ações humanas através do tempo são os documentos de arquivo, tanto no meio físico quanto no digital, cuja importância reconhece Gabriel Moore Forell Bevilacqua, pois possibilita “recuperar projetos e

¹⁴² ABREU, J. G. Arte pública e lugares de memória. In. **Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Patrimônio**. v. IV. Porto, 2005, p.215-234. p.217. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4944.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

¹⁴³ *Ibid.*

¹⁴⁴ *Ibid.* p.252.

¹⁴⁵ JARDIM, Jose Maria. **A arquivologia e as novas tecnologias da informação**. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.251-260, 1992. p.252 Disponível em: www.uel.br/pessoal/jneto/arqtxt/novastecnologiasJNETO.pdf Acesso em: 26 out 2021.

procedimentos utilizados, garantir direitos e deveres e capitanear e dinamizar os ciclos de relacionamento e processo das organizações”.¹⁴⁶

Para acompanhar esse avanço das informações digitais, foi necessário o desenvolvimento de técnicas que garanta um tratamento adequado na prática de preservação dos arquivos. A gestão de documentos não é um conceito recente, existe desde 1940,¹⁴⁷ e tem sua definição no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como "o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento”.¹⁴⁸

Segundo Heloisa Liberalli Bellotto, as instituições precisam elaborar um sistema eficiente de gestão documental, de modo que demonstrem eficiência administrativa e acadêmica, que mantenham armazenadas as informações sobre os procedimentos de ensino, pesquisa e extensão, sobre o tempo de permanência dos professores, servidores e estudantes nas instituições e sobre o tempo posterior, e finalmente, que forneçam “dados de toda ordem como grande capital de experiência para continuidade institucional da universidade”.¹⁴⁹

Na contemporaneidade, a gestão de documentos precisa abordar também a preservação dos documentos digitais. A revisão dos conceitos arquivísticos frente às novas exigências passaram a exigir novos paradigmas.¹⁵⁰ Mas, de acordo com as novas exigências das ciências aplicadas, como descartar os parâmetros arquivísticos até então existentes? Como não considerar as ferramentas clássicas que constituem a arquivologia, frente aos novos desafios impostos pelas informações obtidas no meio digital? O ciclo vital dos documentos pode ser uma estratégia pouco adequada na gestão proficiente da instituição, se os sistemas abrangerem documentos aleatoriamente, sem qualquer tratamento ou, se não tratarem de forma adequada os documentos gerados digitalmente. Esse problema, quase sempre, ocorre nas instituições de

¹⁴⁶ BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. **Banco de Dados e Informatização de Arquivos: pressupostos teóricos e aplicações técnicas**. 2010 (Mestrado em História Social), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.1. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042010-162134/publico/GABRIEL_MOORE_FORELL_BEVILACQUA.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

¹⁴⁷ INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de Documentos: Uma Renovação Epistemológica no Universo da Arquivologia**. Arquivistica.net – www.arquivistica.net. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.28-60, 2007.

¹⁴⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021. p.100

¹⁴⁹ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Universidade e Arquivos: perfil, história e convergência**. TransInformação, Campinas, v.1, n.3, p.15-28, set/dez. 1989. p.25.

¹⁵⁰ BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. *Op.cit.*

ensino superior, tanto pela falta de regras e normas sobre a gestão de documentos, como pela falta de documentos e registros que garantam informações sobre a atuação dos egressos da pós-graduação, após a titulação. Se inexistem práticas de tratamento de documentos no meio físico, no digital a situação não é diferente.

É exatamente nessa mudança de paradigmas e de novas exigências que a ciência da informação surge para auxiliar a gestão administrativa dos arquivos. Está se tornando cada vez mais obsoleto e quase impossível trabalhar com dados, informações e documentos sem o uso dos sistemas de informação. Os grandes volumes de dados e informações, gerados no dia a dia das instituições, necessitam das redes de computadores e de internet para armazená-los, organizá-los e disponibilizá-los de forma eficiente, organizada e rápida. Precisa pensar no banco de dados como um conjunto ordenado de elementos (dados e informações), com uma ordem lógica e que tenha a função de atender as demandas das instituições, através da ciência da informação.¹⁵¹ E que pode apresentar como benefício a velocidade no processamento das informações, sua segurança e integridade, embora problemas também possam ser percebidos, conforme destaca Ana Celeste Indolfo:

A simplicidade de criação e transmissão de documentos traz como consequência a informalidade na linguagem, nos procedimentos administrativos, bem como o esvaziamento das posições hierárquicas. A facilidade de acesso acarreta, às vezes, intervenções não autorizadas que podem resultar na adulteração ou perda dos documentos. A rápida obsolescência tecnológica (software, hardware e formato) e a degradação das mídias digitais dificultam a preservação de longo prazo dos documentos e sua acessibilidade contínua.¹⁵²

No intuito de minimizar esses problemas, medidas preventivas podem ser adotadas na gestão digital arquivística, principalmente, porque, como já dito anteriormente, documentos e informações têm o papel fundamental na tomada de decisões e na prestação de contas, de uma instituição, e, em outras circunstâncias, são valiosos, como fontes de prova, garantia de direitos e testemunhos de ações. Atribuir papel estratégico às políticas públicas das instituições de ensino significa adotar ações e procedimentos que venham tornar esse papel uma realidade de

¹⁵¹ BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. **Banco de Dados e Informatização de Arquivos: pressupostos teóricos e aplicações técnicas**. 2010 (Mestrado em História Social), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.22. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042010-162134/publico/GABRIEL_MOORE_FORELL_BEVILACQUA.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

¹⁵² INDOLFO, Ana Celeste. *Gestão de Documentos: Uma Renovação Epistemológica no Universo da Arquivologia*. **Arquivística**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.28-60, 2007. p.16.

forma planejada, organizada e eficiente. As políticas públicas devem estar alinhadas aos objetivos institucionais, definindo o que e como conservar e, assim, elas devem ser estabelecidas através de respostas a perguntas como: Por quê? Para que? Até quando conservar? Eis uma forma para que as políticas públicas sejam definidas com a utilização da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo e a realidade de cada instituição.

Ana Celeste Indolfo¹⁵³ chama a atenção sobre a gestão, preservação e acesso de longo prazo dessa documentação, e assegura que práticas arquivísticas precisam estar vinculadas aos sistemas de informação desde sua criação para garantir “a autenticidade, a fidedignidade, a integridade e a acessibilidade”¹⁵⁴ das informações, sejam elas em meios físicos ou digitais. A gestão de documentos objetiva “preservar e dar acesso aos documentos de maneira ágil e eficaz”,¹⁵⁵ possibilitando proporções manipuláveis da massa documental. A gestão de dados, informações e documentos, além de favorecerem os processos de tomada de decisões das instituições, é uma das premissas para o alcance da eficiência e dos princípios da administração pública.

O Arquivo Nacional é o órgão responsável pela gestão documental da administração pública brasileira. Está vinculado ao Ministério da Justiça, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da administração pública federal, com a “missão acompanhar e implementar a política nacional de arquivos, que tem como um dos pilares as atividades de gestão de documentos de arquivo”.¹⁵⁶ A gestão de documentos da Administração Pública está definida no §2º do art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”.¹⁵⁷ Os deveres da administração pública constam na Lei de Arquivos - Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991,¹⁵⁸ que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências e na Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.¹⁵⁹

¹⁵³ INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: Uma Renovação Epistemológica no Universo da Arquivologia. *Arquivística*. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.28-60, 2007.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p.41.

¹⁵⁵ SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Um diálogo entre arquivo, conhecimento e tecnologia. *Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología*. n.60. 2015. p.5

¹⁵⁶ *Ibid.*

¹⁵⁷ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

¹⁵⁸ BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

¹⁵⁹ BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso

A Lei 8.159, de 08 de janeiro de 2011, em seu art. 3º, considera a gestão de documentos “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.¹⁶⁰ Controlar documentos significa mais que garantir seu uso e destinação adequada, mas, primordialmente, “assegurar ao governo e ao cidadão acesso pleno às informações contidas nos documentos, tarefa, por excelência, dos arquivos”.¹⁶¹ A gestão de documentos visa ainda:

assegurar, de maneira eficiente, a produção, utilização e destinação final dos documentos; garantir que a informação esteja disponível quando e onde seja necessária; contribuir para o acesso e conservação dos documentos de guarda permanente, por seu valor probatório, científico e histórico; assegurar a eliminação dos documentos que não tenham valor administrativo, fiscal, legal ou para pesquisa; permitir o aproveitamento racional dos recursos humanos, materiais e financeiros.¹⁶²

A existência de legislações acerca desse assunto instrumentaliza as instituições para que criem mecanismos de estudos, entendimentos e implementações de ferramentas para uma boa gestão de documentos em toda sua diversidade. A UFV, instituição vinculada a esse estudo, atua internamente com diversos setores e demandas muito específicas nas esferas da pesquisa, ensino e extensão, com finalidades variadas e de diferentes naturezas, sem quaisquer treinamentos sobre um tratamento adequado com os documentos. Cada setor/órgão trata sua documentação com regras próprias, sem a atuação de profissionais da área arquivística. Há abordagem sobre esse tema na dissertação do servidor Eduardo Luiz dos Santos.¹⁶³ Se a

XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 30 jan.2021.

¹⁶⁰ BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

¹⁶¹ ARQUIVO NACIONAL. **Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. p7. Disponível em: http://siga.arquivonacional.gov.br/images/cursos_capacitacao/Apostila_gestao_documentos_2015.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

¹⁶² *Ibid.* p.20.

¹⁶³ SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa**. 2017 (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/10963/Eduardo%20Luiz%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2021.

instituição não possui diretrizes para gestão de documentos no meio físico, essa prática é inexistente no meio eletrônico/digital.

Conforme a dissertação apresentada pelo servidor Eduardo Luiz dos Santos, a percepção dos entrevistados foi 100% negativa, quando questionados se “há algum serviço arquivístico ou órgão administrativo responsáveis pela normatização dos procedimentos de gestão de documentos na UFV?”¹⁶⁴ Concluiu-se que não existem práticas na UFV de análise de documentos, baseadas na sua classificação relacionadas às atividades-fim ou à tabela de temporalidade e destinação de documentos. Esta realidade atual compromete a preservação de documentos e o necessário descarte do que não tem valor arquivístico. É de suma importância que a instituição agregue em suas práticas uma gestão de documentos eficiente, capacitando os envolvidos nessas atividades, caso contrário, seus processos organizacionais serão ineficientes e sem uma estrutura adequada no processo de tomada de decisões.

A instituição precisa estudar detalhadamente cada setor e criar condições e medidas de implementar essas exigências legais e estruturais. A iniciativa deve dispor com orientações claras, objetivas e bem detalhadas para facilitar os trabalhos. Essa demanda deve ser administrativa. Intensificar e priorizar esses trabalhos é de suma importância, para assegurar que muitos materiais de destaque e importância não sejam descartados, perdidos ou mal acondicionados. É responsabilidade das instituições de ensino manter informações e registros das diversas atividades e atores envolvidos em seu processo ensino, pesquisa e extensão. Reafirmando: o arquivo serve para tornar presente algo do passado, ele pode ser visto como um lugar representativo da memória dos indivíduos e das instituições e pode ser utilizado para estudos e pesquisas.

É importante que o egresso participe dos propósitos institucionais relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, mesmo após sua saída da instituição de ensino. Eles fizeram e fazem parte do contexto institucional, colaboraram com a cultura da instituição da mesma forma como a instituição contribuiu com a formação profissional e pessoal, em uma via de mão dupla – instituição/egresso e egresso/instituição. Após sua titulação na UFV, o diploma é o último documento e a última informação mantida nos arquivos acadêmicos da Diretoria de Registro Escolar. Cada estudante tem uma pasta com toda documentação pessoal e acadêmica enquanto

¹⁶⁴ SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa**. 2017 (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. p.95. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/10963/Eduardo%20Luiz%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2021.

discente da instituição, no entanto, lacra-se essa pasta quando depositada a cópia do seu diploma. O termo “lacrar” foi utilizado, uma vez que, essa pasta só será reaberta se necessária alguma informação ou consulta sobre esse estudante ou, caso ele retorne para outro curso. Caso contrário, não será mais manuseada. Após esse “lacre”, encerra-se também o vínculo entre o estudante e a instituição?

Como saber se a instituição está em conformidade com seus objetivos, PDI e se o ensino oferecido é de qualidade e atende as demandas da sociedade, se não existem práticas de acompanhamento de egressos? Fazer o acompanhamento dos egressos, obter dados, informações e registros anuais sobre os estudantes após sua titulação é construir a memória institucional e sua história, mas para isso essas informações precisam ser tratadas, organizadas e disponibilizadas em arquivos digitais, assim como acontece na gestão de documentos físicos. Segundo José Maria Jardim “o conceito/noção de memória norteia diversas práticas de constituição do patrimônio documental por parte dos arquivos públicos”.¹⁶⁵ Ao discorrer sobre a questão arquivística das instituições públicas, o autor chama a atenção de como a noção de memória está vinculada ao processo de avaliação e seleção de documentos arquivísticos.

Vale a pena (re)pensar que a memória se traduz em um dos alicerces que dá sentido à vida. Apropriando da definição de Pierre Nora, uma instituição de ensino pode ser vista como “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia”.¹⁶⁶ Preservar a memória da instituição é mantê-la viva e primordial para o fortalecimento de suas bases. Sua preservação está vinculada à conservação de fotos, documentos, objetos, organização de seus registros e reconhecimento dos que contribuíram com seus trabalhos e ações.

A Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, expõe em seu art. 17 a competência das instituições arquivísticas federais “A administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais”.¹⁶⁷ O binômio universidade/arquivologia diz muito: instituição e arquivologia e, precisam caminhar juntas e a passos largos, mas conforme destacado por Mariza Bottino¹⁶⁸ não

¹⁶⁵ JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**. Revista Ciência da Informação – Vol. 25, n.2, 1995. p.1.

¹⁶⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. **Revista do Programa de Estudos em Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**, São Paulo, n.10, 1993, p 7-28. p.7.

¹⁶⁷ BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

¹⁶⁸ BOTTINO, Mariza. Os arquivos universitários no Brasil. *In: A Informação: questões e problemas*. Niterói: EDUFF, 1995. p.61-67.

existe uma relação dinâmica entre os arquivos e as universidades. A ideia ou concepção de que os arquivos são fundamentais na vida da instituição ainda não é reconhecida. A arquivologia é fundamental na vida da instituição e seus documentos devem ser selecionados e arquivados de maneira correta para serem acessados quando necessário.

Dentro das perspectivas de funções sociais da universidade constituída em ensino, pesquisa e extensão, os arquivos representam um “referencial informativo a organizar, a moldar, a viabilizar as próprias relações administrativas; igualmente ele significa o referencial/memória apto a oferecer retratos das situações, atos, fatos e comportamentos passados”.¹⁶⁹ Desse modo os arquivos representam papéis estratégicos e essenciais para as demandas administrativas. Todos os PPGs da UFV precisam ter acesso a informações sobre seus egressos e é inadequado cada programa buscar essas informações em redes sociais. Essa prática deve ser institucional e realizada por ferramentas próprias acessíveis a todos os PPGs com objetivos de construção de um acervo institucional.

As instituições precisam perceber e entender o quanto os arquivos são importantes em suas múltiplas funções, mas ainda é “deficiente o conhecimento sobre seu valor, o que faz com que essas instituições não direcionem a atenção necessária aos arquivos, principalmente no sentido de organizá-los”.¹⁷⁰ Enfatizando: com as informações fornecidas através do acompanhamento de egressos, importantes decisões podem ser tomadas para o planejamento e avaliação institucional, para aprimoramento dos PPGs junto à CAPES, no planejamento estratégico dos programas e no apoio ao ensino, pesquisa e extensão.

A busca e disponibilização de dados e informações sobre os egressos, permitirá, de forma eficiente e segura, respostas a vários questionamentos: onde estão e como atuam profissionalmente os egressos? Que carreiras seguiram? Qual foi a contribuição do programa para a inserção dos egressos no mercado de trabalho? Qual a percepção do egresso sobre o programa e a formação acadêmica recebida? Essas informações precisam estar registradas e armazenadas e devem estar disponíveis com fácil acesso para consultas de modo a possibilitar análises e intervenções pontuais quando necessárias.

¹⁶⁹ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Universidade e Arquivos: perfil, história e convergência**. TransInformação, Campinas, v.1, n.3, p.15-28, set/dez. 1989. p.23.

¹⁷⁰ GERONIMO, Michele Brasileiro; BIZELLO, Maria Leandra. A organização de arquivos universitários: reflexo da arquivística integrada na implementação dos sistemas de arquivo. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** (ENANCIB 2013) GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento. p.3. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/184123>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Pode-se pensar aqui na ampliação do conceito de patrimônio digital, cuja proposta deve estar além da digitalização ou criação de documentos em meios digitais, mas em formas de utilizar dados e relatórios na construção de informações relevantes e importantes aos PPGs e à instituição. Entender a importância de se registrar informações sobre a trajetória dos estudantes após sua titulação, é compreender a importância social, econômica e cultural dos PPGs e da própria instituição. É uma política de preservação do patrimônio cultural/educativo/educacional existente nas instituições de ensino, ainda negligenciado. Registrar, armazenar e arquivar dados e informações sobre o perfil dos egressos dos PPGs da UFV é relevante para que essa, dentre várias outras memórias não se percam com o passar dos tempos.

Preservar a memória institucional através da gestão de documentos não é apenas guardar documentos para registrar fatos ocorridos no passado. É compreender as diferenças e especificidades de cada período, é ter referências consistentes para construir o presente e planejar o futuro. É descobrir valores e renovar os vínculos, é reverberar sobre a história, não apenas para recordar, mas para perceber que a reflexão e a prática andam de mãos dadas e possibilitam a implementação de novas práticas e mudanças organizacionais.

Assim, para pormenorizar a proposta deste trabalho, o arquivo deve ser pensado e potencializado como difusor da informação. Nesse sentido, ele assume novas funções, além de “coletar, salvaguardar, preservar, armazenar e disseminar a informação – funções tradicionais -, proporciona sua reorganização em face às TI’s, de forma a promover o encontro do cidadão com a informação”.¹⁷¹ A sociedade tem cada vez mais exigido precisão nas informações disponíveis e o arquivo tem sua importância reforçada no mundo contemporâneo, relacionado aos “aspectos históricos, jurídicos e administrativos”.¹⁷² Seu aspecto histórico representa a memória de um povo, de uma instituição ou de um indivíduo e, finalmente, constitui-se em fonte de pesquisa para todos os ramos do saber.

A principal finalidade dos arquivos é facilitar o acesso à informação¹⁷³ e sua principal justificativa “é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um sentido de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva”.¹⁷⁴ Neste sentido, as informações

¹⁷¹ BARROS, Dirlene Santos. AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação** [online]. Campinas, v. 21, n. 1, p.55-61, jan./abr., 2009. p.56. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862009000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 set. 2020.

¹⁷² *Ibid.* p.56.

¹⁷³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivologia**: objetivos e objetos. Arquivo: boletim histórico e informativo, v.10, n.2, p.81-83, 1989. p.81.

¹⁷⁴ BARROS, Dirlene Santos. AMÉLIA, Dulce. *Op. cit.* p.56.

disponíveis dos egressos, através de um sistema de arquivo podem ser vistas como um lugar de memória para a pesquisa. A qualidade dos produtos e serviços do arquivo é evidenciada pelas informações disponibilizadas para “a tomada de decisões, na fixação das diretrizes tanto do planejamento quanto da avaliação institucional; no apoio ao ensino, pesquisa e extensão [...]”.¹⁷⁵

Para manipular de forma correta e eficiente toda massa documental em formato físico e digital são necessárias técnicas e ferramentas adequadas de arquivamento, considerando as especificidades institucionais e o ciclo de vida dos documentos. Todo processo tecnológico traz muitos benefícios para as organizações e para o mundo, nas instituições de ensino esse cenário é similar. Os dados e informações auxiliam o processo de tomada de decisões. Sabe-se que as principais empresas do mundo que trabalham com o uso de dados e informações são as que mais crescem. O conhecimento é construído a partir do uso das informações, de sua análise e articulação, decorrentes dos dados previamente coletados, preservados, organizados e disponibilizados.

A gestão de documentos e do conhecimento vinculados à ciência da informação integram, interagem e interoperam o conhecimento entre os usuários e as informações, facilitando o elo entre as pesquisas, os bancos de dados, as informações e os documentos em suporte digital. Esse canal propicia eficiência no aproveitamento dos dados, gerenciamento das informações, habilidades e competências, fatores primordiais nos processos de tomada de decisão.

Neste capítulo, discutiu-se a evolução histórica do conceito de patrimônio cultural e sua evolução ao longo do tempo. Entender a complexidade deste conceito é valorizar os diferentes grupos sociais e suas ações, repassando esse legado às gerações futuras. Destacou-se também o conceito de Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, que se refere aos bens materiais utilizados nos laboratórios e nas pesquisas, os quais contribuíram e contribuem com a compreensão da história da ciência, das instituições de ensino e dos PPGs. Além dos bens materiais é necessário levar em consideração as ações dos pesquisadores, inserindo neste contexto, os estudantes da pós-graduação.

A história não deve estar associada apenas aos registros deixados, mas também aos envolvidos na história, seus personagens e representantes. Manter dados e informações sobre os egressos da UFV é preservar a história da própria instituição e é necessário para entender a

¹⁷⁵ BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Orgs.). **Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. 3ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p.28.

cultura organizacional da instituição, seus valores, crenças, ações e expectativas futuras. O grande desafio é como registrar e guardar esses dados e informações. Neste sentido, os arquivos devem ser vistos como fonte de informação e de conhecimento, geridos administrativamente de forma eficiente, utilizando, também, as novas tecnologias da informação.

Com o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento de egressos, proposto neste trabalho, será possível armazenar, registrar dados e informações sobre os PPGs, contribuir no aprimoramento das ações e na gestão dos PPGs e da própria instituição. Com esta ferramenta pretende-se, ainda, obter subsídios que permitam avaliar o impacto da pós-graduação na prática profissional de seus egressos. A seguir, será abordado um pouco da história da UFV, refletindo sobre seus três marcos institucionais.

CAPÍTULO II

A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – DOS PRIMÓDIOS À ATUALIDADE

A pesquisa científica é indispensável para os avanços e desenvolvimento das ciências, e pode-se afirmar que pesquisa e pós-graduação são mutuamente dependentes, pois fornecem metodologias e embasamentos epistemológicos essenciais à formação dos pesquisadores. A pós-graduação é considerada “uma alavanca importante para políticas de Estado, internas e/ou externas, seja no ideário e composição de ações no âmbito das políticas públicas, seja na contabilização da formação de recursos humanos qualificados e publicizando os conhecimentos nacionais”.¹⁷⁶

Nacional e internacionalmente a pós-graduação é vista preponderantemente como responsável pelo crescimento dos trabalhos científicos e pela importância de suas pesquisas, conforme reconhecimento de vários autores, como Afrânio Mendes Catani, João Ferreira de Oliveira e Regina Maria Michelotto,¹⁷⁷ Acacia Zeneida Kuenzer e Maria Célia Marcondes de Moraes,¹⁷⁸ João Ferreira de Oliveira e Karine Nunes de Moraes¹⁷⁹ e Elenara Chaves Edler de Almeida e Jorge Almeida Guimarães.¹⁸⁰ Neste cenário de relevada importância da pesquisa e da pós graduação elenca-se nesse trabalho a Universidade Federal de Viçosa.

A UFV destaca-se pela importância de suas pesquisas e de seus pesquisadores. Em 2021, a instituição constava com 5 cursos avaliados pela CAPES com nota 7; 6 cursos com nota 6 e 10 com nota 5, num total de 50 PPGs. Ao longo de sua trajetória, a instituição vem acumulando experiências e destaques,¹⁸¹ não só pela pós-graduação, mas também pelo oferecimento dos

¹⁷⁶ FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; SOUZA, Jusamara. Pensar a formação e a pesquisa na pós-graduação *Stricto Sensu*. **Educar em Revista**, Curitiba, v.34, n.71, p.9-18, 2018. p.10. DOI: 10.1590/0104-4060.62549. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/RdZtcxFbV9kzZ7D7GvDzrCN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

¹⁷⁷ CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; MICHELOTTO, Regina Maria. As políticas de expansão da educação superior no Brasil e a produção do conhecimento. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**. Campo Grande, n. 30, p.267-281, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/RdZtcxFbV9kzZ7D7GvDzrCN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

¹⁷⁸ KUENZER, Acacia Zeneida.; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p.1341-1362, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NCGYCZkVyFqBNwCTJnjWJ8x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2021.

¹⁷⁹ OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de. Produção do conhecimento na universidade pública no Brasil: tensões, tendências e desafios. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p.73-95, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/XxsYssywQqGsPPVnk73mNJR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2021.

¹⁸⁰ ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de; GUIMARÃES, Jorge Almeida. **A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira**. São Paulo. Editora SENAC: 2013.

¹⁸¹ “Frequentemente, a Universidade Federal de Viçosa é destaque em rankings educacionais do país e do mundo.

ensinos médio, técnico e cursos de graduação. Para melhor contextualização das características da pesquisa e da pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa, torna-se importante considerar as três fases que antecederam à sua institucionalização e que definiram essa instituição de ensino, pesquisa e extensão ao longo dos anos, contribuindo para que hoje ela se destaque entre as melhores do país, alcançando também projeções nos cenários internacionais.

2.1. Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais 1926-1948)

O período que antecede o início da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (ESAV), foi “marcado por intensos confrontos entre as oligarquias rurais e os militares das Forças Armadas”.¹⁸² Foi um período que apresentava grande número de analfabetos, dificuldades econômicas e financeiras.

Após esse período do Movimento de 1930, que culminou no golpe do Estado, colocou-se fim à Primeira República e com a instauração da República, iniciou-se “um processo de modernização na agricultura caracterizado pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre e pela introdução de máquinas para auxiliar no processo produtivo”.¹⁸³ Mesmo assim, nesse processo de modernização, a instabilidade permanecia entre os latifundiários, uma vez que eles precisavam de trabalhadores capacitados para a realização dos trabalhos.

Surge, então, nessa época o ensino agrícola, possibilitando a capacitação dos “trabalhadores livres para o manejo das máquinas que se tornavam uma opção para suprir a carência da mão-de-obra agrícola, anteriormente escrava”.¹⁸⁴ O ensino agrícola, proposto naquela época, “foi pensado como uma tática pela elite agrária e instituído pelo Estado não apenas para a formação profissional dos trabalhadores, mas também como forma a garantir sua permanência no campo”.¹⁸⁵

Ela já esteve, três vezes, entre as 100 melhores instituições de ensino superior do mundo na área das Ciências Agrárias e Florestais, de acordo com o *QS World University Rankings*, e entre as melhores de Minas Gerais, segundo o ranking da *Times Higher Education* e o *Brics & Emerging Economies*. O desempenho dos estudantes do Colégio de Aplicação (CAp-Coluni) também foi considerado, por sete vezes consecutivas, o melhor, entre as escolas públicas do país, no Exame Nacional de Educação do Ensino Médio (Enem)”. Disponível em: <https://www.ufv.br/apresentacao/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

¹⁸² GOUVÊA, Tatiani Gomes. **Os primórdios da pós-graduação em fitotecnia na UFV: Memórias do programa pioneiro no Brasil**. 2017 (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, UFV, 2017. p.20. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/11587/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

¹⁸³ *Ibid.*

¹⁸⁴ *Ibid.*

¹⁸⁵ *Ibid.*

Nesse contexto, em 15 de novembro de 1922, assumiu a Presidência da República, Arthur da Silva Bernardes,¹⁸⁶ natural da cidade de Viçosa-MG, que já planejava a implantação da escola de Viçosa, cuja autorização já estava prevista pelo Decreto Lei nº 761, de 6 de setembro de 1920,¹⁸⁷ que “Autoriza o governo do estado a criar uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV em MG”,¹⁸⁸ com o “intuito de investigar, pesquisar e disseminar ensinamentos agrícolas úteis e práticos à população rural de MG, em todos os níveis e modalidades”.¹⁸⁹ No país depositava-se a esperança na agricultura que solucionaria as dificuldades financeiras, esse foi um dos principais motivos da criação da ESAV.¹⁹⁰

A ESAV foi criada formalmente pelo Decreto nº 6053, de 30 de março de 1922,¹⁹¹ sendo inaugurada em 28 de agosto de 1926.¹⁹² Suas atividades acadêmicas iniciaram em 1927, com o oferecimento dos cursos fundamental e médio e, no ano seguinte, do curso superior de agricultura. Para planejar, construir e dirigir a ESAV, o então Presidente Arthur Bernardes trouxe dos Estados Unidos o “*scholar*” Peter Henry Rolfs.¹⁹³ Segundo Eduardo Lara Coelho “[...] Rolfs trouxe de sua ‘alma mater’, ‘Iowa State College’, os princípios básicos de ‘Ciência

¹⁸⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Personagens e Pioneiros da UFV. Arthur da Silva Bernardes.** Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=arthurBernardes>. Acesso em: 21 abr. 2021.

¹⁸⁷ BRASIL. **Lei nº 761, de 6 de setembro de 1920.** Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=761&ano=1920&tipo=LEI>. Acesso em: 15 abr. 2021.

¹⁸⁸ SABIONI, Gustavo. **Primórdios da Universidade Federal de Viçosa.** p.2. Disponível em: <http://www.semec.ufv.br/wp-content/uploads/Prim%C3%B3rdios-da-Universidade-Federal-de-Vi%C3%A7osa-Gustavo-Soares-Sabioni.pdf>. Acesso em: 15. abr. 2021.

¹⁸⁹ SILVA, Fabrício Valentim da. A origem da escola superior de agricultura e veterinária do estado de minas gerais: Peter Henry Rolfs e os pilares do saber esaviano (1920-1929) - **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.29, p.169-197, mar.2008 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5052/art12_29.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

¹⁹⁰ BORGES, José Marcondes. **Esboço histórico.** IN: BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Sabioni; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch (Orgs.) A Universidade Federal de Viçosa no Século XX. 2 ed. Editora UFV. Viçosa, 2006.

¹⁹¹ Criada pelo Decreto 6.053 de 30 de março de 1922. “Crêa uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária, instalando-a em Viçosa. O Vice-Presidente do Estado de Minas Gerais, em exercício, usando da autorização contida no art. 3º da lei n. 761, de 6 de setembro de 1920, resolve crear uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária, de acordo com os planos aprovados pelo decreto n. 5.806, de 30 de novembro de 1921, e manda que a mesma seja instalada no município de Viçosa, nos terrenos para tal fim adquiridos. Palacio da Presidencia do Estado de Minas Gerais, em Bello Horizonte, 30 de março de 1922”. ALVES, Bruno Geraldo. O ideário de modernização e o projeto para ensino agrícola em Minas Gerais: de Fazenda-Escola a Escola Média de Agricultura de Florestal – (1939-1955). 2014 (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9USRRE/1/disserta_o_bruno_geraldo_alves_ vers_o_final.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

¹⁹² UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **História.** Disponível em: <https://www.ufv.br/historia/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

¹⁹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Personagens e Pioneiros da UFV. Peter Henry Rolfs.** Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=peterHenry>. Acesso em: 21 abr. 2021.

e Prática’, ‘Aprender Fazendo’, e a idéia das quatro pilastras¹⁹⁴ na entrada do ‘campus’, que também existiam no ‘Iowa State College’ [...]”.¹⁹⁵

Peter Henry Rolfs era dono de um currículo diferenciado: Bacharel em Agricultura em 1889, “*Master of Science*” em 1891 e “*Doctor of Science*”. Pioneiro nos Estados Unidos em Micologia e Fitopatologia, possivelmente foi o primeiro cientista a praticar a enxertia em abacateiros e vislumbrou o êxito da citricultura no Brasil. Este cientista pertenceu a diversas instituições científicas, escreveu e publicou, em inglês e em português, numerosos trabalhos científicos e de divulgação.

Devido à sua formação e experiência, Peter Henry Rolfs direcionava os ensinamentos com a percepção de que a eficiência do ensino-aprendizagem estava ligada também à pesquisa e extensão. E eram observadas também as “características primitivas e pioneiras da pós-graduação”,¹⁹⁶ conforme destacado, no primeiro Regulamento da ESAV,¹⁹⁷ aprovado pelo Decreto nº 7323, de 25 de agosto de 1926,¹⁹⁸ que previa:

[...] Art. 4º. Os cursos da Escola serão distribuídos nas seguintes modalidades:

- I) breves;
- II) elementares;
- III) medios;
- IV) superiores;
- V) **especializados.**

Art. 5º. Os cursos breves têm por fim dar instruções praticas e imediatas sobre a agricultura e veterinária aos interessados que não puderem frequentar os cursos de maior duração.

§ 1º A instrução ministrada pelos cursos breves deverá ser de tal cunho prático e intuitivo de assegurem promoção do benefício à lavoura do Estado[...]

Art. 6º. Os cursos elementares, com duração de um anno, constituem um systema de educação rudimentar para o preparo de agricultores e capatazes rurais conscientes de

¹⁹⁴ As quatro pilastras são de concreto e demarcavam, desde a criação da ESAV, a entrada do atual “Campus” da Universidade Federal de Viçosa (UFV), do perímetro da cidade de Viçosa. Em cada pilastra se encontram, até hoje, gravadas as seguintes palavras, em português e latim: “Estudar, Saber, Agir e Vencer”.

¹⁹⁵ COELHO, Eduardo Lara. **UFV 70 Anos: A Trajetória da Escola de Viçosa**. LIMA, Antônio Luiz de. (org.). Viçosa: Imprensa Universitária, 1996. p.24.

¹⁹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Uma viagem pela história da instituição – Ufv 90 anos 1926-2016**. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/embed/view/vluzwL47akTdRYb0?>. Acesso em: 20 Mar. 2021. p.10.

¹⁹⁷ Regulamento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes, a que se refere o decreto nº 7.323, de 25 de agosto de 1926. Disponível em: http://atom.ufv.br/uploads/r/arquivo-central-e-historico-da-ufv-ach-ufv/2/f/6/2f655d6eab46e2b724849ba2842ba0fe45eb14e841158f8affe81fc35657444/Regulamento_de_1926.pdf. Acesso em: 20 Mar. 2021.

¹⁹⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Uma viagem pela história da instituição – Ufv 90 anos 1926-2016**. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/embed/view/vluzwL47akTdRYb0?>. Acesso em: 20 Mar. 2021. p.10.

sua profissão, e compreendem o ensino da agricultura e veterinária, de carácter essencialmente prático, aliado à instrução geral indispensável.

§ 2º Destinam-se estes cursos a suprir as necessidades educativas, relacionadas com a vida rural, de pessoas que não tenham oportunidade de receber instrução conveniente [...]

Art 7º. Os cursos médios, com duração de dois anos, destinam-se principalmente aos filhos de fazendeiros ou agricultores que não tenham feito o curso gynnasial e visam formar bons thécnicos agrícolas e administradores rurais [...]

Art. 8º. Os Cursos Superiores de Agricultura e Veterinária, destinam-se à formação de profissionais de agronomia e veterinária. Com ensinamento theorico integral das matérias indispensáveis ao exercício dessas profissões, aproveitando-se nelles os candidatos que houverem concluído o curso gynnasial[...].

Art. 10. Os cursos de **especialização** serão organizados para altos estudos e pesquisas originaes sobre agricultura e veterinária e destinam-se a alunos que houverem concluído um dos superiores desta Escola ou equivalentes [...] ¹⁹⁹

Os cursos de especialização, em formato elementar, eram destinados aos estudantes formados em engenharia agrônômica ou medicina veterinária. Nesses estudos já se percebiam características do modelo do ensino de pós-graduação adotado na instituição até hoje. Conforme destaca France Maria Gontijo Coelho,²⁰⁰ os campos de cultivo considerados campos de “experiência”, tiveram início junto às construções dos edificios da ESAV. Em 1932 já existiam quatro experiências para o controle de doenças de fumo, dentre outras estudadas e descartadas. A influência norte americana estava presente nas pesquisas e podia ser percebida na execução, nos métodos e nas suas problemáticas. Sobre esse estudo, acrescenta Otavio Soares Dulci:

[...] a concepção da Escola de Viçosa estava ancorada numa espécie de compromisso entre ordem e mudança. Seu alvo era a renovação do campo, entendida não só em termos técnicos, mas também socioculturais. Um programa de racionalização do meio rural: a questão a ser enfrentada era o peso da tradição, dos métodos rotineiros de produção, não a má distribuição da propriedade. A Escola, para isso, devia formar quadros e, mais ainda, irradiar idéias e valores. Rohlfis compreendia-o claramente ao insistir no papel pedagógico da Escola, a ser reproduzido por seus graduados, os quais deveriam estar preparados para liderar intelectualmente a modernização do campo [...] A formulação de um programa próprio implicava atender às condições locais, aos recursos existentes e ao potencial a ser aproveitado. Daí a importância conferida à pesquisa, lado a lado com o ensino e a extensão. Este trinômio, que define a universidade contemporânea, estava no núcleo do plano de Viçosa. Criar uma capacidade de produção científica e tecnológica – e de disseminação de seus resultados – daria grande suporte ao modelo de

¹⁹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Regulamento da ESAV de 1926**. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/regulamento-da-esav-de-1926-1>. Acesso em: 20 Mar. 2021.p.21-22.

²⁰⁰ COELHO, France Maria Gontijo. **A produção científico-tecnológica para agropecuária: da ESAV à UREMGE**, conteúdos e significados. 1992 (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1992.

desenvolvimento interno que os dirigentes mineiros procuravam consolidar. Temos aí apresentadas as bases da estratégia de diversificação produtiva.²⁰¹

Em 1936, a direção da ESAV foi assumida por John Benjamin Griffing,²⁰² segundo diretor norte-americano. Com sua chegada, a partir de 1937, o desenvolvimento de pesquisas experimentais foi impulsionado, não só por sua atuação individual, mas também como resultado das primeiras viagens de estudos, por ele estimuladas, de professores ao exterior para cursos de aperfeiçoamento, mestrado e Ph.D. “Foi durante a gestão de Griffing na ESAV, a partir de 1937, que o governo mineiro passou a garantir a liberação, em fluxo contínuo, de dois docentes da ESAV para treinamento de pós-graduação nos Estados Unidos”²⁰³ e em alguns países da Europa: Alemanha, Espanha, França e Inglaterra.

A ESAV também recebia pesquisadores e especialistas dos Estados Unidos, da área de ciências agrárias, para ministrar cursos e expandir os programas de extensão, embora, nessa época, já fossem percebidos problemas financeiros, uma vez que os gastos até então, eram de responsabilidade dos cofres do Estado de Minas Gerais. Denilson Santos de Azevedo destaca ainda que “há indícios que os problemas financeiros da Escola e seus servidores têm início a partir de 1930, pois é nesse ano que se identifica as primeiras correspondências que tratam do assunto”.²⁰⁴

Por mais que a ESAV fosse isenta em termos políticos, trazia a marca do “*bernardismo*” que era uma liderança política e “contrária ao governo de Vargas e de seus interventores, o que acarretou um período de estagnação e de enfraquecimento institucional”.²⁰⁵ Foi esse quadro de crises econômicas e políticas que marcou a passagem da ESAV para Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG).

2.2. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (1948-1969)

Com o intuito de transferir os cuidados da ESAV ao Governo do Estado de Minas Gerais, foi criada, em 1948, uma comissão para redigir um Projeto de Lei. Assim, em 13 de novembro

²⁰¹ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.52.

²⁰² UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Personagens e Pioneiros da UFMG. John Benjamin Griffing**. Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=john>. Acesso em: 21 abr. 2021.

²⁰³ AZEVEDO, Denilson Santos de. **Melhoramento do Homem, do Animal e da Semente - O Projeto Político Pedagógico da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1948): Organização e Funcionamento**. 2005 (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p.106.

²⁰⁴ *Ibid.*, p.91.

²⁰⁵ *Ibid.*, p.107.

de 1948, através da Lei 272 “cria-se a Universidade Rural de Minas Gerais”.²⁰⁶ Em 15 de dezembro de 1949, o Decreto 3.211,²⁰⁷ dispõe sobre a instalação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

A Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) era composta pelas Escola Superior de Agricultura, Escola Superior de Veterinária, Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola de Especialização, Serviço de Experimentação e Pesquisa e Serviço de Extensão. Mais tarde em 1955 foi inserida a Escola Média de Agricultura e em 1964 a Escola Superior de Florestas.

No Estatuto de 1950, da UREMG, em seu artigo 3º, previa-se a formação de especialistas, principalmente nas áreas das ciências agrícolas e veterinárias. Reforçando a ideia de que a pesquisa na instituição está relacionada às suas atividades desde os anos iniciais de seu funcionamento. As relações com os Estados Unidos permaneciam, através de convênios, o que proporcionava “nova fase de crescimento e novas experiências”²⁰⁸ reforçando a influência americana.

As ciências agrárias tiveram seu papel de destaque nos primórdios da pós-graduação brasileira. Na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), esse cenário não foi diferente, com o oferecimento do primeiro curso de pós-graduação, o mestrado em fitotecnia. Em consulta aos livros, mantidos na DRE, verifica-se que neles constam informações das primeiras matrículas nos cursos de pós-graduação que aconteceram em 1961, para os cursos de Agricultura Especial, Hortaliças e Olericultura. Em 1964, as matrículas passaram a ser feitas para o curso de Fitotecnia. Nessa época foram ainda oferecidos o curso de Economia Rural, seguidos dos cursos de Zootecnia, cujas matrículas iniciais foram em Nutrição Animal, e Extensão Rural. Eram conferidos aos concluintes desses cursos o título de “*Magister Scientiae*”.

A relação dos primeiros estudantes desses cursos está disponível no Anexo 1. Com o objetivo de preservar o passado através de registros obtidos no presente e, de entender como eram os primeiros registros acadêmicos na UREMG, esta pesquisa traz, em anexo, cópias das

²⁰⁶ BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Legislação de Importância Histórica**: Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, 1926-1948 - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG, 1948-1969 - Universidade Federal de Viçosa - UFV, 1969. Viçosa: Editora UFV, 2010. p.135.

²⁰⁷ *Ibid.*, p.136.

²⁰⁸ GOUVÊA. Tatiani Gomes. **Os primórdios da pós-graduação em fitotecnia na UFV**: Memórias do programa pioneiro no Brasil. 2017 (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, UFV, 2017. p.39. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/11587/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

primeiras folhas dos livros de registros mantidos sob os cuidados da Diretoria de Registro Escolar, da UFV. Livros cheios de detalhes e de curiosidades, que trazem registradas informações sobre as disciplinas cursadas pelos estudantes, suas notas, títulos das dissertações, relação nominal dos membros da banca examinadora e a situação do estudante, com data da defesa ou se houve abandono do curso.

Sem as informações registradas nesses livros, talvez não fosse possível afirmar quando iniciaram os cursos de pós-graduação na UFV e quem foram os primeiros estudantes. Por isso, reforça-se a importância desse trabalho, também pela necessidade de digitalização de todo esse material e sua disponibilização no Atom UFV, de modo a garantir esses registros, preservar a história da instituição e evitar que esses livros se percam ou sejam danificados ao longo do tempo. Para melhor representar parte do início dessa história, as cópias iniciais dos livros de registros estão disponibilizadas nos Anexos: 2, 3, 4 e 5.

A Figura 1 foi mantida neste capítulo, por ser considerada um marco na reconstrução história da instituição e da pós-graduação. Trata-se do registro do histórico escolar do estudante que apresentou a primeira dissertação na UFV e no país: “Efeitos da irrigação e aplicação de cálcio, sobre a incidência da podridão apical do fruto do tomateiro (*Lycopersicum esculentum mill*) foi defendida pelo Sr. José de Almeida Soares. Foi, então, na UREMG”, “que se ofereceram, pela primeira vez, no Brasil, em 1961, cursos de pós-graduação *Stricto sensu*, no modelo norte-americano do “*Master of Science*” ou “*Magister Scientiae*” (M.S.)”.²⁰⁹

²⁰⁹ BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Legislação de Importância Histórica**: Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, 1926-1948 - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG, 1948-1969 - Universidade Federal de Viçosa - UFV, 1969. Viçosa: Editora UFV, 2010. p.187.

Figura 1 - Cópia da folha de registro do histórico escolar do Sr. José de Almeida Soares.

Nº 16 ✓

7

Nome: José de Almeida Soares

Profissão: Engenheiro Agrônomo

Instituição: Faculdade de Agronomia e Veterinária

Endereço: Rua Luciana de Abreu, 245 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul.

Curso: Hortaliças

Matriculado: 1/3/1961

Semestre	Disciplinas	Notas
1º Semestre	a) Métodos Culturais	D
	b) Fisiologia Vegetal	D
	c) Estatística	D
	Seminário Pesquisa	
2º Semestre	a) Melhoramento de Hortaliças	B
	b) Defesa Fitossanitária	D
	c) Manejo de Solos e Mecanização de Hortaliças	D
	Seminário Pesquisa	

Tese: Efeitos da irrigação e aplicação de cálcio sobre a incidência da podridão apical do fruto do tomateiro (*Lycopersicon esculentum* Mill.)

Defendida em 19/12/1961

Banca: Flávio A. A. Couto, Homer T. Erickson, Moacyr Maestri, Fábio Ribeiro Jones e Cláudio Vieira

Diploma: Magister Scientiarum (M.S.) Registro Nº 669

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Neste sucinto resgate da história da UREMG, é importante destacar, conforme relata Regis Henrique dos Reis Silva, que o surgimento da pós-graduação no país está relacionado a dois modelos: um deles, de inspiração europeia, “representado pelos doutorados de pesquisa da

Universidade de São Paulo e pelas docências livres; e outro de inspiração americana, representado pelos programas ministrados na Escola de Agronomia de Viçosa”.²¹⁰

A partir do oferecimento de cursos de pós-graduação, a UREMG precisou se reorganizar academicamente, cuja reestruturação ocorreu através do Decreto 8143, de 1º de fevereiro de 1965, que em seu Artigo 2º trata do objetivo fundamental da instituição: “instituir e desenvolver sistemas ao ensino, pesquisa e extensão agropecuária, florestal e de ciências domésticas de nível médio, superior e de pós-graduação, ajustados à política de desenvolvimento do Estado”.²¹¹ Nesse mesmo decreto, consta no artigo 50 sobre a finalidade da Escola de Pós-Graduação: “ministrar cursos de aprimoramento de conhecimento, nas várias áreas de ensino, pesquisa e extensão, inspirar independência de espírito de originalidade e desenvolver nos estudantes adequada compreensão dos propósitos de tais cursos”.²¹² Os cursos de pós-graduação na UREMG surgem, pois, com o objetivo de aperfeiçoar os estudos da graduação.

Até então não havia formas reguladoras para o oferecimento da pós-graduação no Brasil, e o Parecer 977/65, publicado em dezembro de 1965, “consolidava a pós-graduação brasileira nos moldes americanos e determinava suas funções, objetivos e critérios de funcionamento”.²¹³ Tatiani Gomes Gouvêa destaca que, a UREMG já possuía essa organização “muitos anos antes da publicação do Parecer, com a Escola de Especialização, criada em maio de 1950 e denominada Escola de Pós-Graduação a partir de fevereiro de 1965, estando nesse sentido, à frente do contexto nacional da época”.²¹⁴

Regis Henrique dos Reis Silva²¹⁵ caracteriza o período entre 1931 e 1965, como a primeira fase da organização e criação da pós-graduação no país, pois ainda não havia modelos diferenciados, nem qualquer controle e organização para esse nível de ensino por parte do

²¹⁰ SILVA, Regis Henrique dos Reis. Pesquisa e pós-graduação no Brasil (1931 a 2004): considerações históricas. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. **HISTEDBR**. UNICAMP, Campinas, SP, 2009. p.1. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html. Acesso em: 12 nov. 2021.

²¹¹ BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Legislação de Importância Histórica**: Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, 1926-1948 - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG, 1948-1969 - Universidade Federal de Viçosa - UFV, 1969. Viçosa: Editora UFV, 2010. p.201.

²¹² *Ibid.*, p.211.

²¹³ GOUVÊA, Tatiani Gomes. **Os primórdios da pós-graduação em fitotecnia na UFV**: Memórias do programa pioneiro no Brasil. 2017 (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, UFV, 2017. p.40. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/11587/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

²¹⁴ *Ibid.*

²¹⁵ SILVA, Regis Henrique dos Reis. *Op. cit.* p.1.

governo, embora as práticas de pesquisa e pós-graduação já estivessem inseridas em algumas instituições. Clovis Renan Jacques Guterres considera que o Parecer 977/65 foi

Um divisor de águas em que o período anterior a 65 é visto como assistemático, incipiente, confuso e marcado por múltiplas tendências, enquanto que o período pós 65 é visto como sistemático, uniforme e crescentemente rígido e rigoroso. A descrição do período anterior a 65 tem levado os pesquisadores a menosprezá-lo de tal maneira que os comentários são rápidos e repetitivos sem uma avaliação mais aprofundada. Em consequência disso a maior parte da literatura se atém ao período posterior.²¹⁶

Mesmo com o oferecimento do primeiro programa de pós-graduação no país, a expansão dos cursos na UREMG foi pouco representativa até o ano de 1968, com o oferecimento de apenas 4 cursos de pós-graduação *Stricto sensu*: 1) Mestrado em Economia Rural (início em 1961 – a partir de 2002 passou a ser chamado de Economia Aplicada), 2) Mestrado em Fitotecnia (início em 1961), 3) Mestrado em Zootecnia (início em 1962) e 4) Mestrado em Extensão Rural (início em 1968). Todos esses cursos vinculados à área de Ciências Agrárias.

A crise financeira que permanecia desde 1958, quando foi estabelecido o contrato com a Universidade de Purdue, foi se agravando e, cada vez mais, necessárias foram as intervenções por parte de Purdue, conforme destacam Gustavo Bianch Silva e Maria Izabel Vieira Botelho:

O período crítico arrastou-se de 1966 até 1969, ano que marca o processo de federalização da Universidade. A reclamação por parte dos professores da UREMG foi sentida pela equipe técnica de Purdue em Viçosa, ao ponto de conter em seus relatórios os problemas de financiamento que a universidade possuía juntamente com o governo Estadual.²¹⁷

Em 1968, a situação ficou tão complicada que foi cogitado, por falta de apoio do governo do Estado, que a instituição “fechasse as portas”. Para resolver os sérios impasses financeiros e solucionar o problema foi proposta a federalização da instituição, pois o Governo do Estado alegava que não conseguia manter os custos da UREMG, que, conseqüentemente, já resultava em atrasos de mais de seis meses nos pagamentos dos servidores.²¹⁸ Assim, o caminho mais viável foi sua federalização para Universidade Federal de Viçosa.

²¹⁶ GUTERRES, Clovis Renan Jacques. **A Faculdade Interamericana de Educação** – Projeto Multinacional de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado em Educação, 1970/1977. 2001 (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001. p.153.

²¹⁷ SILVA, Gustavo Bianch; BOTELHO, M. I. V. Os convênios internacionais entre a Universidade de Purdue e UREMG/UFV: A ciência em rede (1958-1973). **Caminhos de Geografia (UFU)**, v. 16, 2015, p.49-63. p.56. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/17506/1/artigo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

²¹⁸ MAGALHÃES, Edson Potsch. Federalização da UREMG. In: BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo

2.3. Universidade Federal de Viçosa (1969 à atualidade)

Diante de tantas crises financeiras enfrentadas pela UREMG, e na expectativa de solucionar esses impasses, foram necessárias intervenções junto ao governo do Estado de modo a “buscar definitivamente a autonomia financeira da instituição”.²¹⁹ No contexto dessa crise, inclusive com outros órgãos do governo do Estado, foi proposta a federalização da UREMG. Segundo Gustavo Bianch Silva e Maria Izabel Vieira Botelho a proposta da federalização da UREMG partiu do governo do Estado mediante conversas com representantes da instituição, do Projeto Purdue-Brasil e da Secretaria da Agricultura:

Neste caso, a proposta de transformar a UREMG em instituição mantida pelo governo federal foi pronunciada não apenas pelos burocratas do governo. Os próprios membros do projeto Purdue, tanto brasileiros quanto americanos participaram da construção desta ideia. Isso demonstra que os americanos estavam convocados na busca pela solução do problema da Universidade.²²⁰

Os autores acrescentam ainda que “contar com o financiamento estável da União em detrimento da imprevisibilidade do governo do Estado de Minas Gerais em manter os compromissos, financeiros parecia a melhor opção”.²²¹ Embora a UREMG enfrentasse essas dificuldades econômicas, ela era reconhecida como uma instituição sólida, com desenvolvimento bem estruturado, fatores que provavelmente facilitaram o processo de sua federalização.

Nesse cenário de incertezas, ocorre a federalização da UREMG através do Decreto-Lei nº 570, de 08 de maio de 1969 - Institui sob forma de Fundação a Universidade Federal de Viçosa e dá outras providências, que exhibe em seu Parágrafo único, Art. 1º: “À Universidade Federal de Viçosa será incorporada à Universidade Rural de Minas Gerais, criada pela Lei número 272, de 13 de novembro de 1948 e integrante do Sistema Federal de Ensino Superior”.²²² A redação desse Decreto-Lei foi retificada pelo Decreto-Lei nº 629, de 16 de junho de 1969 – dá nova redação à lera b, do artigo 4º do Decreto-Lei nº 570, de 3 de maio de 1969.

Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. 2ª Edição. Viçosa: Editora UFV, 2006.

²¹⁹ SILVA, Gustavo Bianch; BOTELHO, M. I. V. Os convênios internacionais entre a Universidade de Purdue e UREMG/UFV: A ciência em rede (1958-1973). **Caminhos de Geografia (UFU)**, v. 16, 2015, p.49-63. p.56. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/17506/1/artigo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

²²⁰ *Ibid.*

²²¹ *Ibid.*

²²² BRASIL. Ministério do Planalto. **Decreto-Lei nº 570, de 08 de maio de 1960**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0570.htm. Acesso em: 04 mai. 2020.

A UFV foi criada através do Decreto nº 64.825, de 15 de julho de 1969,²²³ institui, sob a forma de fundação, a Universidade Federal de Viçosa e dispõe sobre sua constituição. Assim surge o Conselho de Pós-Graduação, definido no primeiro Estatuto de 1970 da UFV, cujas atribuições eram:

Propor os requisitos mínimos de cursos de pós-graduação, atendidas as normas gerais estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação; opinar sobre áreas de pós-graduação e os requisitos estabelecidos para cada uma delas; opinar a respeito de professores para atuarem no campo de pós-graduação; aprovar os nomes de candidatos à obtenção de diplomas de pós-graduação; aprovar a admissão de estudantes em curso de pós-graduação, indicados pelas respectivas áreas; opinar sobre a fixação de vagas nas áreas de pós-graduação; elaborar o Regimento de Pós-Graduação, para aprovação da Coordenação de Ensino, pesquisa e Extensão; elaborar o programa geral das atividades de pós-graduação para aprovação da Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão e promover o desenvolvimento das atividades de pós-graduação na Universidade.²²⁴

A UFV se manteve sob forte influência dos modelos norte-americanos Houve, a partir da década de 1970, uma expansão da pós-graduação no Brasil, com investimentos do governo federal. Na UFV houve a ampliação da oferta de vagas para novos cursos, conforme pode ser observado nos Anexos 6 e 7. Em 2007, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), houve uma expansão mais expressiva com a criação do *campus* Rio Paranaíba e com o oferecimento de cursos superiores no *campus* Florestal.

Os cursos de Pós-Graduação oferecidos pela UFV, com detalhamento de início das atividades e das portarias de suas criações estão disponíveis no Anexo 8. Para enriquecimento desse trabalho e relevância para os programas de pós-graduação essas portarias foram recuperadas e estão disponíveis no Anexo 9. Considerou-se importantes esses registros, uma vez que, com frequência essas informações são solicitadas à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e tê-las disponíveis e reunidas em um único documento é importante para os PPGs e para a Instituição. Ademais, resgatar e zelar pelos documentos da instituição, com foco nos programas de pós-graduação da UFV, é, também motivação desta pesquisa. As portarias das avaliações dos programas de pós-graduação de 1992 a 2016 estão disponíveis no Anexo 10. A

²²³ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 64.825, de 15 de julho de 1969**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64825-15-julho-1969-406149-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 mai. 2020.

²²⁴ BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Legislação de Importância Histórica**: Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, 1926-1948 - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMIG, 1948-1969 - Universidade Federal de Viçosa - UFV, 1969. Viçosa: Editora UFV, 2010. p.279.

descrição dos conceitos/notas das avaliações da CAPES, no período de 1981 a 2016, incluindo o credenciamento dos cursos novos em 2020, dos PPGs da UFV, estão disponíveis no Anexo 11.

Atualmente são oferecidos pela instituição 50 Programas de Pós-Graduação, totalizando 81 cursos: 10 cursos de mestrado profissional, 40 de mestrado acadêmico e 31 de doutorado acadêmico. Foram titulados, até 2020, aproximadamente 18.500 estudantes de pós-graduação - mestrado e doutorado acadêmico e mestrado profissional, nos três *campi* (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba), conforme demonstrado nas tabelas 1 e 2 e no gráfico 1.

Os programas de pós-graduação da UFV estão distribuídos entre os Centros de Ciências, no *campus* Viçosa e entre os institutos, nos *campi* Florestal e Rio Paranaíba. O *campus* Viçosa é composto pelos seguintes centros de ciências: Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH). No *campus* Florestal, Instituto de Ciências Agrárias (IAF), Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (IBF), Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (IEF) e Instituto de Ciências Humanas e Sociais (IHF) e no *campus* Rio Paranaíba, Instituto de Ciências Agrárias (IAP), Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (IBP), Instituto de Ciências Humanas e Sociais (IHP) e Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (IEP). A descrição dos PPGs da UFV distribuídos por Centros de Ciências e Institutos está relacionada no Anexo 12. Já no Anexo 13, estão relacionados os PPGs da UFV, tomando por base o período da última avaliação quadrienal da CAPES 2013-2016.

Tabela 1 - Total de Cursos de Pós-Graduação –.campi Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba

Período	1960 – 1970	1971 – 1980	1981 - 1990	1991 - 2000	2001 - 2010	2011 - 2020
Mestrado	7	5	3	5	13	7
Doutorado		5	4	4	8	10
Mestrado Profissional					2	8
Total Cursos	7	10	7	9	23	24

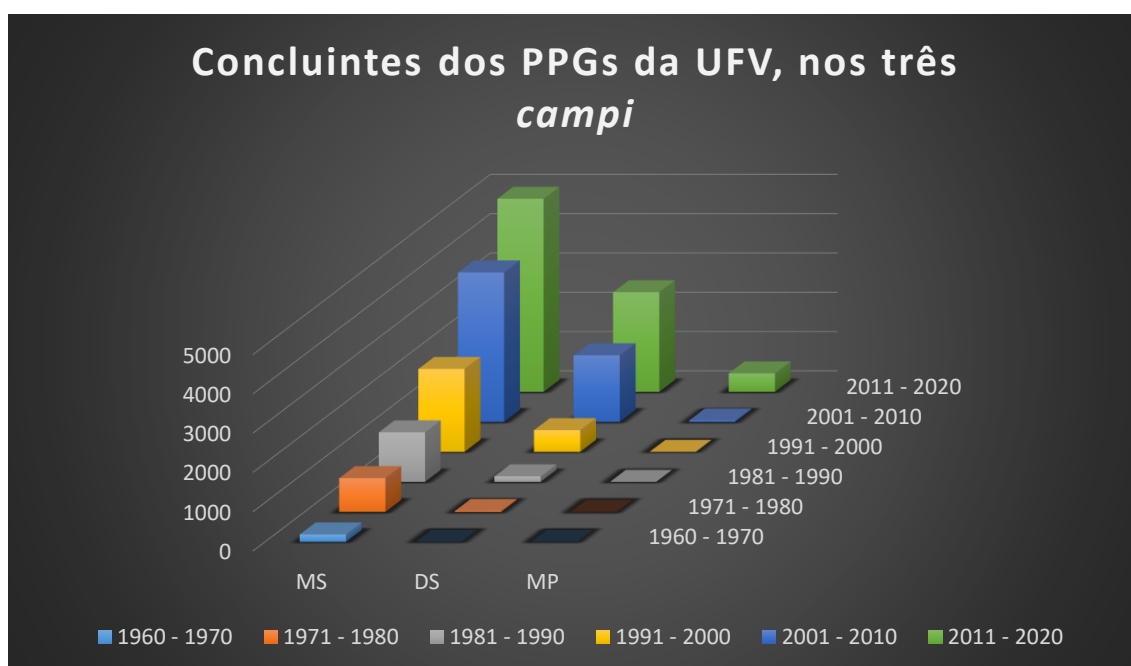
Fonte: Sistema Acadêmico da UFV.

Tabela 2 - Total de egressos titulados nos PPGs –.campi Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba

Período	1960 – 1970	1971 – 1980	1981 - 1990	1991 - 2000	2001 - 2010	2011 - 2019
Mestrado	190	857	1256	2106	3804	4699
Doutorado		22	1139	550	1693	2392
Mestrado Profissional					35	389
Total Titulados	190	879	1395	2656	5532	7480

Fonte: Sistema Acadêmico da UFV.

Para melhor visualização do crescimento do número de egressos titulados nos Programas de Pós-Graduação da UFV, apresenta-se o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Total de egressos titulados nos PPGs –.campi Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba

Fonte: Sistema Acadêmico da UFV.

É crescente e significativo o número de titulados na UFV, preocupar-se com eles é zelo com a própria instituição. Os testemunhos deixados e registrados possibilitam um transpassar dos tempos, indo e voltando a lugares distantes, sem nunca os ter conhecido, transformando a sociedade. Reconhecer a Universidade Federal de Viçosa como patrimônio histórico-cultural é reconhecer sua importância, manter sua identidade, memória e história. Frederico Tofani alega que “só conservamos o que nos é significativo; e para algo ser significativo é necessário que seja compreendido e, sempre que possível, vivenciado”.²²⁵ Argumentação também incorporada nas discussões patrimoniais através da célebre frase de Aloísio Magalhães, presidente do Iphan na década de 80, *só se ama aquilo que se conhece, só se preserva aquilo que se ama*. Qualquer preservação só é relevante para um grupo ou para a sociedade se houver ciência de uma história e dos fatos a ela agregados.

O aumento do conhecimento sobre o patrimônio está atrelado ao aumento da possibilidade de sua proteção. Para proteger é preciso conhecer e cuidar. Assim, dada a importância dos egressos da pós-graduação para a instituição, elencar esforços no desenvolvimento de um sistema de acompanhamento de egressos é de suma importância para a instituição e os PPGs. Dentre vários outros benefícios, esta iniciativa visa aproximar o contato entre instituição e egressos, que se sentirão acolhidos e com percepção de pertencimento à instituição, percebendo que sua formação é continuada e seu vínculo não se encerra com a obtenção do diploma.

2.4. CAPES: processos norteadores e avaliativos da Pós-Graduação

As discussões sobre as origens da pesquisa e da pós-graduação no Brasil ainda são incipientes conforme Clovis Renan Jacques Guterres. Menosprezar as características da pós-graduação existentes antes do Parecer 977/65, de acordo com Tatiani Gomes Gouvêa, é não reconhecer a estrutura da pesquisa e da pós-graduação até então inseridas nas instituições brasileiras, embora não existisse, até então, ações reguladoras para a pós-graduação.²²⁶ Clovis Renan Jacques Guterres coloca ainda que “esta recusa preconceituosa de olhar para o período

²²⁵ Encontro do Patrimônio Construído: Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer. 2º ENPAC. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V4i8onzE-uE>. Acesso em: 16 nov. 2021.

²²⁶ GOUVÊA. Tatiani Gomes. **Os primórdios da pós-graduação em fitotecnia na UFV: Memórias do programa pioneiro no Brasil**. 2017 (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, UFV, 2017. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/11587/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

anterior a 65 tem sido uma constante na produção bibliográfica sobre o assunto, com ressalvas exceções”.²²⁷

Embora as pesquisas e a pós-graduação já estivessem inseridas em algumas instituições de ensino, as práticas de regulamentação e de acompanhamento foram necessárias, para regulamentar a pós-graduação em nível nacional. Com a proposta inicial de garantir uma especialização com qualidade ao maior número de pessoas tendo em vista todo crescimento industrial e tecnológico posto pelo país e pelo mundo, foi criada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agência vinculada ao Ministério da Educação (MEC), inicialmente conhecida como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com o intuito de “promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos *post-graduados*”.²²⁸

A CAPES foi criada pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país".²²⁹ O início de suas atividades aconteceu no segundo governo Vargas, em 1951, com a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente. A ênfase à industrialização pesada e a complexidade da administração trouxeram à tona a necessidade urgente da qualificação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade.²³⁰

Dentre outras funções da agência, destacavam-se: anuir bolsas aos pós-graduandos, apoiar eventos científicos, estimular parcerias e intercâmbios entre as instituições e recrutar pesquisadores estrangeiros para auxiliar a pesquisa e a pós-graduação. Na década de 70, com a necessidade de planejar a expansão da pós-graduação que “havia sido até então parcialmente

²²⁷ GUTERRES, Clovis Renan Jacques. A Faculdade Interamericana de Educação. **Revista do Centro de Educação**. nº 19, 2002. p.4. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/307776353_A_faculdade_interamericana_de_educacao. Acesso em: 11 nov. 2021.

²²⁸ BRASIL. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

²²⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Decreto nº 29.741, de 11 de junho de 1951**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

²³⁰ CABRAL, Thiago Luiz de Oliveira; SILVA, Fernanda Cristina da; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques; MELO, Pedro Antônio de. A CAPES e suas Sete Décadas: trajetória da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-graduação-RBPG**, ISSN (on-line): 2358-2332. Brasília, v.16, n. 36 (outubro de 2020). Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1680>. Acesso em: 20 Dez. 2020.

espontâneo, desordenado e pressionado por motivos conjunturais”,²³¹ surgiu o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Totalizam-se, ao todo no país, 5 PNPGs ao longo da trajetória da CAPES com o intuito de avançar nas políticas de pós-graduação e pesquisa nacionais.

Nessa busca, surge em 1976, o sistema nacional de avaliação como instrumento para garantir um padrão de excelência aos Programas de Pós-Graduação. Seu foco inicial foi a formação de professores e pesquisadores para atuarem nas universidades brasileiras. Em 1988 mudou-se o foco para a avaliação, cujos resultados “servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios)”.²³² O sistema de avaliação é “utilizado como padrão de qualidade no ensino público e privado de pós-graduação *Stricto sensu*, abrangendo todas as áreas de conhecimento em todos os estados do Brasil”²³³ e tem a finalidade de desenvolver no Brasil a pós graduação e a pesquisa científica e tecnológica.

A CAPES, considerada uma das principais agências de fomento da pós-graduação no Brasil, possui vários programas de concessão de bolsas para pós-graduandos (mestrado e doutorado) e pós-doutorandos. Para a realização das pesquisas de pós-graduação, nas mais diferentes áreas, investimentos públicos são necessários. Com o intuito de controlar esses gastos, normas e estratégias precisam ser bem definidas para garantir investimentos justos, qualidade no ensino e nas pesquisas. Para isso, é imprescindível também uma atenção especial aos que participam desses projetos nas instituições de ensino e que, após sua titulação, tendem a alcançar voos maiores em decorrência de todo processo de aprendizagem.

Foram criados dois sistemas de avaliação pela CAPES. No primeiro momento, entre 1976 e 1997, a classificação era conceitual, numa escala de A a E, onde A indicava os cursos mais qualificados, considerados com nível de padrão internacional e E os considerados menos qualificados e que não preenchiam os pré-requisitos mínimos para o desenvolvimento das atividades de pós-graduação.

A partir de 1997, os programas de pós-graduação passaram a ser avaliados numa escala numérica de 1 a 7, sendo 7 a avaliação máxima. Os conceitos 6 e 7 considera os cursos avaliados

²³¹ CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. v.1. p.25.

²³² CAPES. **História e Missão da CAPES** – Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acao-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 15 set. 2021.

²³³ PATRUS, Roberto; SHIGAKI, Helena Belintani; DANTAS, Douglas Cabral. **Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da Capes**. Cad. EBAPE.BR, v.16, nº 4, Rio de Janeiro, out/dez.2018. p.648. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/TGP3X57NqRVfnt4xnydbH5g/?lang=pt#>. Acesso em: 19 out. 2021.

com destacado nível de padrão internacional. O conceito 5 considera programas bem consolidados e essa é a nota máxima para programas que possuem apenas mestrado. Conceito 4 representa desempenho bom e o conceito 3, desempenho regular, padrão mínimo de qualidade. Os conceitos 1 e 2, descredenciam os programas, pois deixam de ser recomendados pela CAPES e não possuem autorização para a concessão de títulos de mestres e doutores. Tem-se ainda o conceito A, que são os cursos novos que ainda não foram submetidos ao processo de avaliação.

No início, as avaliações eram anuais, em 1983 passaram para bienais, de 1998 a 2012 foram trienais e a partir de 2013, a avaliação passou a ser quadrienal. Os conceitos/notas dos PPGs da UFV, obtidos nas avaliações da CAPES, estão descritos no Anexo 11. Para realizar as avaliações, a CAPES conta com consultores designados para esse fim, que analisam os relatórios preenchidos através da Plataforma Sucupira pelos coordenadores dos PPGs. Esses relatórios baseiam-se nos documentos de área disponibilizados pela CAPES.

A CAPES, responsável pela definição de diretrizes, metas e estratégias, com vistas ao aprimoramento no sistema de avaliação, está adotando um modelo multidimensional de avaliação que visa analisar os PPGs em cinco aspectos: formação de pessoal, pesquisa, inovação e transferência de conhecimento, impacto na sociedade e internacionalização. Para nortear essas ações, a CAPES disponibilizou os Relatórios Técnicos DAV e Grupos de Trabalho.²³⁴

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação, atualmente realizado em 49 áreas, é dividido em dois processos, um referente à entrada dos cursos novos e outro à permanência dos cursos já existentes. Esses processos impulsionam e fomentam a pós-graduação. Daí, reforça-se a importância de se preocupar com a excelência dos programas de pós-graduação e com a formação e atuação dos egressos dos PPGs.

Mesmo a tantas controvérsias, o sistema de avaliação da CAPES é visto como um dos mais modernos e eficientes, principalmente pelo formato da qualidade da avaliação.²³⁵ Para que o processo de avaliação mantenha suas características científicas e seu caráter social, suas referências e objetivos precisam ser bem definidos. Os processos de avaliação devem ser utilizados para o desenvolvimento e aprimoramento dos PPGs e não para vigiá-los ou puni-los. Segundo Lorena Neve Nobre:

²³⁴ CAPES – **Relatórios Técnicos DAV e Grupos de Trabalho**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/relatorios-tecnicos-e-grupos-de-trabalho>. Acesso em: 20 out. 2021.

²³⁵ SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Jornal da Ciência**. Ano XXII, n. 624, 27 jun. 2008.

Avaliação (aval + ação) significa “determinar a valia ou valor de”, apreciação, análise, dar “aval” ao que está em causa, responsabilizar-se por. Isso implica, na perspectiva da práxis, em responsabilidade e compromisso. A função social da avaliação refere-se à possibilidade de levar uma Instituição e o sistema a reexaminarem o seu funcionamento e, principalmente, a reformularem a sua missão ou projeto institucional diante de novas características e demandas do desenvolvimento científico-tecnológico. E este movimento dialético pode garantir o incremento da qualidade social do trabalho educacional.²³⁶

O desenvolvimento dos PPGs e o aumento da oferta de mestrados e doutorados vem avançando em decorrência do sistema de avaliação, pois é através deles que a CAPES determina os critérios da avaliação com vistas ao avanço da ciência, aprimoramento, eficiência e melhor desempenho dos programas. A CAPES está reforçando o acompanhamento de egressos em suas estratégias nos processos de autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação, o que reforça a importância desta pesquisa subsidiar a UFV no acompanhamento dos egressos da pós-graduação.

Realizar o acompanhamento de egressos é uma ação, não apenas para melhorar a conceituação do curso perante a CAPES, mas permite ainda, manter contatos, saber como e onde estão inseridos os egressos. Desta forma, “um acompanhamento eficaz do aluno egresso é para a IES um diferencial competitivo, tanto para melhorar a nota no sistema de avaliação da CAPES, como para fornecer subsídios que permitam ao curso potencializar a formação de seus alunos”.²³⁷

A intenção desse breve relato sobre a CAPES é demonstrar que os programas de pós-graduação, assim como qualquer instituição, precisam estar sempre atentos ao cumprimento de suas exigências, objetivos e perspectivas, além de propiciar uma formação intelectual, crítica e científica aos seus estudantes. O compromisso social dos programas de pós-graduação está vinculado às mais diversas áreas de formação: científicas, ambientais, políticas, sociais, econômicas, dentre outras.

²³⁶ NOBRE, Lorena Neves. **Avaliação de programas de pós-graduação: proposta de instrumento de pesquisa para análise do perfil do egresso e avaliação institucional**. 2018 (Mestrado Profissional em Gestão Pública), Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2018. p.104. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8726/1/tese_12108_Dissertacao%20final_LorenaNobre_GestaoPublica.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

²³⁷ TEIXEIRA, Gislaine Cristina dos Santos. **Desenvolvimento de uma sistemática para acompanhamento de alunos e egressos sob a perspectiva da gestão de projetos**. 2015 (Mestrado Profissional em Administração), Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015. p.19. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/152/1/Gislaine%20Cristina%20dos%20Santos%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

A avaliação de um programa de pós-graduação se potencializa quando se busca informações sobre seus egressos. Como saber se um curso é de qualidade e se cumpre seus objetivos ou suas funções sociais, quando não se sabe o perfil de seus egressos? Um dos objetivos mais pretenciosos do processo de avaliação dos PPGs é o alcance de qualidade, através do aperfeiçoamento de suas estratégias. Para isso, a CAPES precisa ultrapassar a noção de medidas quantitativas nos processos de avaliação e criar mecanismos que estimulem conhecimento e formação humana num processo contínuo e imanente.

O acompanhamento de egressos é uma ferramenta estratégica para a instituição, pois com as informações coletadas e sistematizadas sobre o desempenho dos egressos, será possível instrumentalizar práticas de aprimoramento nos PPGs, propiciando, quando necessário, alterações no modo de agir, reorientando as ações existentes. Desta forma, a riqueza de informações que podem ser coletadas com acompanhamento de egressos, traz consigo uma riqueza também imaterial, pois esse contato pode trazer sentimentos de pertencimento, por gratidão ou identificação, possibilitando a manutenção de seu vínculo com a instituição.

O sistema aqui proposto será importante para traçar o perfil profissional e socioeconômico dos egressos e sua evolução ao longo dos tempos, bem como para atender de forma eficiente, prática e sistematizada às novas diretrizes propostas no sistema de avaliação da CAPES e que são necessárias às melhorias dos PPGs. Será ainda de suma importância para o registro de histórias e testemunhos que complementam e interpõem à história da UFV.

Neste capítulo, evidenciou a importância da pós-graduação e de suas pesquisas para a sociedade. Como os egressos representam os PPGs, preocupar-se com sua empregabilidade e com o que ocorre após sua titulação é de suma importância para os programas e a instituição. A instituição precisa estar atenta com seus novos mestres e doutores. O acompanhamento de egressos é uma ferramenta importante para identificar a trajetória profissional dos egressos e a extensão dos PPGs após a titulação dos egressos.

A CAPES vem reforçando que o acompanhamento de egressos é essencial para manter a qualidade de formação e a atuação dos PPGs junto à sociedade. Diante do exposto, o próximo capítulo traz algumas reflexões sobre o contexto da necessidade do acompanhamento de egressos, seus desafios e perspectivas.

PARTE II

CAPÍTULO III

ELABORAÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DAS PRÁTICAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

3.1. Reflexões sobre o contexto da necessidade do acompanhamento de egressos: desafios e perspectivas

A CAPES, responsável pela avaliação quadrienal, certificação e qualidade da pós-graduação brasileira, entende que o acompanhamento do “destino e atuação dos egressos”²³⁸ é uma das ações mais eficazes na análise e verificação da qualidade dos PPGs. A avaliação é o indicador do padrão de excelência acadêmica dos mestrados e doutorados no país, cujos resultados servem de base para a formulação de políticas públicas para a pós-graduação e auxiliam as decisões sobre a concessão de bolsas de estudo. A CAPES apontou mudanças no processo avaliativo, a partir do próximo quadriênio (2021-2024), e reforçou a importância do quesito “destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida”.²³⁹

Registra-se, no Brasil,²⁴⁰ um total de 122.295 estudantes de PPGs, dos quais 76.323 são de mestrado acadêmico, 4.008 de mestrado profissional e 41.964 de doutorado, matriculados em 1.925 programas reconhecidos pelo Ministério da Educação. Deste total, 44.112 são bolsistas,²⁴¹ mas ainda pouco se sabe sobre o perfil desses estudantes após sua titulação. O acompanhamento de egressos é uma iniciativa pouco presente nas instituições de ensino, pois essas instituições ainda enfrentam dificuldades na realização de suas estratégias por serem consideradas organizações complexas.²⁴²

De modo geral, quanto mais uma organização é complexa, mais ela admite a desordem, “essa condição lhe fornece vitalidade, porque os indivíduos são capazes de tomar iniciativas

²³⁸ CAPES. **Ficha de Avaliação**. Grupo de Trabalho. Brasília, 2019. p.13. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

²³⁹ *Ibid.*

²⁴⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – **Número de pós-graduandos cresce no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2583-sp-2021081601>. Acesso em: 18 out. 2020.

²⁴¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - **Capex divulga mapa da pós-graduação no país**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dia-a-dia-do-seu-filho/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2582-sp-1752673202>. Acesso em: 18 out. 2020.

²⁴² MORITZ, Mariana Oliveira; MORITZ, Gilberto de Oliveira; MELO, Michelle Bianchini de; SILVA, Flora Moritz da. A implantação do planejamento estratégico em organizações complexas: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Revista GUAL**. Florianópolis, v. 5, nº 1, p.228-249, jan/abr. 2012.

para regular esse ou aquele problema sem ter de consultar a hierarquia central”.²⁴³ A complexidade das instituições ensino, enquanto sistemas sociais e, portanto, com seus conflitos, normalmente geram dados por divergências de grupos, que nelas atuam de acordo com seus próprios interesses. O excesso dessa complexidade pode desestruturar e desintegrar a instituição e está vinculado às suas múltiplas tarefas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão.²⁴⁴

As universidades, hoje com inúmeras possibilidades tecnológicas, precisam (re)conhecer seus problemas e resolvê-los de maneira eficiente, visando o “compromisso ético com os valores acadêmicos e legitimidade diante dos vários segmentos da comunidade acadêmica.”²⁴⁵ Um programa de pós-graduação poderá otimizar sua capacidade de reconhecer suas habilidades e adversidades e de realmente se tornar consistente e planejar seu futuro, a partir de dados sobre a atuação e perfil de seus egressos. Os PPGs precisam planejar, e gerenciar suas atividades em busca de seus objetivos, considerando sua vocação, sua história e as experiências das pessoas que fazem parte desse processo e que muito contribuem para construção de sua história, memória e identidade.

Atualmente, o registro da história e da memória humana ocorre por meio de documentos que são gerados por uma organização ou indivíduos. “Esses registros, postos de maneira orgânica, passam a ser rica fonte de informação. Porém, para que constituam uma pesquisa histórica, é preciso que estejam acessíveis, a qualquer tempo, aos interessados, sejam pesquisadores ou a sociedade em geral”.²⁴⁶ Nesse sentido, esta pesquisa inseriu-se num dos desafios contemplados pela ciência da informação, ou seja, o uso social da informação. Não adianta apenas ter as informações, elas precisam estar vinculadas a estratégias de análises, de projeções e de mudança de rumo, quando for o caso.

Fazendo um breve paralelo com a informação, ela deve ser reconhecida como um recurso estratégico para a tomada de decisões e deve ser usada enquanto direito humano. A Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011,²⁴⁷ vigente a partir de 16

²⁴³ MORITZ, Mariana Oliveira; MORITZ, Gilberto de Oliveira; MELO, Michelle Bianchini de; SILVA, Flora Moritz da. A implantação do planejamento estratégico em organizações complexas: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Revista GUAL**. Florianópolis, v.5, nº1, p.228-249, jan/abr. 2012. p.232.

²⁴⁴ *Ibid.*, p.233.

²⁴⁵ *Ibid.*, p.237.

²⁴⁶ MERLO, Franciele; KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, v. 20, n. 1, p.26-42, 22 mar. 2015. p.27. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/issue/view/986>. Acesso em: 30 out. 2020.

²⁴⁷ BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro

de maio de 2012, veio contrapor a antiga prática de segredo de Estado e assegurar o direito de acesso às informações produzidas ou armazenadas por órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; entretanto, ainda enfrenta dificuldades na sua implementação e condução. Isso porque existem complexidades na disponibilização dessas informações e nem todos os usuários têm a *expertise* para utilizá-las, principalmente sob o formato de dados abertos. Além de reconhecer o que fazer com as informações, são necessários “requisitos técnicos para que se consiga acessá-las, reuni-las, processá-las, extrair-lhes sentido, conhecer suas implicações e relacionamentos, enfim ser capaz de empregar os dados com o proveito esperado”.²⁴⁸

Fabiana Borelli Amorim e Adriano Stadler²⁴⁹ entendem que a maioria das informações produzidas pela administração pública estão sob sua demanda e nem sempre são difundidas. Carmen Lúcia Batista explica que, com os avanços tecnológicos, a informação pública passou a ser um direito público e essa pesquisadora a define como “um bem público, tangível ou intangível [...] que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada”.²⁵⁰ Mas, conforme coloca José Maria Jardim,²⁵¹ cabe aos órgãos públicos proteção às informações e não controle ou retenção, garantir o direito do cidadão à informação governamental, é garantir a transparência do Estado e dos órgãos públicos.

Nesse sentido, as instituições de ensino não devem apenas apresentar dados quantitativos de suas atividades, mas precisam estar atentas às oportunidades que o uso das informações pode lhe propiciar. Entender que o acompanhamento de egressos é uma estratégia para a instituição de ensino, possibilita subsídios que permitem avaliar o impacto de sua

de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 18 nov. 2020.

²⁴⁸ ANGELI, Alzira. Transparência e acesso à informação: quem é o cidadão que demanda a abertura de informações públicas no Brasil? **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 2, 2016. p.23-45. p.28. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/48648>. Acesso em: 18 nov. 2020.

²⁴⁹ AMORIM, Fabiana Borelli; STADLER, Adriano. O acesso à informação na gestão pública: dificuldades enfrentadas pelo poder executivo municipal de Londrina (PR). **Revista de Gestão e Secretariado**. v. 10, n.2, p.246-268. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/873>. Acesso em: 18 nov. 2020.

²⁵⁰ BATISTA, Carmen Lúcia. **Informação Pública: entre o Acesso e a Apropriação Social**. 2010. (Mestrado em Ciência da Informação), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.40. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-05112010-110124/publico/2349823.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

²⁵¹ JARDIM, José Maria. **Transparência e Opacidade do Estado do Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Editora da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1999. p.24.

formação acadêmica e de sua carreira. Posto o que complementam Emerson Antonio Maccari e Gislaïne Cristina dos Santos Teixeira:

Partindo do princípio de que os egressos (ex-alunos) de um programa de pós-graduação têm suas ações práticas afetadas pelas experiências vividas no curso e que a qualidade do programa é determinada pelas suas condições de funcionamento, é importante contextualizar o programa e suas lógicas de forma a compreender as contribuições que o curso trouxe para a trajetória de vida pessoal, profissional e acadêmica dos alunos.²⁵²

As instituições de ensino precisam estar atentas não apenas às diretrizes recomendadas pela CAPES, mas também ao seu compromisso com os egressos. Uma instituição “é avaliada pelos produtos que gera e pelas funções que desempenha na sociedade”.²⁵³ Afinal, espera-se das instituições de ensino, a formação de profissionais e pesquisadores qualificados e habilitados para o exercício da cidadania, ciência e tecnologia, voltada “à solução de problemas relevantes para a humanidade e para a sociedade que a financia”.²⁵⁴

A Diretoria de Registro Escolar, órgão responsável pela guarda dos documentos acadêmicos de seus estudantes, mantém essa documentação acondicionada em envelopes dentro de caixas box. Cada estudante tem, na instituição, um envelope com toda sua documentação pessoal e acadêmica exigida, conforme Figura 2.

Olhando para esta foto (Figura 2), a percepção é de cuidado, zelo e capricho da instituição, através da Diretoria de Registro Escolar, em relação aos cuidados com a documentação de seus estudantes. Mas, ao fixar o olhar e refletir que nessas caixas contam os envelopes com toda documentação dos estudantes e, que depois da titulação, esses documentos podem nunca mais serem acessados, pode, ao contrário da primeira impressão, passar a percepção de abandono, de término, de rompimento, de encerramento. Ponto final e pronto! Encerra-se também o vínculo entre a instituição e o estudante? Ainda que o trabalho de arquivar seja cuidadoso, memórias podem ser silenciadas a partir da titulação dos estudantes?

²⁵² MACCARI, Emerson Antonio; TEIXEIRA, Gislaïne Cristina dos Santos. Estratégia e Planejamento de Projeto para Acompanhamentos de Alunos Egressos de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, vol. 7, núm. 1, março, 2014, p.101-116. Universidade de Santa Maria. Santa Maria – Brasil. p.102.

²⁵³ VERCESI, Anibal; HOGAN, Daniel Joseph; CHAMBOULEYRON, Ivan; MARTINEZ, José Mario. Os desafios da pesquisa no Brasil. **Caderno Temático: Suplemento do Jornal da Unicamp**, ano 1, n. 12, fev. 2002. p.3.

²⁵⁴ *Ibid.*

Figura 2 – Foto do arquivo da Diretoria de Registro Escolar – UFV, local de acondicionamento dos documentos dos estudantes.



Fonte: Arquivo pessoal.

Maria do Socorro Costa Coelho²⁵⁵ afirma que as instituições normalmente encerram seus compromissos com os estudantes que nelas passaram durante anos, no momento da entrega dos diplomas. Essa colocação traz novas inquietações: será que o papel das instituições de ensino está apenas relacionado a números, como total de candidatos/vaga, total de ingressantes e total de diplomados? A quem pertence o papel social de identificar o sucesso e/ou desafio profissional após a titulação? Que atividades realizam os egressos da universidade após sua titulação? Em que condições se encontram os egressos da UFV? Onde ficam registradas essas informações? Existem informações em arquivos disponíveis que possibilitam aos PPGs e à

²⁵⁵ COELHO, Maria do Socorro Costa. Opinião: Egresso e Universidade. Beira do Rio - **Jornal da Universidade Federal do Pará**. Pará, ano 24, n. 72, maio 2009. Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2009/3-edicao-72/27-egresso-e-universidade>. Acesso em: 18 out. 2020.

instituição a busca rápida e eficiente dessas informações? Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida?

O compromisso educacional não finaliza com a titulação dos estudantes, esse compromisso precisa ir além da emissão dos diplomas. As instituições precisam estar atentas também à importância do relacionamento com os egressos, mas para isso ações planejadas precisam ser implementadas nas instituições de ensino. Essas ações precisam ser eficientes e produtivas para os componentes avaliativos da CAPES, para a instituições e precisa ser acessível e interessante para o egresso.

Ainda há certo desinteresse por parte dos egressos nos processos avaliativos, muito provavelmente por desconhecerem sua importância nesse processo ou por esses processos serem por vezes complicados e irrelevantes para o estudante. Gislaine Cristina dos Santos Teixeira aponta que:

É a partir do reconhecimento da importância de compartilhar as ações e os dados atualizados, como único caminho para registro da efetiva contribuição do programa para a sociedade que os alunos colaboram com o aumento da nota do curso, o que repercute diretamente em sua própria valorização profissional, já que o currículo divulgado na Plataforma Lattes exibe a nota do programa em que o egresso obteve sua titulação.²⁵⁶

Dessa forma, dentre as estratégias do acompanhamento de egressos, faz-se necessário um trabalho de conscientização dos estudantes ainda ativos quanto à importância de sua participação na vida da instituição após sua titulação. Os vínculos desse relacionamento precisam ser firmados bem antes do estudante tornar-se um egresso. O estudante precisa estar ciente da importância de seu *feedback* ao PPG sobre sua formação acadêmica e sobre sua atuação profissional. Apenas assim os PPG (re)conhecerão suas atividades e sua excelência (ou não).

Conforme afirma Tatiana Pereira Queiroz²⁵⁷ as universidades têm poucas informações sobre os egressos. Elas pressupõem opiniões, informações e afirmações, mas na realidade quase

²⁵⁶ TEIXEIRA, Gislaine Cristina dos Santos. **Desenvolvimento de uma sistemática para acompanhamento de alunos e egressos sob a perspectiva da gestão de projetos**. 2015 (Mestrado Profissional em Administração), Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015. p.25. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/152/1/Gislaine%20Cristina%20dos%20Santos%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

²⁵⁷ QUEIROZ, Tatiana Pereira. **O bom filho a casa sempre torna: análise do relacionamento entre a Universidade Federal de Minas Gerais e seus egressos por meio da informação**. 2014 (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9PRKWC/1/disserta__o_tatiana_pereira_queiroz__02_09_14__vers_o_final.pdf. Acesso em: 04 dez. 2020.

sempre faltam investigações científicas sobre esse assunto. Assim, esta pesquisa pretende consolidar-se na busca de um instrumento seguro para recrutar e registrar dados e informações sobre os egressos, numa base sólida, contínua, investigativa e científica. Buscou-se um instrumento que seja acessado ao se planejar ações institucionais que visem a melhoria contínua dos PPGs, a qualidade de ensino, a agilidade dos processos de autoavaliação, bem como a identificação do alcance dos objetivos dos programas em relação aos anseios da instituição.

Márcia Rejane Damasceno Dias complementa que uma pesquisa sobre o acompanhamento de egressos,

Deve auferir indicadores que dialoguem com a missão, visão e objetivos estratégicos da Instituição, uma vez que, sua própria condição de existência é baseada em produzir uma educação de qualidade, em que os alunos egressos disseminem conhecimento e que sejam capazes de se inserir na sociedade em sua plenitude (social, política, cultural, ética).²⁵⁸

As propostas de melhoria de qualidade, em qualquer setor da sociedade, inclusive nas instituições de ensino, necessitam de informações relevantes sobre sua situação atual. Compreender essa atualidade é compreender os acontecimentos passados, vistos através de uma linha do tempo. Sem a visualização dessa linha, o presente pode ficar obscuro e o futuro comprometido.

Sendo assim, a proposta do desenvolvimento de um sistema de acompanhamento de egressos da pós-graduação constitui numa ferramenta importante para os PPGs e a instituição, pois, ao gerar informações, ao longo do tempo, possibilitarão uma análise aprofundada e realista da situação dos programas, como estão alcançando seus objetivos, suas missões, visões e valores. Assim, indicadores e estratégias, baseados em dados reais e confiáveis, poderão ser adotados com a finalidade de introduzir mudanças de melhorias, quando for o caso, reorientando as metas dos PPGs.

²⁵⁸ DIAS, Márcia Rejane Damasceno. **A Política de Monitoramento de egresso no Instituto Federal do Ceará: um estudo de caso no campus de Caucaia**. 2016. (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. p.70. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3655/1/marciarejanedamascenodias.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

3.2. Apontamentos conceituais sobre as metodologias e ações empreendidas na realização da pesquisa

Esta investigação baseou-se na classificação proposta por Antônio Carlos Gil,²⁵⁹ que considera uma pesquisa aplicada se a sua finalidade for a aquisição de conhecimentos para serem utilizados em determinada situação. A pesquisa aplicada também tem a finalidade de resolver problemas percebidos na realidade em que vivem os pesquisadores. As duas características supracitadas mostram-se muito claras nesta pesquisa. Primeiro a finalidade é adquirir conhecimento para o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento de egressos da pós-graduação da UFV.

Segundo, a pesquisa realiza-se por uma servidora da UFV com experiência em setores acadêmicos que lidam com geração e arquivamento de documentos, bem como com atendimento ao público da pós-graduação: discentes, docentes, professores, secretários e coordenações. Em relação aos objetivos, esta pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. Exploratória porque o tema abordado, acompanhamento de egressos, ainda é um tema pouco explorado na literatura brasileira, e sob essa perspectiva, será possível construir maior familiaridade com o tema proposto e a torná-lo mais explícito.

A pesquisa descritiva tem por objetivo estudar e descrever “as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc”,²⁶⁰ através da coleta de dados, análise, registro e interpretação dos resultados. Esta pesquisa caracteriza-se, ainda, como bibliográfica, pois seu início é marcado por consultas bibliográficas que se intensificaram no decorrer do trabalho. Ressalta-se que a pesquisa bibliográfica é primordial, intrínseca e indispensável na condução de toda pesquisa científica. Ela é desenvolvida a partir de recursos como: livros, revistas, periódicos, plataformas digitais, entre outros, visando embasamento teórico e melhor compreensão e entendimento sobre o assunto.

A amostra para esta pesquisa corresponde aos egressos titulados dos programas de pós-graduação da UFV no período entre 2013 e 2020. Justifica-se essa escolha por corresponder aos dois últimos quadriênios avaliativos pela CAPES (2013-2016 e 2017-2020). Era previsto dificuldades para fazer contatos com os egressos titulados antes desse período, pela

²⁵⁹ GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

²⁶⁰ *Ibid.*, p.28.

possibilidade de seus endereços de e-mails estarem desatualizados em função de mais tempo transcorrido desde a titulação deles.

Foram encaminhados questionários para 7064 egressos da pós-graduação da UFV (mestrado e doutorado), cujo retorno foi de 7,3%, ou seja, 516 questionários respondidos. Para construir essa amostra, foram utilizadas informações constantes no banco de dados do Sistema de Controle Acadêmico da Pós-Graduação da UFV (ACADEMICOPG). Os questionários foram encaminhados por e-mail, utilizando-se a plataforma *google* junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A análise das respostas aos questionários encaminhados aos egressos da pós-graduação visou aspectos referentes à situação socioeconômica e profissional dos egressos dos PPGs da UFV e suas reais percepções sobre a formação acadêmica recebida. Enquanto procedimento para a coleta de dados, o questionário serve como “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, [...] presente ou passado, etc”.²⁶¹ As vantagens do questionário são a agilidade na sua aplicação, a facilidade do seu retorno, o baixo custo de implementação e a facilidade na tabulação dos dados, uma vez que são gerados em planilha *Excell* e podem ser importados para vários softwares disponíveis.

Além dos procedimentos citados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram feitas com representantes da Associação de Ex-Alunos, Associação de Pós-Graduação, Arquivo Central, Museu Histórico, da Pinacoteca da UFV e servidores da Diretoria de Tecnologia de Informação, Diretoria de Registro Escolar e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, para entender o tipo de contato existente com os egressos e como este é feito.

Segundo Antônio Carlos Gil, a entrevista é “uma forma de interação social”,²⁶² na qual “uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.²⁶³ As respostas às questões levantadas no questionário e nas entrevistas proporcionaram os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Na entrevista semiestruturada foram elaboradas questões disparadoras que possibilitaram o desenvolvimento de outras perguntas no decorrer da entrevista. A condução das entrevistas objetivou identificar se há contato titulado-instituição e instituição-titulado e qual tipo de contato.

²⁶¹ GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p.121.

²⁶² *Ibid.*, p.109

²⁶³ *Ibid.*

Após a etapa de coleta de dados, a análise de conteúdo foi a ferramenta utilizada para organizar, analisar e armazenar todas as informações obtidas. Segundo Gilberto de Martins Andrade a “análise de conteúdo presta-se tanto aos fins exploratórios, ou seja, de descoberta, quanto aos de verificação, confirmando, ou não, proposições e evidências”.²⁶⁴ A partir dela foi possível mapear a trajetória e satisfação profissional dos egressos, suas percepções sobre a formação recebida, motivações para escolha da UFV, suas avaliações sobre os cursos e os aspectos financeiros após a titulação. Com esta pesquisa, a coleta de dados sistematizada ao longo do tempo, essas informações estarão disponíveis para a instituição e servirão para análise minuciosa dos PPGs, (re)avaliação de suas estruturas e objetivos. Apenas ao longo dos semestres letivos ter-se-á uma análise mais detalhada, enriquecedora e aprimorada dos dados coletados e registrados a partir da titulação. Com a coleta sistematizada e anual dessas informações será possível analisar situações e traçar metas importantes ao melhor desenvolvimento dos PPGs e galgar melhorias no processo avaliativo junto à CAPES.

Além das questões já levantadas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, julga-se necessário compreender também: a) como a instituição pode avaliar o ensino ofertado, uma vez que o seu papel é formar cidadãos capazes de atuar profissionalmente no mercado de trabalho? b) a atuação profissional dos egressos está contribuindo para a solução dos problemas da sociedade? c) como os egressos dos cursos de pós-graduação estão sendo alocados no mercado de trabalho? d) quais contribuições o acompanhamento de egressos pode trazer para a instituição e para os programas? e) quais as dificuldades nas práticas de acompanhamento de egressos na UFV?

Para o levantamento de informações sobre os programas e melhor entendimento do processo de avaliação pela CAPES, foram realizadas consultas no site da Plataforma Sucupira e buscas na internet com vistas a resgatar os Pareceres CNE/CES e as Portarias de criação dos PPGs, publicadas no D.O.U. Localizou-se 148 portarias de credenciamento e reconhecimento dos PPGs (Anexo 9) e 28 referentes às avaliações dos PPGs (Anexo 11). Foram realizadas pesquisas nos sites dos PPGs e da UFV para averiguação de referências e práticas de acompanhamento de egressos.

Por fim, as informações alcançadas por meio deste estudo servirão de matéria-prima para trabalhos posteriores, assim como para a administração da universidade, auxiliando no direcionamento e proposição de melhorias nos PPGs. Além de atender as demandas colocadas

²⁶⁴ MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009. p.96.

pela CAPES para as próximas avaliações quadrienais dos Programas de Pós-Graduação, embora no momento, esse seja um cenário incerto.

A descrição dos questionários e das entrevistas, bem como suas respostas e análises estão apresentadas nos itens a seguir.

3.3. Uma contextualização atual: busca por vestígios dos egressos nos sites e sistemas da UFV

Além dos questionários aplicados, fez-se uma busca dos termos **egresso(s), ex-aluno(s), alumni (aluminum) e titulado(s)**, no Regimento Geral da Pós-Graduação,²⁶⁵ Regimento Geral da UFV,²⁶⁶ Estatuto da UFV,²⁶⁷ Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFV 2018 – 2023,²⁶⁸ Resoluções CEPE e Resoluções CONSU.²⁶⁹ Essa busca foi realizada também nos sites dos Programas de Pós-Graduação da UFV.

No Regimento Geral da UFV, consta uma vez o termo “egresso”, em seu Artigo 56, item VI, sobre as atribuições do coordenador da Graduação: “manter atualizado banco de dados sobre os estudantes e **egressos** do curso, visando ao processo de avaliação”.²⁷⁰

Nas resoluções CONSU, constam 3 vezes o termo “ex-alunos” em referências às Resoluções 09/07,²⁷¹ 08/2002,²⁷² e 14/2013.²⁷³ A resolução vigente é 14/2013, as demais foram revogadas, e tratam do Regimento da Medalha da Ordem de Mérito do Ex-Aluno da UFV, cujo caráter é homenagear anualmente ex-alunos que se destacaram profissionalmente e que tenham

²⁶⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Regimento de Pós-Graduação – **Resolução CEPE nº 13, de 30/10/2020**. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/Resolu%C3%A7%C3%A3o-13-2020-Regimento-de-P%C3%B3s-Gradu%C3%A7%C3%A3o-mrf.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

²⁶⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Regimento Geral da Universidade Federal de Viçosa**. Disponível em: <https://www.novos cursos.ufv.br/orgaos/ufv/soc/www/wp-content/uploads/Regimento-Geral-UFV-2013.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

²⁶⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Estatuto da Universidade Federal de Viçosa**. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/Estatuto-UFV-Multicampi-2014.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

²⁶⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFV 2018 – 2023**. Disponível em: <https://www.planej ar.ufv.br/wp-content/uploads/2018/06/PDI-UFV-2018-2023-VERSAO-FINAL-SITE.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

²⁶⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Resoluções CONSU**. Disponível em: http://www.soc.ufv.br/?page_id=16258. Acesso em: 10 ago. 2020.

²⁷⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Regimento Geral da Universidade Federal de Viçosa**. Op.cit.

²⁷¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Resolução CONSU 09/2007**. Aprova o Regimento da Medalha da Ordem do Mérito do Ex-Aluno da UFV. Revogada pela Res. nº 08/2002/CONSU.

²⁷² UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Resolução CONSU 08/2002**. Aprova o Regimento da Medalha da Ordem do Mérito do Ex-Aluno da UFV. Revogada pela Res. nº 14/2013/CONSU.

²⁷³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Resolução CONSU 14/2013**. Aprova as alterações no Regimento da Medalha da Ordem dos Ex-Alunos da UFV, que passa a fazer parte integrante desta Resolução. Revoga as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 08/2002/CONSU. Disponível em: http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/13_141.pdf. Acesso em: 30 out. 2021. Acesso em: 10 ago. 2020.

contribuído com pesquisas científicas relevantes e com a sociedade. Nas resoluções do CEPE não foram identificados os termos em questão.

Esses termos foram consultados também no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFV 2018 – 2023.²⁷⁴ O termo egresso consta 2 vezes no referido Plano e o termo egressos 15 vezes. A maioria das vezes o termo está relacionado aos egressos da graduação, como pode ser observado no item “Aprimorar o Projeto Pedagógico Institucional e os projetos pedagógicos de cursos de graduação”,²⁷⁵ cuja meta é “desenvolver sistema de acompanhamento dos egressos da UFV”.²⁷⁶ Meta ainda não alcançada e contempla o desafio de manter os endereços dos egressos atualizados. Essa ação já era contemplada no PDI 2012 – 2017.²⁷⁷ Sobre a Pós-Graduação não foram identificados o termo egresso, nem ações de acompanhamento de egressos.

Percebe-se que não existem na UFV práticas sistematizadas de acompanhamento de egressos da pós-graduação e, mesmo com a entrega da Medalha da Ordem de Mérito do Ex-Aluno da UFV, muito a instituição ainda tem a fazer. Fundada oficialmente, em 1935, a Associação de Ex-Alunos da Universidade Federal de Viçosa (AEA) com a finalidade “de congregar os ex-alunos da UFV e os das instituições anteriores a ela, procurando manter seu espírito e suas tradições, robustecendo os vínculos entre seus ex-alunos e a Universidade”.²⁷⁸ Seguem os dizeres do Sr. Dr. João Carlos Bello Lisbôa, Diretor da Escola de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, de outubro de 1935:

Prezado **Ex-aluno**, A Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes, de accôrdo com o plano previamente estabelecido, commemorará, este anno de 1935, o anno de sua realização, com a formatura da primeira turma de médicos veterinários. Para maior brilhantismo das solemnidades commemorativas de tão grande acontecimento para a vida da nossa Pátria, a Escola resolveu convocar um Congresso de ex-alumnos seus (os que tiveram terminado, pelo menos, um semestre lectivo na Escola e não tenham sido afastados disciplinarmente), **com o fim especial de tomar conhecimento dos resultados que vêm os ex-alumnos alcançando na vida prática e obter suggestões que tragam ao Estabelecimento a garantia de ser cada vez mais útil aos interesses agrícolas de Minas Geraes e do Paiz.** Para regularidade dos

²⁷⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFV 2018 – 2023**. Disponível em: <https://www.planejamento.ufv.br/wp-content/uploads/2018/06/PDI-UFV-2018-2023-VERSAO-FINAL-SITE.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

²⁷⁵ *Ibid.*, p.21.

²⁷⁶ *Ibid.*

²⁷⁷ *Ibid.*, p.21.

²⁷⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Associação dos Ex-Alunos da Universidade Federal de Viçosa (AEA) - **ATOM**. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/associacao-dos-ex-alunos-da-universidade-federal-de-vicos-a-aea>. Acesso em: 30 out. 2021.

trabalhos realizar-se-ão duas sessões, sendo a de abertura do Congresso e início dos trabalhos às 20,30 horas de 14 de Dezembro deste anno e continuação às 14,30 horas do dia 15, também de Dezembro, podendo ser prorrogadas, si preciso fôr. Caso seja do agrado dos ex-alumnos presentes ao Congresso, fundar-se-á a Associação de Ex-Alumnos da ESAV, que terá por fim, entre outros, o de manter e propagar os princípios básicos da nossa querida Instituição. Solicita-se, com empenho, a presença do presado ex-alumno, cuja adesão peço, com a possível brevidade, para que se possam tomar as providências relacionadas com a sua hospedagem. Informo-lhe que as festividades de formatura se realizarão a 15 de Dezembro, como de costume, sendo paranymphos o Sr. Dr. Humberto Bruno, Director da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura e o signatário deste, seu ex-Director. Sirvo-me do ensejo para manifestar meus votos de felicidades ao presado ex-alumno a quem apresento as minhas.²⁷⁹

Ainda hoje a AEA continua lutando pelo estreitamento das relações entre a instituição e seus egressos da graduação, mas muito ainda tem que ser realizado, continua sendo uma questão de necessidade de políticas públicas institucionais. Além de outras expectativas, a AEA representa para alguns a alegria de rever e estreitar laços com os colegas da época. Os contatos mantidos entre a AEA e os egressos estão vinculados aos egressos da graduação, representados através dos encontros anuais para confraternização dos ex-alunos (da graduação) e a comemoração dos “jubileus de alabastro, platina, ferro, diamante, esmeralda, ouro e prata”.²⁸⁰

Em conversa com representantes da AEA obteve-se informação que os contatos estabelecidos entre a associação e os egressos sempre foram relacionados à graduação e ao ensino técnico (Técnicos Agrícolas), desde sua fundação, por questões de logística, tamanho e magnitude da reunião anual dos ex-alunos. A Associação de Ex-Alunos não mantém contato com os egressos da pós-graduação.

Em visita ao Museu Histórico e Pinacoteca da UFV para identificar possíveis vínculos com os egressos da pós-graduação, não se identificaram ações nesse sentido, mas ressaltou-se a importância desse trabalho de acompanhamento de egressos. Foi relatado nessa visita que, periodicamente, nos eventos promovidos pelo museu, alguns visitantes ex-alunos da instituição se emocionam ao relembrar sua trajetória acadêmica, mas demonstram também um sentimento de tristeza por nunca terem sido lembrados pela instituição, sentem-se esquecidos e até menosprezados. Reforça-se que, por vezes, algum ex-aluno da UFV está representado na mídia por ter se destacado na pesquisa, no ensino, ou que ocupa importante cargo no Brasil e mundo

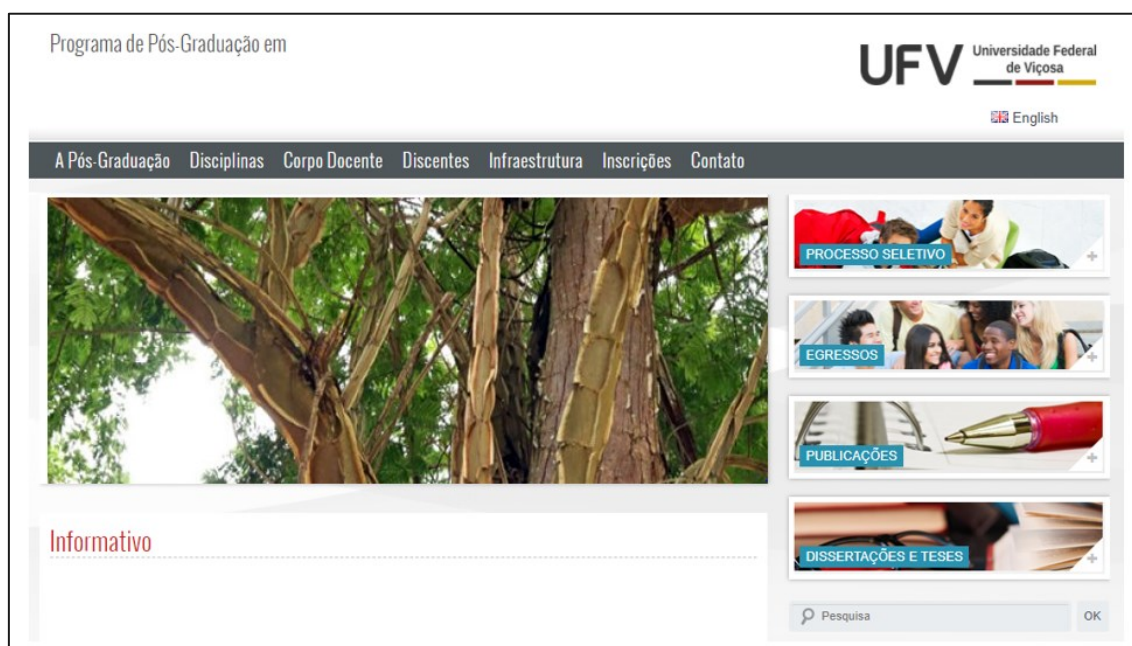
²⁷⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Associação dos Ex-Alunos da Universidade Federal de Viçosa (AEA) - ATOM. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/associacao-dos-ex-alunos-da-universidade-federal-de-vicosa-aea>. Acesso em: 30 out. 2021.

²⁸⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Estatuto da Associação dos Ex-Alunos da Universidade Federal de Viçosa – AEA**. Disponível em: <https://aea.ufv.br/estatuto/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

afora, mas esse contingente ainda é restrito. Se os quantificarmos em relação a todos os egressos da instituição, qual seria essa representatividade? E por que não se atentar aos demais?

Foi realizada, também, uma consulta em todos os sites dos Programas de Pós-Graduação da UFV para identificar quais informações estão disponíveis sobre seus egressos. Observou-se que a maioria dos PPGs da UFV utilizam o mesmo modelo de site e de disponibilização das informações, conforme mostra a Figura 3. As informações são padronizadas, divergindo entre um conteúdo e outro. Em geral os sites contêm os mesmos tipos de informações: curso, disciplinas, corpo docente, discentes, infraestrutura, inscrições, contato, processo seletivo, publicações, dissertações e teses, dentre outras associadas ao programa. Nos sites dos PPGs consta ainda a aba “egressos” onde é disponibilizada a relação nominal de todos os egressos do programa. Alguns programas vinculam o nome do seu egresso ao link que direciona para seu currículo Lattes ou cópia de sua dissertação ou tese.

Figura 3 – Modelo padronizado de apresentação dos sites utilizados pela maioria dos PPGs da UFV.



Fonte: Site dos Programas de Pós-Graduação da UFV.

Observa-se, no entanto, que embora importante, a relação nominal dos titulados já é conhecida pela instituição e pela CAPES. Da forma que são apresentadas nos sites dos PPGs, as informações não permitem uma análise conjunta em relação aos egressos do programa, assim como, de sua vida profissional e acadêmica após a conclusão do curso. Dessa forma, nota-se que essas informações são pouco úteis para a instituição e para os PPGs na elaboração de estratégias de melhorias para os programas e para avaliação da CAPES. Em consulta aos

coordenadores e secretarias dos programas, a explicação recebida é que o preenchimento dessas informações visa apenas o atendimento às demandas da CAPES e preenchimento da plataforma Sucupira.

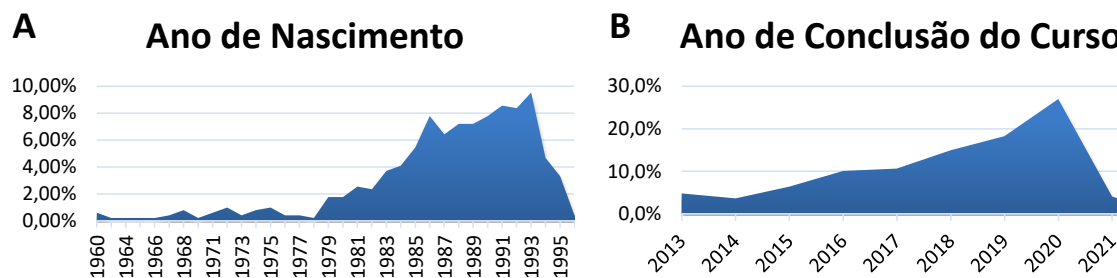
Com o desenvolvimento do sistema de acompanhamento de egressos aqui proposto, todas as informações estarão concentradas em uma base de dados única, estruturada e atualizada pelo próprio egresso. Isso permitirá que os dados sejam agrupados e analisados em conjunto, produzindo indicadores referentes à evolução profissional do egresso, representativos para cada programa e para a instituição.

Com o tratamento adequado desses dados e informações, será possível uma análise da situação atual dos programas, a elaboração de estratégias de melhorias continuadas e o registro da história do egresso após sua titulação. Pensando nesse caminho, estratégias precisam ser adotadas para que os egressos percebam o quanto são importantes para a instituição e o quanto é importante a manutenção desse vínculo.

3.4. A percepção dos egressos dos Programas de Pós-Graduação da UFV

Para esta pesquisa e para o entendimento das percepções dos egressos dos PPGs da UFV, foram aplicados 7064 questionários aos egressos titulados no período entre 2013 e 2020. A escolha temporal baseou-se no período das duas últimas avaliações quadrienais da CAPES (2013-2016 e 2017-2020). Obteve-se o retorno de 516 questionários respondidos. Com os resultados, buscou-se apreender uma avaliação do egresso sobre o programa de pós-graduação cursado, sobre: a) missão, visão, valores, finalidades, objetivos, b) processo de ensino-aprendizagem, c) projeto desenvolvido durante o curso e d) satisfação pessoal e profissional com o programa e com a instituição.

Figura 4 - Distribuição da amostra em relação ao (A) ano de nascimento do egresso e (B) ano de conclusão do curso.

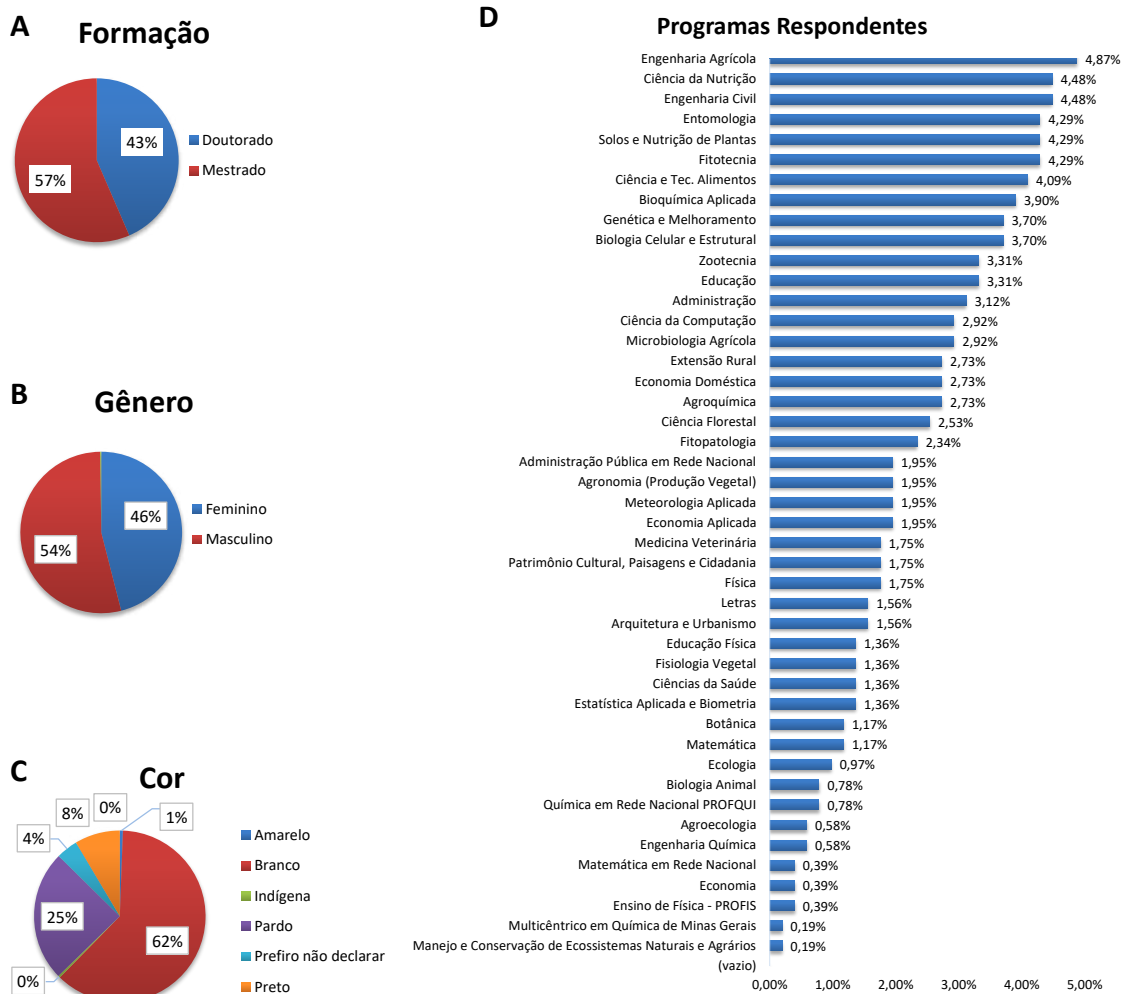


Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 4 traz a amostra em relação a: A) ano de nascimento do egresso, e B) ano em que o egresso concluiu o curso. A maioria dos egressos respondentes são jovens com idade igual ou inferior a 35 anos (Figura 4A). Além disso, considerando que o questionário fora enviado a todos os egressos que cursaram a pós-graduação entre 2013 e 2020, observa-se que 75% daqueles que responderam ao questionário concluíram o curso nos últimos 5 anos. Esta informação evidencia que, quanto mais tempo se passa entre a titulação do egresso e o envio do questionário, menos possibilidade de retorno do egresso (Figura 4B). Outra percepção a ser expressa é referente ao e-mail institucional utilizado pela UFV (@ufv), que é o meio de comunicação entre a UFV e o estudante; esse e-mail fica disponível ao estudante pelo período de 1 ano após sua titulação, após o qual esse vínculo e meio de comunicação desaparece. Parece um fato simples, mas é muito significativo e, por isso, torna-se importante considerá-lo uma ação que promove o distanciamento entre a instituição e os seus egressos.

A Figura 5, a seguir, traz outros dados importantes para o propósito desta pesquisa:

Figura 5 - Distribuição da amostra em relação à (A) formação, (B) gênero, (C) cor e (D) programa de pós-graduação.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na Figura 5 observa-se a distribuição da amostra em relação a dados sobre os egressos tais como: formação, gênero, cor e programa de pós-graduação. Como esperado, uma vez que a UFV possui maior número de cursos de mestrado e, conseqüentemente, maior número de vagas nesse nível de pós-graduação, 57% dos egressos realizaram curso de mestrado e 43% de doutorado (Figura 5A). Outra informação reveladora, mas não surpreendente, é que 54% dos egressos respondentes são do sexo masculino, enquanto 46% do sexo feminino (Figura 5B). A constatação de maior número de egressos do sexo masculino é percebida também a nível nacional; conforme aponta pesquisa de Amélia Artes,²⁸¹ é predominante na pós-graduação a

²⁸¹ ARTES, Amélia. Dimensionando as Desigualdades por sexo e cor/raça na Pós-Graduação Brasileira. **Educação em Revista** – UFMG. Belo Horizonte, v.34. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tkrr6kbbwzbs946mc96xGWp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 set. 2021.

titulação de estudantes do sexo masculino, embora evidencie que essa realidade tende a ser alterada.

Em relação à cor, a grande maioria dos egressos respondentes se declaram brancos (62%), enquanto 25% se declaram pardos e 8% se declaram negros (Figura 5C). A problematização sobre a distribuição racial na pós-graduação brasileira vem sendo destacada há algum tempo. Apesar do aumento do número de pretos e pardos com acesso ao ensino superior e à pós-graduação, questões como dificuldades de acesso ao ensino, racismo, discriminação, desigualdades não devem ficar invisíveis, conforme discutido por Kaizô Iwakami, Beltrão e Moema de Poli Teixeira²⁸² e Marcelo Paixão.²⁸³ Amélia Artes acrescenta que “explicitar essas diferenças de forma quantitativa e dar visibilidade às distâncias existentes entre os grupos é um primeiro passo para conhecer a realidade e, então, propor políticas de alteração das desigualdades observadas”.²⁸⁴

Em busca de solucionar esse desequilíbrio social, desde 2020, a UFV incluiu em seu processo seletivo para os cursos de pós-graduação a reserva mínima de 20% (até 50%, à discricão do programa) das vagas aos candidatos pretos e pardos, indígenas e/ou com deficiência. A reserva dessas vagas foi estabelecida pela Resolução CEPE/UFV 08/2019²⁸⁵. Amélia Artes destaca que a inclusão social é um problema percebido também nos cursos de pós-graduação e “menos de 10% dos países têm leis que ajudam a garantir a inclusão plena na educação”.²⁸⁶

A construção de indicadores está relacionada à identificação de grupos sociais vulneráveis de modo a permitir a intervenção das políticas públicas e a solução dos problemas. Segundo Paulo de Martino Jannuzzi, os “indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas

²⁸² BELTRÃO, Kaizô Iwakami.; TEIXEIRA, Moema de Poli. **O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira - uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000**. Texto para discussão, n. 1052, Rio de Janeiro, Ipea, out. 2004.

²⁸³ PAIXÃO, Marcelo (org.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010**. UERJ, 2010.

²⁸⁴ ARTES, Amélia. Dimensionando as Desigualdades por sexo e cor/raça na Pós-Graduação Brasileira. **Educação em Revista** – UFMG. Belo Horizonte, v.34. 2018. p.4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tkrr6kbbwzbs946mc96xGWp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 set. 2021.

²⁸⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – **Resolução CEPE nº 08/2019** – Aprovar a Política de Ações Afirmativas da UFV. Disponível em: <https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/08-2019-CEPE-A%c3%a7%c3%b5es-Afirmativas-P%c3%b3s.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

²⁸⁶ UNESCO. **UNESCO mostra que 40% dos países mais pobres não apoiam os estudantes em situação de risco durante a crise da COVID-19 e pede por inclusão na educação**. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-mostra-que-40-dos-paises-pobres-nao-apoiam-os-estudantes-em-situacao-risco-durante-crise>. Acesso em: 02 nov. 2021.

ou políticas realizadas anteriormente”.²⁸⁷ O autor coloca ainda que, a maioria das instituições utilizam-se de indicadores para monitorar e definir suas atividades. Conforme o relatório de atividades, a UFV utiliza indicadores acadêmicos com o intuito de alcançar “uma gestão baseada em critérios e transparência, sendo valorizados o desempenho e a produtividade nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica”.²⁸⁸ Os próprios *rankings* que determinam a classificação das instituições brasileiras são alcançados através da análise dos indicadores institucionais.

Por fim, a Figura 5D lista a porcentagem de respostas por programa de pós-graduação. Se de 7.064 questionários aplicados, houve o retorno de 516, conforme já informado acima, os gráficos se estruturam com 7,3% de respostas. O nível de satisfação dos egressos foi avaliado por meio do indicador NPS, *Net Promoter Score*, uma ferramenta muito utilizada no setor comercial para medir a lealdade dos clientes baseada em uma pergunta avaliativa sobre a probabilidade de se indicar determinado serviço a alguém.²⁸⁹ Nesse estudo, o NPS visa avaliar o quão provável seria um egresso da pós-graduação da UFV recomendar a um amigo o programa em que obteve seu título.

Segundo alguns autores,²⁹⁰ a escala NPS possui três níveis: detratores (de 0 a 6) indicam que a experiência foi ruim em relação aos serviços; passivos ou neutros (7 e 8) não são entusiasmados com o serviço, utilizam apenas o necessário e optam por substituição se tiverem uma oportunidade melhor; e promotores (9 e 10) são leais e entusiasmados com os serviços e os recomendam aos demais. Neste trabalho os egressos da pós-graduação receberam o seguinte questionamento: “*Em uma escala de 0 a 10, o quanto você recomendaria o Programa em que realizou sua pós-graduação na UFV?*” e as respostas estão compiladas na Figura 6.

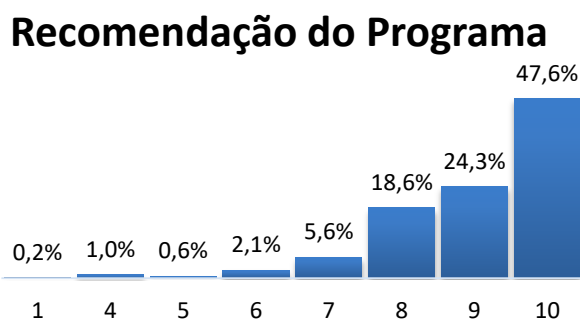
²⁸⁷ JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p.137-160, abr. 2005. p.138.

²⁸⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Relatórios de Atividades 2020 – Ano base: 2019**. p.101. Disponível em: http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2021/06/Relat%C3%B3rio-2020-ano-base-2019_v-final.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

²⁸⁹ DUARTE, Tomás – CEO Tracksale – e-book **Manual Rápido do NPS: gestão do feedback do cliente em tempo real**. Disponível em: <https://thiagoconcer.com.br/wp-content/uploads/2018/04/NPS-MANUAL.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

²⁹⁰ VENÂNCIO, Aline Mariana; SILVA, Carlos Eduardo Sanches da; SOUZA, Dalton Garcia Borges de. Avaliação Institucional de programas de Pós-Graduação por meio do NET Promoter Score e da Gestão à Vista. **XXXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Maceió. 16 a 19 de outubro de 2018. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_WIC_259_491_36157.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.

Figura 6 - Distribuição de respostas para a pergunta: Em uma escala de 0 a 10, o quanto você recomendaria o Programa em que realizou sua pós-graduação na UFV?



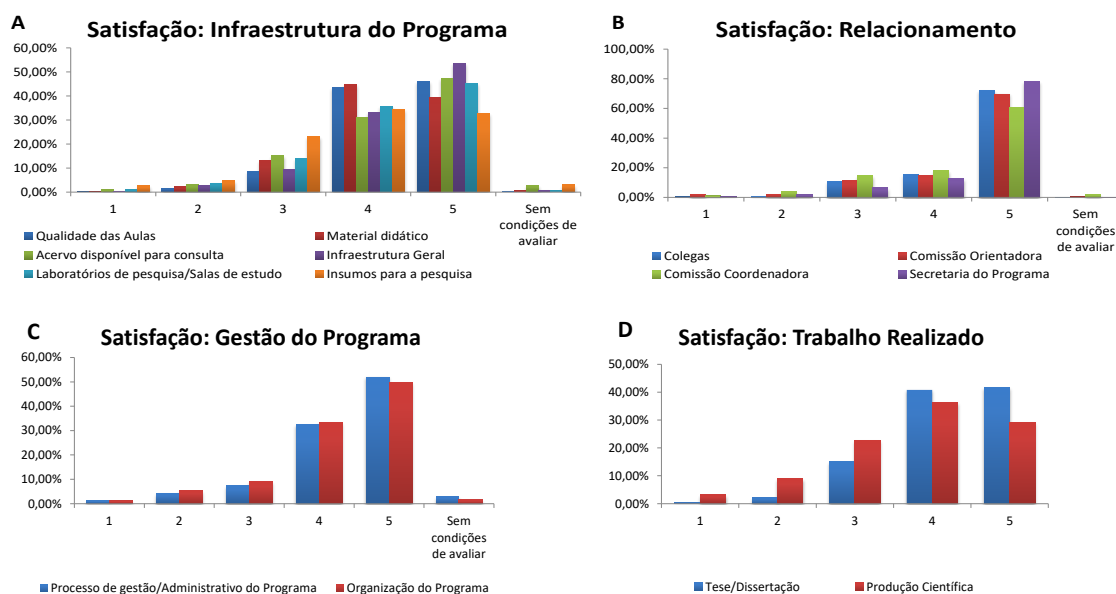
Fonte: Elaborado pela autora.

Como se observa, 71,9% dos egressos são promotores de seus programas de pós-graduação, sendo 24,2% de egressos neutros e apenas 9,5% de detratores. Foi analisado se o NPS de cada programa possuía relação com sua nota na CAPES por meio do cálculo do coeficiente de correlação de *Pearson*, obtendo-se um coeficiente de correção $r = 0,061$. Este coeficiente deixa claro que não há influência da nota da CAPES no índice de satisfação dos estudantes em relação ao seu curso de pós-graduação, de modo que estudantes de cursos com notas da CAPES mais baixas recomendaram seus cursos tanto quanto aqueles que cursaram cursos com notas mais altas. Conforme destacam Suzete Antonieta Lizote, Miguel Angel Verdinelli e Jeferson Lana ²⁹¹ a satisfação do estudante é fator para se perceber a qualidade do programa, bem como garantir sua melhoria e continuidade. Contudo, este indicador não é contabilizado nos questionários de avaliação dos programas pela CAPES até o momento.

Os estudantes foram questionados, também, sobre sua satisfação em relação a aspectos mais específicos de seu programa de pós-graduação (Figura 7), como infraestrutura (Figura 7A), relacionamento com todos profissionais e colegas envolvidos no programa (Figura 7B), gestão do programa (Figura 7C) e em relação ao trabalho desenvolvido (Figura 7D).

²⁹¹ LIZOTE, Suzete Antonieta; VERDINELLI, Miguel Angel; LANA, Jeferson. Satisfação dos alunos dos cursos de Pós-Graduação Lato sensu: um estudo através da modelagem em equações estruturais. **XI Colóquio Internacional Sobre Gestão universitária na América do Sul**. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25968/2.14.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 nov. 2021.

Figura 7 - Distribuição das respostas acerca da satisfação dos egressos com a (A) infraestrutura dos Programas de Pós-Graduação, (B) o relacionamento com os colegas, (C) a gestão do programa e (D) com o trabalho realizado.



Fonte: Elaborado pela autora.

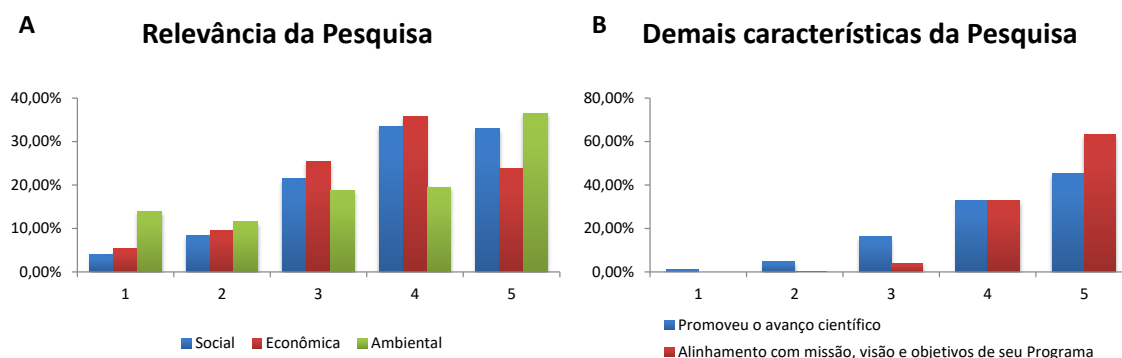
Para os aspectos relacionados diretamente ao programa, como infraestrutura, relacionamento e gestão, nota-se a predominância de notas 4 e 5. Porém, em relação ao trabalho desenvolvido (Figura 7D), é possível observar uma redução das notas 5 e um aumento das notas 3, principalmente em relação à produção científica realizada.

A produção científica vem sendo utilizada pela CAPES como um dos parâmetros para pontuação final do programa de pós-graduação. No entanto, é interessante notar que não há correlação entre a satisfação do estudante com sua produção científica e o conceito CAPES (coeficiente de correção de Pearson $r = -0,05$). O número das produções científicas sempre foi fator importante no processo de avaliação da CAPES, apontando mudança recente que não basta apenas quantificar o número dessas produções. A CAPES propõe que na próxima avaliação quadrienal (2021-2024) sejam consideradas as principais produções científicas de cada programa de pós-graduação. Critérios avaliativos como impacto e relevância social, inovação e transferência de conhecimento, dentre outros, também foram incorporados aos novos sistemas de avaliação da CAPES.

De forma complementar, a Figura 8, abaixo, expressa a visão dos egressos em relação à relevância de sua pesquisa nos aspectos “Social”, “Econômico” e “Ambiental” (Figura 8A), assim como nas demais características de sua pesquisa, como a promoção do avanço científico

e o alinhamento aos objetivos do programa de pós-graduação (Figura 8B).

Figura 8 - Distribuição das respostas acerca da visão dos egressos em relação à (A) relevância da pesquisa realizada e (B) às características da pesquisa realizada.



Fonte: Elaborado pela autora.

Interessante notar que, apesar da elevada satisfação com o trabalho realizado, maior parcela dos egressos entende que seu trabalho é de baixa relevância social (33,7%), econômica (40,5%) e ambiental (44,5%), atribuindo notas iguais ou inferiores a 3 (Figura 8A). Por outro lado, 78,3% acreditam que seu trabalho promoveu avanço científico e 95,9% acreditam que o trabalho está alinhado com os objetivos de seu programa de pós-graduação cursado.

Independentemente do tipo de pesquisa realizada, ela sempre deve ter aplicabilidade na sociedade ou em outras pesquisas. Este aspecto nos projetos de pesquisa é de tamanha importância que a CAPES criou o Grupo de Trabalho Impacto e Relevância Econômica e Social²⁹² para avançar no processo de avaliação e de melhorias dos programas de pós-graduação. Não basta quantificar as pesquisas científicas, elas precisam ter relevância e impacto na sociedade; os investimentos são elevados e o investimento sem retorno é desperdício financeiro e de tempo. Na conferência de abertura do 33º Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (ENPROP), cujo tema foi “O impacto da Pesquisa e da Pós-graduação na Sociedade”, discutiu-se que a principal dificuldade na pós-graduação é a construção de um elo entre a pesquisa e a sociedade.²⁹³

A UFV destaca-se também pela importância de suas pesquisas e suas contribuições para a sociedade. Essas pesquisas estão presentes inclusive em situações emergenciais do país e do

²⁹² CAPES - Grupo de Trabalho Impacto e Relevância Econômica e Social. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

²⁹³ CAPES. **Notícia: Impacto da Pesquisa e da Pós-Graduação na Sociedade é tema de encontro.** Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/impacto-da-pesquisa-e-da-pos-graduacao-na-sociedade-e-tema-de-encontro>. Acesso em: 10 ago. 2020.

mundo, e nos mais diversos contextos, como, por exemplo, no recente cenário agravado pela pandemia do *Corona Virus Disease* (Covid-19), por meio da disponibilização de seis laboratórios para a realização de testes do novo coronavírus,²⁹⁴ atendendo 128 municípios e cerca de 1,7 milhão de pessoas,²⁹⁵ além de proposição de 17 projetos de pesquisa envolvendo diferentes frentes sobre o tema Covid-19.²⁹⁶ Dentre tais projetos, destaca-se o empenho da UFV na busca pelo desenvolvimento de vacinas para a Covid-19,²⁹⁷ através do projeto “Produção de quimeras vacinais contra o vírus SARS-CoV-2”.²⁹⁸ As pesquisas na UFV têm o ideal de transformar e promover o desenvolvimento da humanidade.

Na Figura 9 são demonstrados alguns gráficos que contrastam as respostas dos egressos em relação aos objetivos dos programas - produção científica e tecnológica (Figura 9A-B) ou produção de tecnologias de aplicação social (Figura 9D) e, em seguida, são apresentados de patentes depositadas (Figura 9C) e de tecnologias sociais criadas (Figura 9E) a partir do trabalho.

Como pode ser observado, 67% dos programas têm como objetivo a produção científica e tecnológica, sendo 47% das linhas de pesquisas destinadas a essa finalidade (Figuras 9A-B). Apesar disso, observa-se que apenas 2% dos trabalhos desenvolvidos realizaram depósito de patente das tecnologias geradas (Figura 9C). O mesmo pode ser observado para as tecnologias de aplicação social, 54% dos egressos entendem que esse é um dos objetivos de seu programa de pós-graduação (Figura 9D), embora apenas 19% entendem ter desenvolvido tais tecnologias sociais (Figura 9E).

²⁹⁴ A UFV está trabalhando na realização de 10 mil testes no novo coronavírus, com a disponibilização de seis laboratórios em conformidade com os padrões estabelecidos pela Fundação Ezequiel Dias. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/88911-federal-de-vicosa-realiza-10-mil-testes-de-coronavirus?Itemid=164>. Acesso em: 10 ago. 2020.

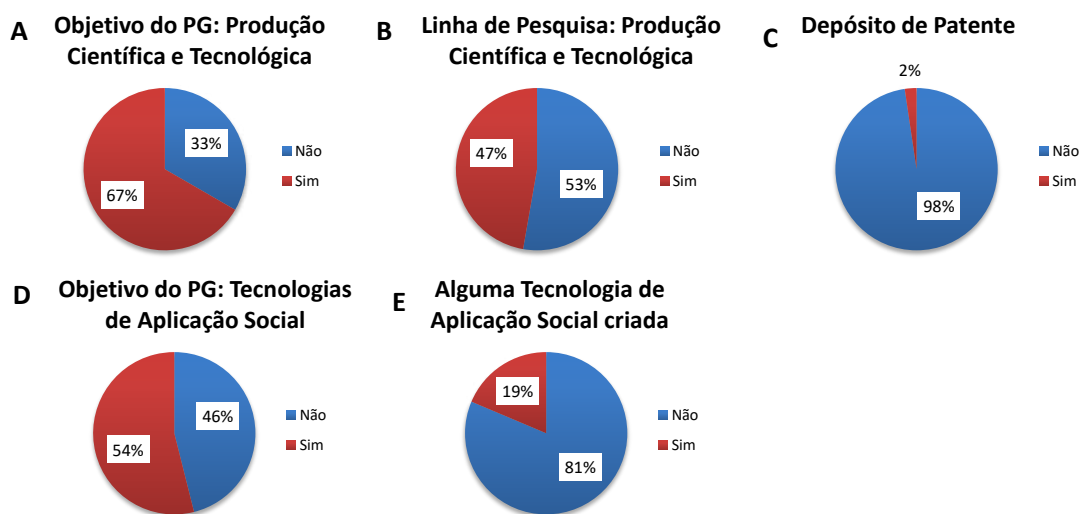
²⁹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. UFV é referência em testagem da Covid-19 para 128 municípios e cerca de 1,7 milhão de pessoas. *In: Notícias*. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=32598&link=corpo>. Acesso em: 10 ago. 2021.

²⁹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Sistema de Pesquisa e Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/sisppg/scripts/portal/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

²⁹⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Notícia: UFV atuará no desenvolvimento de vacinas para a Covid-19. *In: Notícias*. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=32662>. Acesso em: 10 ago. 2021.

²⁹⁸ *Ibid.*

Figura 9 – Distribuição das respostas acerca de: (A) objetivo dos programas em relação à produção científica e tecnológica, (B) objetivo das linhas de pesquisa em relação à produção científica e tecnológica, (C) depósito de patente por projeto, (D) objetivo dos programas em desenvolver tecnologias de aplicação social e (E) desenvolvimento de tecnologias de aplicação social durante o projeto.



Fonte: Elaborado pela autora.

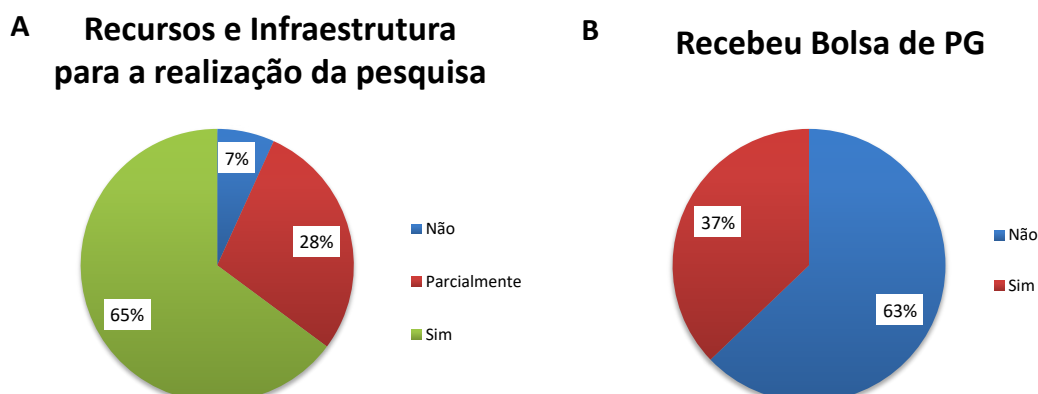
O que chama atenção é o modesto percentual de depósito de patentes existente na UFV. Vários podem ser os motivos dos desvios mencionados, por exemplo, o alto custo para o depósito de patentes e a falta de incentivo financeiro para esta finalidade. Segundo Paulo César Soares “os resultados da pesquisa no Brasil são muito mais acadêmicos que em outros países, não resultando em retorno social e econômico, em patentes, por exemplo”,²⁹⁹ embora as agências de fomento invistam em pesquisas científicas aplicadas e tecnológicas, o retorno não é o almejado. Conforme relatórios apresentados no livro “Mestres e doutores 2015”,³⁰⁰ 71,9% dos doutores, em 2014, atuavam na administração pública federal, estadual e municipal, o que pode ser considerado uma grave distorção numa nação carente em desenvolvimento e justificar o baixo percentual de patentes no país.

Na Figura 10, os egressos são questionados sobre a disponibilidade de recursos e infraestrutura e recebimento de bolsa para a realização da pesquisa.

²⁹⁹ SOARES, Paulo César. Contradições na pesquisa e pós-graduação no Brasil. **Revista de Estudos avançados**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. v 32 n 92. 2018. 289-313. p.300. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qMXZLXBCVr5P99dFhQ9qfFR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.

³⁰⁰ Mestres e doutores 2015 – **Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira** – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10182/734063/Mestres_Doutores_2015_Vs3.pdf. Acesso em: 03 out. 2021.

Figura 10 – Disponibilidade de recursos e infraestrutura para a realização da pesquisa (A) e recebimento de bolsa (B).



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à disponibilidade de recursos para a realização de sua pesquisa, a maior parte dos egressos (65%) atesta ter tido acesso à recursos suficientes, enquanto 28% tiveram acesso parcial aos recursos necessários para o desenvolvimento de seu projeto e 7% não tiveram acesso algum (Figura 10A). Da mesma forma, 63% dos egressos entrevistados mencionam não ter recebido bolsa de pós-graduação durante a realização de seu curso na UFV. A CAPES salienta que serão distribuídas 84,3 mil bolsas entre março de 2021 a fevereiro de 2022 pelo critério de nota do programa, do nível e das avaliações por área³⁰¹. Mesmo assim, o número de estudantes que ingressam na pós-graduação é bem maior que o número de bolsas disponíveis. Muitos estudantes precisam ingressar no mercado de trabalho para cursarem programas de pós-graduação e mesmo assim, alguns não têm condições de manter seus estudos.

Por outro lado, é interessante notar como a ausência de recursos para o desenvolvimento do projeto afeta a satisfação (NPS) do estudante de pós-graduação. Observou-se que aqueles estudantes que não tiveram recursos para o desenvolvimento do projeto, ou obtiverem recurso parcial, expressaram NPS médio igual a $8,5 \pm 1,6$ e $8,7 \pm 1,4$, enquanto aqueles que tiveram recursos suficientes para a realização do projeto apresentaram NPS médio de $9,22 \pm 1,0$. Eis um indicativo de que há uma queda na satisfação do estudante que ao entrar na pós-graduação e ter seu projeto aprovado pela comissão de pesquisa do programa, não dispôs de recursos suficientes para a execução e conclusão do projeto.

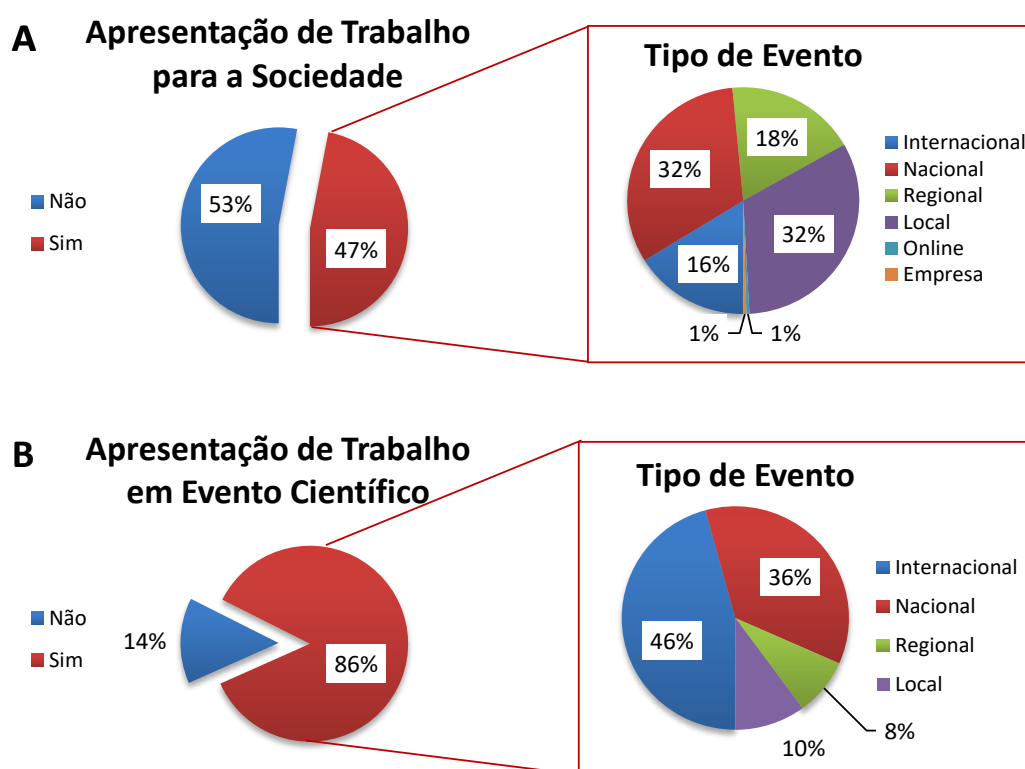
Por outro lado, a bolsa parece não afetar o nível de satisfação do estudante. Observa-se

³⁰¹ CAPES. **Concessão de bolsas institucionais para 2021 consolida regras**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/concessao-de-bolsas-institucionais-para-2021-consolida-regras>. Acesso em: 02 nov. 2021.

que aqueles estudantes que receberam bolsa apresentaram NPS médio igual a $9,0 \pm 1,3$, enquanto aqueles que não receberam apresentaram NPS médio igual a $9,1 \pm 1,1$. Desta forma, pode-se inferir que a satisfação do estudante possui maior dependência da disponibilização de recursos para o desenvolvimento de seu projeto do que em relação ao recebimento de bolsa de pós-graduação.

A apresentação de trabalhos científicos pelos egressos, durante seu período na pós-graduação, também foi analisada (Figura 11) e estratificada em trabalhos apresentados para a sociedade (trabalhos com perfis extensionistas) e trabalhos apresentados em eventos científicos (trabalhos com perfis de pesquisa).

Figura 11 – Apresentação de trabalhos (A) para a sociedade e (B) em eventos científicos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser observado na Figura 11A, 47% dos egressos apresentaram trabalhos em eventos voltados para a sociedade, sendo 82% dos eventos com abordagem local (32%), regional (18%) ou nacional (32%). Apenas 18% desses trabalhos foram apresentados em eventos com abrangência internacional.

Observa-se também que maior parcela dos egressos apresentou trabalhos em eventos

científicos (86%) (Figura 11B). Nota-se que, neste caso, há uma mudança significativa na abrangência dos eventos, uma vez que 46% dos eventos possuíam abrangência internacional e 54% com abrangência dos eventos com abordagem nacional (36%), regional (8%) ou local (10%).

A CAPES vem trabalhando com ações para nortear a internacionalização dos PPGs, questão reforçada no processo de avaliação dos programas. Para isso, foram apresentadas “dimensões, princípios e políticas norteadoras da internacionalização e indicadores para avaliar a internacionalização dos programas de pós-graduação”.³⁰² A internacionalização está inserida nas pesquisas colaborativas multilaterais, na mobilidade internacional de discentes e docentes e nas parcerias com instituições internacionais. Os programas com notas 6 e 7 apresentam desempenho semelhantes a padrões internacionais de excelência.

Uma das preocupações recentes da CAPES tem sido a colocação profissional dos egressos da pós-graduação, essas ações estão definidas nos relatórios do Grupo de Trabalho Avaliação de Programas de Pós-Graduação³⁰³ e no Relatório Técnico da DAV – Egressos da Pós-Graduação: Áreas Estratégicas.³⁰⁴ Aspectos como empregabilidade, áreas de atuação, dificuldade de inserção no mercado, assim como a faixa salarial constavam no questionário e os resultados podem ser observados na Figuras 12.

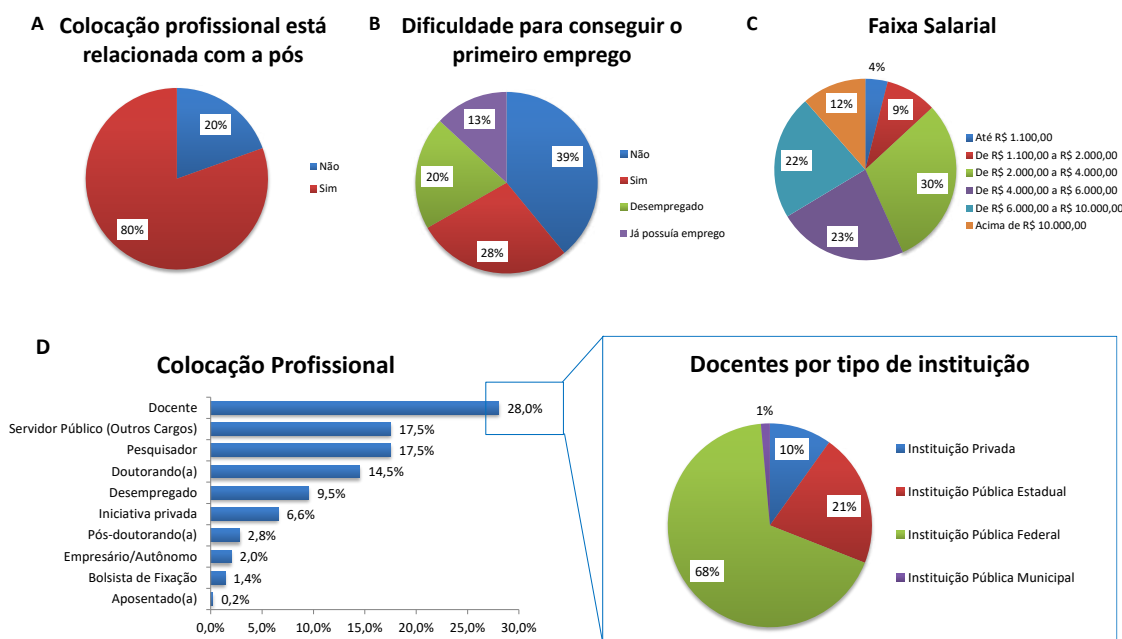
Por meio da Figura 12A, nota-se que 80% dos egressos respondentes estão desempenhando atividades profissionais relacionadas às suas áreas de formação na pós-graduação. Em relação à dificuldade de se arrumar o primeiro emprego, 39% atestam não terem tido dificuldades, enquanto 28% relatam dificuldade para iniciar sua carreira profissional, após conclusão da pós-graduação. Interessante notar que 20% dos egressos entrevistados ainda se mantêm desempregados, após a conclusão de seu curso de pós-graduação (Figura 12B).

³⁰² CAPES. **Grupo de Trabalho Internacionalização – Relatório e recomendações**. Brasília 2019. p.8. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

³⁰³ CAPES. **Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação – Grupo de Trabalho**. Brasília 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

³⁰⁴ CAPES. **Relatório Técnico da DAV – Egressos da Pós-Graduação: Áreas Estratégicas**. Brasília 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/19122018-cartilha-dav-egressos-pdf>, Acesso em: 02 nov. 2021.

Figura 12 - Distribuição dos egressos de acordo com (A) sua colocação profissional e a pós-graduação realizada na UFV; (B) dificuldade para conseguir o primeiro emprego; (C) faixa salarial e (D) sua colocação profissional.



Fonte: Elaborado pela autora.

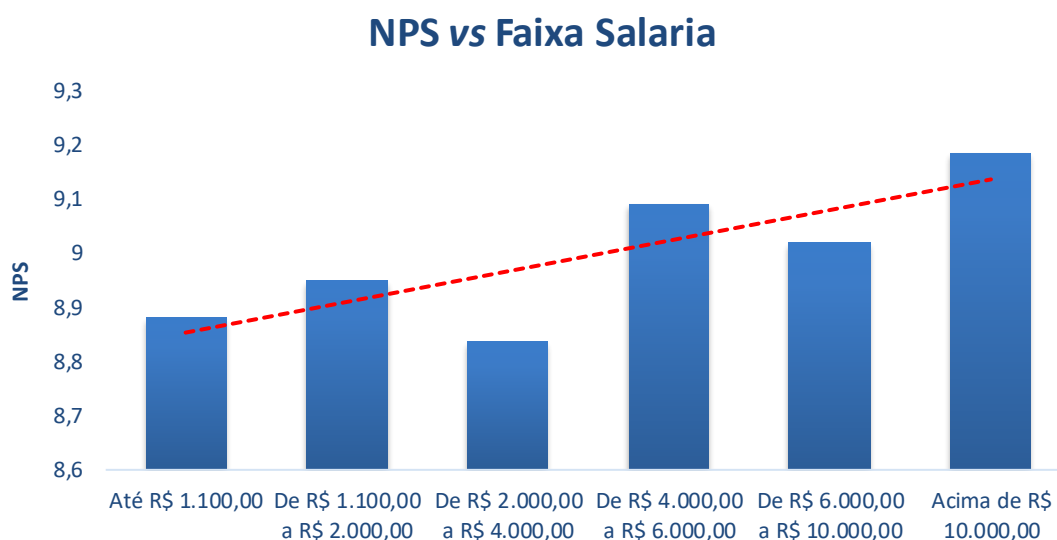
A faixa salarial média daqueles que estão empregados se concentra acima de 2 mil reais, sendo que 30% recebem de 2 a 4 mil reais, 23% de 4 a 6 mil reais, 22% de 6 a 10 mil reais e 12% acima de 10 mil (Figura 12C). Fazendo uma análise mais estratificada dos dados, observa-se que a proporção de egressos que recebem salários inferiores a 2 mil reais é maior dentre aqueles que não atuam em áreas relacionadas à sua pós-graduação (25,1%), enquanto apenas 8,8% daqueles que atuam em suas áreas de formação recebem salários inferiores à 2 mil reais. Com a implementação do sistema de acompanhamento de egressos, a UFV poderá identificar o salário médio dos titulados em programas de mestrado e de doutorado; várias estatísticas poderão ser levantadas, conforme as exigências da CAPES.

Reforça-se que os PPGs devem alinhar suas expectativas aos processos avaliativos da CAPES e à busca de melhores conceituações, mas, mais que isso, precisam alavancar discussões e estratégias de planejamento de ações que garantam produções qualificadas de dissertações e teses, que garantam maior inserção social, econômica, ambiental e internacional. A proposta de um sistema de acompanhamento de egressos visa proporcionar dados e informações para melhor gerenciamento dos PPGs e facilitar a aplicabilidade das ações necessárias ao seu melhor desenvolvimento.

A Figura 12D detalha o tipo de colocação profissional dos egressos respondentes, sendo

possível notar que 28% dos egressos ocupam cargo de docentes, sendo a maioria deles em instituições públicas federais (68%) ou estaduais (21%). De forma complementar, 17,5% dos egressos respondentes são servidores públicos em outros cargos. Nota-se também, que há uma grande parcela dos egressos ainda envolvidos em atividades de pesquisa, atuando como pesquisador (17,5%), realizando curso de doutorado (14,5%), em estágio pós-doutoral (2,8%) ou como bolsista de fixação (1,4%). Por outro lado, a parcela de egressos envolvidos com a iniciativa privada é significativamente pequena, sendo que 6,6% atuam em empresas de terceiros e 2,0% atuam como autônomos.

Figura 13 - Correlação entre o nível de satisfação dos egressos e sua faixa salarial no mercado de trabalho.



Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, na Figura 13, é possível observar que a faixa salarial que o egresso obtém ao ingressar no mercado de trabalho influencia no seu nível de satisfação e a tendência de recomendar programa de pós-graduação cursado, de modo que, à medida que se conquista um melhor salário, maior a satisfação com o curso de pós-graduação realizado. Nota-se que, em média, aqueles que alcançaram salários superiores à 4 mil reais tendem a ser promotores da instituição e de seus cursos de pós-graduação ($NPS \geq 9$); enquanto aqueles que alcançaram salários inferiores tendem a ser passivos em relação à recomendação de seus cursos de pós-graduação ($7 \leq NPS \leq 8$). Porém, é importante ressaltar que, mesmo entre aqueles com menores salários no mercado, em média, não é observado comportamento detrator ($NPS \leq 6$).

Um fator importante a ser levantado nos próximos questionários é a razão de se buscar a pós-graduação e a instituição. Se for para melhor inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhor remuneração, haverá uma frustração e, conseqüentemente, uma menor satisfação com o curso, caso isso não aconteça (menor NPS).

É possível concluir que o questionário aplicado apenas uma vez nos apresenta uma “foto” do momento atual do egresso, não permitindo ainda, um acompanhamento da evolução de todos esses fatores ao longo do tempo (empregabilidade, satisfação profissional, salário, área de atuação, percepção em relação ao curso). Além disso, é importante ressaltar que a maioria das respostas obtidas são de egressos que concluíram o curso recentemente (menos de 5 anos). Isso deixa algumas questões em aberto, como, por exemplo:

1. o egresso muda sua percepção em relação ao programa ao longo do tempo?
2. as ações tomadas pelo programa estão surgindo efeito ao longo do tempo?
3. a formação acadêmica agregou/facilitou sua inserção profissional?
4. os egressos trabalham em sua área de formação?
5. os salários ou a empregabilidade dos egressos melhoram ou permanecem estáveis ao longo do tempo?
6. existem diferenças salariais entre egressos de sexos diferentes?
7. há uma migração de egressos para diferentes regiões do país com a evolução de sua carreira profissional?
8. há uma migração para a iniciativa privada ou para o serviço público?
9. os desafios e as oportunidades no mercado de trabalho são os mesmos para os profissionais independentemente do sexo e da raça?

Essas são apenas algumas propostas de questionamentos que poderiam ser respondidas se houvesse o registro dessas informações em único local, de forma sistematizada e ao longo do tempo. O preenchimento anual desses dados permitirá construir uma linha do tempo, sendo possível uma análise da evolução desses dados e do programa. Iniciativas essas que poderão ser implementadas com essa proposta do desenvolvimento do sistema de acompanhamento de egressos. Sugere-se ainda a elaboração de questões que indaguem se os objetivos, missão e visão do programa estão sendo alcançados.

3.5. Proposta de um Sistema de Acompanhamento de Egressos

A proposta de desenvolvimento do sistema de acompanhamento de egressos visa acompanhar a situação dos egressos dos programas de pós-graduação da UFV e permitirá discussões sobre sua situação profissional e acadêmica, por meio da análise das respostas aos questionários, conforme colocado no item anterior. Lorena Neves Nobre assinala que “a pesquisa com egressos tem se mostrado de grande importância para as instituições de ensino superior (IES) obterem informações relevantes que possibilitam o conhecimento do perfil e o estabelecimento de um vínculo com seus egressos”³⁰⁵ e para o autoconhecimento institucional.

A intenção ao propor um sistema de acompanhamento de egressos é possibilitar o registro de dados e informações que permitam o planejamento de ações dos PPGs: (i) coletar informações de satisfação pessoal e profissional dos egressos; (ii) transformar esses dados em informações úteis para auxiliar os programas de pós-graduação em tomadas de decisões estratégicas e estruturais buscando a melhoria dos mesmos; (iii) contribuir com aumento das notas dos programas junto a CAPES; (iv) contribuir para a produção, conservação e difusão da memória da pós-graduação, bem como para a compreensão da história da UFV e da pós-graduação na instituição.

A proposta deste sistema foi desenvolvida utilizando-se a base de dados do sistema ACADEMICOPG cuja coordenação é da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFV. Esse sistema é utilizado pelas coordenações dos programas de pós-graduação, seus orientadores e estudantes e tem a função de registrar os planos de estudos, linhas de pesquisa, comissões orientadoras, bancas de defesas: qualificação, dissertação e tese, dentre outras funcionalidades acadêmicas exigidas para a pós-graduação. A visualização de dados pessoais, disciplinas, histórico escolar e projeto de pesquisa também estão disponíveis nesse sistema.

O intuito é utilizar um sistema do cotidiano dos estudantes e agregar novas informações estratégicas. Emerson Antonio Maccari e Gislaine Cristina dos Santos Teixeira registram que “um dos grandes desafios de um projeto de acompanhamento de egressos é a operacionalização da coleta de dados”.³⁰⁶ Para facilitar essa operacionalização e não ser desmotivador para os egressos, os dados que existem no sistema não serão coletados novamente.

³⁰⁵ NOBRE, Lorena Neves. **Avaliação de programas de pós-graduação: proposta de instrumento de pesquisa para análise do perfil do egresso e avaliação institucional**. 2018 (Mestrado Profissional em Gestão Pública), Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2018. p.7. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8726/1/tese_12108_Dissertacao%20final_LorenaNobre_GestaoPublica.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

³⁰⁶ MACCARI, Emerson Antonio; TEIXEIRA, Gislaine Cristina dos Santos. Estratégia e Planejamento de Projeto

Para melhor entendimento dessa proposta, é necessário um transpassar do tempo para o momento anterior à matrícula do estudante na UFV. A inscrição dos candidatos para o processo seletivo aos programas de pós-graduação é feita *on line* através do Sistema de Inscrição da Pós-Graduação. Desde o início da inscrição até o final do processo seletivo, a comunicação com o programa é feita através do e-mail informado pelo candidato. É importante esclarecer que após a matrícula do candidato selecionado, ele recebe um e-mail institucional, com domínio @ufv.br, que passa a ser seu canal de comunicação com o programa de pós-graduação e a instituição.

Assim, aproveitando que algumas informações dos candidatos aprovados no processo seletivo e que efetivam sua matrícula são migradas para o Sistema de Controle Acadêmico (CONAC), o e-mail utilizado no processo de inscrição também seria registrado no CONAC como e-mail alternativo. Esse campo para inserção do e-mail alternativo já existe no CONAC, embora não seja utilizado para os estudantes da pós-graduação. A intenção, nesse momento, é manter registrado o e-mail alternativo, pois, conforme já colocado, a comunicação estabelecida entre a UFV e o estudante, após sua matrícula, é o e-mail institucional @ufv. O CONAC, gerenciado pela Diretoria de Registro Escolar da UFV e o ACADEMICOPG utilizam a mesma base de dados com interface e funções diferentes.

Conseguir que os egressos mantenham contato com a instituição e preencham os questionários quando solicitados traz maior confiabilidade às informações. As instituições “são unânimes ao considerar que o acompanhamento de egressos traz o retorno ideal para a obtenção de um diagnóstico da realidade institucional, externando as falhas, os acertos e as potencialidades, elementos necessários para garantir a qualidade das atividades educativas,”³⁰⁷ infere Sônia Maria Ferreira Azalim. Com o uso da ciência da informação essas informações serão sistematizadas e de fácil acesso.

Retomando à fase final de conclusão do curso, ou seja, quando o estudante da pós-graduação da UFV entrega a versão final de sua dissertação/tese na PPG, significa que ele cumpriu todas as exigências do curso e está apto a receber seu título de mestre (*Magister Scientiae*) ou doutor (*Doctor Scientiae*), nesse momento, a situação do estudante é alterada de

para Acompanhamentos de Alunos Egressos de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, vol. 7, núm. 1, março, 2014, p.101-116. Universidade de Santa Maria. Santa Maria – Brasil. p.102.

³⁰⁷ AZALIM, Sônia Maria Ferreira. **Política de acompanhamento de egressos: oportunidades de aprimoramento do projeto pedagógico do curso de graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária da UFJF**. 2017. (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. p.26. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6593/1/soniamariaferreiraazalim.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

“ativa” para “conclusão do curso”.

No momento da mudança de status para “conclusão do curso”, o estudante receberá um e-mail, automático, via sistema, parabenizando-o pela titulação e solicitando confirmação do e-mail alternativo, aquele informado no ato da inscrição. Será fornecido um *link* para cadastrar novo e-mail, quando for o caso. Vale ressaltar que o e-mail institucional @ufv fica disponível para o estudante pelo período de 1 ano após sua saída da UFV, o que caracteriza a importância do e-mail alternativo.

Elaborou-se um ‘modelo’ de mensagem para ilustrar a proposta (Figura 14). O intuito é fazer com que o estudante se sinta afetivamente (re)acolhido pela instituição após sua titulação e perceba a importância de manter contatos e vínculos. Busca-se atingir um grau de reciprocidade, no qual os egressos permaneçam com o sentimento de pertencimento à instituição e se sintam motivados em responder às questões colocadas pela UFV.

Figura 14 – Proposta do modelo de mensagem a ser encaminhada na titulação do estudante.

Caro(a) estudante, a UFV parabeniza pela conclusão dessa etapa tão importante... sua titulação!!!

*Fortalecer vínculos e manter contatos é objetivo dessa instituição após sua titulação. Com carinho e gratidão reconhecemos sua importância para a UFV e deixamos as portas abertas para que você sempre retorne a esta casa; é um prazer recebê-lo. Seja bem-vindo(a) novamente! Você foi e continuará sendo um(a) grande parceiro(a). Para manter vínculos e termos o registro de algumas informações após sua titulação, gostaríamos que respondesse as questões apresentadas no questionário anexo. Aproveitamos para informá-lo(a) e assim pedimos sua permissão que, a cada aniversário da sua dissertação ou tese (**aqui o sistema identifica se o curso é de mestrado ou doutorado e ajusta a redação conforme o caso**), você será convidado(a) a responder um breve questionário. Assim, solicitamos gentilmente que confirme seu e-mail (**aqui o sistema disponibiliza para o(a) estudante o e-mail alternativo que foi utilizado no momento de sua inscrição, mas com possibilidade de alteração, através de um link. O sistema também adequará a redação, conforme o gênero do(a) estudante**).*

Desde já agradecemos sua parceria, amizade e colaboração.

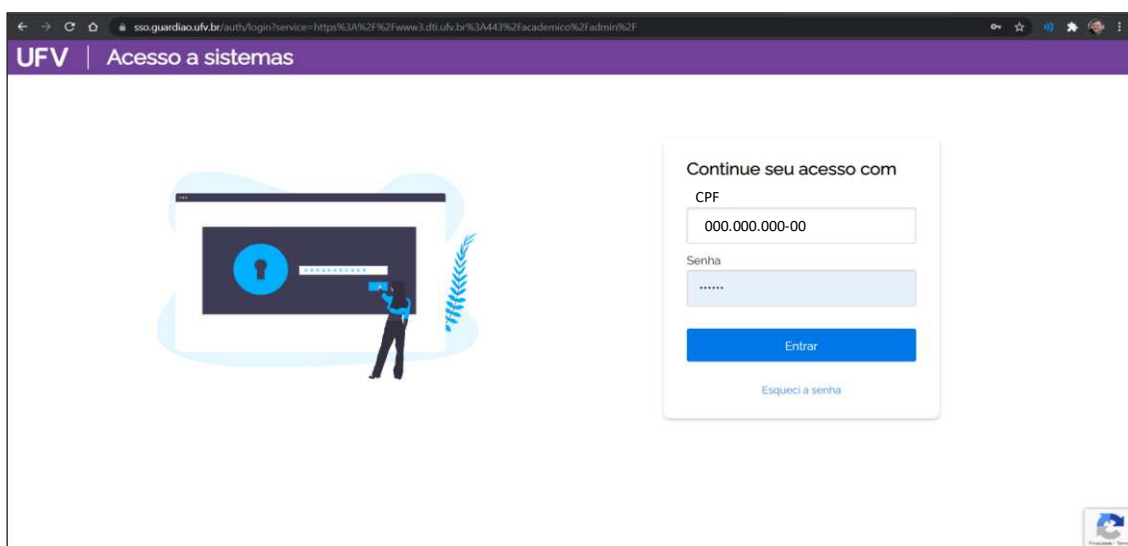
Atenciosamente,

*Universidade Federal de Viçosa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação*

Fonte: Elaborado pela autora.

O questionário será respondido dentro do próprio sistema ACADEMICOPG (Figura 15), assim, as informações ficarão registradas e poderão ser usadas comparativamente ao longo dos anos. Quando necessário, a senha poderá ser recuperada através do menu “esqueci a senha”, cujo link será encaminhado para o e-mail cadastrado.

Figura 15 - Interface de acesso ao sistema.



Fonte: Sistema Academicopg da PPG.

No primeiro e-mail o estudante será convidado a responder um questionário com questões sobre a situação atual, curso, disciplinas, infraestrutura de laboratórios, salas de aulas, biblioteca, relacionamento com secretaria orientador e coordenação do programa, dentre outras informações importantes para os PPGs. O egresso poderá adicionar seus currículos eletrônicos como Lattes, ORCID e LinkedIn.

Neste sistema as informações pessoais e referentes ao(s) curso(s) de pós-graduação da UFV já estão disponíveis, evitando a necessidade de preenchê-las novamente e reduzindo a chance de erros de preenchimento. Será ainda, disponibilizado um espaço de fala, para que os egressos deixem registrados fatos, histórias, visões, sugestões e inquietações do seu tempo de estudante. Acompanhar a evolução da UFV, sua trajetória e características próprias, é entender as sucessivas gerações de estudantes que na instituição deixaram suas marcas e registros, tanto no legado cultural quanto histórico, como em outros aspectos que foram primordiais na construção da memória e identidade institucional. Compreender esses fatos e afetos é conscientizar sobre a importância da preservação desse contato estudante-universidade e universidade-estudante.

O primeiro formulário (Figura 16) será mais extenso, com informações que, uma vez preenchidas, não serão solicitadas novamente, deixando as próximas “Adições” mais simples e rápidas. O acesso ao questionário está disponível no menu “Vida de Egresso”.

Alguns aspectos relacionados à internacionalização do programa de pós-graduação também são contemplados no primeiro formulário (Figura 16) com objetivo de analisar o impacto em empregabilidade ao longo do tempo. Para tal, são colocadas questões sobre a oportunidade de cursar parte do curso em instituições internacionais, o nome da instituição e período (início e término).

Figura 16 – Questionário pós-titulação.

UFV Sistemas Sair

Sistema Acadêmico da Pós-Graduação

Curso atual

- Consultar disciplinas
- Dados pessoais
- Formação acadêmica
- Histórico
- Comissão orientadora
- Plano de estudo
- Linha de pesquisa
- Banca
- Projeto de pesquisa
- Processos
- Ajuda
- Vida de Egresso

[Faça conosco](#)

Questionário pós-titulação

Link Lattes

ORCID

Linkedin

Como você considera o processo seletivo para entrada no curso?

Qual foi sua motivação para entrar no curso?

Você reconhece que sua pesquisa contribui para o desenvolvimento social?

Como você avalia a estrutura curricular do curso?

Como você avalia as disciplinas do curso (carga horária, aulas teóricas e práticas)?

Como você avalia a infraestrutura (salas de aula, laboratórios, acesso à internet, biblioteca, secretaria do curso)?

Como você avalia o corpo docente do programa?

Como você avalia o relacionamento com seu orientador?

Como você avalia o relacionamento com a coordenação do programa?

Como você avalia seu relacionamento com (docentes e demais colegas)?

Como você avalia sua dedicação (disciplinas, tempo dedicado à pesquisa)?

Após o cumprimento das exigências do curso, você se considera apto a atuar como docente?

Houve publicação durante o curso? (artigos em periódicos, livros ou capítulos de livros, trabalhos publicados em anais de congresso, apresentações de trabalhos, outras produções bibliográficas, produções técnicas).

Houve recebimento de bolsa?	Qual agência?
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Teve oportunidade de internacionalização?	Se sim, qual a instituição?
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Data de início:	Data de término:
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Você já possui vínculo empregatício?	Qual o tipo de empresa/instituição?
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Qual o nome da empresa?	Qual sua faixa salarial?
<input type="text"/>	<input type="text"/>

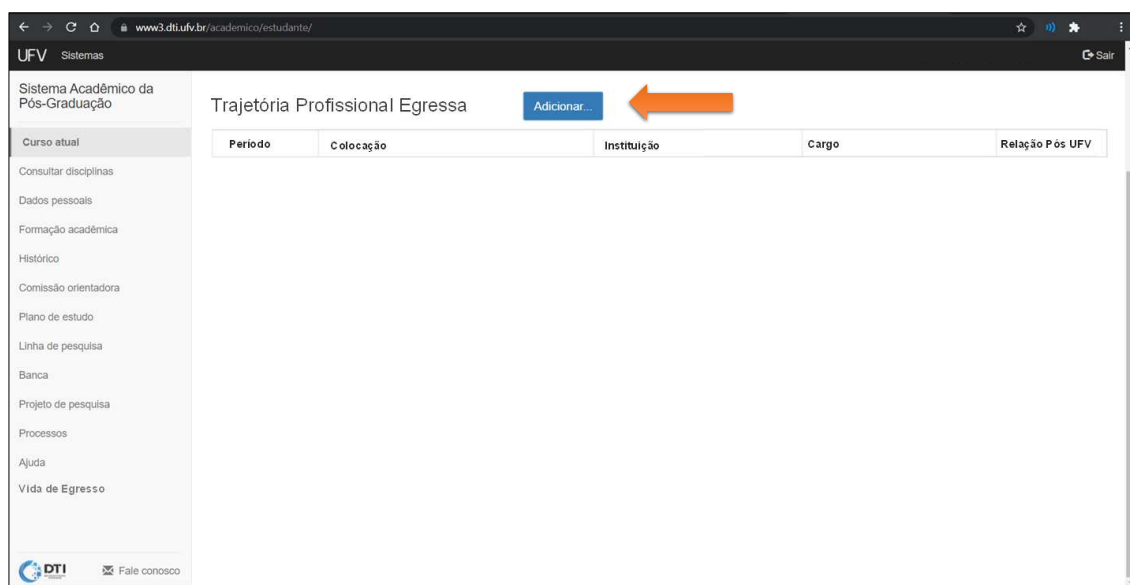
Deixe aqui seu depoimento, história, fato e relato sobre sua trajetória na instituição.

Gostaria de deixar algum comentário/sugestão para a coordenação do curso e a Pró-Reitoria e Pesquisa e Pós-Graduação?

Fonte: Elaborado pela autora.

Em cada data de aniversário da apresentação da dissertação ou defesa de tese, o egresso receberá um e-mail convidando-o a responder novo questionário, através de um link de acesso, também no ACADEMICOPG. Para iniciar o preenchimento, deve-se clicar no menu “Vida de Egresso”, botão “Adicionar”, conforme indicado na Figura 17.

Figura 17 - Início do preenchimento do sistema.



Fonte: Elaborado pela autora.

Busca-se nestes novos questionários informações sobre a vida profissional do estudante, bem como sua satisfação com o curso. O campo para registro de testemunhos ou comentários sobre o programa continuará disponível para os egressos. Nesse momento, seria dada a opção de responder à seguinte pergunta: “Você se mantém na mesma colocação profissional preenchida anteriormente?”. Caso o egresso responda que “SIM”, o sistema repete automaticamente o lançamento do ano anterior para o ano em questão.

Caso contrário, um novo formulário é aberto para preenchimento (Figura 18). Esse formulário é mais enxuto e se concentra, basicamente, nas informações referentes à nova colocação profissional, assim como o tipo de instituição, o cargo, faixa salarial e a relação com o curso de pós-graduação cursado. Além disso, duas novas informações serão solicitadas: uma referente à manutenção do relacionamento do egresso com seu orientador; outra referente à manutenção do seu relacionamento com o programa de pós-graduação cursado na UFV. Mudanças na carreira profissional, podem ser atualizadas no sistema pelos egressos a qualquer momento.

Figura 18 - Formulário de lançamento de trajetória profissional a partir do primeiro lançamento.

The screenshot shows a web interface for the UFV (Universidade Federal de Viçosa) Sistema Acadêmico da Pós-Graduação. The main heading is 'Adicionar Colocação Profissional'. The form contains several input fields and buttons:

- Ano ***: A text input field.
- Qual sua colocação profissional atual? ***: A text input field.
- Mantém vínculo empregatício com qual tipo de instituição? ***: A text input field.
- Há quanto tempo (em anos) ? ***: A text input field.
- Em qual instituição trabalha atualmente? ***: A text input field with a placeholder text: 'Dar a opção de cadastro de empresas para quem estiver respondendo'. There is an 'Adicionar...' button next to it.
- Atualmente, ocupa qual cargo? ***: A text input field.
- Sua colocação profissional está relacionada com sua área de formação na pós-graduação da UFV? ***: A text input field.
- Qual a sua faixa salarial e/ou de rendimentos em moeda do seu país atual?**: A text input field with a note: 'Destacamos que esta informação tem sido requisitada ao Programas de Pós-Graduação pela Capes e que não será divulgada expondo a realidade individual do egresso (em caso de moeda estrangeira, necessário realizar conversão para...'. There is an 'Adicionar...' button next to it.
- Você mantém algum contato com seu orientador? De que forma?**: A text input field.
- Você tem recebido algum tipo de mensagem do seu Programa? De que tipo?**: A text input field.

At the bottom right, there are 'Salvar' and 'Cancelar' buttons. The left sidebar contains navigation options like 'Curso atual', 'Consultar disciplinas', 'Dados pessoais', etc.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, há duas questões sobre o nível de satisfação do estudante em relação a pós-graduação realizada na UFV. A primeira pergunta relacionada ao NPS com opção de resposta exclusivamente numérica; a segunda questão, aberta, em que o estudante poderá deixar registrado suas impressões. Entende-se que a nível institucional, devido ao elevado número de egressos da pós-graduação anualmente, não há como tratar essa resposta em conjunto, porém, acredita-se que quando estratificadas por programas de pós-graduação, tais informações possam ser analisadas uma a uma e utilizadas para compreender pontos fracos e fortes do curso, na visão dos estudantes, assim como elaborar estratégias de melhoria.

Após salvar o formulário, todas as informações preenchidas serão armazenadas em um banco de dados central e um pequeno resumo será disponibilizado na tela inicial do sistema, indicando o período daquele lançamento, a colocação profissional do egresso naquele período, a instituição, o cargo e sua relação com a pós-graduação da UFV (Figura 19). Além disso, para cada lançamento será apresentado dois ícones:



-  que permite ao usuário EDITAR alguma informação lançada erroneamente;
-  que permite ao usuário VISUALIZAR as informações lançadas.

Figura 19 - Interface do sistema após primeira adição de informações.

The screenshot shows the UFV Sistema Acadêmico da Pós-Graduação interface. The main content area is titled 'Trajetória Profissional Egressa' and features a table with the following data:

Período	Colocação	Instituição	Cargo	Relação Pós UFV
2020-2021	SERVIDOR PÚBLICO (OUTROS CARGOS)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	NÃO

The interface includes a sidebar with navigation options such as 'Curso atual', 'Consultar disciplinas', 'Dados pessoais', 'Formação acadêmica', 'Histórico', 'Comissão orientadora', 'Plano de estudo', 'Linha de pesquisa', 'Banca', 'Projeto de pesquisa', 'Processos', 'Ajuda', and 'Vida de Egresso'. A 'DTI' logo and 'Fale conosco' link are visible at the bottom left.

Fonte: Elaborado pela autora.

Após preenchimento, o sistema salva as informações no banco de dados central referente à vida profissional do egresso e retorna para a tela inicial do sistema (Figura 20). Ao longo do tempo, com a manutenção dos preenchimentos anuais será possível acompanhar uma “linha do tempo” referente à trajetória profissional dos estudantes, caso a caso.

Figura 20 - Linha do tempo da trajetória profissional do egresso.

The screenshot shows the UFV Sistema Acadêmico da Pós-Graduação interface with two entries in the 'Trajetória Profissional Egressa' table:

Período	Colocação	Instituição	Cargo	Relação Pós UFV
2020-2021	SERVIDOR PÚBLICO (OUTROS CARGOS)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	NÃO
2021-2022	DOCENTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	PROFESSOR	SIM

The interface layout is consistent with Figure 19, showing the same sidebar and footer elements.

Fonte: Elaborado pela autora.

Muito importante também é a possibilidade de cada programa de pós-graduação da UFV ter acesso às respostas dos egressos por meio de relatórios direcionados à realização de análises sobre pontos específicos de cada programa. A partir dos anos, com a consolidação de uma base de dados representativa e confiável, será possível ainda responder a outras questões como:

- Qual o nível de satisfação dos egressos com os programas de pós-graduação da UFV?
- Quais os pontos fortes e fracos dos programas na visão dos egressos?
- Como está a empregabilidade dos egressos da pós-graduação da UFV?
- Os egressos da pós-graduação da UFV encontram dificuldade para ingressar no primeiro emprego?
- Quais as principais colocações profissionais dos egressos da pós-graduação da UFV no mercado de trabalho?
- Qual a faixa salarial média dos egressos da pós-graduação da UFV? Ela é satisfatória para uma formação com pós-graduação?
- Em quais instituições se encontram, em maior número, os egressos da pós-graduação da UFV?
- A internacionalização ou não dos programas de pós-graduação da UFV influencia na empregabilidade dos egressos?
- Como pode ser percebida a internacionalização dos programas de pós-graduação da UFV?
- Qual a relação entre a faixa salarial dos egressos com a conceituação dos PGS perante a CAPES?

Após determinado período de coleta dessas informações, será possível aos programas de pós-graduação da UFV uma análise de seus objetivos, missão e visão. Expedientes para se obter essas informações são de suma importância, visto que ainda não existe uma coleta sistematizada de informações sobre os egressos dos cursos de pós-graduação da UFV. Avaliar o retorno do investimento que se faz nos programas de pós-graduação é possível de forma sistematizada e simples.

Através dos depoimentos colhidos dos questionários, as coordenações dos programas de pós-graduação poderão obter informações importantes sobre o curso e a trajetória do estudante. A instituição precisa estar atenta a essas colocações, pois esses depoimentos, além de registrar questões não inseridas nos questionários, podem ponderar as repercussões da trajetória acadêmica na vida profissional do egresso. Faz-se necessário ainda, inserir nos questionários um espaço para que o estudante registre testemunhos, fatos ou simplesmente

descreva algo sobre o curso, sobre a instituição ou sua vida acadêmica, trata-se de um espaço totalmente livre para qualquer manifestação. Este espaço deverá permanecer inserido em todos os questionários encaminhados para o estudante.

Manter vínculos com os egressos e obter dados e informações sobre eles é remodelar a história da UFV e de seus programas de pós-graduação; é manter viva a memória dos que passam pela instituição; é não permitir que as histórias caiam no esquecimento é, ainda, reconhecer a importância das experiências coletivas e a “vida” vivida na UFV. Sugere-se que ao final de cada ano, ou quando conveniente, os PPGs façam um seminário/evento para compartilhamento das informações colhidas nesses depoimentos.

O espaço universitário deve ser representativo na vida do estudante e simbolizar um lugar de pertencimento. Esse espaço é visto como uma base existencial, pois lhe é atribuído valor, sentido e concepção por um grupo, além de ser lugar de prática social fundamental para esse grupo. A propósito, Dorival Aparecido de Santana afirma ser característico das sociedades um olhar para o passado e cabe uma reflexão “sobre o que deve ou não ser esquecido, sobre o que deve ou não ser preservado, sobretudo nos momentos de rupturas e grandes transformações, quando se discutem os projetos futuros e identitários de uma determinada coletividade”.³⁰⁸ As instituições de ensino precisam reconhecer a importância do resultado ou impacto dos cursos de pós-graduação na vida dos egressos, na vida de suas famílias e da sociedade como um todo.

Em todo material pesquisado sobre o acompanhamento de egressos percebeu-se que essa questão ainda é um gargalo para as universidades. Seja pela dificuldade de buscar informações sobre seus egressos, seja pelo desinteresse dos estudantes em responder aos questionários ou manter contatos com a instituição, seja pela mudança de e-mails, dentre tantos outros fatores. Assim percebe-se a necessidade de uma relação de troca entre a instituição e seus egressos, o que neste sentido nos leva a propor uma contrapartida por parte da instituição, ou seja, um atrativo para os egressos.

A Diretoria de Registro Escolar mantém em seu acervo cópia física dos documentos pessoais dos estudantes (certidão de nascimento/casamento, carteira de identidade, título de eleitor, documento militar, históricos escolares e diplomas). Essa documentação permanece sob os cuidados do setor mesmo após a titulação dos estudantes. A Portaria MEC nº 315, de 04 de

³⁰⁸SANTANA, Dorival Aparecido de. **A escola como lugar de memórias e de identidades**: um estudo a partir de escritos de alunos do ensino médio do colégio de. N. S. de Lourdes - Londrina/PR.2013-2014. 2016 (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. p.52. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/dissertacao_dorival_aparecido_santana.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

abril de 2018,³⁰⁹ dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância e trata em seu Art. 45, que foi alterado pela Portaria MEC nº 332, de 13 de março de 2020,³¹⁰ dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018.

A Portaria MEC nº 332, de 13 de março de 2020 diz em seu Art. 1º Alterar o caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Nos termos do art. 104 do Decreto nº 9.235, de 2017, os documentos e as informações que compõem o acervo acadêmico, independente da fase em que se encontrem ou de sua destinação final, conforme Código e Tabela aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 2011, deverão ser convertidos para o meio digital, no prazo de quarenta e oito meses [...].³¹¹

A legislação passa a exigir das instituições de ensino a conversão dos documentos acadêmicos para o meio digital e seu tratamento conformidade com o Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior. Embora a legislação trate apenas de cursos superiores e de pós-graduação *lato sensu*, propõe-se que a UFV estenda essas ações aos cursos de pós-graduação *Stricto sensu*.

Assim, esses documentos digitalizados poderiam ser mantidos no sistema acadêmico da UFV para acesso do estudante, quando e onde necessário. Hoje, estão disponíveis para o estudante ativo alguns documentos como: declaração de matrícula, histórico escolar simples e oficial, dentre outros. O diploma digital foi implantado na UFV para os estudantes da graduação que colaram grau a partir de 19 de novembro de 2021.³¹² A UFV aguarda legislação que autorize a emissão dos diplomas digitais para a pós-graduação *Stricto sensu*, a fim de estender essa ação

³⁰⁹ BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 315, de 04 de abril de 2018**. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-315-de-4-de-abril-de-2018-9177556>. Acesso em: 15 out. 2021.

³¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 332, de 13 de março de 2020**. Dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-332-de-13-de-marco-de-2020-248070855>. Acesso em: 15. out. 2021.

³¹¹ *Ibid.*

³¹² UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. UFV implanta diploma digital e é a segunda universidade do país a utilizar a plataforma MEC/RNC. *In: Notícias*. Publicado em 20/12/2021. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=36356>. Acesso em: 21 jan. 2022.

aos estudantes titulados nos referidos cursos.

Mas, mesmo enquanto a legislação de emissão de diploma digital não abarque a pós-graduação *Stricto sensu*, a manutenção dos documentos digitalizados seria um atrativo para os egressos. O acesso aos documentos seria de uso restrito através de senha, de modo que apenas o próprio estudante possa acessá-los. Essa ação pode induzir e facilitar a manutenção do vínculo entre os egressos e a instituição, o estudante saberia que a qualquer momento pode ter em mãos cópia desses documentos. Sem contar a facilidade de acesso aos mesmos, sem a necessidade do encaminhamento de procurações ou de deslocamento até a UFV para sua retirada.

Outro atrativo para os egressos da pós-graduação, seria disponibilizar no sistema de acompanhamento de egressos um local para divulgação de empregos, eventos, cursos de qualificação/atualização e palestras relacionados à pós-graduação. A disponibilização dessas informações ficaria a cargo dos programas de pós-graduação, ampliando essa ação aos egressos empresários. Após a data de encerramento de cada evento, o sistema automaticamente ocultaria essa informação, ficando disponível apenas para consulta em “eventos anteriores”.

Pensa-se ainda, em agendar um encontro anual com os egressos da pós-graduação, onde fosse possível uma troca de experiências e discussões sobre as práticas profissionais, os desafios do mercado de trabalho, as dificuldades enfrentadas pelos egressos, políticas de inovações e outros temas que sejam atuais e interessantes para esse público. Espaço esse que pode ser incorporado nas atividades exercidas pela Associação de Ex-Alunos e que pode repercutir através das redes sociais com vistas a alcançar um número maior de egressos da pós-graduação ano a ano.

Acredita-se que com o desenvolvimento dessas práticas, os egressos tenham incentivos e interesses para colaborar com a instituição no retorno aos questionários, minimizando a possível percepção de desinteresse institucional. É notável entender que a ação e reação dos indivíduos estão relacionadas à atribuição de significados e à percepção de sua importância. Processos decisórios que retratem as tradições e condições universitárias são sempre necessários, além de ações que garantam o empoderamento para lidar e tratar com as transformações e oportunidades advindas desses processos. Só é possível conservar o que é representativo de significados e para que algo seja significativo, deve ser compreendido e sempre que possível, vivenciado.³¹³

³¹³ Encontro do Patrimônio Construído: Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer Evento. In: **Encontro do Patrimônio Construído**. 2ª ed. PUC Minas, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V4i8onzE-uE>. Acesso em: 16 nov. 2021.

Ter um sistema de acompanhamento de egressos não está relacionado simplesmente a uma prestação de contas, mas à legitimação de saberes, chancelado por um reconhecimento oficial e institucional e é essencial para auxiliar nas decisões de políticas públicas que visem a manutenção da qualidade de formação na Pós-Graduação, proporcionando às instituições uma avaliação global de suas ações frente ao processo de ensino. Entender esse processo significa estar atento às responsabilidades da instituição, assumir seus compromissos e responsabilidades sociais. “Esquecer o passado é negar toda efetiva experiência de vida; negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante”.³¹⁴

³¹⁴ NOVAES, Adauto (org). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência das instituições de ensino está vinculada à formação de cidadãos e, conseqüentemente, à transformação da sociedade. Os egressos titulados da pós-graduação também representam as instituições de ensino, estreitando laços com a sociedade e transformando realidades. O primeiro passo para uma educação eficiente é reconhecer seus entraves e fomentar ações proativas capazes de prevenir e corrigir os possíveis desvios existentes. É primordial para a UFV e seus programas de pós-graduação elaborar seu planejamento baseado em indicadores e não em expectativas e, o egresso é uma importante fonte para retornar informações e sugestões sobre a qualidade do curso em que se titulou.

Destarte, o sistema de acompanhamento de egressos da pós-graduação da UFV proposto neste trabalho, uma vez implementado na instituição, poderá contribuir na manutenção do vínculo informacional com esses estudantes, entendimento de suas percepções acerca de seu Programa de Pós-Graduação e no rastreamento e no acompanhamento de sua vida profissional egressa. Seu impacto poderá ser observado no âmbito social, educacional, tecnológico, econômico e cultural dos PPGs, pois possibilitará registrar informações dos egressos de forma estruturada, calcular indicadores de interesse institucional, gerando um banco de dados consistente que poderá ser utilizado para o planejamento e tomadas de decisão em diferentes níveis (PPGs, UFV e CAPES).

Ao analisar a percepção dos egressos recentes da pós-graduação da UFV por meio de questionários enviados por e-mail, foi possível observar a premência da implementação de um sistema de acompanhamento de egressos na UFV, como o aqui proposto. O baixo número de respostas obtidas de egressos há mais de cinco anos evidencia a ausência de vínculo com a instituição, porém, é essencial para as instituições de ensino que vislumbram uma continuidade em seu desenvolvimento, uma contínua relação com seus egressos.

Além disso, a importância deste sistema pode ser extrapolada para âmbito social, permitindo: (i) inferir as razões que implicam no percentual de ingresso de estudantes pardos e pretos nos PPGs, fortalecendo ações que minimizem a discriminação e as dificuldades de acesso ao ensino para estes estudantes; (ii) distinguir as regiões de onde advêm seus estudantes e para onde eles retornam após a titulação; e (iii) propor políticas que suavizem as lacunas existentes entre a pós-graduação e a sociedade. O egresso além de representar as instituições de ensino perante a sociedade, pode ainda proporcioná-las o *Nosce te ipsum* (conheça a si mesmo).

Várias perguntas elencadas ao longo do trabalho não puderam ser respondidas, uma vez que apenas uma análise contínua dos dados e informações disponibilizados pelos egressos propiciarão respostas a essas questões. Porém, iniciar tais questionamentos mostra o quanto importante é o acompanhamento de egressos dos estudantes da pós-graduação, e que as ações propostas neste trabalho poderão contribuir significativamente com a melhoria dos programas, assim como a gestão institucional da pós-graduação na UFV.

Não é pretensão encerrar todas as questões sobre o assunto com este trabalho. Vislumbra-se que ele sirva de suporte para outras instituições de ensino e para outros trabalhos científicos, com seus impactos repercutindo nacionalmente. É importante reforçar a importância de olhar para os estudantes que, durante anos, permaneceram em salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, num aprofundamento diário de conhecimento e troca de saberes. Nesse contexto de diferentes fatos e visões, práticas e discursos, vários são os discentes egressos que passaram pela UFV, com motivações e condições variadas, que tanto deixaram, como também levaram um legado para além das *quatro pilstras*, e para suas vidas que perpassam a fronteira do campus universitário. Assim, como descuidar com a preservação dessa memória?

Por fim, os egressos fazem parte da história, memória e identidade dos PPGs e da própria instituição de ensino, e podem estar inseridos no legado do ‘Patrimônio cultural institucional’, ‘Patrimônio e educação patrimonial’, ‘Patrimônio educacional’, ‘Patrimônio cultural da ciência e tecnologia’, ‘Patrimônio científico’ e possivelmente, dentre outras definições. Essas definições de patrimônio, por vezes, podem se misturar e se sobrepor, mas elas se complementam, afinal o patrimônio é articulado e vinculado a uma multiplicidade de conceitos e recortes temáticos, que sempre norteiam e permitem a continuidade da reflexão.

A importância do registro dessas informações está atrelada à possibilidade de reconhecer e entender o passado, “saber de onde viemos”, conhecer nossa origem. A conservação está vinculada ao seu significado, e para que algo seja significativo é necessário que seja compreendido, e se possível, que seja vivenciado. Qualquer preservação só é relevante para um grupo ou para a sociedade se houver ciência de uma história e dos fatos a ele agregados. Reconhecer a importância do egresso para a instituição é agregar valores à história da própria instituição.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABREU, José Guilherme. Arte pública e lugares de memória. In. **Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Patrimônio**. v. IV. Porto, 2005, p.215-234. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4944.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de; GUIMARÃES, Jorge Almeida. **A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira**. São Paulo. Editora SENAC: 2013.

AMORIM, Fabiana Borelli; STADLER, Adriano. O acesso à informação na gestão pública: dificuldades enfrentadas pelo poder executivo municipal de Londrina (PR). **Revista de Gestão e Secretariado**. v. 10, n.2, p.246-268. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/873>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ANGELI, Alzira. Transparência e acesso à informação: quem é o cidadão que demanda a abertura de informações públicas no Brasil? **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 2, 2016. p.23-45. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/48648>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. **Revista História Hoje** – Revista eletrônica de história. v.3. n.7.

ARQUIVO NACIONAL. **Gestão de documentos; conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro, 1995. (Publicações Técnicas, 47).

_____. **Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: http://siga.arquivonacional.gov.br/images/cursos_capacitacao/Apostila_gestao_documentos_2015.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

ARTES, Amélia. Dimensionando as Desigualdades por sexo e cor/raça na Pós-Graduação Brasileira. **Educação em Revista** – UFMG. Belo Horizonte, v.34. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tkrr6kbbwzbs946mc96xGWp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 set. 2021.

AZALIM, Sônia Maria Ferreira. **Política de acompanhamento de egressos: oportunidades de aprimoramento do projeto pedagógico do curso de graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária da UFJF**. 2017. (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. p.26. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6593/1/soniamariaferreiraazalim.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021

AZEVEDO, Denilson Santos de. **Melhoramento do Homem, do Animal e da Semente - O Projeto Político Pedagógico da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1948): Organização e Funcionamento**. 2005 (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROS, Dirlene Santos. AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável.

TransInformação [online]. Campinas, v. 21, n. 1, p.55-61, jan./abr., 2009. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862009000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 set. 2020.

BATISTA, Carmen Lúcia. **Informação Pública: entre o Acesso e a Apropriação Social**. 2010. (Mestrado em Ciência da Informação), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-05112010-110124/publico/2349823.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivologia: objetivos e objetos**. Arquivo: boletim histórico e informativo, v.10, n.2, p.81-83, 1989.

_____, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____, Heloisa Liberalli. **Universidade e Arquivos: perfil, história e convergência**. TransInformação, Campinas, v.1, n.3, p.15-28, set/dez. 1989.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami.; TEIXEIRA, Moema de Poli. **O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira - uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000**. Texto para discussão, n. 1052, Rio de Janeiro, Ipea, out. 2004

BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. **Banco de Dados e Informatização de Arquivos: pressupostos teóricos e aplicações técnicas**. 2010 (Mestrado em História Social), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042010-162134/publico/GABRIEL_MOORE_FORELL_BEVILACQUA.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

BLANK, Dionis Mauri Penning, **Possibilidade Jurídica de Dano Moral Coletivo pela Destruição de Bens Culturais: Exame da Jurisprudência Estadual Brasileira**. 2012. (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1056/1/Dionis%20Mauri%20Penning%20Blank_Dissertacao.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

BORGES, José Marcondes. **Esboço histórico**. IN: BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Sabioni; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch (Orgs.) A Universidade Federal de Viçosa no Século XX. 2 ed. Editora UFV. Viçosa, 2006

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. **Legislação de Importância Histórica: Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, 1926-1948 - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG, 1948-1969 - Universidade Federal de Viçosa - UFV, 1969**. Viçosa: Editora UFV, 2010.

BOSO, Augiza Karla; SOUZA, Caroline Amanda da Rosa de; CISNE, Caroline dos Santos; CORADI, Joana Paula Coradi. Importância do arquivo universitário. **Revista ACB**, [S.I.], v.12, n.1, p.123-131, 2007. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/rac/article/view/488/627>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: sonho ou realidade? *In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Orgs.). Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. 3ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

_____. Os arquivos universitários no Brasil. *In: A Informação: questões e problemas*. Niterói: EDUFF, 1995.

CABRAL, Thiago Luiz de Oliveira; SILVA, Fernanda Cristina da; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques; MELO, Pedro Antônio de. A CAPES e suas Sete Décadas: trajetória da pós-graduação *Stricto sensu* no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-graduação-RBPG**, ISSN (on-line): 2358-2332. Brasília, v.16, n. 36 (outubro de 2020). Disponível em: <https://rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1680>. Acesso em: 20 Dez. 2020.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CALDERON, Wilmara Rodrigues; CORNELSEN, Julce Mary, PAVEZI, Neiva; LOPES, Maria Aparecida. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. Relatos de experiências, **Revista Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, p.97-104, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a11v33n3.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Mazzucchi Ferreira. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 4, n. 2, p.53-73, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1675> Acesso em: 30 nov. 2021.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; MICHELOTTO, Regina Maria. As políticas de expansão da educação superior no Brasil e a produção do conhecimento. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**. Campo Grande, n. 30, p.267-281, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/RdZtcxFbV9kzZ7D7GvDzrCN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. p.13-35.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp; Estação Liberdade, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-01059.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

CHUVA, Márcia. História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* - Iphan. v.34. 2021. p.147-165.

COELHO, Eduardo Lara. **UFV 70 Anos: A Trajetória da Escola de Viçosa**. LIMA, Antônio Luiz de. (org.). Viçosa: Imprensa Universitária, 1996.

COELHO, France Maria Gontijo. **A produção científico-tecnológica para agropecuária: da ESAV à UREMG, conteúdos e significados**. 1992. (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, UFV, 1992.

COELHO, Maria Carlota de Rezende; SILVA, Janine Pereira. Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.470-478, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29514/16425>. Acesso em: 18 out. 2020.

COELHO, Maria do Socorro Costa. Opinião: Egresso e Universidade. Beira do Rio - **Jornal da Universidade Federal do Pará**. Pará, ano 24, n. 72, maio 2009. Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2009/3-edicao-72/27-egresso-euniversidade>. Acesso em: 18 out. 2020.

COELHO, Maria do Socorro da Costa; OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. Os egressos no processo de avaliação. **Revista e-curriculum**, São Paulo, 2012, v.8 n.2. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/10855>. Acesso em: 30 out. 2020.

CORRÊA, Cláudia Prim. MARTINS, Cibele Barsalini. **Análise da Gestão de Egressos em um Programa de Pós-Graduação à luz dos indicadores de avaliação da CAPES**. XXI SEMEAD – Seminários de Administração. Novembro de 2018. Disponível em: <https://login.semead.com.br/21semead/anais/arquivos/1438.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CORRÊA, Cláudia Prim; RODRIGUES, Luci Mari Aparecida; BEUTER, Lucia Gomes; MARTINS, Cibele Barsalini. O Acompanhamento de Egressos de Pós-Graduação *Stricto sensu* Como Ação Estratégica nas Universidades – **XVI Colóquio Internacional de Gestión Universitaria** – CIGU, Arequipa – Perú. Novembro de 2016.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CROSS, Di; THONSON, Simon; SINCLAIR, Alexandra. Research in Brazil. A report for CAPES. *In: Clarivate Analytics*. 2017. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-992337666.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

DEBRAY, Régis. **Transmitir: o segredo e a força das idéias**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS, Márcia Rejane Damasceno Dias. **A Política de Monitoramento de egresso no Instituto Federal do Ceará: um estudo de caso no campus de Caucaia**. 2016. (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3655/1/marciarejanedamascenodias.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

DUARTE, Tomás – CEO Tracksale – e-book **Manual Rápido do NPS: gestão do feedback do cliente em tempo real**. Disponível em: <https://thiagoconcer.com.br/wp-content/uploads/2018/04/NPS-MANUAL.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, Tempo presente e história oral**. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; SOUZA, Jusamara. Pensar a formação e a pesquisa na pós-graduação Stricto Sensu. **Educar em Revista**, Curitiba, v.34, n.71, p.9-18, 2018. DOI: 10.1590/0104-4060.62549. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/RdZtcxFbV9kzZ7D7GvDzrCN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

GALINDO, Marcos. Tragédia da Memória. **Massangana**, Recife, v. 2, n.1, p.57-62, 2005.

GERÔNIMO, Michele Brasileiro. **O Arquivo Universitário e suas diretrizes: um estudo de caso do sistema de arquivo da UNICAMP (SIARQ)**. 2014 (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Campus de Marília, Marília, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/geronimo_mb_me_mar.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

GERONIMO, Michele Brasileiro; BIZELLO, Maria Leandra. A organização de arquivos universitários: reflexo da arquivística integrada na implementação dos sistemas de arquivo. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) 2013 GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento**. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/2288/A%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20ARQUIVOS%20UNIVERSIT%C3%81RIOS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os Limites do Patrimônio. *In*: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.239-248. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/PatrimonioCultural.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2015.

GOUVÊA. Tatiani Gomes. **Os primórdios da pós-graduação em fitotecnia na UFV: Memórias do programa pioneiro no Brasi**. 2017 (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, UFV, 2017. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/11587/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GRANATO, Marcus; ABALADA, Victor Emmanuel Teixeira Mendes. Patrimônio cultural luso-brasileiro de ciência e tecnologia: resultados e perspectivas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.10, n.2, 2017. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/410/409>. Acesso em: 05 abr. 2022.

GRANATO, Marcus; CAMARA, Roberta Nobre; MAIA, Elias da Silva. Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: concepção e resultados preliminares. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, 2010. *In: Anais... Brasília: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2010. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1365/Valoriza%C3%A7%C3%A3o%20-%20Granato.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 nov. 2020.*

GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; SANTOS, Fernanda Pires. **Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: descobrindo conjuntos de objetos de C&T pelo Brasil**. Anais do Museu Paulista: São Paulo, v.22. n.2. p.11- 34. 2018. p.29. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/3xtW4wdMDcL8YtZX8ynzSFp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2021.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Fernanda Pires dos. Os museus e a salvaguarda do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia no Brasil. *In: GRANATO, Marcus (Org.). Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. p.78-119. (Coleção MAST: 30 anos de pesquisa, v.1). Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/capitulo_03.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo (Org.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores**. Rio de Janeiro: Mast, 2017.

GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão. **Memória da Ciência e Tecnologia: preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro**. 2016 (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17609/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Stphanie%20Vers%C3%A3o%20Final_01-04.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

GUTERRES, Clovis Renan Jacques. **A Faculdade Interamericana de Educação – Projeto Multinacional de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado em Educação, 1970/1977**. 2001 (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

_____. A Faculdade Interamericana de Educação. **Revista do Centro de Educação**. [SI] nº 19, 95-113. 2002. DOI: 10.5902/1984686X5139. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/307776353_A_faculdade_interamericana_de_educacao. Acesso em: 11 nov. 2021.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. *In: _____*. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2005. p.25-52.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: Uma Renovação Epistemológica no Universo da Arquivologia. **Arquivística**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.28-60, 2007.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p.137-160, abr. 2005.

JARDIM, Jose Maria. **A arquivologia e as novas tecnologias da informação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. p.251-260. Disponível em: www.uel.br/pessoal/jneto/arqtxt/novastecnologiasJNETO.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

_____. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**. v.25, n 2. 1995.

_____. **Transparência e Opacidade do Estado do Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Editora da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1999.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**, v.5, n.5, 2004. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7650>. Acesso em: 28 fev. 2021.

KUENZER, Acacia Zeneida.; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p.1341-1362, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NCGYCZkVyFqBNwCTJnjWJ8x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2021.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Maria João Pires de. **Os Arquivistas, a Formação, a Profissão**. Cadernos de BAD. Lisboa, v.2, 1992.

LIZOTE, Suzete Antonieta; VERDINELLI, Miguel Angel; LANA, Jeferson. Satisfação dos alunos dos cursos de Pós-Graduação Lato sensu: um estudo através da modelagem em equações estruturais. **XI Colóquio Internacional Sobre Gestão universitária na América do Sul**. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25968/2.14.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 nov. 2021.

LOURENÇO, Marta Catarino. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v.2, n.1. p.47-53, 2009.

LOUSADA, Ana Cristina Zenha; MARTINS, Gilberto de Andrade. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade & Finanças**. USP, São Paulo, n.37, p.73-84, 2005.

LOUVAIN, Pedro. **Preservação do Patrimônio Cultural Científico e Tecnológico Brasileiro - Identificação, Análise, Avaliação e Estudo de Bens Tombados**. 2015 (Mestrado em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/copy_of_pedro_louvain.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. Tradução Lúcia Haddad. **Projeto**

História, São Paulo, v.17, nov. 1998.

MACCARI, Emerson Antonio; TEIXEIRA, Gislaíne Cristina dos Santos. Estratégia e Planejamento de Projeto para Acompanhamentos de Alunos Egressos de Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v.7, n.1, março, 2014, p.101-116. Universidade de Santa Maria. Santa Maria – Brasil.

MACHADO, Ana Maria Neto; ENNAFAA, Ridha; LORENZINI, Vanir Peixer. Observatório de egressos(as) de pós-graduação para fomentar impactos dos resultados de pesquisas. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.22, n.49, p.623-641, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4955/4503>. Acesso em: 30 out. 2020.

MAGALHÃES, Edson Potsch. Federalização da UREMG. *In*: BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. 2ª Edição. Viçosa: Editora UFV, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. **Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Coord. Weber Sutti. Brasília, DF: Iphan, 2012, p.25-39.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, v.20, n.1, p.26-42, 22 mar. 2015. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/issue/view/986>. Acesso em: 30 out. 2020.

MORITZ, Mariana Oliveira; MORITZ, Gilberto de Oliveira; MELO, Michelle Bianchini de; SILVA, Flora Moritz da. **A implantação do planejamento estratégico em organizações complexas: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina**. Revista GUAL. Florianópolis, v.5, n.1, p.228-249, 2012.

NOBRE, Lorena Neves. **Avaliação de programas de pós-graduação: proposta de instrumento de pesquisa para análise do perfil do egresso e avaliação institucional**. 2018 (Mestrado Profissional em Gestão Pública), Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8726/1/tese_12108_Dissertacao%20final_LorenaNobre_GestaoPublica.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

NOVAES, Adauto (org). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro. **Patrimônio Científico nas Universidades Brasileiras: Políticas de Preservação e Gestão das Coleções não Vinculadas a Museus**. 2018 (Doutorado em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, UNIRIO/MAST/MCT, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio->

bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12728/mariana_novaes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 nov. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. **Revista do Programa de Estudos em Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**, São Paulo, n.10, 1993, p 7-28.

OLENDER, Marcos. O afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio. **Revista do Patrimônio Cultural e Artístico Nacional**, v.35, Brasília/DF, 2017, p.322-341.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de. Produção do conhecimento na universidade pública no Brasil: tensões, tendências e desafios. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p.73-95, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/XxsYssywQqGsPPVNk73mNJR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2021.

OLIVEIRA, Lenora Azevedo de. **Patrimônio Cultural, Memória e Identidade: Um estudo etnográfico sobre processos de interação de atores humanos com monumentos cívicos**. 2018 (Doutorado em Ciências Sociais), Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8198/4/TES_LENORA_AZEVEDO_DE_OLIVEIRA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PAIXÃO, Marcelo (org.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010**. UERJ, 2010.

PARENTE, José Reginaldo Feijão. **Patrimônio Afetivo e Cultural no Contexto do Sítio Histórico de Sobral – CE**. 2020 (Doutorado em Psicologia), Universidade do Ceará, Sobral, 2020. Disponível em http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57527/3/2020_tese_jrfparente.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

PATRUS, Roberto; SHIGAKI, Helena Belintani; DANTAS, Douglas Cabral. **Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da CAPES**. Cad. EBAPE.BR, v.16, nº 4, Rio de Janeiro, out/dez.2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/TGP3X57NqRVfnt4xnydbH5g/?lang=pt#>. Acesso em: 19 out. 2021.

PEREIRA, Francisca Martins. **Preservação da Informação em Instituições da Administração Pública Brasileira**. 2011 (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10700/1/2011_Francisca%20Martins%20Pereira.pdf. Acesso em: 20. out. 2020.

PEREIRA, Maria Juvanete Ferreira da Cunha. O Arquivo Público enquanto lugar de memória. **Em tempo de Histórias**, nº 10. UnB, Brasília. 2011. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20089>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *In*: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p.3-15. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 20 dez. 2020.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. *In*: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10, 1992, p.200-212. Disponível em; <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PORTO, Daniela Miguéns. **História e evolução do Arquivo: A exemplaridade da Torre do Tombo**. 2013 (Mestrado em Ciências Documentais), Universidade Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2013. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1836>. Acesso em: 20 out. 2020.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII - XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRADO, André Pires do. O patrimônio na encruzilhada do sentido: dispositivos de **memória entre a chancela e o afeto**. 2017 (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151222/prado_ap_dr_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 20 set. 2021.

QUEIROZ, Tatiana Pereira. **O bom filho a casa sempre torna: análise do relacionamento entre a Universidade Federal de Minas Gerais e seus egressos por meio da informação**. 2014 (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9PRKWC/1/disserta__o_tatiana_pereira_queiroz__02_09_14__vers_o_final.pdf. Acesso em: 04 dez. 2020.

RABELO, Ernane Correa. **A Pós-Graduação no Brasil** – Como uma pequena universidade do interior de Minas Gerais tornou-se pioneira na década de 1960. Editora UFV: Viçosa - 2021.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 1950. *In*: **Estudos de Comunicação**. XI Encontro Anual da Compós. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. nº 34 / 2012. 223 a 247. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução: Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. Identidade cultural. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/identidade-cultural.htm>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.

RODRIGUES, Marly. Políticas públicas e patrimônio cultural. *In: Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos*. E-book Kindle. Campinas. Editora UNICAMP. 2020.

SABIONI, Gustavo. **Primórdios da Universidade Federal de Viçosa**. Disponível em: <http://www.semec.ufv.br/wp-content/uploads/Prim%C3%B3rdios-da-Universidade-Federal-de-Vi%C3%A7osa-Gustavo-Soares-Sabioni.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SANCHEZ JÚNIOR, Sami. **Um olhar antropológico sobre o patrimônio cultura: sentidos, significados e ressignificações do Museu Mariano Procópio (MMP)**. 2007 (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2900/1/samirsanchesjunior.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

SANTANA, Dorival Aparecido de. **A escola como lugar de memórias e de identidades: um estudo a partir de escritos de alunos do ensino médio do colégio de. N. S. de Lourdes - Londrina/PR.2013-2014**. 2016 (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/dissertacao_dorival_aparecido_santana.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa**. 2017 (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/10963/Eduardo%20Luiz%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Um diálogo entre arquivo, conhecimento e tecnologia. **Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología**. n.60. 2015.

SANTOS, Hercules Pimenta dos. História e Arquivologia: Relação, Individualização e Mídias Contemporâneas. **VII Encontro Estadual de História. ANPUH**. Feira de Santana, Bahia, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1473775054_ARQUIVO_ArquivologiaeHistoria_relacionamento_COMPLETO.pdf. Acesso em: 30/01/2021.

SANTOS, Milton. Da cultura à indústria cultural. **Folha online**. 2000. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_3_10.htm. Folha online. 2000. Acesso em: 15 out. 2021.

SANTOS, Thiago de Sousa; TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves; PEREIRA, Raquel da Silva; ROMEIRO, Maria do Carmo. Gestão de Egressos de *Stricto sensu* em Administração: Um Estudo em Universidade Municipal. **Pensamento & Realidade**, v.32, n.2, p.16-33, 2017.

SCHANAIDER, Alberto. Sistema de Mapeamento de Egressos. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, [S.I.], v.42, n. 6, p.413-417, 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0100-69912015006011>. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rcbc/v42n6/pt_0100-6991-rcbc-42-06-00413.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

SCHEINER, Teresa. **Políticas e diretrizes da museologia e do patrimônio na atualidade**. In: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa (org.). *Museus, Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p.31-48.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**. Princípios e técnicas. 6. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Fabrício Valentim da. A origem da escola superior de agricultura e veterinária do estado de Minas Gerais: Peter Henry Rolfs e os pilares do saber esaviano (1920-1929) - **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.29, p.169-197, mar.2008 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5052/art12_29.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

SILVA, Gustavo Bianchi; BOTELHO, M. I. V. Os convênios internacionais entre a Universidade de Purdue e UREM/UFV: A ciência em rede (1958-1973). **Caminhos de Geografia**. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, v. 16, 2015, p.49-63. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/17506/1/artigo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Regis Henrique dos Reis - Pesquisa e pós-graduação no Brasil (1931 a 2004): considerações históricas. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – **HISTEDBR**, História, Educação e Transformações: tendências e perspectivas. Campinas-SP, 2009. Anais... Campinas-SP: UNICAMP, 2009. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html. Acesso em: 01 jul. 2020.

SILVA NETO, Walber Angeline da; MARTINS, Tiago Leal Catunda. Trajetória do Conceito de Patrimônio Cultural: História e Reflexão. **Revista Ciência e Saberes – Série Científica**. v.3, n.4, 2017. p.760-764 Disponível em <https://www.facema.edu.br/ojs/index.php/ReOnFacema/article/view/262>. Acesso em: 15 set. 2021.

SOARES, Flaviana Polisseni. **Instituição de um sistema eficaz para o acompanhamento de egressos de programas de pós-graduação: O egresso como referência para a autoavaliação do PPGACL**. 2019. (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10951>. Acesso em: 30 out. 2020.

SOARES, Paulo César. Contradições na pesquisa e pós-graduação no Brasil. **Revista de**

Estudos avançados. Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, São Paulo. v.32 n.92. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/qMXZLXBCVr5P99dFhQ9qfFR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 nov. 2021.

TÁLAMO, Maria de Fátima. Informação: organização e comunicação. *IN: Seminário de Estudos de Informação*, 1, 1996. p.12. Anais. Niterói: Eduff, 1996.

TEIXEIRA, Gislaíne Cristina dos Santos. **Desenvolvimento de uma sistemática para acompanhamento de alunos e egressos sob a perspectiva da gestão de projetos.** 2015 (Mestrado Profissional em Administração), Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/152/1/Gislaíne%20Cristina%20dos%20Santos%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

TORELLY, Luiz Philippe. Patrimônio cultural. Notas sobre a evolução do conceito. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n.149.04, **Vitruvius**, out. 2012 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4539>. Acesso em: 15 out. 2021.

TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. Registro da memória social e institucional no lançamento da Pedra Fundamental do ICI-UFBA. *In: SILVA, RRG., org. Preservação documental: uma mensagem para o futuro* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p.15-21. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/m5yr9/pdf/silva-9788523212216-03.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2021.

UNIVERSIDADE PARA O MUNDO. **Estratégias e avanços no caminho da internacionalização.** Bristsh Council. 2019. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/universidades_para_o_mundo_2019.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

VENÂNCIO, Aline Mariana; SILVA, Carlos Eduardo Sanches da; SOUZA, Dalton Garcia Borges de. Avaliação Institucional de programas de Pós-Graduação por meio do NET Promoter Score e da Gestão á Vista. **XXXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção.** Maceió. 16 a 19 de outubro de 2018. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_WIC_259_491_36157.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.

VERCESI, Anibal; HOGAN, Daniel Joseph; CHAMBOULEYRON, Ivan; MARTINEZ, José Mario. Os desafios da pesquisa no Brasil. **Caderno Temático: Suplemento do Jornal da Unicamp**, ano 1, n. 12, fev. 2002

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas; 51). Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 64.825, de 15 de julho de 1969**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64825-15-julho-1969-406149-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 mai. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

_____. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951** Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

_____. **Lei nº 761, de 6 de setembro de 1920**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=761&ano=1920&tipo=LEI>. Acesso em: 15 abr. 2021.

_____. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011** - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. Ministério do Turismo. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Referencial Estratégico**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/314#:~:text=A%20Miss%C3%A3o%20do%20Instituto%20%C3%A9,o%20desenvolvimento%20sociecon%C3%B4mico%20do%20pa%C3%ADs.%E2%80%9D>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/egresso/>. Acesso em: 18 out. 2020.

Encontro do Patrimônio Construído: Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer Evento. *In: Encontro do Patrimônio Construído*. 2ª ed. PUC Minas. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V4i8onzE-uE>. Acesso em: 16 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN - **56ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural** – IPHAN – 15 de maio de 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2008__01__56a_reunio_ordinria__15_de_maio.pdf.

Acesso em: 20 set. 2021.

Mestres e doutores 2015 – **Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira** – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10182/734063/Mestres_Doutores_2015_Vs3.pdf. Acesso em: 03 out. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CAPES divulga mapa da pós-graduação no país. *In: Notícias*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dia-a-dia-do-seu-filho/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2582-sp-1752673202>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Aprimoramento dos Instrumentos de Avaliação**. Disponível em: http://www1.CAPES.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/18072019_Esclarcimentos_Qualis2.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Avaliação CAPES**. Disponível em: <https://prpg.ufla.br/mestrado-e-doutorado/10-prpg/mestrado-e-doutorado/29-avaliacao-CAPES>. Acesso em: 30 out. 2021.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. CAPES apresenta à academia modelo de avaliação multidimensional. out. 2019. *In: Notícias*. Disponível em: <http://antigo.CAPES.gov.br/36-noticias/9873-CAPES-apresenta-a-academia-modelo-de-avaliacao-multidimensional>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **CAPES divulga mapa da pós-graduação no país**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dia-a-dia-do-seu-filho/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2582-sp-1752673202>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Concessão de bolsas institucionais para 2021 consolida regras**. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/assuntos/noticias/concessao-de-bolsas-institucionais-para-2021-consolida-regras>. Acesso em: 02 nov. 2021.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ficha de Avaliação**. Grupo de Trabalho. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Grupo de Trabalho Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação** – Grupo de Trabalho. Brasília 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Grupo de Trabalho Impacto e Relevância Econômica e Social**. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevancia-economica-e-social-pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Grupo de Trabalho**

Internacionalização – Relatório e recomendações. Brasília 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e missão.** Disponível em: <http://www1.CAPES.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 30 out. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e Missão da CAPES** – Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 15 set. 2021.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Notícia: Impacto da Pesquisa e da Pós-Graduação na Sociedade é tema de encontro.** Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/assuntos/noticias/impacto-da-pesquisa-e-da-pos-graduacao-na-sociedade-e-tema-de-encontro>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Número de pós-graduandos cresce no Brasil.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2583-sp-2021081601>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020.** Brasília: CAPES, 2010. V.1.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório Técnico DAV - Avaliação Multidimensional de Programas de Pós-Graduação.** Brasília. Maio de 2019.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório Técnico da DAV – Egressos da Pós-Graduação: Áreas Estratégicas.** Brasília 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/19122018-cartilha-dav-egressos-pdf>, Acesso em: 02 nov. 2021.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatórios Técnicos DAV e Grupos de Trabalho.** Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/relatorios-tecnicos-e-grupos-de-trabalho>. Acesso em: 20 out. 2021.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Revista comemorativa CAPES 60 anos – Seis décadas de evolução da pós-graduação.** Julho/2011. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/revista-CAPES-60-anos-pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Número de pós-graduandos cresce no Brasil.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2583-sp-2021081601>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. O Relacionamento com Egressos como Estratégica Organizacional para o Desenvolvimento das Instituições de Educação Superior. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v.6, n.1, p.4-18, 2016.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. Disponível em: <https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantidadativoRegiao.jsf>. Acesso em: 18 out. 2020.

SBPC - SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Jornal da Ciência**. Ano XXII, n. 624, 27 jun. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Associação dos Ex-Alunos da Universidade Federal de Viçosa (AEA) - **ATOM**. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/associacao-dos-ex-alunos-da-universidade-federal-de-vicosa-aea>. Acesso em: 30 out. 2021.

_____. - Dossiê 03 - Avaliação sobre a contribuição da Escola para agricultura de MG - **ATOM**. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/avaliacao-sobre-a-contribuicao-da-escola-para-agricultura-de-mg>. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. Federal de Viçosa realiza 10 mil testes de coronavírus: Insumos foram adquiridos com repasse do Ministério da Educação. *In: Notícias*. Publicado em 23 abr. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/88911-federal-de-vicosa-realiza-10-mil-testes-de-coronavirus?Itemid=164>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. **Estatuto da Associação dos Ex-Alunos da UFV – AEA**. Disponível em: <https://aea.ufv.br/estatuto/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. **Estatuto da Universidade Federal de Viçosa**. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/Estatuto-UFV-Multicampi-2014.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **História**. Disponível em: <https://www.ufv.br/historia/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

_____. **Personagens e Pioneiros da UFV. Arthur da Silva Bernardes**. Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=arthurBernardes>. Acesso em: 21 abr. 2021.

_____. **Personagens e Pioneiros da UFV. John Benjamin Griffing**. Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=john>. Acesso em: 21 abr. 2021.

_____. **Personagens e Pioneiros da UFV. Peter Henry Rolfs**. Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=peterHenry>. Acesso em: 21 abr. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional. PDI 2018-2023**. Disponível em: <https://www.planejar.ufv.br/wp-content/uploads/2018/06/PDI-UFV-2018-2023-VERSAO-FINAL-SITE.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. – **Processo 005289/2006**. Disponível em: <https://www.ufv.br/historia/#:~:text=A%20Universidade%20Federal%20de%20Vi%C3%A7osa%20foi%20inaugurada%20em%201926.&text=Somente%20em%2015%20de%20julho,Vi%C3%A7osa%20C%20Florestal%20e%20Rio%20Parana%C3%ADba>. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. **Regimento Geral da _____**. Disponível em:

<https://www.novos cursos.ufv.br/orgaos/ufv/soc/www/wp-content/uploads/Regimento-Geral-UFV-2013.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Regulamento da ESAV de 1926.** Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/regulamento-da-esav-de-1926-1>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Relatórios de Atividades 2020 – Ano base: 2019.** Disponível em: http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2021/06/Relat%C3%B3rio-2020-ano-base-2019_v-final.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

_____. – **Resolução CEPE nº 08/2019** – Aprovar a Política de Ações Afirmativas da UFV. Disponível em: <https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/08-2019-CEPE-A%c3%a7%c3%b5es-Afirmativas-P%c3%b3s.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

_____. **Resoluções CONSU** Disponível em: http://www.soc.ufv.br/?page_id=16258. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Resolução CONSU 08/2002.** Aprova o Regimento da Medalha da Ordem do Mérito do Ex-Aluno da UFV. Revogada pela Res. nº 14/2013/CONSU.

_____. **Resolução CONSU 09/2007.** Aprova o Regimento da Medalha da Ordem do Mérito do Ex-Aluno da UFV. Revogada pela Res. nº 08/2002/CONSU.

_____. **Resolução CONSU 14/2013.** Aprova as alterações no Regimento da Medalha da Ordem dos Ex-Alunos da UFV, que passa a fazer parte integrante desta Resolução. Revoga as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 08/2002/CONSU. Disponível em: http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/13_141.pdf. Acesso em: 30 out. 2021. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. – Série 3 – Avaliação Institucional - **ATOM.** Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/avaliacao-institucional-2>. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. **Sistema de Pesquisa e Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.** Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/sisppg/scripts/portal/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. UFV atuará no desenvolvimento de vacinas para a Covid-19. *In: Notícias.* Publicado em 15/06/2020. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=32662>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. UFV é referência em testagem da Covid-19 para 128 municípios e cerca de 1,7 milhão de pessoas. *In: Notícias.* Publicado em 02/06/2020. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=32598&link=corpo>. Acesso em: 18 out. 2020.

_____. **Uma viagem pela história da instituição – UFV 90 anos 1926-2016.** Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/embed/view/vluzwL47akTdRYb0?>. Acesso em: 20 Mar. 2021.

ANEXOS

Anexo 1: Relação nominal dos primeiros estudantes dos cursos de Extensão Rural, Fitotecnia, Fitopatologia e Zootecnia

Agricultura Especial e Fitotecnia - UREMG 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Alfredo Lam Sánchez	Agricultura Especial	08/03/1962	Hereditariedade da cor das vagens e do brilho do tegumento das sementes de <i>Phaseolus vulgaris</i> L.	07/07/1964	Clibas Vieira, Otto Andersen, José Rodolpho Tôres, Fábio Ribeiro Gomes e Henry L. Shands	Colou grau e recebeu diploma em 13/10/1964
Fidelis Terêncio da Silva	Agricultura Especial	08/03/1962		Não concluiu		
Jaime Frederico Franco Pouce	Agricultura Especial	08/03/1962		Desistiu do Curso		
José Carlos Henrique Oliveira Begazo	Agricultura Especial	08/03/1962	Ensaaios sobre degomagem e armazenamento de café (<i>Coffea arabica</i> L.)despolpado	25/09/1965	José Ribeiro Filho (presidente), Chotaro Shymoia, Joseph E. Yahner, S. Starling Brandão e José de Alencar	Diploma entregue em 15/12/1965
José Domingos Galvão	Agricultura Especial	21/03/1962	Efeito da população de plantas e níveis de nitrogênio sobre a produção de grãos e sobre o peso médio das espigas de milho	24/02/1968	S. Starling Brandão (presidente), J. C. E. Oliveira Begazo, Alfredo Lam Sánchez, José Mário Braga e Clibas Ribeiro	Colou grau em 15/12/1968
Luiz Antonio Nogueira Fontes	Agricultura Especial	08/03/1962	Adubação N-P-K-Ca da cultura de feijão na Zona da Mata, Minas Gerais	21/06/1965	Clibas Vieira (presidente), José Ribeiro Filho, Roy D. Bronson, Fábio Ribeiro Gomes e S. Starling Brandão	Diploma entregue em 15/12/1965
Júlio Pedro del Carmen Laca Bruendia	Agricultura Especial	16/05/1905		Trancou matrícula		
*** Até aqui Agricultura Especial, de 1964 em diante Fitotecnia						

Agricultura Especial e Fitotecnia - UREMG 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Carlos Floriano de Moraes	Fitotecnia (Agronomia)	23/12/1963	Hereditariedade da cor das vagens do feijoeiro (<i>Phaseolus vulgaris</i> L.)	24/05/1967	Clibas Vieira (presidente), Fabio Ribeiro Gomes, Kirk L. Athow, Mário Silva Campos e Charles M. Jones	Colou grau de MS em 15/12/1967
Luiz Alves de Almeida	Fitotecnia (Agronomia)	09/03/1964	Estudo sobre Intervalo de Plantio na Cultura do Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i> L.)	12/04/1965	Clibas Vieira (presidente), José Ribeiro Filho, Henry L. Shands, S. Starling Brandão e Fábio R. Gomes	Colou grau e recebeu diploma de Magister Scientiae em 30/04/1965
Alemar Braga Rena	Fitotecnia (Fisiologia Vegetal)	10/01/1964		Abandonou o curso		
Donato Fredeiro	Fitotecnia (Botânica)	23/12/1963	Ciclo de crescimento do botão floreal de café (<i>Coffea arabica</i> L. 'Mundo Novo')	29/11/1969	Moacyr Comastri (presidente), Otto Andersen, Chotaro Shimoya, Alemar Braga Rena, Renato Sant'Ana	Colou grau de MS em 15/12/1969
Enezir Tôrres Vaillant	Fitotecnia	01/03/1964		Falecido em 1966		
Hélio Morais Barbosa	Fitotecnia	17/03/1964		Desistiu em 1966		
Hernando Raúl Huerta Pulido	Fitotecnia (Fitopatologia)	09/03/1964	A podridão branca do alho incitada por <i>Sclerotium espiworum</i> Beck	23/05/1967	Geraldo M. Chaves (presidente), Kirk L. Athow, Chotaro Shimoya, José de Alencar e Mauro Silva Reis	Colou grau de MS em 15/12/1967
Ivo de Carvalho	Fitotecnia (Fitopatologia)	17/03/1964		Desistiu em 1966		
Ivan de Lira Maranhão	Fitotecnia (Fruticultura)	09/03/1964		Abandonou o curso		

Agricultura Especial e Fitotecnia - UREMG 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Murilo Passos de Souza	Fitotecnia (Fruticultura)	09/03/1964		Desistiu em 1966		
José Maurício Fortes	Fitotecnia (Fruticultura)	07/03/1964	Influência do tamanho da muda do abacaxi (<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.), sobre o número e peso médio das frutas	03/04/1970	Otto Andersen (presidente), José Francisco da Silva, Ivo Manica, José Domingos Galvão e Alemar Braga Rena	Colou grau de Magister Scientiae em 25/04/1970
Aquira Mizubuti	Fitotecnia (Olericultura)	28/12/1963	Estudo da frequência dos fatores para esterilidade masculina em cebola (<i>Allium cepa</i> L.)	29/12/1967	Edward C. Thgahelaar, Flávio A. A. Couto, Fábio R. Gomes, A. Lam-Sánchez e Clibas Vieira	Colou grau de MS em 15/12/1967
Roberto Ferreira da Silva	Fitotecnia (Olericultura)	13/02/1964	Efeito de espaçamento e níveis de adubação na produção de frutos maduros e sementes de pimentão	08/12/1969	Flavio A. A. Couto (presidente), Otto Andersen, Ivo Manica, José D. Galvão e Pedro H. Monnerat	Colou grau de MS em 25/04/1970
[...]						
José Mário Braga	Fitotecnia (Solos)	01/03/1964	Contribuição ao estudo do fosfato de Araxá como fonte de fósforo, em um solo de Viçosa, Minas Gerais	12/12/1966	Joseph E. Yahner (presidente), Clifford D. Spies, Walter Brune, José Ribeiro Filho e Renato Sant'Ana	Colou grau de MS em 15/12/1966
Cleverson Siqueira	Fitotecnia	17/08/1964		Abandonou		
Luiz Julião Braga	Fitotecnia (Agronomia)	05/07/1964		Desistiu em 1970		
Matozinho de Souza Figueiredo	Fitotecnia (Agronomia e Extensão)	01/08/1964	Efeitos dos tamanhos das sementes sobre o "Stand", produção e altura das plantas, na cultura do feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i> L.)	21/02/1970	Clibas Vieira (presidente), Telmo C. A. Silva, Sylvio S. Brandão, Raimundo Nonato M. Chaves, José Domingos Galvão	Colou grau de MS em 25/04/1970

Agricultura Especial e Fitotecnia - UREMG 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Lúcio Roscoe Cardinali	Fitotecnia (Fruticultura)	03/08/1964	Influência do esquema de plantio e da população de plantas sôbre o rendimento do abacaxi (<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.)	07/03/1969	Otto Andersen (presidente), E. C. Tighelaac, José C. E. O. Begazo, José D. Galvão e Clibas Vieira	Colou grau de MS em 15/12/1969
José Rafael Soares Camargo	Fitotecnia (Olericultura)	17/05/1905		Desistiu		
[...] seguem registrados outros alunos ingressantes a partir de 1964						

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Economia Rural - UREMG 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Aohemar Luciano Ferreira	Economia Rural	08/03/1961		Sem informações (cursou disciplinas em 1961)		
Antônio Augusto Botelho Junqueira	Economia Rural	08/03/1961	Análise Econômica de uma Função de Produção - Fumo em Ubá, MG, 1961	12/11/1962	D. Woods Thomas, J. K. McDermott, Edson Potsch Magalhães, Erly Dias Brandão e Fabio Ribeiro Gomes	Diploma entregue em Sessão Solene da Congregação em 28/12/1962, ao Procurador Renato Rodrigues Machado
Filadelfo Brandão	Economia Rural	08/03/1961	Contribuição ao Estudo do Lastro e de Suas Implicações no Aproveitamento Máximo do Espaço nos Armazéns Gerais	19/11/1962	D. Woods Thomas, J. K. McDermott, Fabio Ribeiro Gomes, Erly Dias Brandão e Edgard de Vasconcelos Barros	Diploma de Magister Scientiae
Fernanda Nogueira Fontes	Economia Rural	03/03/1961	Estudo do Consumo em famílias de Viçosa - Minas Gerais	11/12/1967	Martin T. Pond (presidente), Túlio Barbosa, Evonir B. de Oliveira, Thomas E. Croope e A. R. Teixeira Filho	Diploma M.S. em 15/12/1968
Geraldo Pereira	Economia Rural	08/03/1961	Sistema de Exploração Agrícola, Custo e Relações de Custo de Produção de Milho no Município de Capinópolis, Minas Gerai	09/03/1963	J. Ken McDermott, Fabio Ribeiro Gomes, Erly Dias Brandão, Edgard de Vasconcelos Barros e Edson Potsch Magalhães	Diploma de Magister Scientiae
Joaquim Aleixo de Souza	Economia Rural	08/03/1961	Estudo de Combinação de Explorações Agropecuárias em Ubá, Minas Gerais, Ano Agrícola 1960-1961	14/12/1965	Erly Dias Brandão (presidente), Lytton L. Guimarães, J. H. Atkinson, J. Leitão e Silva e Martin Pond	M.S. conferido em 15/12/1965

Economia Rural - UREMG 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Luiz Maria de Moura	Economia Rural	01/08/1961	Impactos das Mudanças de Tecnologia, na Produção e nas Rendas do Gado Bovino Leiteiro, em Viçosa, MG	25/05/1963	George E. Schuh, J. Kenneth McDermott, Joaquim Mattoso, Erly Dias Brandão e Edson Potsch Magalhães	Colou grau e recebeu diploma em 12/06/1963
Olegário Rodrigues Primo	Economia Rural	08/03/1961	Relações de Custo de Produção de Arroz no Município de Capinópolis, Minas Gerais	12/09/1962	Edson Potsch Magalhães, Erly Dias Brandão, Fabio Ribeiro Gomes, J. K. McDermott e D. Woods Thomas	Diploma de Magister Scientiae
Paul Frans Bemelmans	Economia Rural	08/03/1961	Custo de Produção de Milho, no Município de Viçosa e suas Relações Econômicas	15/04/1964	Edson Potsch Magalhães, Erly Dias Brandão, Euter Paniago, E. G. Schuh e Russell Clark Youmans	Colou grau e recebeu diploma em 18/04/1964
Pedro Hudson de Paiva Silveira	Economia Rural	08/03/1961	Análise das Relações entre Estruturas de Capital, Uso e Fontes de Crédito Agrícola	28/10/1963	Edson Potsch Magalhães, Euter Paniago, Sérgio Alberto Brandt, E. G. Schuh e J. K. MdDermott	Diploma entregue em 18/12/1963
Renato Rodrigues Machado	Economia Rural	08/03/1961	A Sucessão da Propriedade Rural e o Minifundio no Município de Viçosa, Minas Gerais	21/12/1962	Edson Potsch Magalhães, Erly Dias Brandão, Edgard de Vasconcelos Barros, Fábio Ribeiro Gomes e J. K. MdDermott	Diploma entregue em Sessão Solene da Congregação em 28/12/1962
[...] seguem registrados outros alunos ingressantes a partir de 1962						

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural - UREMG 11/05/1962

Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Alfredo Arruda Branco	Hortaliças	01/03/1961	Ensaio de Adubação de Alface (Lactuca sativa L.)	25/01/1962	Flávio A. A. Couto, Homer T. Erickson, Moacyr Maestri, Fábio Ribeiro Gomes e Clibas Vieira	
Álvaro Augusto Pantoja Pimentel	Hortaliças	01/03/1961	Estudo sobre cruzamento natural em Quiabeiro (Hibiscus esculentus L.)	20/12/1961	Flávio A. A. Couto, Homer T. Erickson, Moacyr Maestri, Fábio Ribeiro Gomes e Clibas Vieira	
Arlindo da Costa Lima	Hortaliças	01/03/1961	Ensaio comparativos da eficiência de fungicidas, associados a espalhantes adesivos, no controle à mancha púrpura da cebola e do alho	22/12/1961	Flávio A. A. Couto, Homer T. Erickson, Fábio Ribeiro Gomes, Moacyr Maestri e Clibas Vieira	
Agripino Abranches Viana	Hortaliças	01/03/1961	Adubação azotada do tomateiro (Lycopersicum esculentum Mill.)	15/01/1962	Flávio A. A. Couto, Homer T. Erickson, Moacyr Maestri, Fábio Ribeiro Gomes e Clibas Vieira, digo, Avelino Mantovani Barbosa	
José de Almeida Soares	Hortaliças	01/03/1961	Efeitos da irrigação e aplicação de cálcio sobre a incidência da podridão apical do fruto do tomateiro (Lycopersicum esculentum Mill.)	19/12/1961	Flávio A. A. Couto, Homer T. Erickson, Moacyr Maestri, Fábio Ribeiro Gomes e Clibas Vieira	
Luiz Jorge da Gama Wanderley	Hortaliças	01/03/1961	Controle químico de ervas daninhas na cultura da cenoura (Daucus carota L.)	22/12/1961	Flávio A. A. Couto, Homer T. Erickson, Moacyr Maestri, Fábio Ribeiro Gomes e Otto Andersen	
Maria Silva Villela	Hortaliças	01/03/1961	Ensaio com o EPTAM e seus análogos 1607 e 1870, no controle à tiririca (Cyperus rotundus L.) na cultura do alho (Allium sativum L.)	13/02/1961	Flávio A. A. Couto, Homer T. Erickson, Moacyr Maestri, Fábio Ribeiro Gomes e Otto Andersen	
Romildo Arzabe Antezana	Hortaliças	01/03/1961	Incompatibilidade em brássica aolerácea Var. Capitata	16/04/1962	Flávio A. A. Couto, Homer T. Erickson, Moacyr Maestri, Fábio Ribeiro Gomes e Clibas Vieira	

Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural - UREMG 11/05/1962

Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Miracy Garcia Rodrigues	Hortaliças	01/03/1961	Estudo sôbre contrôle ao pulgão da couve, <i>Brevicoryne brassica</i>	22/12/1961	Flávio A. A. Couto, Homer T. Erickson, Fábio Ribeiro Gomes, Frederico Vannetti e Moacyr Maestri	
José Pereira Leite	Olericultura	07/03/1962	Contrôle Químico de Ervas Daninhas em Cultura de Cebola (<i>Allium cepa</i> L.)	23/03/1962	Flávio A. A. Couto, Homer Erickson, Moacyr Maestri, Otto Andersen e Fábio Ribeiro Gomes	
Mario Sosa Párraga	Olericultura	26/02/1962	Estudo de Heritabilidade e Correlações Fenotípicas em Tomateiro	29/07/1963	Flávio A. A. Couto, Homer T. Erickson, Fábio Ribeiro Gomes, Carlos S. Schlottfeldt e Clibas Vieira	
Nozomu Makishima	Olericultura	14/03/1962	Ensaio de Adubação de Morangueiro (<i>Fragaria</i> sp.)	11/05/1964	Fábio Ribeiro Gomes, Otto Andersen, Roy D. Bronson, Jules Janick e Flávio A. A. Couto	
Albino Fonseca da Silva Netto	Olericultura	14/03/1962		Abandonou o curso		
Arnaldo de Freitas Caldeira	Olericultura	08/03/1962		Abandonou o curso		
Homero Miranda Dávila Lins	Olericultura	12/03/1962		Abandonou o curso		
José Samuel Gómez Prado	Olericultura	07/03/1962		Abandonou o curso		
Luiz Mimbela Leyva	Olericultura	01/03/1962	Efeito do sistema de condução das plantas e níveis de adubação, na produção do tomateiro (<i>Lycopersicum esculentum</i> Mill)	28/04/1964	Clibas Vieira, Fábio Ribeiro Gomes, Otto Andersen, Jules Janick e Flávio A. A. Couto	
Peter E. Sonnenberg	Olericultura	08/03/1962	Efeitos da adubação de nitrogênio e fósforo sôbre o crescimento de cebola (<i>Allium cepa</i> L.)	12/12/1964	Flávio A. A. Couto, Jules Janick, Otto Andersen, Clibas Vieira e Fábio Ribeiro Gomes	

Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural - UREM 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Alseny Garcia	Olericultura	14/03/1963	Influência da Irrigação no Crescimento, Produção e Superbrotamento do Alho	07/04/1964	Flávio A. A. Couto, Alberto Daker, Otto Andersen, Jules Janick e Fábio Ribeiro Gomes	
Fernando Antonio Reis Filgueira	Olericultura e Extensão	01/03/1963	Influência da época, variedade, densidade e sistemas de semeadura, na produção de bulbinhos de cebola	13/12/1965	Flávio A. A. Couto (presidente), Fábio Ribeiro Gomes, Charles M. Jones, Otto Andersen e S. Starling Brandão	Colou grau e recebeu o diploma em 15/12/1965
Delbio Machado	Olericultura	01/03/1963		Desistiu do curso		
Duhi José Ribeiro Ratto	Olericultura	01/03/1963		Desistiu do curso		
José Francisco da Silva	Olericultura	01/03/1963	Espaçamento, adubação e tamanho de mudas na produção de inhame (<i>Colocasia esculenta</i> Schett)	15/12/1969	Flávio A. A. Couto (presidente), José Mario Braga, Otto Andersen, Telmo C. A. Silva e José Domingos Galvão	Colou grau de MS em: 25/04/1970
José Osório Freire	Olericultura	01/02/1963		Cancelada a matrícula em 05/12/1963		
Pedro Henrique Monnerat	Olericultura	01/03/1963	Influência do número de aplicações e níveis de molibdênio em couve-flor (<i>Brassica oleracea</i> L. var. <i>botrytes</i> L.)	17/01/1967	Flávio A. A. Couto (presidente), Fábio Ribeiro Gomes, José Mario Braga, Clifford D. Spies e Chotaro Shimoya	Colou grau de MS em: 15/12/1968
José Carmine Dianese	Fitopatologia	08/01/1963	Contribuição ao estudo do controle químico de <i>Phutophthora cinnamomi</i> Rands, agente causador da podridão radicular do abaca americana)	15/08/1966	Geraldo M. Chaves (presidente), Dwane J. Sykes, Otto Andersen, José de Alencar e Mauro Silva Reis	Colou grau de MS em: 27/12/1968

Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural - UREMG 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Mauro Silva Reis	Fitopatologia	01/03/1963	Estudo da etiologia e controle do tombamento de mudas de eucalipto, incitado pelo fungo <i>Cylindrocladium scoparium</i> Morgan	10/07/1965	Geraldo M. Chaves (presidente), Fábio Ribeiro Gomes, Chotaro Shimoya, Frederico Vanetti e Arlindo P. Gonçalves	
João da Cruz Filho	Fitopatologia	08/08/1963	Não consta no livro o nome da dissertação	14/04/1973	Não consta no livro a banca examinadora	
Keizo Nagatomo	Economia Rural	1967		Abandonou o curso		
Geraldo Guilhon Loures	Economia Rural	1967		Abandonou o curso		
Tebirecá Teixeira da Matta Bacellar	Economia Rural	1967		Desistiu do curso		
José Jorge Marques Vaz	Economia Rural	1967	Reforma agrária: o tamanho da propriedade e suas implicações no consumo de bens e serviços. Passo Real - RS - 1968	02/10/1968	Paulo Brasil Paez (presidente), Fernando A. S. Rocha, Bob F. Jones, Evonir B. de Oliveira e Joaquim A. de Souza	Colou grau de MS em: 15/12/1968
Dalva Lúcia Maffia	Economia Rural	1966	Impactos das modificações de tamanho de propriedade sobre a produção agrícola - Município de Viçosa, MG. Ano Agrícola 1967/68	09/09/1969	Bob F. Jones (presidente), Lon Cesal, Evonir Batista de Oliveira, Euter Paniago, Antônio Fagundes de Souza	Colou grau de MS em: 15/12/1969
Maria Helena Ribeiro Simões	Economia Rural	1965	Diets adequadas de custo mínimo em Cristalina, Estado de Goiás	17/01/1969	George F. Patrick (presidente), Evonir B. de Oliveira, Bob F. Jones, Joaquim A. de Souza e Paulo Brasil Paez	Colou grau de MS em: 15/12/1969
Glória Zélia Teixeira Caixeta	Economia Rural	1967	Análise comparativa entre métodos e técnicas de descoberta de líderes, Viçosa, Minas Geras, 1967	09/06/1969	Fernando A. S. Rocha (presidente), Thomas E. Croope, J. Leitão e Silva, Euter Paniago e L. M. de Moura	Colou grau de MS em: 15/12/1969

Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural - UREMG 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Roberto Simões	Economia Rural	1968	Oferta estatística e custos de produção de carne bovina, Região de Governador Valadares, MG, 1969	16/10/1970	Eliseu Roberto de Andrade Alves (presidente), José Brandão Fonseca, T. Kelly Wliste, Márcio Luiz B. Lima e Antônio Raphael Teixeira Filho	Colou grau de MS em: 15/12/1970
Fernando Curi Péres	Economia Rural	1968	Produtividade dos Recursos da Bacia Leiteira de Brasília, 1967/68: Subsídios a um Programa de Crédito	29/07/1969	Bob F. Jones (presidente), Antonio Carlos Gonçalves Castro, Fernando A. S. Rocha, Antônio Fagundes de Souza e Euter Paniago	Colou grau de MS em: 15/12/1969
Antonio Lima Bandeira	Economia Rural	1968	Análise dos efeitos da política de erradicação de cafeeiros - Caratinga e Manhuaçu, Minas Gerais, 1969	06/12/1969	Evonir B. de Oliveira (presidente), Paulo Brasil Paez, Claudio Yokomizo, Euter Paniago e J. H. Atkinson	Colou grau de MS em: 15/12/1970
Carlos Alberto Lessa	Economia Rural	1968	Estudo da Estrutura do Capital Agrícola do Cerrado Mineiro para sua Dinamização através do Crédito Agrícola - 1967/68	03/09/1969	J. Leitão e Silva (presidente), Lon Cesal, Miguel Ribon, Hélio Tollini e Evonir B. de Oliveira	Colou grau de MS em: 15/12/1969
Francisco Getúlio de Sena	Economia Rural	1968		Matrícula cancelada pelo C.P.G. em 1969		
José Carlos Ribeiro	Economia Rural	1968	Aspectos econômicos da cultura de abacaxi na Zona Metalúrgica de Minas Gerais	19/12/1969	Luiz Maria de Moura (presidente), Antonio F. de Sousa, Miguel Ribon, Lúcio Roscol Cardinalli e Hélio Tollini	Colou grau de MS em: 25/04/1970
Luiz José Maria Irias	Economia Rural	1968	Avaliação do módulo rural médio para a Região de Viçosa, MG	23/11/1970	Lon C. Cesal (presidente), Antônio Fagundes de Souza, Stáhis Panagides, Helio Collumi e Luiz Maria de Moura	Colou grau de MS em: 15/12/1970
Manoel Sérgio Xavier Vieira	Economia Rural	1968	Custo de Produção de leite ao nível de fazendas, em municípios mineiros da Bacia Leiteira da Guanabara	13/09/1969	Antônio Fagundes de Souza (presidente), Joaquim Aleixo de Souza, Antonio Carlos G. Castro, Hélio Tollini e Lon Cesal	Colou grau de MS em: 15/12/1969

Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural - UREMG 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Nicolino Taranto Fortes	Economia Rural	1968	Análise econômica de algumas técnicas na produção de fumo e milho em Tocantins, Minas Gerais, 1967-1968	31/07/1969	Bob F. Jones (presidente), Eliseu Roberto de Andrade Alves, Evonir Batista de Oliveira, Antônio Fagundes de Souza e Fernando A. S. Rocha	Colou grau de MS em: 15/12/1969
Raúl Angel Lumello	Economia Rural	1968		Abandonou o curso		
Ricardo Rodolfo Tafani	Economia Rural	1968	Comercialização de leite no Departamento Rio Cuarto, Província de Córdoba, República Argentina, 1967/68	13/08/1969	Evonir Batista de Oliveira (presidente), Josué Leitão e Silva, Antônio Fagundes de Souza, Euter Paniago e Lon C. Cesal	Colou grau de MS em: 15/12/1969
Roberto Butteri	Economia Rural	1965				
Hercio Pereira Ladeira	Economia Rural	1966	Produtividade dos recursos na produção de cacau, Região Cacaueira, Bahia	10/08/1971	Hélio Tollini, T. Kelly Wliste, Antônio Fagundes de Souza, Teotônio Dias Teixeira e Antônio Lima Bandeira	Colou grau de MS em: 15/12/1971
Tomás Backer Ecos Gonzales	Economia Rural	1968	Diagnóstico do uso dos fatores de produção de leite e sugestões para sua maior eficiência. Resende, Rio de Janeiro, 1967/68	04/08/1969	Miguel Ribon (presidente), Antônio Fagundes de Souza, Antonio Carlos G. Castro, Lon C. Cesal e Fernando A. S. Rocha	
[...] seguem registrados outros alunos ingressantes a partir de 1968						

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Nutrição Animal e Zootecnia - UREMG 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Dirceu Jorge da Silva	Nutrição Animal	01/03/1962	Da Digestibilidade "In Vitro" de Algumas Forrageiras Tropicais	06/09/1964	Joaquim Matoso Fábio Ribeiro Gomes, José Rodolpho Tôrres, Joseph H. Conrad e Joaquim Campos	Diploma entregue em 15/12/1964
Ivan de Lima Franco	Nutrição Animal	08/03/1962		Desistiu no 2º semestre de 1962		
José Alberto Gomide	Nutrição Animal	01/03/1962		Cancelou a matrícula em 08 de junho de 1962, por ter de viajar para os Estados Unidos.		
José Alberto Moreira dos Santos	Nutrição Animal	08/03/1962		Cancelou a matrícula em 19 de junho de 1962, por abandonar a Escola.		
José Brandão Fonseca	Nutrição Animal	03/03/1962	Estudos de Digestibilidade de Forrageiras Tropicais pelo Processo Convencional	29/08/1964	Fábio Ribeiro Gomes, José Rodolpho Tôrres, Dwane J. Sykes, Joseph H. Conrad e Joaquim Campos	Diploma entregue em 15/12/1964
José Rodrigues de Souza	Nutrição Animal	10/03/1962		Transferido para Biologia em 1967		

Nutrição Animal e Zootecnia - UREMG 11/05/1962

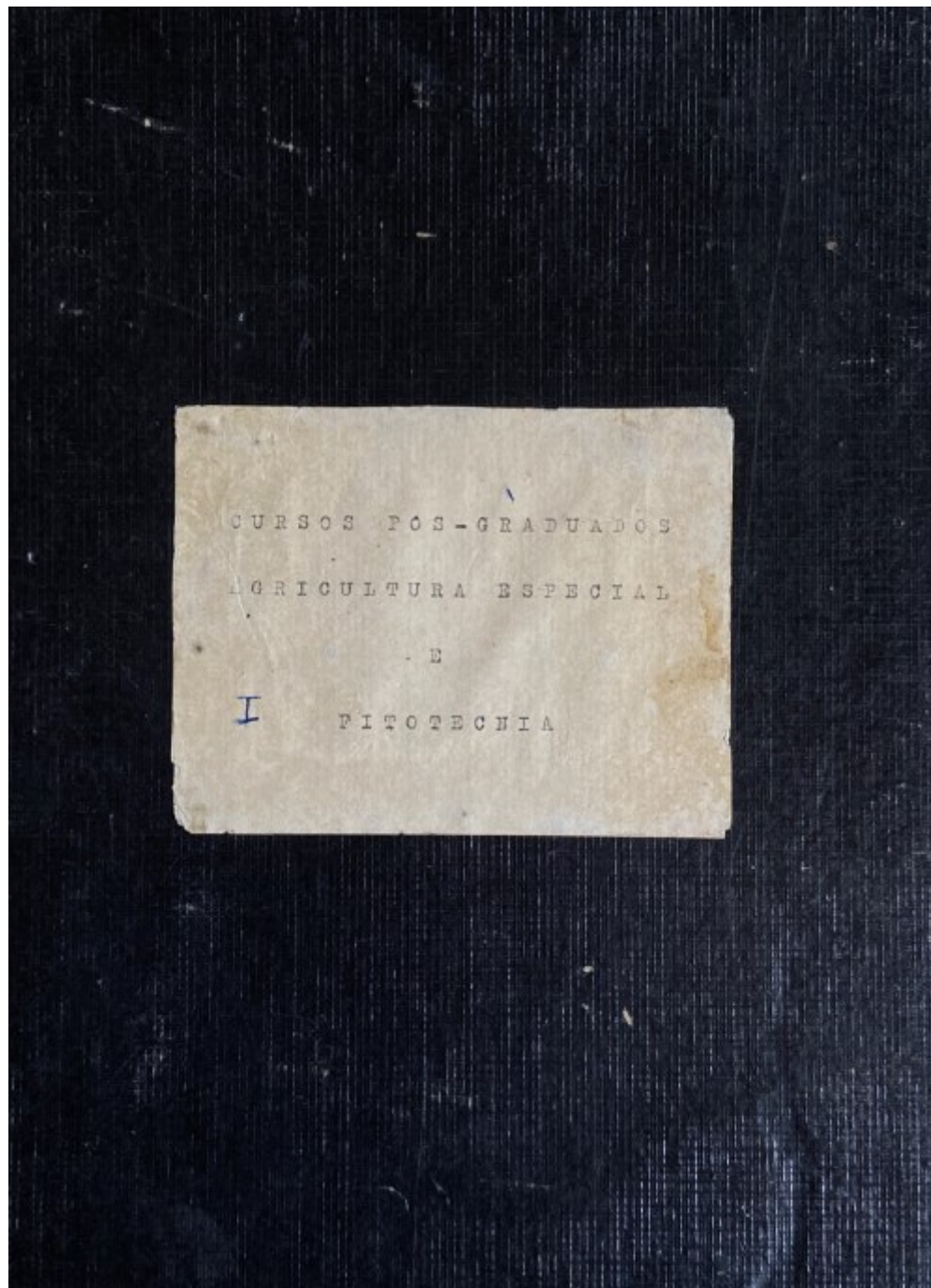
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
Milgar Camargos Loureiro	Nutrição Animal	12/03/1962		Desistiu em 1962		
Paulo Melgaço de Assunção Costa	Nutrição Animal	07/03/1962		Optou pelo curso de Zootecnia		
Paulo Melgaço de Assunção Costa	Zootecnia	07/03/1962	Níveis protéicos e farelo de babaçu em rações para crescimento-engorda de suínos	01/12/1967	Joaquim Campos (presidente), Antonio Carlos Gonçalves Castro, Paulo Rubens Soares, Josué Leitão e Silva e J. F. Coelho da Silva	Colou grau de MS em 15/12/1967
Paulo Rubens Soares	Nutrição Animal	03/03/1962	O farelo de raspa de mandioca integral e o farelinho de trigo na alimentação de pintos, como fontes de hidratos de carbono	19/04/1965	Joaquim Campos (presidente), Fábio R. Gomes, José Alberto Gomide, Joseph H. Conrad e J. Brandão Fonseca	Diploma entregue em 15/12/1965
Tarciso de Moura Estevão	Nutrição Animal	07/03/1962		Cancelou a matrícula		
Miguel Tozzi Monteiro da Silva	Nutrição Animal	12/03/1962		Abandonou o curso		
Paulo Américo de Fraga Rodrigues	Nutrição Animal	01/08/1962		Desistiu em 1962		
Celso de Paula Costa	Zootecnia	23/03/1963		Abandonou o curso		
José Américo Garcia	Zootecnia	01/03/1963	Mistura melaço-uréia associada ao feno de soja perene, silagem de sorgo e pastagem, na alimentação de bovinos de corte	02/12/1968	Joaquim Campos (presidente), Josué Leitão e Silva, Verwon B. Mayrose, Paulo Rubens Soares e José de Alencar	Colou grau de MS em 15/12/1968

Nutrição Animal e Zootecnia - UREMG 11/05/1962						
Nome_Estudante	Curso	Admissão	Título_Dissertação	Data_Defesa	Banca_Examinadora	Observação
José Fernando Coelho da Silva	Zootecnia	01/03/1963	Determinação da digestibilidade e consumo de forragem pelo método do nitrogênio fecal e óxido crômico	10/09/1965	José Alberto Gomide (presidente), Fabio Ribeiro Gomide, José Brandão Fonseca, Donald L. Hill e Dirceu J. Silva	Diploma entregue em 15/12/1965
José Maria Fernandes	Zootecnia	05/03/1963		Desistiu do curso		
Rasmo Garcia	Zootecnia	01/03/1963	Comparação entre o farelo de soja e soja integral tostada como fonte de proteína para pintos	04/09/1965	José Rodolpho Torres (presidente), José Alberto Gomide, Paulo Rubens Soares, José Brandão Fonseca e Dirceu Jorge da Silva	Diploma entregue em 15/12/1965
Sylvio Antonio Ribeiro Degasperi	Zootecnia	13/03/1963		Desistiu do curso		
Urbano Campos Ribeiral	Zootecnia	01/03/1963		Desistiu do curso		
José Carlos Silva	Zootecnia	01/03/1963		Transferido para Fitotecnia		
[...] seguem registrados outros alunos ingressantes a partir de 1964						

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 2: Livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Olericultura Especial e Fitotecnia – Registros Iniciais

Anexo 2.1. Capa do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Olericultura Especial e Fitotecnia.



Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 2.2. Primeira folha do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Olericultura Especial e Fitotecnia.

1.
~~8.~~

Destina-se este Livro ao Registro dos Candidatos, incluindo identificação, currículo, notas, título de tese, diploma, etc do Curso de Agricultura Especial.

Resumo histórico do início e evolução dos Cursos Pós-Graduados na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais encontra-se datilografado e anexado a este Livro.

URERMG, 11/5/1962

Dr. Daniel Inapuzães
Presidente do C.C.P.G.

Observação:

As notas serão dadas em letras do seguinte modo:

- 60 - D - Reprovado
- 60 a 75 - C - Satisfatório
- 76 a 89 - B - Bom
- 90 a 100 - A - Distinção.

Dr. Daniel Inapuzães

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 2.3. Terceira folha do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Olericultura Especial e Fitotecnia.

3.
Nº 44

✓ Nome: Alfredo Lam Sanchez

Profissão: Engenheiro Agrônomo
 Instituição: ESA da UFRMG
 Endereço: ESA - UFRMG - Viçosa - M.G.

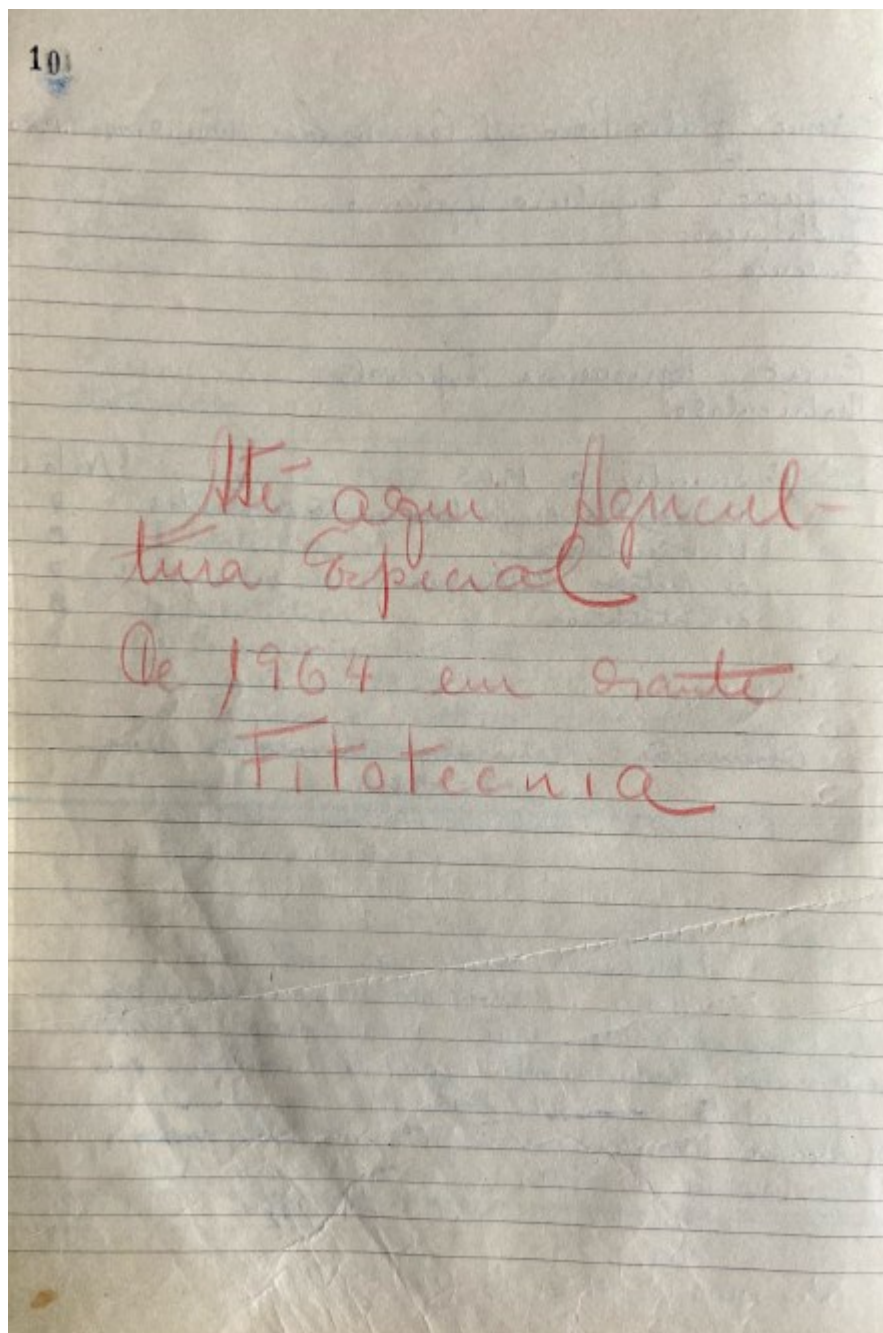
Curso: Agricultura Especial
 Matriculado: 8/3/1962

	Notas
1º Semestre de 1962	
a) Fisiologia Vegetal	A
b) Estatística	B
2º Semestre de 1962	
a) Estatística	B
b) Conservação de Solos	A
1º Semestre de 1963	
a) Métodos de Melhoramento de Plantas	B
b) Métodos Culturais	A
2º Semestre de 1963	
a) Melhoramento das Principais Culturas	A
b) Métodos Fitopatológicos	B

Tese: "Hereditariedade da cor das vagens e do brilho do tegumento das sementes de Phaseolus vulgaris L."
 Defendida em 7-7-1964
 Banca: Clibas Vieira, Otto Andersen, José Rodolpho Torres, Fábio Ribeiro Gomes e Henry L. Shands
 Diploma: M.S. (Magister Scientiae) Reg. N.º 1093
 Colou grau e recebeu diploma em 13-10-1964

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

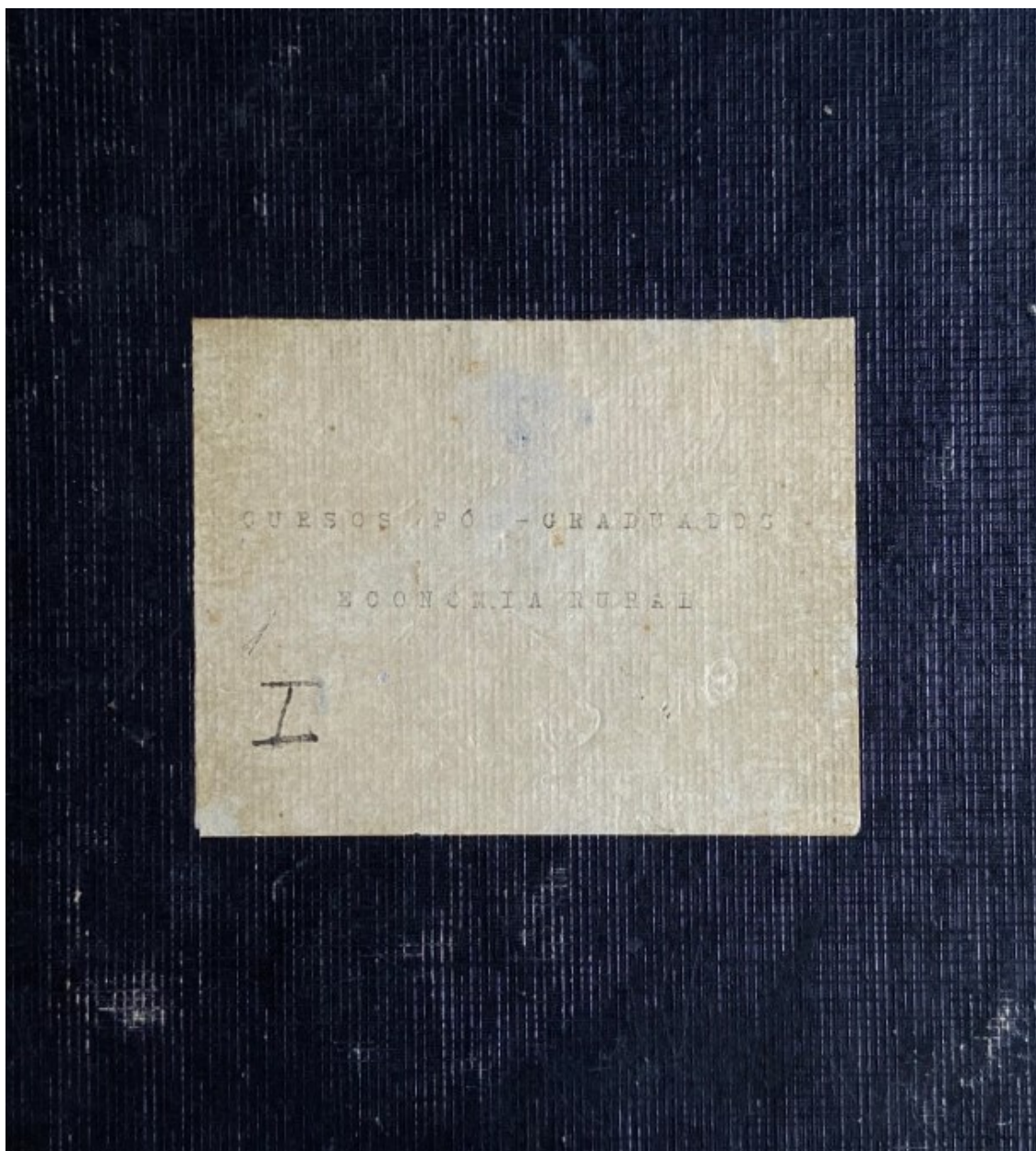
Anexo 2.4. Décima folha do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Olericultura Especial e Fitotecnia.



Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

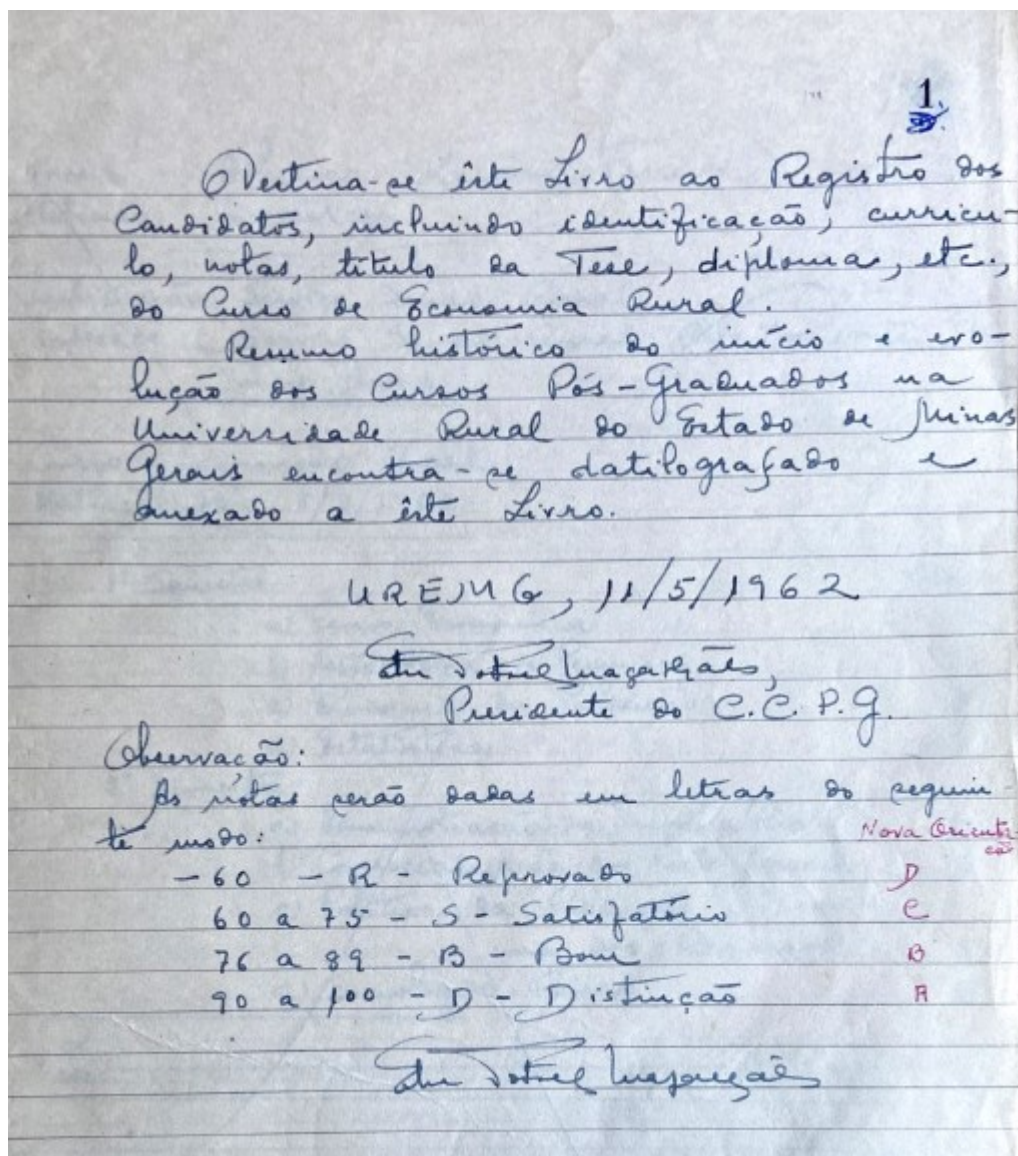
**Anexo 3: Livro de registros dos primeiros estudantes do curso de Economia Rural –
Registros Iniciais**

Anexo 3.1. Capa do livro de registros dos primeiros estudantes do curso de Economia Rural.



Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 3.2. Primeira folha do livro de registros dos primeiros estudantes do curso de Economia Rural.



Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 3.3. Terceira folha do livro de registros dos primeiros estudantes do curso de Economia Rural.

3.

✓ Nome: Ademar Luciano Ferreira Nº. 1

Profissão: Sociólogo

Instituição: Serviço Social Rural

Endereço: Serviço Social Rural, Belo Horizonte, Minas Gerais

Curso: Economia Rural

Matriculado: 8/3/1961.

1º Semestre:	Notas:
a) Teoria Econômica	B
b) Metodologia de Pesquisas	S
c) Economia da Produção	B
d) Estatística	B
2º Semestre:	
a) Administração da Empresa Rural	S
b) Comercialização dos Prod. Agropec.	B
c) Política da Produção e Economia dos Recursos	S
d) Sociologia Rural	B

Ass.: _____ 27/4/69

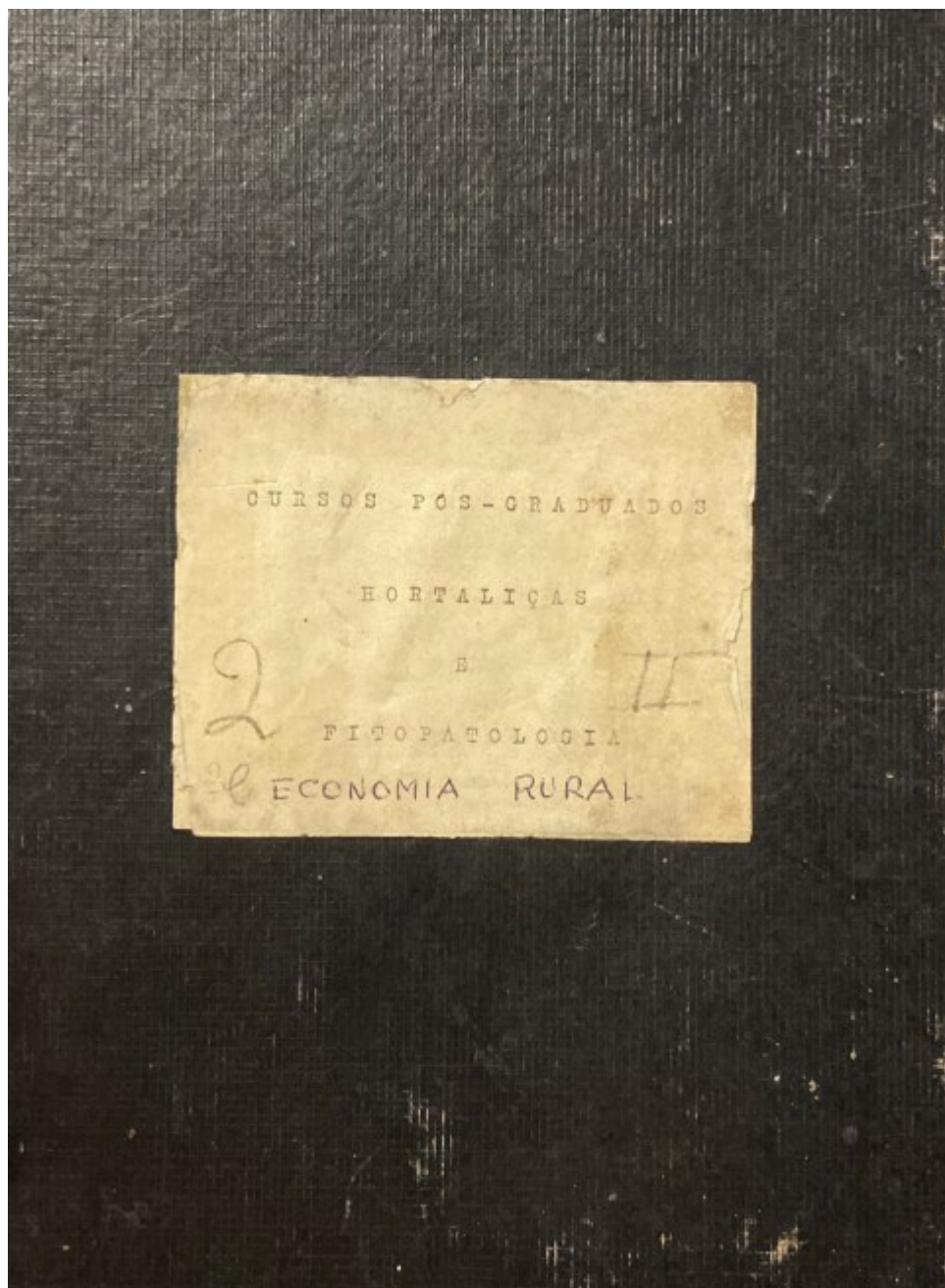
Diploma: _____

Observação: _____

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

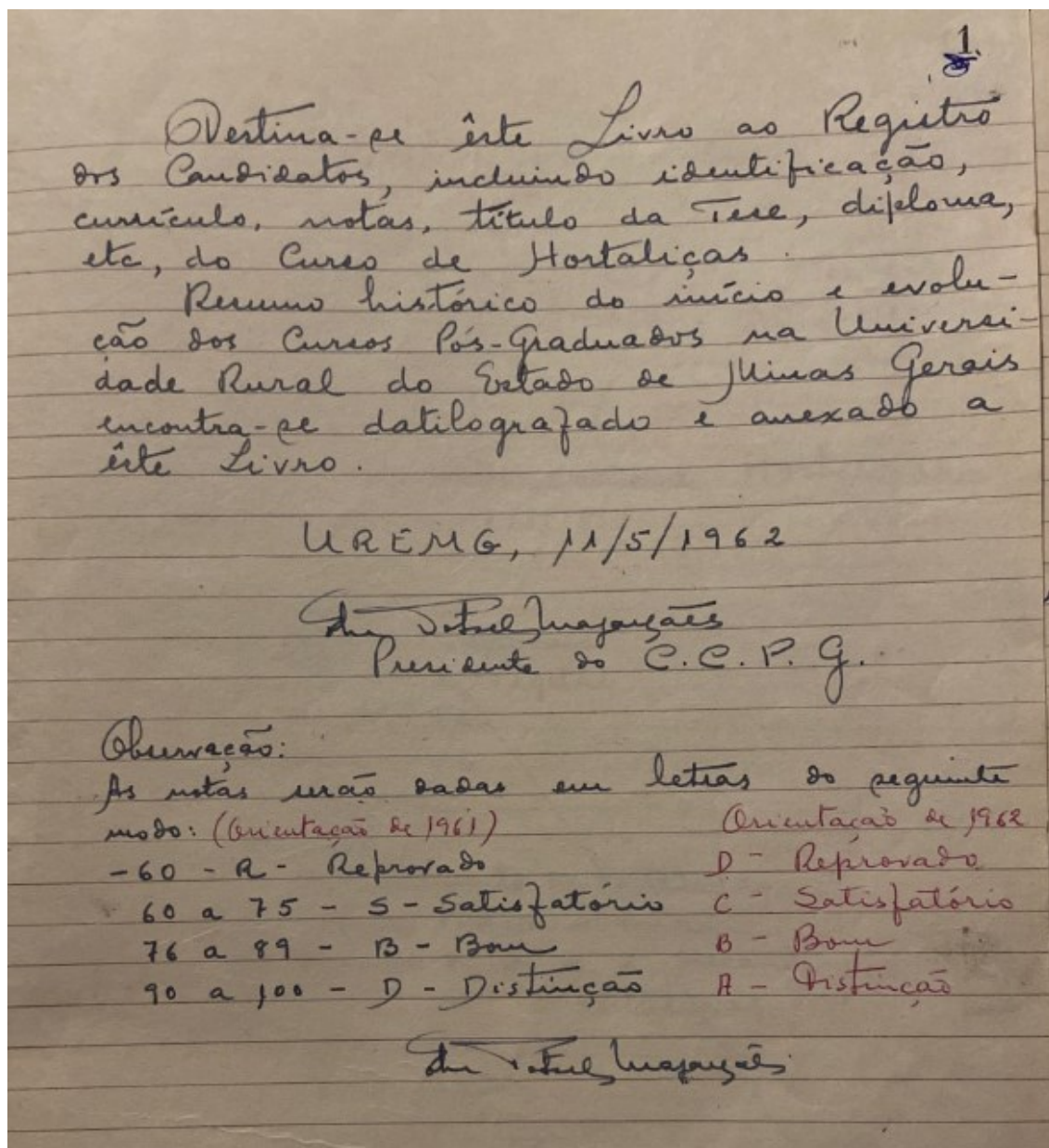
Anexo 4: Livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural – Registros Iniciais

Anexo 4.1. Capa do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural.



Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 4.2. Primeira folha do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural.



Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 4.3. Terceira folha do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural.

3

Nome: Alfredo Amada Branco N^o 12

Profissão: Engenheiro Agrônomo

Instituição: Instituto Agrônomo do Nordeste

Endereço: Rua Cônego Barata, 345 - Recife
Pernambuco

Curso: ~~Economia Rural~~ Hortaliças

Matriculado: 1/3/1961

1 ^o Semestre	Notas
a) Métodos Culturais	B
b) Fisiologia Vegetal	D
c) Estatística	D
Seminário	
Pesquisa	
2 ^o Semestre	
a) Melhoramento de Hortaliças	D
b) Defesa Fitossanitária	D
c) Manejo de Solos e Mecanizações de Hortaliças	D
Seminário	
Pesquisa	

Tese: Ensaio de Adubação de Alfaca (*Lactuca sativa* L.)

Defendida em 25-1-1962

Banca: Flavio B. B. Couto, Homer T. Gri-
ghan, Moacyr Maestre, Fábio Ri-
beiro Gomes e Clebas Vieira

Diploma: Magister Scientiarum (M.S.) Registro N^o 675

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 4.4. Vigésima sétima folha do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural.

27

Nome: Pedro Henrique Monnerat

Profissão: Engenheiro Agrônomo

Instituição: Escola Superior de Agricultura de UREMG.

Endereço: Bom Jardim - Estado do Rio

Curso: Olericultura

Matriculado: 1-3-1963

Semestre	Disciplinas	Notas
1º Semestre de 1963	a) Fisiologia Vegetal	A
	b) Estatística	B
2º Semestre de 1963	a) Métodos Fitopatológicos	A
	b) Estatística	A
1º Semestre de 1964	a) Produção de Sementes de Hortaliças	A
	b) Olericultura Especial I	A
2º Semestre de 1964	a) Olericultura Especial II	A
	b) Química e Fertilidade do Solo	A
1º Semestre de 1966	a) Bioquímica	A

Tese: "Influência do número de aplicações e níveis de molibdênio em couve-flor (*Brassica oleracea* L. var. *botrytes* L.)"

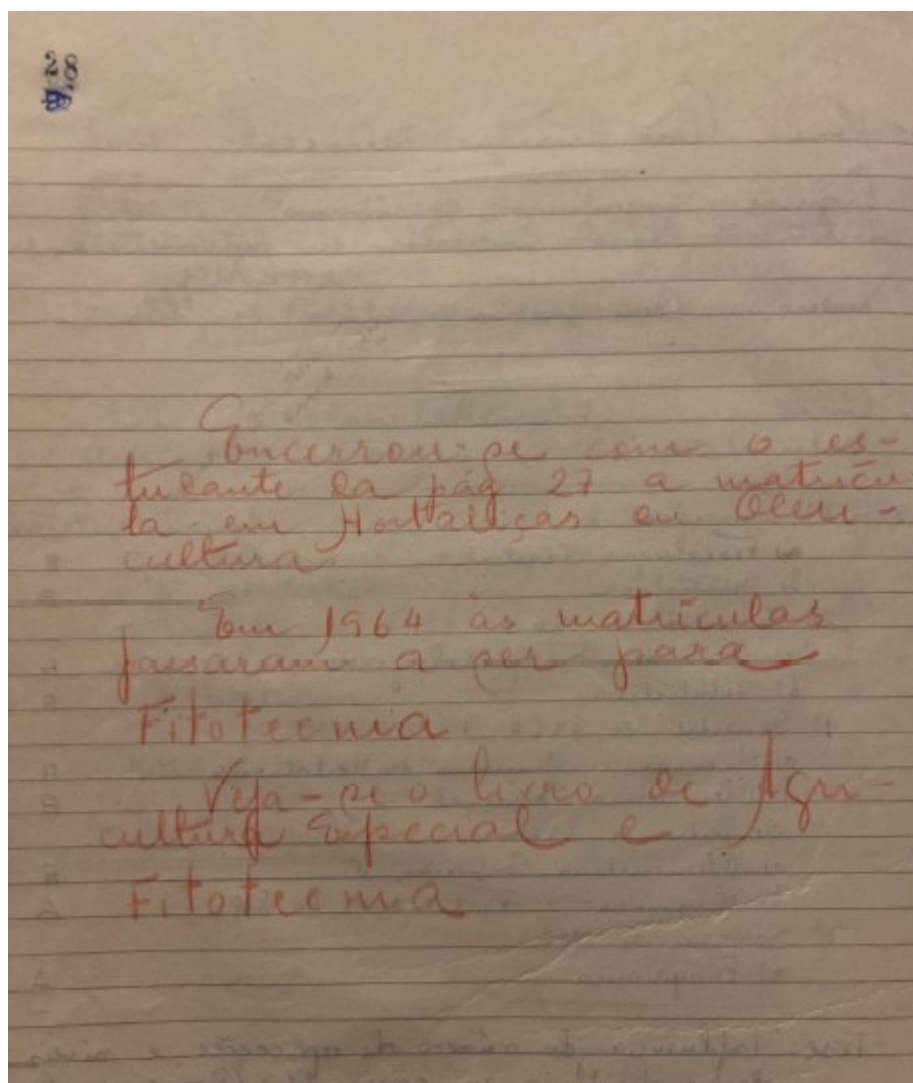
Defendida em 17-1-67.

Banca Examinadora: Flavio A. A. Couto (presidente), Fabio Ribeiro Gomes, José Mario Braga, Clifford D. Spies e Chotaro Shimoya.

Colou grau de M.S. em 15-12-1968.

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

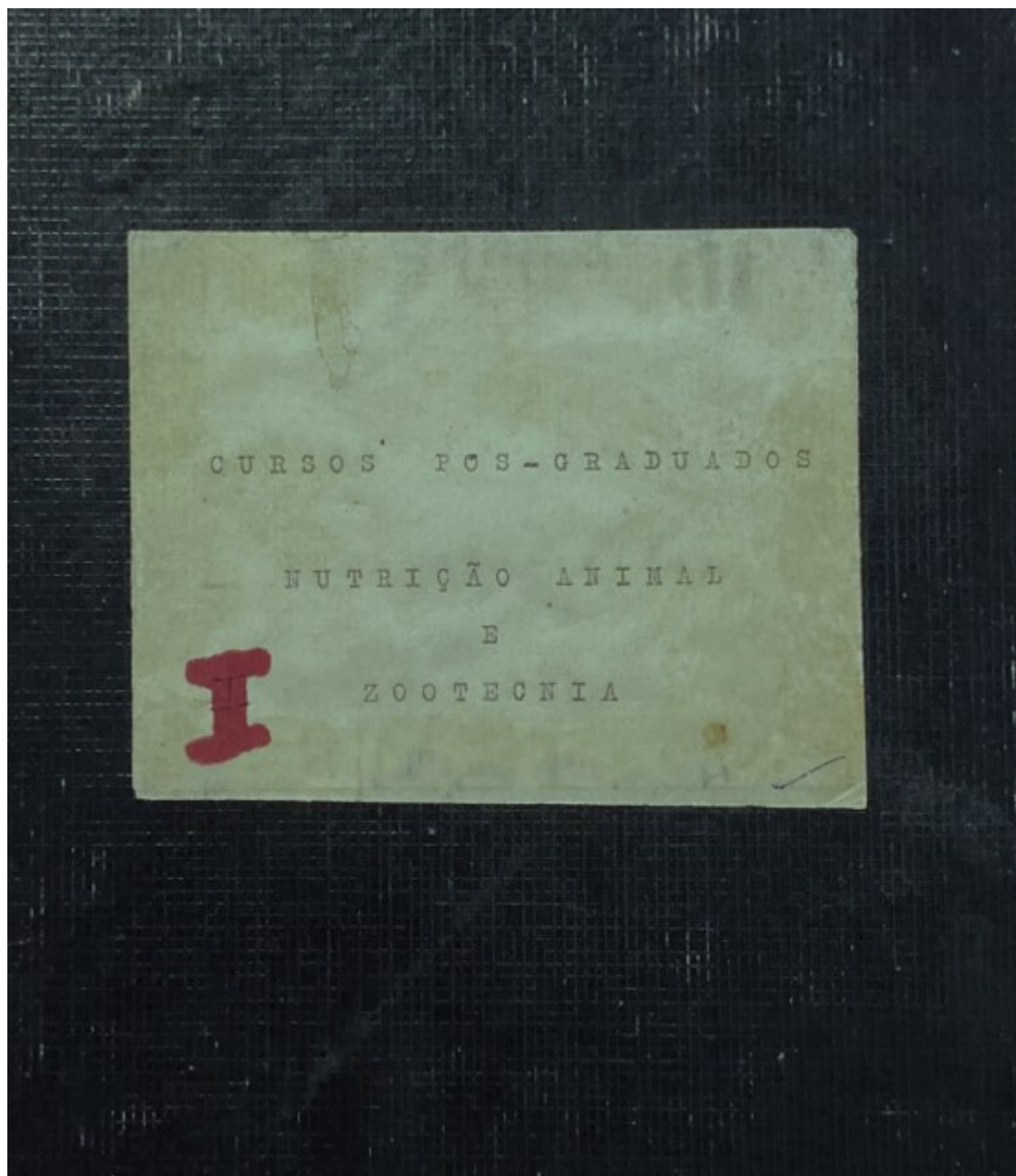
Anexo 4.5. Vigésima oitava folha do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Hortaliças, Fitopatologia e Economia Rural.



Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 5: Livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Nutrição Animal e Zootecnia – Registros Iniciais

Anexo 5.1. Capa do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Nutrição Animal e Zootecnia.



Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 5.2. Primeira folha do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Nutrição Animal e Zootecnia.

1
~~30~~

Destina-se este Livro ao Registro dos Candidatos, incluindo identificações, currículo, notas, título da Tese, diploma, etc, do Curso de Nutrição Animal.

Resumo histórico do início e evolução dos Cursos Pós-Graduados na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais encontra-se datilografado e anexado a este Livro.

URERMG, 11/5/1962

Dr. Titus Magalhães
Presidente do C.C.P.G.

Observação:

As notas serão dadas em letras do seguinte modo:

- 60 - D - Reprovado	D
60 a 75 - C - Satisfatório	C
76 a 89 - B - Bom	B
90 a 100 - A - Distinção.	A

Nova Orientação em 1962

Dr. Titus Magalhães

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 5.3. Terceira folha do livro de registros dos primeiros estudantes dos cursos de Nutrição Animal e Zootecnia.

3
Nº 32

✓ Nome: Dirceu Jorge da Silva

Profissão: Engenheiro Agrônomo
 Instituição: Escola Superior de Agricultura
 Endereço: U.R.E.M.G. - Ricosá - M.G.

Curso: Nutrição Animal
 Matriculado: 1/3/1962

	Notas
1º Semestre de 1962	
a) Bromatologia	B
b) Análise de Alimentos	B
c) Estatística	B
d) Alimentação <u>Alimentação e Conservação de Forragens</u>	
2º Semestre de 1962	
a) Experimentação com Forragens	B
b) Estatística	C
1º Semestre de 1963	
a) Nutrição (1ª parte)	B
2º Semestre de 1963	
a) Nutrição (2ª parte)	B
b) Genética	B
c) Doenças de carência	A

Tese: Oba Digestibilidade "In Vitro" de Algumas Forrageiras Tropicais
 Defendida em: 6-9-1964
 Diploma M.S. (Magister Scientiarum) Registro N.º
 Banca examinadora: Joaquim Matoso, Fábio Ribeiro Jones, José Rodolpho Torres, Joseph H. Pared e Joaquim Campos
 Diploma entregue em 15 de dezembro de 1964
 Registro n.º

Fonte: Livro de registro – Diretoria de Registro Escolar.

Anexo 6: Relação dos cursos iniciados entre as décadas de 60 a 90.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÍVEL	INÍCIO DE ATIVIDADE
Década de 60		
Economia Aplicada	MS	mar/61
Fitotecnia	MS	mar/61
Zootecnia	MS	mar/62
Extensão Rural	MS	mar/68
Fisiologia Vegetal	MS	jul/69
Década de 70		
Engenharia Agrícola	MS	mar/70
Microbiologia Agrícola	MS	mar/70
Economia Aplicada	DS	mar/72
Zootecnia	DS	mar/72
Fitotecnia	DS	mar/73
Ciência e Tec. de Alimentos	MS	ago/74
Ciência Florestal	MS	mar/75
Genética e Melhoramento	MS	ago/76
Fitopatologia	MS	mar/77
Solos e Nutrição de Plantas	MS	mar/77
Fitopatologia	DS	mar/78
Genética e Melhoramento	DS	mar/79
Década de 80		
Meteorologia Aplicada	MS	mar/81
Solos e Nutrição de Plantas	DS	mar/82
Agroquímica	MS	mar/83
Entomologia	MS	mar/85
Fisiologia Vegetal	DS	ago/88
Ciência Florestal	DS	mar/89
Engenharia Agrícola	DS	mar/89
Década de 90		
Engenharia Civil	MS	mar/91
Economia Doméstica	MS	abr/92
Ciência e Tec. de Alimentos	DS	abr/93
Botânica	MS	mar/95
Medicina Veterinária	MS	mar/96
Entomologia	DS	mar/97
Microbiologia Agrícola	DS	mar/97

Fonte: Sistema Acadêmico da UFV.

Anexo 7: Relação dos cursos iniciados entre os anos de 2000 e 2020.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÍVEL	INÍCIO DE ATIVIDADE
de 2000 a 2010		
Bioquímica Aplicada	MS	fev/2000
Bioquímica Aplicada	DS	fev/2000
Ciência da Nutrição	MS	mar/2001
Física	MS	mar/2001
Meteorologia Aplicada	DS	set/2002
Botânica	DS	mar/2003
Engenharia Civil	DS	mar/2003
Ciência da Computação	MS	mar/2004
Biologia Celular e Estrutural	MS	ago/2004
Biologia Celular e Estrutural	DS	ago/2004
Administração	MS	mar/2005
Medicina Veterinária	DS	mar/2005
Biologia Animal	MS	mar/2006
Física	DS	mar/2006
Economia	MS	mai/2006
Zootecnia	MP	ago/2006
Agroquímica	DS	out/2006
Estatística Aplicada e Biometria	MS	out/2006
Educação Física	MS	mar/2007
Matemática	MS	mar/2008
Tecnologia de Celulose de Papel	MP	ago/2008
Educação	MS	mar/2009
Letras	MS	mar/2009
Ciência da Nutrição	DS	mar/2010
Arquitetura e Urbanismo	MS	ago/2010
de 2011 a 2020		
Matemática em Rede Nacional	MP	mar/2011
Agroecologia	MS	ago/2011
Agronomia (Produção Vegetal)	MS	ago/2011
Defesa Sanitária Vegetal	MP	ago/2011
Ecologia	MS	ago/2011
Ecologia	DS	ago/2011
Extensão Rural	DS	mar/2012
Estatística Aplicada e Biometria	DS	mar/2013
Ensino de Física-PROFIS	MP	ago/2013
Manejo e Conservação de Ecossistemas Naturais e Agrários	MS	ago/2013

Fonte: Sistema Acadêmico da UFV.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÍVEL	INÍCIO DE ATIVIDADE
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	MP	mar/2014
Administração Pública em Rede Nacional-PROFIAP	MP	ago/2014
Economia Doméstica	DS	ago/2014
Administração	DS	mar/2016
Engenharia Química	MS	mar/2016
Ciências da Saúde	MP	ago/2016
Educação Física	DS	ago/2016
Multicêntrico em Química de Minas Gerais	MS	ago/2016
Multicêntrico em Química de Minas Gerais	DS	ago/2016
Química em Rede Nacional-PROFQUI	MP	ago/2017
Geografia	MS	mar/2019
Arquitetura e Urbanismo	DS	mar/2019
Biologia Animal	DS	mar/2019
Ciência da Computação	DS	mar/2019
Educação em Ciências e Matemática	MP	mar/2020

Fonte: Sistema Acadêmico da UFV.

Anexo 8: Detalhamento do início das atividades dos Programas de Pós-Graduação da UFV, código CAPES e as portarias de credenciamento

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÍVEL	CÓDIGO DO PROGRAMA	INÍCIO DE ATIVIDADE	PARECER CFE/CNE	DATA DE PUBLICAÇÃO	HOMOLOGAÇÃO PORTARIA MINISTERIAL	PUBLICAÇÃO NO D.O.U.
1. Administração	MS	32002017029M5	03/2005	136/2005	04/05/2005	1919/2005	06/06/2005
Administração	DS	32002017029D6	03/2016	617/2016	05/10/2016	256/2017	16/02/2017
Administração		32002017029P5					
2. Administração Pública em Rede Nacional-PROFIAP ^(1 e 16)	MP	53045009001F6	08/2014	117/2014	03/04/2014	922/2014	27/10/2014
		53045009001P3					
3. Agroecologia	MS	32002017044P4	08/2011	245/2011	05/07/2011	982/2012	30/07/2012
		32002017044M4					
4. Agronomia (Produção Vegetal)	MS	32002017041M5	08/2011	168/2011	01/06/2011	1364/2011	30/09/2011
		32002017041P5					
5. Agroquímica	MS	32002017015M4	08/1983	582/1990	04/07/1990	17/07/1990	22/02/1991
Agroquímica	DS	32002017015D5	10/2006	238/2006	21/09/2006	1998/2006	21/12/2006
		32002017015P4					
6. Arquitetura e Urbanismo	MS	32002017039M0	08/2010	145/2010	04/08/2010	1327/2010	19/11/2010
Arquitetura e Urbanismo	DS	32002017039D1	03/2019	Parecer CNE/CES 773/2019	07/08/2019	478, de 13/05/2020	15/05/2020
		32002017039P0					
7. Biologia Animal	MS	32002017030M3	03/2006	474/2005	15/12/2005	679/2006	16/03/2006
Biologia Animal	DS	32002017030D4	03/2019	Parecer CNE/CES 655/2019	04/07/2019	472, de 11/05/2020	13/05/2020
		32002017030P3					
8. Biologia Celular e Estrutural	MS	32002017028M9	08/2004	314/2004	10/11/2004	4310/2004	23/12/2004
Biologia Celular e Estrutural	DS	32002017028D0	08/2004	314/2004	10/11/2004	4310/2004	23/12/2004
		32002017028P9					
9. Bioquímica Aplicada ⁽²⁾	MS	32002017023M7	02/2000	1364/2001 852/2016	12/12/2001 07/12/2016	180/2002 522/2017	29/01/2002 18/04/2017
Bioquímica Aplicada ⁽²⁾	DS	32002017023D8	02/2000	1364/2001 852/2016	12/12/2001 07/12/2016	180/2002 522/2017	29/01/2002 18/04/2017
		32002017023P7					

Fonte: Plataforma Sucupira e CFE/CNE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÍVEL	CÓDIGO DO PROGRAMA	INÍCIO DE ATIVIDADE	PARECER CFE/CNE	DATA DE PUBLICAÇÃO	HOMOLOGAÇÃO PORTARIA MINISTERIAL	PUBLICAÇÃO NO D.O.U.
10. Botânica ⁽³⁾	MS	32002017021M4	03/1995	87/1997	31/01/1997	490/97	31/03/1997
Botânica	DS	32002017021D5	03/2003	83/2003	09/04/2003	1585/2003	23/06/2003
		32002017021P4					
11. Ciência da Computação	MS	32002017027M2	03/2004	414/2004	10/11/2004	4310/2004	23/12/2004
Ciência da Computação	DS	32002017027D3	03/2019	Parecer CNE/CES 839/2019	04/09/2019	486, de 14/05/2020	18/05/2020
		32002017027P2					
12. Ciência da Nutrição	MS	32002017024M3	03/2001	153/2002	03/04/2002	2530/2002	06/09/2002
Ciência da Nutrição	DS	32002017024D4	03/2010	78/2010	07/04/2010	1045/2010	19/08/2010
		32002017024P3					
13. Ciência e Tec. de Alimentos	MS	32002017013M1	08/1974	1305/1980	03/12/1980	16/01/1981	20/01/1981
Ciência e Tec. de Alimentos ⁽³⁾	DS	32002017013D2	04/1993	87/1997	31/01/1997	490/97	31/03/1997
		32002017013P1					
14. Ciência Florestal ⁽¹⁶⁾	MS	32002017012M5	03/1975	1209/1980	06/11/1980	16/01/1981	20/01/1981
Ciência Florestal ⁽¹⁶⁾	DS	32002017012D6	03/1989	532/1994	08/06/1994	01/09/1994	02/09/1994
		32002017012P5					
15. Ciências da Saúde	MP	32002017050F7	08/2016	617/2016	05/10/2016	256/2017	16/02/2017
		32002017050P4					
16. Defesa Sanitária Vegetal	MP	32002017040F1	08/2011	162/2011 ⁽¹⁷⁾	01/06/2011	1325/2012 1105/2012	04/09/2012 04/09/2012
		32002017040P9					
17. Ecologia	MS	32002017042M1	08/2011	168/2011	01/06/2011	1364/2011	30/09/2011
Ecologia	DS	32002017042D2	08/2011	168/2011	01/06/2011	1364/2011	30/09/2011
		32002017042P1					
18. Economia	MS	32002017031M0	05/2006	474/2005	15/12/2005	679/2006	16/03/2006
		32002017031P0					
19. Economia Aplicada ⁽⁴⁾	MS	32002017009M4	03/1961	39/1980	24/01/1980	31/01/1980	12/03/1980
Economia Aplicada ⁽⁴⁾	DS	32002017009D5	03/1972	39/1980	24/01/1980	31/01/1980	12/03/1980
		32002017009P4					

Fonte: Plataforma Sucupira e CFE/CNE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÍVEL	CÓDIGO DO PROGRAMA	INÍCIO DE ATIVIDADE	PARECER CFE/CNE	DATA DE PUBLICAÇÃO	HOMOLOGAÇÃO PORTARIA MINISTERIAL	PUBLICAÇÃO NO D.O.U.
20. Economia Doméstica ⁽³⁾	MS	32002017019M0	04/1992	87/1997	31/01/1997	490/97	31/03/1997
Economia Doméstica	DS	32002017019D0	08/2014	154/2014	08/05/2014	794/2014	12/09/2014
		32002017019P0					
21. Educação	MS	32002017037M8	03/2009	122/2009	06/05/2009	590/2009	19/06/2009
		32002017037P8					
22. Educação em Ciências e Matemática	MP	32002017052F0	03/2020	Parecer CNE/CES 1012/2019	06/11/2019		
		32002017052P7					
23. Educação Física (UFV/UFJF) ⁽⁵⁾	MS	32002017034M9	03/2007	267/2006	09/11/2006	73/2007	19/01/2007
Educação Física (UFV/UFJF) ⁽⁵⁾	DS	32002017034D0	08/2016	618/2016	05/10/2016	655/2017	23/05/2017
		32002017034P9					
24. Engenharia Agrícola	MS	32002017006M5	03/1970	1658/1979	06/12/1979	31/01/1980	04/02/1980
Engenharia Agrícola	DS	32002017006D6	03/1989	49/1992	29/01/1992	29/01/1992	28/04/1992
		32002017006P5					
25. Engenharia Civil	MS	32002017017M7	03/1991	250/95	07/11/1995	1461/95	11/12/1995
Engenharia Civil	DS	32002017017D8	03/2003	83/2003	09/04/2003	1585/2003	23/06/2003
		32002017017P7					
26. Engenharia Química	MS	32002017049M6	03/2016	617/2016	05/10/2016	256/2017	16/02/2017
		32002017049P6					
27. Ensino de Física-PROFIS ⁽⁶⁾	MP	33283010001F8	08/2013	135/2015	11/03/2015	942/2015	17/09/2015
		33283010001P5					
28. Entomologia	MS	32002017016M0	03/1985	395/1989	05/06/1989	07/07/1989	12/07/1989
Entomologia ⁽⁹⁾	DS	32002017016D1	03/1997	118/1999	29/01/1999	132/1999	03/02/1999
		32002017016P0					
29. Estatística Aplicada e Biometria	MS	32002017033M2	10/2006	238/2006	21/09/2006	1998/2006	21/12/2006
Estatística Aplicada e Biometria	DS	32002017033D3	03/2013	250/2014	5/11/2014	187/2015	09/03/2015
		32002017033P2					
30. Extensão Rural	MS	32002017008M8	03/1968	40/1980	24/01/1980	12/03/1980	12/03/1980
Extensão Rural	DS	32002017008D9	03/2012	245/2011	05/07/2011	982/2012	30/07/2012
		32002017008P8					

Fonte: Plataforma Sucupira e CFE/CNE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÍVEL	CÓDIGO DO PROGRAMA	INÍCIO DE ATIVIDADE	PARECER CFE/CNE	DATA DE PUBLICAÇÃO	HOMOLOGAÇÃO PORTARIA MINISTERIAL	PUBLICAÇÃO NO D.O.U.
31. Física	MS	32002017025M0	03/2001	353/2001	21/02/2001	1741/2001	09/08/2001
Física (7)	DS	32002017025D0	03/2006	165/2006 46/2016 489/2018	08/06/2006 27/01/2016 09/08/2018	2000/2006 919/2016	21/12/2006 19/08/2016
		32002017025P0					
32. Fisiologia Vegetal	MS	32002017005M9	07/1969	1505/1976	06/05/1976	10/08/1976	19/08/1976
Fisiologia Vegetal ⁽⁸⁾	DS	32002017005D0	08/1988	250/95	07/11/1995	1461/1995	11/12/1995
		32002017005P9					
33. Fitopatologia	MS	32002017002M0	03/1977	1230/80	07/11/1980	16/12/1980	18/12/1980
Fitopatologia	DS	32002017002D0	03/1978	1230/80	07/11/1980	16/12/1980	18/12/1980
		32002017002P0					
34. Fitotecnia	MS	32002017001M3	03/1961	09/1976	27/01/1976	06/04/1976	14/04/1976
Fitotecnia	DS	32002017001D4	03/1973	09/1976	27/01/1976	06/04/1976	14/04/1976
		32002017001P3					
35. Genética e Melhoramento	MS	32002017004M2	08/1976	317/1980	07/04/1980	26/05/1980	28/05/1980
Genética e Melhoramento	DS	32002017004D3	03/1979	01/1982	25/01/1982	16/02/1982	18/02/1982
		32002017004P2					
36. Geografia	MS	32002017051M0	03/2019	Parecer CNE/CES 839/2019	04/09/2019	486, de 14/05/2020	18/05/2020
		32002017051P0					
37. Letras	MS	32002017038M4	03/2009	122/2009	06/05/2009	590/2009	19/06/2009
		32002017038P4					
38. Manejo e Conservação de Ecossistemas Naturais e Agrários	MS	32002017047M3	08/2013	250/2014	05/11/2014	187/2015	09/03/2015
		32002017047P3					
39. Matemática (10)	MS	32002017035M5	03/2008	277/2007 162/2011 ⁽¹⁷⁾	06/01/2007 01/06/2011	87/2008 1325/2012 1105/2012	18/01/2008 22/09/2012 04/09/2012
		32002017035P5					
40. Matemática em Rede Nacional ⁽¹¹⁾	MP	31075010001F5	03/2011	162/2011 ⁽¹⁷⁾	01/06/2011	1325/2012 1105/2012	22/09/2012 04/09/2012
		31075010001P2					
41. Medicina Veterinária ⁽⁹⁾	MS	32002017022M0	03/1996	118/1999	29/01/1999	132/1999	03/02/1999
Medicina Veterinária	DS	32002017022D1	03/2005	136/2005	04/05/2005	1919/2005	06/06/2005
		32002017022P0					

Fonte: Plataforma Sucupira e CFE/CNE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÍVEL	CÓDIGO DO PROGRAMA	INÍCIO DE ATIVIDADE	PARECER CFE/CNE	DATA DE PUBLICAÇÃO	HOMOLOGAÇÃO PORTARIA MINISTERIAL	PUBLICAÇÃO NO D.O.U.
42. Meteorologia Aplicada ⁽¹²⁾	MS	32002017014M8	03/1981	207/1983 133/2015	04/05/1983 11/03/2015	25/05/1983-	30/05/1983 22/09/2015
Meteorologia Aplicada ⁽¹²⁾	DS	32002017014D9	09/2002	153/2002 133/2015	03/04/2002 11/03/2015	2530/2002-	06/09/2002 22/09/2015
		32002017014P8					
43. Microbiologia Agrícola	MS	32002017003M6	03/1970	663/1980	13/06/1980	09/09/1980	11/09/1980
Microbiologia Agrícola (9)	DS	32002017003D7	03/1997	118/1999	29/01/1999	132/1999	03/02/1999
		32002017003P6					
44. Multicêntrico em Química de Minas Gerais ⁽¹³⁾	MS	32005016039M0	08/2016	154/2014 852/2016	08/05/2014 07/12/2016	794/2014 522/2017	12/09/2014 18/04/2017
Multicêntrico em Química de Minas Gerais ⁽¹³⁾	DS	32005016039D0	08/2016	154/2014 852/2016	08/05/2014 07/12/2016	794/2014 522/2017	12/09/2014 18/04/2017
		32005016039P0					
45. Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	MP	32002017048F2	03/2014	424/2015	08/10/2015	327/2017	10/03/2017
		32002017048P0					
46. Química em Rede Nacional-PROFQUI ⁽¹⁴⁾	MP	31001017169F5	08/2017	46/2016	27/01/2016	919/2016	19/08/2016
		31001017169P2					
47. Solos e Nutrição de Plantas	MS	32002017007M1	03/1977	7187/1978	09/11/1978	16/01/1979	19/01/1979
Solos e Nutrição de Plantas	DS	32002017007D2	03/1982	283/1986	08/05/1986	17/06/1986	18/06/1986
		32002017007P1					
48. Tecnologia de Celulose de Papel	MP	32002017036F4	08/2008	277/2007	06/12/2007	87/2008	18/01/2008
		32002017036P1					
49. Zootecnia	MS	32002017011M9	03/1962	4016/1975	09/10/1975	12/12/1975	17/12/1975
Zootecnia	DS	32002017011D0	03/1972	7186/1978	09/11/1978	16/01/1979	19/01/1979
		32002017011P9					
50. Zootecnia ⁽¹⁵⁾	MP	32002017032F9	08/2006	165/2006	08/06/2006	2000/2006	21/12/2006
		32002017032P6					

Fonte: Plataforma Sucupira e CFE/CNE.

Observações:

A partir da avaliação do Biênio 1996/1997, os conceitos passaram a ser emitidos para os programas de pós-graduação e não mais para cursos separadamente (Mestrado e Doutorados) e em forma de notas que variam de “1” a “7”, em escala crescente de consolidação e qualidade de excelência, segundo os indicadores adotados pela CAPES, sendo que os programas avaliados com as notas de “3” a “7”, são os programas de pós-graduação reconhecidos para emitir

diplomas, sendo que os de notas “6” e “7” (que oferecem mestrado e doutorado) são considerados de padrão de excelência internacional, e os cursos avaliados com as notas “1” e “2” são os que não preenchem os pré-requisitos mínimos para o desenvolvimento de atividades de pós-graduação. A nota máxima para programas de pós-graduação que oferecem apenas o mestrado é “5”.

CN = Conceito que indica os cursos novos e **CR**, que indica **os cursos** em reestruturação, sendo utilizado a partir da avaliação relativa ao Biênio 1992/93.

Credenciamento de Programas, conforme Portarias Ministeriais nºs 2.264/97, de 19/12/1997 e 1.418/98, de 23/12/98, publicadas no Diário oficial da União, respectivamente, em 23/12/1997 e 24/12/98.

(1) O Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional-PROFIAP teve a sua proposta submetida à CAPES pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior-Andifes.

(2) Curso novo recomendado juntamente com o resultado da Avaliação Trienal 1998/2000. A partir de 2015, teve alterado o nome do curso passando de “Bioquímica Agrícola” para “Bioquímica Aplicada”. Esta mudança foi aprovada pelo Parecer CNE/CES 852/2016 e homologada pela Portaria MEC 522/2017, publicada no D.O.U., em 18/04/2017.

(3) Os Cursos Mestrado em Botânica, Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos e Mestrado em Economia Doméstica, em seu início de funcionamento, por serem cursos novos, foram avaliados como “CN” – Curso Novo, ou seja, encontravam-se em fase implantação.

(4) A partir de 2002, este curso teve o seu nome alterado de “Economia Rural” para “Economia Aplicada”.

(5) OS Cursos de Mestrado e Doutorado em Educação Física, são oferecidos em associação plena entre a UFV/UFJF. As propostas dos cursos foram apresentadas à CAPES pela UFV.

(6) O Mestrado Profissional em Ensino de Física-MNPEF teve a sua proposta submetida à CAPES pela Sociedade Brasileira de Física-SBF.

(7) O Doutorado em Física, oferecido em associação plena entre a UFJF/UFV. A proposta do curso foi apresentada à CAPES pela UFJF. Inicialmente, foi homologado por Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 11/10/2006, sendo posteriormente publicada a Portaria Ministerial nº 2000/2006, publicada no DOU, em 21/12/2006 (Código do programa de pós-

graduação na UFJF - 2005016023P6). No I/2015, aconteceu o término da associação plena para o oferecimento do Doutorado em Física-UFJF/UFV, conforme consta no Parecer 46/2016 do CNE/CES, de 27/01/2016, e homologado pela Portaria MEC nº 919/2016, publicado no D.O.U., em 19/08/2016. Parecer CNE/CES nº 489/2018, de 09/08/2018, que recomenda a desativação do Programa de Pós-Graduação em Física, código 32005016023P6, nível de Doutorado, em associação com a UFJF, de acordo com a solicitação feita pela instituição por meio da Plataforma Sucupira e demais documentos anexos ao processo SEI nº 23038.007006/2017-32. Aguardando ainda a homologação pelo Ministério da Educação.

⁽⁸⁾ O Doutorado em Fisiologia Vegetal, em seu início de funcionamento, por ser à época curso novo e de acordo com o CESU 565/1994, aprovado em 09/06/1994, teve recomendado que o seu primeiro reconhecimento ocorresse em outro processo de avaliação. Portanto, a sua primeira avaliação e consequente recomendação ocorreu juntamente com a publicação dos resultados da avaliação do biênio 1992/93, constante no Parecer CNE/CES nº 250/1995, de 07/11/1995, relativo ao Biênio 1992/93.

⁽⁹⁾ O Doutorado em Entomologia, Doutorado em Microbiologia Agrícola e o Mestrado em Medicina Veterinária tiveram seus atos de reconhecimentos juntamente com o resultado da avaliação final de cursos, conforme constante no Parecer CNE/CES nº 118/1999, de 21/01/1999, relativo ao Biênio 1996/97).

⁽¹⁰⁾ Término da associação temporária, em 2010, entre a UFV/UFMG, de oferecimento do Mestrado em Matemática (reunião 121, do Conselho Técnico-Científico da CAPES, ocorrida entre 29/09 e 1º/10/2010, conforme Parecer CNE/CES nº 162/2011, de 01/06/2011, homologada pela Portaria MEC nº 1325, publicada no D.O.U. de 22/9/2011, que foi retificada pela Portaria nº 1105/2012, publicada no D.O.U. de 4/9/2012. Este Programa passou por reestruturação no APCN 2010, finalizando a associação temporária do Programa de Matemática com a UFMG. A partir da reestruturação foi gerado o código 32002017043P8, o qual foi desativado por opção de manutenção do código antigo - 32002017035P5.

⁽¹¹⁾ O Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional teve a sua proposta submetida à CAPES pela Sociedade Brasileira de Matemática-SBM.

⁽¹²⁾ A partir de 2015, teve alterado o nome do curso passando de “Meteorologia Agrícola” para “Meteorologia Aplicada”. Esta mudança foi aprovada pelo Parecer CNE/CES 133/2015 e homologada por Despacho Ministerial, publicado no D.O.U., em 22/09/2015.

(13) O Mestrado e o Doutorado Multicêntrico em Química de Minas Gerais tiveram a sua proposta submetida à CAPES pela Rede Mineira de Química. A adesão da Universidade Federal de Viçosa neste programa de pós-graduação foi aprovada pelo Parecer CNE/CES 852/2016 e homologada pela Portaria MEC 522/2017, publicada no D.O.U., em 18/04/2017.

(14) O Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional teve a sua proposta submetida à CAPES pela Sociedade Brasileira de Química e sob a Coordenação do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

(15) O Mestrado Profissional em Zootecnia inicialmente, foi homologado por Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 11/10/2006, sendo posteriormente publicada a Portaria Ministerial nº 2000/2006, publicada no D.O.U, em 21/12/2006.

(16) Resultado parcial da avaliação e com pedidos de reconsideração do resultado da avaliação referente ao quadriênio 2013/2016 e aguardando a decisão final da CAPES.

(17) Parecer CNE/CES nº 162/2011, de 01/06/2011, homologada pela Portaria MEC nº 1325, publicada no D.O.U. de 22/9/2011, que foi retificada pela Portaria nº 1105/2012, publicada no D.O.U. de 4/9/2012, que regularizou a situação de reconhecimento dos seguintes programas de pós-graduação: Defesa Sanitária Vegetal, Matemática e Matemática em Rede Nacional.

(18) Parecer CNE/CES nº 487/2018, de 09/08/2018, que reconhece os programas de pós-graduação *Stricto sensu* (acadêmicos e profissionais) avaliados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES, referente à Avaliação Quadrienal 2017 (Período 2013-2017), aguardando ainda a homologação pelo Ministério da Educação. Conforme informação constante nesta portaria, os Programas de Pós-Graduação-Graduação que entraram com recurso da decisão do CTC-ES à Presidência da CAPES não constam da mesma, estando aguardando deliberação final do Conselho Superior da CAPES. No caso da Universidade Federal de Viçosa são os Programas de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional e Ciência Florestal).

Anexo 9: Portarias de credenciamentos e reconhecimentos dos Programas de Pós-Graduação da UFV

Programa de Pós-Graduação em Administração

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 136/2005	Publicado no D.O.U. em 04/05/2005
Portaria Ministerial nº 1.919/2005	Publicada no D.O.U. em 06/06/2005

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 617/2016	Publicado no D.O.U. em 05/10/2016
Portaria Ministerial nº 256/2017	Publicada no D.O.U. em 16/02/2017

Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 117/2014	Publicado no D.O.U. em 03/04/2014
Portaria Ministerial nº 922/2014	Publicada no D.O.U. em 27/10/2014

Programa de Pós-Graduação em Agroecologia

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 245/2011	Publicado no D.O.U. em 05/07/2011
Portaria Ministerial nº 982/2012	Publicada no D.O.U. em 30/07/2012

Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Produção Vegetal)

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 168/2011	Publicado no D.O.U. em 01/06/2011
Portaria Ministerial nº 1.364/2011	Publicada no D.O.U. em 30/09/2011

Programa de Pós-Graduação em Agroquímica

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 582/1990	Publicado no D.O.U. em 04/07/1990
Parecer Ministerial de 17/07/1990	Publicado no D.O.U. em 22/02/1991

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 238/2006	Publicado no D.O.U. em 21/09/2006
Portaria Ministerial nº 1.998/2006	Publicada no D.O.U. em 21/12/2006

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 145/2010	Publicado no D.O.U. em 04/08/2010
Portaria Ministerial nº 1.327/2010	Publicada no D.O.U. em 19/11/2010

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 773/2019	Publicado no D.O.U. em 07/08/2019
Portaria Ministerial nº 478/2020	Publicada no D.O.U. em 15/05/2020

Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 474/2005	Publicado no D.O.U. em 15/12/2005
Portaria Ministerial nº 679/2006	Publicada no D.O.U. em 16/03/2006

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 655/2019	Publicado no D.O.U. em 04/07/2019
Portaria Ministerial nº 472/2020	Publicada no D.O.U. em 13/05/2020

Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Estrutural

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 314/2004	Publicado no D.O.U. em 10/11/2004
Portaria Ministerial nº 4.310/2004	Publicada no D.O.U. em 23/12/2004

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 314/2004	Publicado no D.O.U. em 10/11/2004
Portaria Ministerial nº 4.310/2004	Publicada no D.O.U. em 23/12/2004

Programa de Pós-Graduação em Bioquímica Aplicada

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 1.364/2001	Publicado no D.O.U. em 12/12/2001
Portaria Ministerial nº 180/2002	Publicada no D.O.U. em 29/01/2002
Parecer CNE/CES nº 852/2016	Publicado no D.O.U. em 07/12/2016
Portaria Ministerial nº 522/2017	Publicada no D.O.U. em 18/04/2017

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 1.364/2001	Publicado no D.O.U. em 12/12/2001
Portaria Ministerial nº 180/2002	Publicada no D.O.U. em 29/01/2002
Parecer CNE/CES nº 852/2016	Publicado no D.O.U. em 07/12/2016
Portaria Ministerial nº 522/2017	Publicada no D.O.U. em 18/04/2017

Programa de Pós-Graduação em BotânicaMestrado

Parecer CNE/CES nº 87/1997	Publicado no D.O.U. em 31/01/1997
Portaria Ministerial nº 490/97	Publicada no D.O.U. em 31/03/1997

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 83/2003	Publicado no D.O.U. em 09/04/2003
Portaria Ministerial nº 1.585/2003	Publicada no D.O.U. em 23/06/2003

Programa de Pós-Graduação em Ciência da ComputaçãoMestrado

Parecer CNE/CES nº 314/2004	Publicado no D.O.U. em 10/11/2004
Portaria Ministerial nº 4.310/2004	Publicada no D.O.U. em 23/12/2004

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 839/2019	Publicado no D.O.U. em 04/09/2019
Portaria Ministerial nº 486/2020	Publicada no D.O.U. em 18/05/2020

Programa de Pós-Graduação em Ciência da NutriçãoMestrado

Parecer CNE/CES nº 153/2002	Publicado no D.O.U. em 03/04/2002
Portaria Ministerial nº 2.530/2002	Publicada no D.O.U. em 06/09/2002

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 78/2010	Publicado no D.O.U. em 07/04/2010
Portaria Ministerial nº 1.045/2010	Publicada no D.O.U. em 19/08/2010

Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de AlimentosMestrado

Parecer CNE/CES nº 1.305/1980	Publicado no D.O.U. em 03/12/1980
Parecer Ministerial de 16/01/1981	Publicado no D.O.U. em 20/01/1981

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 87/1997	Publicado no D.O.U. em 31/01/1997
Portaria Ministerial nº 490/97	Publicada no D.O.U. em 31/03/1997

Programa de Pós-Graduação em Ciência FlorestalMestrado

Parecer CNE/CES nº 1.209/1980	Publicado no D.O.U. em 06/11/1980
Parecer Ministerial de 16/01/1981	Publicado no D.O.U. em 20/01/1981

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 532/1994	Publicado no D.O.U. em 08/06/1994
Parecer Ministerial de 01/09/1994	Publicado no D.O.U. em 02/09/1994

Programa de Pós-Graduação em Ciências da SaúdeMestrado

Parecer CNE/CES nº 617/2016	Publicado no D.O.U. em 05/10/2016
Portaria Ministerial nº 256/2017	Publicada no D.O.U. em 16/02/2017

Programa de Pós-Graduação em Defesa Sanitária VegetalMestrado

Parecer CNE/CES nº 162/2011	Publicado no D.O.U. em 01/06/2011
Portaria Ministerial nº 1.325/2011	Publicada no D.O.U. em 22/09/2011
Portaria Ministerial nº 1.105/2012	Publicada no D.O.U. em 04/09/2012

Programa de Pós-Graduação em EcologiaMestrado

Parecer CNE/CES nº 168/2011	Publicado no D.O.U. em 01/06/2011
Portaria Ministerial nº 1.364/2011	Publicada no D.O.U. em 30/09/2011

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 168/2011	Publicado no D.O.U. em 01/06/2011
Portaria Ministerial nº 1.364/2011	Publicada no D.O.U. em 30/09/2011

Programa de Pós-Graduação em EconomiaMestrado

Parecer CNE/CES nº 474/2005	Publicado no D.O.U. em 15/12/2005
Portaria Ministerial nº 679/2006	Publicada no D.O.U. em 16/03/2006

Programa de Pós-Graduação em Economia AplicadaMestrado

Parecer CNE/CES nº 39/1980	Publicado no D.O.U. em 24/01/1980
Parecer Ministerial de 31/01/1980	Publicado no D.O.U. em 12/03/1980

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 39/1980	Publicado no D.O.U. em 24/01/1980
Parecer Ministerial de 31/01/1980	Publicado no D.O.U. em 12/03/1980

Programa de Pós-Graduação em Economia DomésticaMestrado

Parecer CNE/CES nº 87/1997	Publicado no D.O.U. em 31/01/1997
Portaria Ministerial nº 490/97	Publicada no D.O.U. em 31/03/1997

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 154/2014	Publicado no D.O.U. em 08/05/2014
Portaria Ministerial nº 794/2014	Publicada no D.O.U. em 12/09/2014

Programa de Pós-Graduação em EducaçãoMestrado

Parecer CNE/CES nº 122/2009	Publicado no D.O.U. em 06/05/2009
Portaria Ministerial nº 590/2009	Publicada no D.O.U. em 19/06/2009

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e MatemáticaMestrado

Parecer CNE/CES nº 1.012/2019	Publicado no D.O.U. em 06/11/2019
-------------------------------	-----------------------------------

Portaria Ministerial nº 996/2020

Publicada no D.O.U. em 24/11/2020

Programa de Pós-Graduação em Educação Física

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 267/2006

Publicado no D.O.U. em 09/11/2006

Portaria Ministerial nº 73/2007

Publicada no D.O.U. em 19/01/2007

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 618/2016

Publicado no D.O.U. em 05/10/2016

Portaria Ministerial nº 655/2017

Publicada no D.O.U. em 23/05/2017

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 1.658/1976

Publicado no D.O.U. em 06/12/1979

Parecer Ministerial de 31/01/1980

Publicado no D.O.U. em 04/02/1980

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 49/1992

Publicado no D.O.U. em 06/12/1979

Parecer Ministerial de 29/01/1992

Publicado no D.O.U. em 28/04/1992

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 250/95

Publicado no D.O.U. em 07/11/1995

Portaria Ministerial nº 1.461/95

Publicada no D.O.U. em 11/12/1995

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 83/2003

Publicado no D.O.U. em 09/04/2003

Portaria Ministerial nº 1.585/2003

Publicada no D.O.U. em 23/06/2003

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 617/2016

Publicado no D.O.U. em 05/10/2016

Portaria Ministerial nº 256/2017

Publicada no D.O.U. em 16/02/2017

Programa de Pós-Graduação em Ensino de FísicaMestrado

Parecer CNE/CES nº 135/2015	Publicado no D.O.U. em 11/03/2015
Portaria Ministerial nº 942/2015	Publicada no D.O.U. em 17/09/2015

Programa de Pós-Graduação em EntomologiaMestrado

Parecer CNE/CES nº 395/1989	Publicado no D.O.U. em 05/06/1989
Parecer Ministerial de 07/07/1989	Publicado no D.O.U. em 12/07/1989

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 118/1999	Publicado no D.O.U. em 29/01/1999
Portaria Ministerial nº 132/1999	Publicada no D.O.U. em 03/02/1999

Programa de Pós-Graduação em Estatística Aplicada e BiometriaMestrado

Parecer CNE/CES nº 238/2006	Publicado no D.O.U. em 21/09/2006
Portaria Ministerial nº 1.998/2006	Publicada no D.O.U. em 21/12/2006

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 250/2014	Publicado no D.O.U. em 05/11/2014
Portaria Ministerial nº 187/2015	Publicada no D.O.U. em 09/03/2015

Programa de Pós-Graduação em Extensão RuralMestrado

Parecer CNE/CES nº 40/1980	Publicado no D.O.U. em 24/01/1980
Parecer Ministerial de 12/03/1980	Publicado no D.O.U. em 12/03/1980

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 245/2011	Publicado no D.O.U. em 05/07/2011
Portaria Ministerial nº 982/2012	Publicada no D.O.U. em 30/07/2012

Programa de Pós-Graduação em FísicaMestrado

Parecer CNE/CES nº 353/2001	Publicado no D.O.U. em 21/02/2001
Portaria Ministerial nº 1.741/2001	Publicada no D.O.U. em 09/08/2001

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 165/2006	Publicado no D.O.U. em 08/06/2006
Portaria Ministerial nº 2.000/2006	Publicada no D.O.U. em 21/12/2006
Parecer CNE/CES nº 46/2016	Publicado no D.O.U. em 27/01/2016
Portaria Ministerial nº 919/2016	Publicado no D.O.U. em 19/08/2016
Parecer CNE/CES nº 489/2018	Publicada no D.O.U. em 09/08/2018

Programa de Pós-Graduação em Fisiologia VegetalMestrado

Parecer CNE/CES nº 1.505/1976	Publicado no D.O.U. em 06/05/1976
Parecer Ministerial de 10/08/1976	Publicado no D.O.U. em 19/08/1976

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 250/1995	Publicado no D.O.U. em 07/11/1995
Portaria Ministerial nº 1.461/1995	Publicada no D.O.U. em 11/12/1995

Programa de Pós-Graduação em FitopatologiaMestrado

Parecer CNE/CES nº 1.230/1980	Publicado no D.O.U. em 07/11/1980
Parecer Ministerial de 16/12/1980	Publicada no D.O.U. em 18/12/1980

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 1.230/1980	Publicado no D.O.U. em 07/11/1980
Parecer Ministerial de 16/12/1980	Publicada no D.O.U. em 18/12/1980

Programa de Pós-Graduação em FitotecniaMestrado

Parecer CNE/CES nº 09/1976	Publicado no D.O.U. em 27/01/1976
Parecer Ministerial de 06/04/1976	Publicada no D.O.U. em 14/04/1976

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 09/1976	Publicado no D.O.U. em 27/01/1976
Parecer Ministerial de 06/04/1976	Publicada no D.O.U. em 14/04/1976

Programa de Pós-Graduação em Genética e MelhoramentoMestrado

Parecer CNE/CES nº 317/1980	Publicado no D.O.U. em 07/04/1980
Parecer Ministerial de 26/05/1980	Publicada no D.O.U. em 28/05/1980

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 0/1982	Publicado no D.O.U. em 25/01/1982
Parecer Ministerial de 16/02/1982	Publicada no D.O.U. em 18/02/1982

Programa de Pós-Graduação em GeografiaMestrado

Parecer CNE/CES nº 839/2019	Publicado no D.O.U. em 04/09/2019
Portaria Ministerial nº 486/2020	Publicada no D.O.U. em 18/05/2020

Programa de Pós-Graduação em LetrasMestrado

Parecer CNE/CES nº 122/2009	Publicado no D.O.U. em 06/05/2009
Portaria Ministerial nº 590/2009	Publicada no D.O.U. em 19/06/2009

Programa de Pós-Graduação em Manejo e Conservação de Ecossistemas Naturais e AgráriosMestrado

Parecer CNE/CES nº 250/2014	Publicado no D.O.U. em 05/11/2014
Portaria Ministerial nº 187/2015	Publicada no D.O.U. em 09/03/2015

Programa de Pós-Graduação em MatemáticaMestrado

Parecer CNE/CES nº 277/2007	Publicado no D.O.U. em 06/01/2007
Portaria Ministerial nº 87/2008	Publicada no D.O.U. em 18/01/2008
Parecer CNE/CES nº 162/2011	Publicado no D.O.U. em 01/06/2011
Portaria Ministerial nº 1.325/2011	Publicada no D.O.U. em 22/09/2011
Portaria Ministerial nº 1.105/2012	Publicada no D.O.U. em 04/09/2012

Programa de Pós-Graduação em Matemática em Rede Nacional

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 162/2011	Publicado no D.O.U. em 01/06/2011
Portaria Ministerial nº 1.325/2012	Publicada no D.O.U. em 22/09/2012
Portaria Ministerial nº 1.105/2012	Publicada no D.O.U. em 04/09/2012

Programa de Pós-Graduação em Medicina Veterinária

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 118/1999	Publicado no D.O.U. em 29/01/1999
Portaria Ministerial nº 132/1999	Publicada no D.O.U. em 03/02/1999

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 136/2005	Publicado no D.O.U. em 04/05/2005
Portaria Ministerial nº 1.919/2005	Publicada no D.O.U. em 06/06/2005

Programa de Pós-Graduação em Meteorologia Aplicada

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 207/1983	Publicado no D.O.U. em 14/05/1983
Parecer Ministerial de 25/05/1983	Publicado no D.O.U. em 30/05/1983
Parecer CNE/CES nº 133/2015	Publicado no D.O.U. em 11/03/2015
Portaria Ministerial	Publicada no D.O.U. em 22/09/2015

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 153/2002	Publicado no D.O.U. em 03/04/2002
Portaria Ministerial nº 2.530/2002	Publicado no D.O.U. em 06/09/2002
Parecer CNE/CES nº 133/2015	Publicado no D.O.U. em 11/03/2015
Portaria Ministerial	Publicada no D.O.U. em 22/09/2015

Programa de Pós-Graduação em Microbiologia Agrícola

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 663/1980	Publicado no D.O.U. em 13/06/1980
Parecer Ministerial de 09/09/1980	Publicado no D.O.U. em 11/09/1980

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 118/1999	Publicado no D.O.U. em 29/01/1999
Portaria Ministerial nº 132/1999	Publicada no D.O.U. em 03/02/1999

Programa de Pós-Graduação em Multicêntrico em Química de Minas Gerais

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 154/2014	Publicado no D.O.U. em 08/05/2014
Portaria Ministerial nº 794/2014	Publicado no D.O.U. em 12/09/2014
Parecer CNE/CES nº 852/2016	Publicado no D.O.U. em 07/12/2016
Portaria Ministerial nº 522/2017	Publicada no D.O.U. em 18/04/2017

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 154/2014	Publicado no D.O.U. em 08/05/2014
Portaria Ministerial nº 794/2014	Publicado no D.O.U. em 12/09/2014
Parecer CNE/CES nº 852/2016	Publicado no D.O.U. em 07/12/2016
Portaria Ministerial nº 522/2017	Publicada no D.O.U. em 18/04/2017

Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 424/2015	Publicado no D.O.U. em 08/10/2015
Portaria Ministerial nº 327/2017	Publicada no D.O.U. em 10/03/2017

Programa de Pós-Graduação em Química em Rede Nacional

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 46/2016	Publicado no D.O.U. em 27/01/2016
Portaria Ministerial nº 919/2016	Publicada no D.O.U. em 19/08/2016

Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas

Mestrado

Parecer CNE/CES nº 7.187/1978	Publicado no D.O.U. em 09/11/1978
Parecer Ministerial de 16/01/1979	Publicado no D.O.U. em 19/01/1979

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 283/1986	Publicado no D.O.U. em 08/05/1986
Parecer Ministerial de 17/06/1986	Publicado no D.O.U. em 18/06/1986

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia de Celulose de PapelMestrado

Parecer CNE/CES nº 277/2007	Publicado no D.O.U. em 06/12/2007
Portaria Ministerial nº 87/2008	Publicada no D.O.U. em 18/01/2008

Programa de Pós-Graduação em ZootecniaMestrado

Parecer CNE/CES nº 4.016/1975	Publicado no D.O.U. em 09/10/1975
Parecer Ministerial de 12/12/1975	Publicada no D.O.U. em 17/12/1975

Doutorado

Parecer CNE/CES nº 7.186/1978	Publicado no D.O.U. em 09/11/1978
Parecer Ministerial de 16/01/1979	Publicado no D.O.U. em 19/01/1979

Programa de Pós-Graduação em Zootecnia – Mestrado ProfissionalMestrado

Parecer CNE/CES nº 165/2006	Publicado no D.O.U. em 08/06/2006
Portaria Ministerial nº 2.000/2006	Publicada no D.O.U. em 21/12/2006

Avaliação referente ao triênio 2004/2006

Parecer CNE/CES nº 33/2008 Homologação publicada no D.O.U.
em 30/04/2008

Portaria Ministerial nº 524/2008 Publicada no D.O.U. em 30/04/2008

Avaliação referente ao triênio 2007/2009

Parecer CNE/CES nº 102/2011 Homologação publicada no D.O.U.
em 03/09/2012

Portaria Ministerial nº 1.077/2021 Publicada no D.O.U. em 03/09/2012

Portaria Ministerial nº 1.077/2021 Republicada no D.O.U. em
13/09/2012

Avaliação referente ao triênio 2010/2012

Parecer CNE/CES nº 288/2015 Publicada no D.O.U. em 11/12/2015

Portaria Ministerial nº 656/2017 Publicada no D.O.U. em 23/05/2017
Republicada no D.O.U. em 27/07/2017

Avaliação referente ao quadriênio 2013/2016

Parecer CNE/CES nº 487/2018

Portaria Ministerial nº 609/2019 Publicada no D.O.U. em 18/03/2019

Anexo 11: Avaliação dos programas de pós-graduação – CAPES (conceitos/notas) – Período 1981/2016 e credenciamento de cursos novos até 2020

PROGRAMA	INÍCIO	NÍVEL	1981	1982	1983/ 1984	1984/ 1985	1986/ 1987	1988/ 1989	1990/ 1991	1992/ 1993	1994/ 1995	1996/ 1997	1998/ 2000	2001/ 2003	2004/ 2006	2007/ 2009	2010/ 2012	2013/ 2016
01. Administração	03/2005	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	4	4
Administração	03/2016	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		4
02. Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP-CRP	08/2014	MP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
03. Agroecologia	08/2011	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
04. Agronomia (Produção Vegetal) - CRP	08/2011	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
05. Agroquímica	08/1983	MS	-	-	-	B	B	B	B+	B+	B	5	5	5	4	5	5	4
Agroquímica	10/2006	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	5	4
06. Arquitetura e Urbanismo	08/2010	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4
Arquitetura e Urbanismo	03/2019	DS																4
07. Biologia Animal	03/2006	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3	4
Biologia Animal	03/2019	DS																4

PROGRAMA	INÍCIO	NÍVEL	1981	1982	1983/ 1984	1984/ 1985	1986/ 1987	1988/ 1989	1990/ 1991	1992/ 1993	1994/ 1995	1996/ 1997	1998/ 2000	2001/ 2003	2004/ 2006	2007/ 2009	2010/ 2012	2013/ 2016
08. Biologia Celular e Estrutural	08/2004	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	4	5
Biologia Celular e Estrutural	08/2004	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	4	5
09. Bioquímica Aplicada	02/2000	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	5	5	5	5
Bioquímica Aplicada	02/2000	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	5	5	5	5
10. Botânica	03/1995	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	CN	4	4	4	4	4	4	5
Botânica	03/2003	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	4	4	5
11. Ciência da Computação	03/2004	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3	4
Ciência da Computação	03/2019	DS																4
12. Ciência da Nutrição	03/2001	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	4	5	6
Ciência da Nutrição	03/2010	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	6
13. Ciência e Tecnologia de Alimentos	08/1974	MS	A	A	A	A	A	A	A	A	A	5	4	5	5	6	5	5
Ciência e Tecnologia de Alimentos	04/1993	DS	-	-	-	-	-	-	-	CN	CN	5	4	5	5	6	5	5
14. Ciência Florestal	03/1975	MS	A	A	A	A	A	A	A	A	A	6	5	5	4	5	6	5
Ciência Florestal	03/1989	DS	-	-	-	-	-	SC	SC	A	A	6	5	5	4	5	6	5

PROGRAMA	INÍCIO	NÍVEL	1981	1982	1983/ 1984	1984/ 1985	1986/ 1987	1988/ 1989	1990/ 1991	1992/ 1993	1994/ 1995	1996/ 1997	1998/ 2000	2001/ 2003	2004/ 2006	2007/ 2009	2010/ 2012	2013/ 2016
15. Ciências da Saúde	08/2016	MP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3-	3
16. Defesa Sanitária Vegetal	08/2011	MP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
17. Ecologia	08/2011	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Ecologia	08/2011	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
18. Economia	05/2006	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	4	4
19. Economia Aplicada	03/1961	MS	A	B	B	B+	B	B	B	B+	B	4	4	4	4	4	5	5
Economia Aplicada	03/1972	DS	C	C	C	C	B	B	B	B	B	4	4	4	4	4	5	5
20. Economia Doméstica	04/1992	MS	-	-	-	-	-	-	-	CN	CN	3	3	4	4	4	4	4
Economia Doméstica	08/2014	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
21. Educação	03/2009	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3
22. Educação em Ciências e Matemática	03/2020	MP																A
23. Educação Física (UFV/UFJF)	03/2007	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	5
Educação Física (UFV/UFJF)	08/2016	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5

PROGRAMA	INÍCIO	NÍVEL	1981	1982	1983/ 1984	1984/ 1985	1986/ 1987	1988/ 1989	1990/ 1991	1992/ 1993	1994/ 1995	1996/ 1997	1998/ 2000	2001/ 2003	2004/ 2006	2007/ 2009	2010/ 2012	2013/ 2016
24. Engenharia Agrícola	03/1970	MS	A	A	A	A	A	A	A	A	A	5	5	5	5	5	6	6
Engenharia Agrícola	03/1989	DS	-	-	-	-	-	SC	SC	A-	A	5	5	5	5	5	6	6
25. Engenharia Civil	03/1991	MS	-	-	-	-	-	-	SC	B-	B	3	4	4	4	4	4	4
Engenharia Civil	03/2003	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	4	4	4
26. Engenharia Química	03/2016	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
27. Ensino em Física	08/2013	MP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
28. Entomologia	03/1985	MS	-	-	-	SC	B-	A	A	A	A	5	5	6	7	7	7	7
Entomologia	03/1997	DS	-	-	-	-	-	-	--	-	-	5	5	6	7	7	7	7
29. Estatística Aplicada e Biometria	10/2006	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	5	5
Estatística Aplicada e Biometria	03/2013	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
30. Extensão Rural	03/1968	MS	B	B-	A	A	A	A-	B	B	A	5	5	5	4	4	4	4
Extensão Rural	03/2012	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
31. Física	03/2001	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	4	4	4
Física	03/2006	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	4	4

PROGRAMA	INÍCIO	NÍVEL	1981	1982	1983/ 1984	1984/ 1985	1986/ 1987	1988/ 1989	1990/ 1991	1992/ 1993	1994/ 1995	1996/ 1997	1998/ 2000	2001/ 2003	2004/ 2006	2007/ 2009	2010/ 2012	2013/ 2016	
32. Fisiologia Vegetal)	07/1969	MS	A	A	A	A	A	A	A	A	A	5	5	6	6	7	7	7	
Fisiologia Vegetal	08/1988	DS	-	-	-	-	-	SC	SC	B+	B	5	5	6	6	7	7	7	
33. Fitopatologia	03/1977	MS	A	A	A	A	A	A	A	A	A	6	6	6	6	7	7	7	
Fitopatologia	03/1978	DS	A	A	B+	B+	B+	B+	A	A	A	6	6	6	6	7	7	7	
34. Fitotecnia	03/1961	MS	A	A	A	A	A	A	A	A	A	7	7	6	5	5	6	6	
Fitotecnia	03/1973	DS	A	A	A	A	A	A	A	A	A	7	7	6	5	5	6	6	
35. Genética e Melhoramento	08/1976	MS	A	A	A	A	A	A	A	A	A	7	7	7	6	6	6	7	
Genética e Melhoramento	03/1979	DS	A	A	A	A	A	A	A	A	A	7	7	7	6	6	6	7	
36. Geografia	03/2019	MS																A	
37. Letras	03/2009	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	4
38. Manejo e Conservação de Ecossistemas Naturais e Agrários - CAF	08/2013	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
39. Matemática	03/2008	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3
40. Matemática em Rede Nacional - CAF	03/2011	MP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5

PROGRAMA	INÍCIO	NÍVEL	1981	1982	1983/ 1984	1984/ 1985	1986/ 1987	1988/ 1989	1990/ 1991	1992/ 1993	1994/ 1995	1996/ 1997	1998/ 2000	2001/ 2003	2004/ 2006	2007/ 2009	2010/ 2012	2013/ 2016
41. Medicina Veterinária	03/1996	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	5	5	5	6	6
Medicina Veterinária	03/2005	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	6	6
42. Meteorologia Aplicada	03/1981	MS	SC	SC	B+	B+	B	B	B	B	B	3	4	5	4	4	5	5
Meteorologia Aplicada	09//2002	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	4	5	5
43. Microbiologia Agrícola	03/1970	MS	B	B-	B	A-	A-	B	B+	A	A	5	5	6	6	6	6	6
Microbiologia Agrícola	03/1997	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	6	6	6	6	6
44. Multicêntrico em Química de Minas Gerais	08/2016	MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Multicêntrico em Química de Minas Gerais	08/2016	DS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
45. Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	03/2014	MP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
46. Química em Rede Nacional	08/2017	MP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
47. Solos e Nutrição de Plantas	03/1977	MS	A	A	A	A	A-	A	A	A	A	6	6	6	6	6	6	6
Solos e Nutrição de Plantas	03/1982	DS	-	SC	SC	B	B	B+	B+	A	A	6	6	6	6	6	6	6
48. Tecnologia de Papel e Celulose	08/2016	MP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	4

PROGRAMA	INÍCIO	NÍVEL	1981	1982	1983/ 1984	1984/ 1985	1986/ 1987	1988/ 1989	1990/ 1991	1992/ 1993	1994/ 1995	1996/ 1997	1998/ 2000	2001/ 2003	2004/ 2006	2007/ 2009	2010/ 2012	2013/ 2016
49. Zootecnia	08/2008	MS	A	A	A	A	A	A	A	A	A	6	5	7	7	7	6	7
Zootecnia	03/1962	DS	A	A	A	A	A	A	A	A	A	6	5	7	7	7	6	7
50. Zootecnia	03/1972	MP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	4	4

Legenda:

MS – Mestrado Acadêmico / DS - Doutorado Acadêmicos / MP – Mestrado Profissional

Legislação:

1996/1997 Parecer CNE/CES 930/1998, homologado pelo Ministro em 29/12/1998 (publicado no DOU em 30/12/1998 – pág.69). Em 29/01/1999 foi aprovado o Parecer CES 118/99 retificando o Parecer CES 930/98 (homologado em 02/02/99 – publicado no DOU em 03/02/99 – pág. 11). Os dois pareceres deram origem à Portaria MEC 132, de 02/02/1999 (DOU de 03/02/1999 – pág. 10). Com a inclusão de novos cursos que não constavam no Parecer 930/98, foi emitido o Parecer CES 511/99, homologado em 13/07/99 (DOU de 20/07/1999).

1998/2000 Parecer CNE/CES 153/2002 – Homologado pela Portaria Ministerial nº 2.530, de 04/09/2002, publicada no DOU de 06/09/2002.

2001/2003 Parecer CNE/CES 179/2005 – Homologado pelo Despacho do Ministro publicado em 26/08/2005 e Portaria nº 2.878, publicada no DOU em 26/08/2005.

2004/2006 Parecer CNE/CES 33/2008 – Homologado pela Portaria nº 524, de 19/04/2008, publicada no DOU de 30/04/2008, pág. 16. Retificado pelo Parecer CNE/CES 217/2008. Retificado pelo Parecer CNE/CES 246/2009.

2007/2009 Parecer CNE/CES 102/2011 – Homologado pela Portaria nº 1077, publicada no DOU de 03/09/2012, página 12 e Portaria nº 1077 republicada no DOU 13/09/2012, pág. 25.

2010/2012 Parecer CNE/CES 288/2015 – Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 11/12/2015, Seção 1, Pág. 27. Portaria nº 656, publicada no D.O.U. de 23/5/2017, Seção 1, Págs. 14 a 84 (*). (*) Retificada no DOU 8/6/2017, Seção 1, pág. 25. (*) Republicada no DOU 26/7/2017, Seção

1, pág. 21. (*) Republicada no DOU 27/7/2017, Seção 1, págs. 20 a 106.

2013/2016 Parecer CNE/CES 487/2018 – Homologado pela Portaria nº 609, de 14/03/2019 – publicada no D.O.U. de 18/03/2019, pág. 63.

Observações:

- (i) Os conceitos variam da letra ‘A’ até ‘E’, em escala decrescente, sendo que o ‘A’ indica os mais qualificados e o ‘E’, os cursos que não preenchem os pré-requisitos mínimos para o desenvolvimento de atividades de pós-graduação;
- (ii) o conceito SC significa sem conceito, indicava os cursos novos ou em reestruturação, sendo utilizado até a avaliação relativa ao Biênio 1990/91;
- (iii) os sinais ‘+’ e ‘-’ indicam tendência crescente ou decrescente em relação ao conceito obtido; o conceito CN indicava os cursos novos e CR, os cursos em reestruturação, sendo utilizado a partir da avaliação relativa ao Biênio 1992/93;
- (iv) a partir de 1996-1997, os conceitos passaram a ser emitidos para os programas de pós-graduação e não mais para cursos separadamente (mestrado e doutorado) e suas notas passaram para valores de ‘1’ a ‘7’, em escala crescente de consolidação e qualidade de excelência;
- (v) os programas avaliados com as notas de ‘3’ a ‘7’, são os programas de pós-graduação reconhecidos para emitir diplomas;
- (vi) as de notas ‘6’ e ‘7’ atribuídas aos programas que oferecem mestrado e doutorado consideram cursos de padrão de excelência internacional;
- (vii) os cursos avaliados com as notas “1” e “2” são os não preenchem os pré-requisitos mínimos para o desenvolvimento de atividades de pós-graduação;
- (viii) a nota máxima para programas de pós-graduação que oferecem apenas o mestrado é ‘5’ e
- (ix) o conceito A representa os cursos credenciados recentemente e que ainda não obtiveram avaliação da CAPES.

Fonte:

CASTRO, Claudio de Moura.; SOARES, Gláucio Ary Dilson. Avaliando as avaliações da CAPES. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 23, n. 3, p.63–73, 1983. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/39515>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CAPES. Avaliação da Pós-Graduação – Síntese dos Resultados 1981 a 1991. Brasília 1993.

Anexo 12: Relação dos programas de pós-graduação da UFV distribuídos por Centro de Ciências e Institutos.

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS	CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
1. Agroecologia	1. Biologia Animal	1. Agroquímica	1. Administração
2. Agronomia (Produção Vegetal) - CRP	2. Biologia Celular e Estrutural	2. Arquitetura e Urbanismo	2. Administração Pública em Rede Nacional – MP - CRP
3. Ciência Florestal	3. Bioquímica Aplicada	3. Ciência da Computação	3. Economia
4. Economia Aplicada	4. Botânica	4. Ciência e Tec. de Alimentos	4. Economia Doméstica
5. Engenharia Agrícola	5. Ciência da Nutrição	5. Engenharia Civil	5. Educação
6. Extensão Rural	6. Ciências da Saúde - MP	6. Engenharia Química	6. Educação em Ciências e Matemática
7. Fitopatologia	7. Defesa Sanitária Vegetal - MP	7. Ensino de Física – MP	7. Geografia
8. Fitotecnia	8. Ecologia	8. Estatística Aplicada e Biometria	8. Letras
9. Genética e Melhoramento	9. Educação Física (UFV/UFJF)	9. Física	9. Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania – MP
10. Manejo e Conservação de Ecossistemas Naturais e Agrários - CAF	10. Entomologia	10. Matemática	
11. Meteorologia Aplicada	11. Fisiologia Vegetal	11. Matemática em Rede Nacional–MP-CAF	
12. Solos e Nutrição de Plantas	12. Medicina Veterinária	12. Multicêntrico em Química de Minas Gerais	
13. Tecnologia de Celulose e Papel - MP	13. Microbiologia Agrícola	13. Química em Rede Nacional - MP	
14. Zootecnia			
15. Zootecnia - MP			

Observações:

1. O Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional – MG é oferecido no *campus* Rio Paranaíba e está vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais (IHP);
2. O Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Produção Vegetal) é oferecido no *campus* Rio Paranaíba e está vinculado ao Instituto de Ciências Agrárias (IAP);
3. O Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática – MP é oferecido nos *campi* Florestal e Viçosa, vinculado, respectivamente ao Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (IBF) e ao Departamento de Biologia Geral – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde;
4. O Programa de Pós-Graduação em Genética e Melhoramento é vinculado aos Departamentos de Biologia Geral e Fitotecnia e o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia é vinculado aos Departamentos de Fitotecnia, Nutrição e Saúde, Solos e Zootecnia, por essa razão são interdepartamentais, vinculados ao CCA e ao CCB;
5. O Programa de Pós-Graduação em Manejo e Conservação de Ecossistemas Naturais e Agrários é oferecido no *campus* Florestal e está vinculado ao Instituto de Ciências Agrárias (IAF);
6. O Programa de Pós-Graduação em Matemática em Rede Nacional – MP é oferecido no *campus* Florestal e está vinculado ao Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (IEF);
7. O Programa de Pós-Graduação em Multicêntrico em Química de Minas Gerais é oferecido nos *campi* Florestal, Rio Paranaíba e Viçosa, e está vinculado, respectivamente, ao Instituto Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (IEF) Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (IEP) e ao Centro de Ciências Exatas de Tecnológicas (CCE);
8. Os demais cursos são oferecidos no *campus* Viçosa.

Anexo 13: Relação dos programas de pós-graduação da UFV, relacionados por notas, conforme última avaliação da CAPES (2013-2016)

Conceito A	Conceito 3	Conceito 4	Conceito 5	Conceito 6	Conceito 7
1. Educação em Ciências e Matemática – MP	1. Administração Pública em Rede Nacional - MP	1. Administração-MS/DS	1. Biologia Celular e Estrutural – MS/DS	1. Ciência da Nutrição - MS/DS	1. Entomologia - MS/DS
2. Geografia – MS	2. Agronomia (Produção Vegetal) -MS	2. Agroecologia - MS	2. Bioquímica Aplicada - MS/DS	2. Engenharia Agrícola - MS/DS	2. Fisiologia Vegetal - MS/DS
	3. Ciência da Saúde - MP	3. Agroquímica - MS/DS	3. Botânica – MS/DS	3. Fitotecnia - MS/DS	3. Fitopatologia - MS/DS
	4. Educação - MS	4. Arquitetura e Urbanismo – MS/DS	4. Ciência e Tec. Alimentos - MS/DS	4. Medicina Veterinária - MS/DS	4. Genética e Melhoramento – MS/DS
	5. Engenharia Química - MS	5. Biologia Animal – MS/DS	5. Ciência Florestal – MS/DS	5. Microbiologia Agrícola - MS/DS	5. Zootecnia – MS/DS
	6. Manejo e Conservação de Ecossistemas Naturais e Agrários - MS	6. Ciência da Computação – MS/DS	6. Economia Aplicada - MS/DS	6. Solos e Nut. de Plantas - MS/DS	
	7. Matemática - MS	7. Defesa Sanitária Vegetal - MP	7. Educação Física – MS/DS		
	8. Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania - MP	8. Ecologia - MS/DS	8. Estatística Aplicada e Biometria - MS/DS		
		9. Economia - MS	9. Matemática em Rede Nacional - MP		
		10. Economia Doméstica - MS/DS	10. Meteorologia Aplicada - MS/DS		
		11. Engenharia Civil - MS/DS			
		12. Ensino de Física-PROFIS - MP			
		13. Extensão Rural - MS/DS			

Conceito A	Conceito 3	Conceito 4	Conceito 5	Conceito 6	Conceito 7
		14. Física - MS/DS			
		15. Letras - MS			
		16. Multicêntrico em Química de Minas Gerais – MS/DS			
		17. Química em Rede Nacional-PROFQUI - MP			
		18. Tecnologia de Celulose e Papel - MP			
		19. Zootecnia - MP			

Anexo 14: Questionário aplicado aos egressos dos Programas de Pós-Graduação da UFV

1. Nome Completo
2. Nome Social
3. Como você identifica seu gênero?
 - a. Feminino
 - b. Masculino
 - c. Outro:
4. Ano de nascimento
5. Cidade, estado/província e país de origem
6. Cidade, estado/província e país onde reside atualmente
7. Você mantém seu currículo lattes atualizado?
 - a. Sim
 - b. Não
 - c. Utiliza outra rede: Qual?
8. Qual sua formação na UFV?
 - a. Graduação

Curso: _____

Mês/Ano Ingresso: _____

Mês/Ano Conclusão: _____

- () Não se aplica
b. Mestrado

Curso: _____

Mês/Ano Ingresso: _____

Mês/Ano Conclusão: _____

- () Não se aplica
c. Doutorado

Curso: _____

Mês/Ano Ingresso: _____

Mês/Ano Conclusão: _____

- () Não se aplica

9. Quando aluno da UFV, teve a oportunidade de fazer um sanduíche em outra instituição?
Se sim, onde? Qual nível? Qual foi o período de duração (mês/ano)?
10. Qual vínculo empregatício que você possui atualmente?
 - a. CLT
 - b. Servidor Público
 - c. Docente (Servidor Público)
 - d. Docente (Empresa Particular)
 - e. Aposentado
 - f. Colaborador
 - g. Bolsa de Fixação
 - h. Empresário ou autônomo
 - i. Não se aplica (desempregado)
 - j. Outro: _____
11. Qual o tipo de instituição mantém seu vínculo empregatício?
 - a. Empresa Pública ou Estatal
 - b. Empresa Privada
 - c. Instituição de Ensino e Pesquisa

- d. Não se aplica (desempregado)
 - e. Outro: _____
12. Em qual instituição trabalha atualmente? E há quanto tempo está na Instituição?
13. Qual é o cargo que ocupa atualmente?
14. Seu emprego é relacionado à sua área de formação na pós-graduação da UFV?
15. Qual a sua faixa salarial e/ou de rendimentos em moeda do seu país atual? Destacamos que esta informação tem sido requisitada ao Programas de Pós-Graduação pela CAPES e que não será divulgada expondo a realidade individual do egresso (em caso de moeda estrangeira, necessário realizar conversão para moeda brasileira).
- a. Até R\$ 1.100,00
 - b. De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.000,00
 - c. De R\$ 2.000,00 a R\$ 4.000,00
 - d. De R\$ 4.000,00 a R\$ 6.000,00
 - e. De R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00
 - f. Acima de R\$ 10.000,00
16. Você teve dificuldade para conseguir o primeiro emprego?
- a. Sim
 - b. Não
 - c. Não se aplica (desempregado)
 - d. Já possuía emprego quando ingressei na pós-graduação/UFV
17. Caso tenha tido/tenha dificuldade para conseguir o primeiro emprego, o que poderia ser melhorado no programa, visando maior inserção no mercado de trabalho?
18. Em sua trajetória profissional, teve alguma oportunidade de atuar fora do Brasil? Qual instituto, país, função e quando?
19. Caso sinta-se à vontade, pedimos que compartilhe como fez para pleitear a oportunidade fora do Brasil.
20. Teve bolsa de iniciação científica na graduação?
- a. Sim.
 - b. Não
21. Teve bolsa de mestrado?
- a. Sim.
 - b. Não
22. Teve bolsa de doutorado?
- a. Sim.
 - b. Não
23. Seu grau de satisfação com a organização pedagógica do programa?
- a. Regular
 - b. Média
 - c. Satisfatória
 - d. Comentários: _____
24. Como avalia a infraestrutura do programa (laboratórios, equipamentos, softwares, salas de aulas, limpeza, secretaria e segurança)?
- a. Regular
 - b. Média
 - c. Satisfatória
 - d. Comentários: _____
25. Você teve recursos e estrutura física suficiente para a condução dos seus experimentos?
- a. Sim
 - b. Não

- c. Comentários: _____
26. Como avalia o relacionamento com o orientador?
- a. Ótimo
 - b. Bom
 - c. Regular
 - d. Ruim
27. O perfil do corpo docente é adequado para fornecer ao discente a formação pretendida?
- a. Sim
 - b. Não
 - c. Comentários: _____
28. Quais melhorias você sugere ao programa?
29. Gostaríamos de saber sua satisfação pessoal e profissional com relação à sua formação na UFV. Fique à vontade em descrevê-las.

Anexo 15: Roteiro das Entrevistas

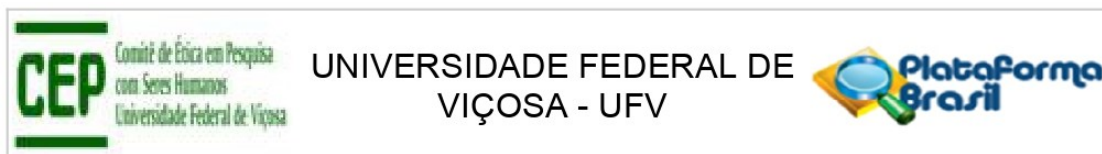
Associação de Ex-Alunos

1. Qual a finalidade da associação?
2. Existe algum contato entre a associação e os egressos de Pós-Graduação?
3. Os egressos procuram a associação? Para quais fins?
4. Como vocês identificam a importância e manutenção de contato com os egressos?

Diretoria de Tecnologia de Informação

1. Existe algum sistema na UFV que coleta dados dos egressos de Pós-Graduação?
2. Vocês conhecem alguma forma de contato estabelecida entre a instituição e os egressos de Pós-Graduação?
3. Como vocês identificam a importância das práticas de acompanhamento de egressos?

Anexo 16: Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CIENTÍFICO: PRÁTICAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV (2013 - 2020)

Pesquisador: Jonas Marçal de Queiroz

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 42336421.5.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de História

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.547.476

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de mestrado de cunho qualitativo para acompanhamento de egressos e melhoria nos processos de gestão dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa, por meio de entrevistas com coordenações e discentes titulados.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com o pesquisador, busca-se a análise da trajetória e o perfil sócio econômico dos egressos titulados nos Programas de PósGraduação da UFV, a fim de construir "indicadores para melhoria da qualidade dos programas e propor a elaboração de uma ferramenta que auxilie nos processos de tomada de decisões, nos processos de autoavaliação da pós-graduação e no acompanhamento de egressos."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os benefícios são indiretos aos participantes, mas colaboram para construção do conhecimento acerca dos egressos da instituição bem como para a melhoria na qualidade do ensino e na gestão da pós-graduação. Os riscos envolvem possíveis constrangimentos e vazamento de informações. O pesquisador informa que o participante pode interromper a entrevista e que haverá procedimento a fim de viabilizar a segurança das informações coletadas (como transcrição e restrição de acesso).

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.547.476

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa será realizada de forma online em função da pandemia.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- TCLE: de acordo
- Folha de rosto: recomendação
- Roteiros: de acordo
- Documentos de anuência: de acordo
- Cronograma: de acordo

Recomendações:

Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

- Enviar junto do relatório final a folha de rosto assinada e carimbada por meio de notificação

Considerações Finais a critério do CEP:

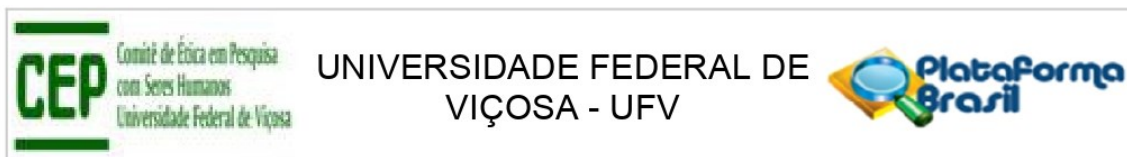
Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1678079.pdf	20/01/2021 16:32:46		Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.pdf	20/01/2021	HELOIZA CHAVES	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.547.476

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16:32:18	RIOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	20/01/2021 15:46:52	HELOIZA CHAVES RIOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa.pdf	20/01/2021 15:45:45	HELOIZA CHAVES RIOS	Aceito
Outros	Temo_de_Sigilo.pdf	20/01/2021 15:32:23	HELOIZA CHAVES RIOS	Aceito
Outros	Autorizacao_Instituicao.pdf	20/01/2021 15:22:15	HELOIZA CHAVES RIOS	Aceito
Outros	Aprovacao_Coordenador.pdf	20/01/2021 12:06:31	HELOIZA CHAVES RIOS	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	20/01/2021 12:01:38	HELOIZA CHAVES RIOS	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevistas.pdf	20/01/2021 11:45:01	HELOIZA CHAVES RIOS	Aceito
Outros	Questionario_Coordenadores.pdf	20/01/2021 11:43:55	HELOIZA CHAVES RIOS	Aceito
Outros	Questionario_Egressos.pdf	20/01/2021 11:43:20	HELOIZA CHAVES RIOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 19 de Fevereiro de 2021

Assinado por:
LUIZ ISMAEL PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br